



# PUCRS

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - DOUTORADO**

**DE TUDO FICA UM POUCO:  
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE  
DO TRANSEXUAL**

**ESALBA MARIA CARVALHO SILVEIRA**

**Porto Alegre  
2006**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

Av. Ipiranga, 6681 - Caixa Postal 1429  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
[www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)  
CEP 90619-900 Porto Alegre - RS  
Brasil

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ESALBA MARIA CARVALHO SILVEIRA**

**DE TUDO FICA UM POUCO:**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO TRANSEXUAL**

Porto Alegre

2006

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S587d Silveira, Esalba Maria Carvalho  
De tudo fica um pouco : a construção social da identidade do transexual / Esalba Maria Carvalho Silveira – 2006.  
302 f. : il.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2006.

“Orientadora: Profa. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes”

1. Construção social. 2. Identidade. 3. Transexualismo. 4. Gênero. I. Título.

CDU 316.628

**Bibliotecária responsável: Ana Maria Mattos. CRB 10/930.**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ESALBA MARIA CARVALHO SILVEIRA**

**DE TUDO FICA UM POUCO:**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO TRANSEXUAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jussara Maria Rosa Mendes

Porto Alegre

2006

**ESALBA MARIA CARVALHO SILVEIRA**

**DE TUDO FICA UM POUCO:**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DO TRANSEXUAL**

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação para a obtenção do Título de Doutor em Serviço Social e aprovada pela Banca Examinadora, na sua versão final em \_\_\_\_\_, atendendo ao regulamento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Comissão Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jussara Maria Rosa Mendes  
(Orientadora, PPGSS/PUCRS)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jane Cruz Prates  
(PPGSS/PUCRS)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria da Graça Corrêa Jacques  
(PPGPSI/UFRGS)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Solange Medina Ketzer  
(PPGL/PUCRS e Pró Reitora de Ensino e Graduação)

---

Prof. Dr. Ricardo de Souza Kuchenbecker  
(HCPA/UFRGS)



#### DEDICANDO

Ao Jorginho, o meu amor, que me dá a sustentação necessária para a liberdade, e pela sua *engenharia* na revisão desta tese, dedicando sábados, domingos e feriados sob o verão escaldante de Porto Alegre.

### *Agradecendo*

A elaboração desta tese envolve toda a minha vida, pois ela é um dos resultados da minha formação e por isso mesmo nela estão implicadas, mesmo nos momentos mais solitários, muitas pessoas queridas com as quais eu venho partilhando a minha história pessoal e profissional. Nominá-las seria exaustivo, e ainda correria o risco de cometer lapsos. Não obstante, desejo agradecer a algumas presenças pela ligação direta com este trabalho:

Aos profissionais que participam do PROTIG do Hospital de Clínicas, em especial Dra. Maria Inês Lobato, Dr. Walter Koff, Psicóloga Jaqueline Salvador, Dr. Alexandre Annes, Bióloga Márcia Raimundo, Dr. Luciano Degrazia, Enfermeira Célia Mariano, Enfermeira Ana Lídia e Acadêmica Camila Chagas e Dr. Thiago Crestana.

Às colegas do Serviço Social do HC, representadas pela chefe do serviço, A.S. Márcia Quaglia, à A. S. Cecília Pires, e à secretária Synara Bitencourt, que atenciosamente acolhe os usuários vinculados ao PROTIG.

Ao Hospital de Clínicas, pela qualidade dos serviços prestados aos seus usuários e pelo respeito à autonomia técnica do Serviço Social, que sempre procurou preservar.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pelo estímulo permanente para a qualificação dos seus professores, objetivamente representada pela bolsa para o curso de doutorado que ora concluo.

À Faculdade de Serviço Social da PUCRS, representada pela sua direção através da Profa. Jussara Maria Mendes, e à Profa. Beatriz Aginski.

Às secretárias da Faculdade de Serviço Social representadas pela Nazira Assef, Patrícia Fochezatto, pela qualidade de seus trabalhos e sobretudo pela disponibilidade afetuosa com que sempre sou tratada, bem como ao secretário do PPGFSS Antônio Dalpicol.

Ao Programa de Pós-Graduação da FSSPUCRS, representado pela Profa. Berenice Rojas Couto, através de quem agradeço ao corpo de professores com os quais muito aprendi, em especial à Profa. Leônia Capaverde Bulla, à Profa. Gleny Guimarães e à Profa. Jane Prates.

Às minhas colegas do grupo de supervisão, Profas. Alzira Lewgoy, Maria Ysabel Bellini, Beatriz Marazita, Dolores Sanches e Prof. Jairo Araújo, pelas nossas inflamadas discussões.

Às colegas do Centro de Estudo da Família e do Indivíduo - CEFI -, especialmente às psicólogas Mara Lins e Adriana Zilbeman pela compreensão durante meus impedimentos.

Ao Professor Gilberto Ferreira Silva, pela miscigenação de conhecimento e disponibilidade.

Ao casal Jannifer e Cleverson Biersdoff, que tão prontamente atenderam ao meu apelo virtual e localizaram, em plena madrugada, um livro com edição esgotada.

Um caloroso agradecimento a Beatriz Parodi - a Bia -, graças a quem eu tinha a tranquilidade de sair de casa e saber que tudo e todos ficariam bem atendidos e que, ao retornar, tudo estaria melhor do que quando saí...

**E o meu agradecimento muito especial aos sujeitos que fizeram parte desta pesquisa, que tão generosamente doaram as suas narrativas e suas intimidades, expressando a força e a fragilidade humanas e emprestando esperança na capacidade de enfrentamento e de superação a favor da vida.**

### ***Celebrando***

Com a minha orientadora e amiga Professora Jussara Mendes, a quem devo o estímulo necessário para o ingresso ao doutorado, pela capacidade de se multiplicar e dar conta das inúmeras demandas que lhe são postas e manter a disponibilidade, a qualidade e a precisão na orientação desta tese.

Com a família Lewgoy pela tolerância na invasão da rotina familiar, subtraindo a mãe e esposa nos horários mais impróprios, para juntas darmos conta de todo o conteúdo das disciplinas do doutorado e depois da elaboração das respectivas teses.

Com a amiga Alzira, pois passamos estes quatro anos de pesados estudos e trabalho, mas também de amizade, companheirismo e parceria na busca de conhecimento, em encontros regados com *espumante* alegria.

Com a minha família, a Silveira e a Severo e a(o)s amiga(o)s pela conclusão de mais uma jornada e sobretudo pela esperança de dispor de mais tempo livre para com ele(a)s conviver.

Com meus filhos que me dão a alegria pela qualidade das suas vidas, proporcionando-me liberdade para efetivar os meus projetos.



## RESUMO

O tema da transexualidade serviu de mote para a realização desta tese, que buscou estudar como se constitui o processo de construção social da identidade do transexual, considerando a contradição que se estabelece entre o sexo anatômico, a construção social do gênero e o padrão de identidade heteronormativa que predomina na sociedade. Para tanto, empreendeu-se a revisão teórica sobre identidade e transexualismo, bem como sobre os assuntos relacionados a esses temas. Dessa forma, tendo como referência o materialismo histórico, foi realizada uma pesquisa do tipo qualitativa junto a um grupo de 122 candidatos à cirurgia de redesignação sexual, sendo 97 do tipo Masculino-Feminino e 15 do tipo Feminino-Masculino, além de 109 familiares seus. Todos os participantes estão vinculados ao Programa de Transtorno de Identidade de Gênero de um hospital universitário da cidade de Porto Alegre, sendo a pesquisa efetivada de junho de 1998 a junho de 2005. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas, observação participante e grupo focal. A escolha para o exame dos dados da pesquisa foi a análise de conteúdo, e dentro desta proposta foi eleita a técnica de análise temática. Os dados confirmam que a identidade é o resultado de uma construção social que se mantém dialeticamente em transformação, constituindo-se através do corpo, gênero, família, nome próprio, preconceito e trabalho, difratados pelas lentes da realidade social que é composta pela consciência, contradição, totalidade, mediação, cotidiano, história e alienação e, neste movimento, pode produzir diferentes tipos de identidade, entre os quais a identidade invisível, a identidade por procuração e a identidade com autonomia.

**Palavras-chave:** Identidade; transexualismo; gênero; família; nome próprio; trabalho.

## ABSTRACT

The topic transsexuality led to the writing of this thesis, which sought to study how the social construction process of a transsexual identity is constituted, considering the contradiction among anatomic sex, social construction of gender and the heteronormative identity pattern prevailing in society. For this, a theoretical review on identity and transsexuality, as well as other subjects related to these topics, was undertaken. Thus, using Historical Materialism as a basis, a qualitative research was carried out with a group of 122 candidates for sex reassignment surgery, 97 being of the male to female type and 15 of the female to male type, in addition to 109 relatives. All participants are associated with the Gender Identity Disorder Program of a university hospital in the city of Porto Alegre, the research was carried out from June 1998 to June 2005. The instruments used for data collection were semi-structured interviews, participant observation and focus group. The choice for data examination was the analysis of content, and within this the thematic analysis technique was picked. The data confirm that identity is a result from a social construction that keeps on changing dialectically, constituting itself through body, gender, family, proper name, prejudice, and work, diffracted by the lenses of social reality, which is made up of conscience, contradiction, totality, mediation, daily life, history, and alienation, and, in this movement, it can produce different kinds of identity, among which are the invisible identity, the proxy identity and the autonomous identity.

**Keywords:** identity; transsexualism; gender; family; proper name; work.

## RESUMEN

El tema de la transexualidad sirvió de base para la realización de esta tesis, que procuró estudiar como se constituye el proceso de construcción social de la identidad del transexual, llevando en cuenta la contradicción que se establece entre el sexo anatómico, la construcción social del género y el patrón de identidad heteronormativa que predomina en la sociedad. Por eso la revisión teórica fue sobre identidad y transexualismo, y también sobre los asuntos relacionados a esos temas. De ese modo, teniendo como referencia el materialismo histórico, fue hecha una investigación de tipo cualitativa con un grupo de 122 candidatos a la cirugía de reasignación sexual, siendo 97 del tipo Masculino-Femenino y 15 del tipo Femenino-Masculino, además de 109 familiares suyos. Todos los participantes están vinculados al Programa de Transtorno de Identidade de Gênero de un hospital universitario de la ciudad de Porto Alegre/RS-Brasil, teniendo la investigación efectivización de junio de 1998 hasta junio de 2005. Los instrumentos utilizados para la recolección de datos fueron entrevistas semiestructuradas, observación participante y grupo focal. La elección para el examen de los datos de la investigación fue el análisis de contenido, y dentro de esta propuesta fue elegida la técnica de análisis temática. Los datos confirman que la identidad es el resultado de una construcción social que se mantiene dialécticamente en transformación, se constituyendo a través del cuerpo, género, familia, nombre propio, preconcepción y trabajo, difractados por las lentes de la realidad social que es compuesta por la conciencia, contradicción, totalidad, mediación, cotidiano, historia y alienación. Y en este movimiento se puede producir diferentes tipos de identidad, entre las cuales la identidad invisible, la identidad por procuración y la identidad con autonomía.

**Palabras Claves:** Identidad, transexualismo, género, familia, nombre propio, trabajo.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>7</b>
<b>RESUMEN .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 O CAVALO DE TRÓIA: TRANSEXUALISMO.....</b>	<b>22</b>
1.1 SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE: O CAOS E O COSMOS .....	22
1.2 INCURSÃO CONCEITUAL: O CAVALO DE TRÓIA.....	34
1.3 INCURSÃO HISTÓRICO-CULTURAL: DA FOGUEIRA À DIVINDADE.....	50
1.4 AS OPORTUNIDADES DOS TRANSEXUAIS PÓS-REVOLUÇÃO SOCIAL E CULTURAL: OS TRABALHOS E OS DIAS .....	60
<b>2 NO MEIO DO CAMINHO: A HISTÓRIA DO PROTIG.....</b>	<b>75</b>
2.1 NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA: INVENTANDO CAMINHOS .....	75
2.2 NUNCA ME ESQUECEREI DESSE ACONTECIMENTO: INAUGURANDO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA.....	90
2.3 NUNCA ME ESQUECEREI NO MEIO DO CAMINHO: AS SENDAS PARA O CONHECIMENTO .....	101
2.4 NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA: CONVERSANDO SOBRE TRANSEXUALISMO.....	105
<b>3 ARQUITETURA TEÓRICO-METODOLÓGICA: ALICERÇANDO IDÉIAS ...</b>	<b>119</b>
3.1 PREPARANDO O TERRENO .....	119
3.2 O RELEVO DA IDENTIDADE: DESCORTINANDO CONCEITOS.....	126
3.3 NO CURSO SINUOSO DA PESQUISA .....	146
<b>4 A ARTE É UMA MENTIRA QUE ENSINA A COMPREENDER A VERDADE: OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.....</b>	<b>164</b>

<b>4.1 FAMÍLIA: GEOGRAFIA COMPLEXA, CALEIDOSCÓPIO DE POSSIBILIDADES .....</b>	<b>164</b>
<b>4.2 GÊNERO: SE FOI PRA DESFAZER, PORQUE É QUE FEZ .....</b>	<b>199</b>
<b>4.3 ROMEU E JULIETA: O NOME PRÓPRIO, O QUÊ VALE? .....</b>	<b>224</b>
<b>4.4 PRECONCEITO: O OLHAR É O VEÍCULO DA CONSCIÊNCIA .....</b>	<b>233</b>
<b>4.5 TRABALHO: TRAVESSIA ENTRE IDENTIDADE INVISÍVEL, IDENTIDADE POR PROCURAÇÃO E IDENTIDADE COM AUTONOMIA ...</b>	<b>241</b>
<b>AMENAS INFERÊNCIAS .....</b>	<b>264</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>274</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>294</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>297</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Problema, questões norteadoras, objetivos e instrumentos da pesquisa .....	154
Figura 2 – Percentual de aceitação do transexualismo pelos irmãos dos candidatos a cirurgia de redesignação sexual, de junho de 1998 a junho de 2005.....	171
Figura 3 – Gênero do familiar do transexual candidato à cirurgia de redesignação sexual e no detalhe, familiar masculino que compareceu à entrevista, de junho de 1998 a junho de 2005 .....	181
Figura 4 – Tipo de manifestação dos pais frente ao transexualismo dos(as) filhos(as) candidatos à cirurgia de redesignação sexual, de junho de 1998 a junho de 2005.....	190
Figura 5 – Etapas percorridas pela família em direção à aceitação do transexualismo.....	192
Figura 6 – Percentual de aceitação por parte do pai da transexualidade do(a) filho (a) em entrevistas realizadas de junho de 1998 a junho de 2005.....	193
Figura 7 – Percentual dos transexuais que precisaram ou não sair da casa da família de origem por ocasião do <i>cross dressing</i> . Entrevistas realizadas de junho de 1998 a junho de 2005. ....	195
Figura 8 – Como a família identificou as manifestações de diferenças na construção do gênero do(a) transexual inserido no PROTIG, de junho de 1998 a junho de 2005.....	208

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Familiares dos transexuais que compareceram para entrevista do PROTIG, com a assistente social, de junho de 1998 a junho de 2005.....	167
Tabela 2 – Gênero do familiar do transexual candidato à cirurgia de redesignação sexual que compareceu à entrevista, de junho de 1998 a junho de 2005 .....	181
Tabela 3 – Quem identificou as primeiras manifestações de diferenças entre o sexo e o gênero entre os transexuais inseridos no PROTIG, de junho de 1998 a junho de 2005 .....	202
Tabela 4 – Faixa etária em que a família identificou as primeiras manifestações de diferenças entre o sexo e o gênero entre os transexuais inseridos no PROTIG, de junho de 1998 a junho de 2005.....	202
Tabela 5 – Nome usado pela família do transexual vinculado ao PROTIG, de junho de 1998 a junho de 2005.....	226

## INTRODUÇÃO

*Imagine-se acordar de manhã, quando as pernas mal alcançam o chão, e buscar o espelho para mirar sua imagem, na busca da imagem do menino que via no seu sonho, e se ver uma menina. A sensação é de que se vai enlouquecer. Chegar o Natal e sair com a avó para comprar o seu presente, afinal está precisando de um sapato novo. Na loja se estabelece o impasse: a avó quer comprar um sapatinho estilo bailarina, cor-de-rosa, para usar com o vestido que a mãe mandou fazer. A menina chora, esperneia, sapateia porque quer uma sandália igual à do irmão, tipo franciscana. Voltam para casa de mãos vazias, não houve negociação. Na noite de Natal, usará o vestido novo — pensa a avó — com o sapato velho. A menina, por sua vez, volta calada, com a face grudada no vidro da janela do ônibus, seu pensamento está longe..., está no sonho. Não pára aí. Na noite de Natal, outra briga, nega-se a usar o vestido novo, continuará com o short, mais parecido com um calção de futebol, e camiseta, mesmo que ainda surrados. A irmã, bem mais velha, vai casar e ela é a sua preferida, por isso quer que ela seja sua “aia” na cerimônia religiosa. Chora, não aceita, não quer nem ir ao casamento, muito mais usar aquela roupa. Na escola não vai ao banheiro, chega em casa sempre “apertada”. Nunca pensa em frequentar o banheiro das meninas, sente-se humilhada em ter que sentar no vaso, correndo o risco de alguém poder vê-la. A família apenas a vê como uma menina geniosa. O pai discute com a mãe, acusando-a de fazer muito as suas vontades. Quando os seios insistem em apontar, esconde-os sob faixas bem apertadas; a humilhação aumenta quando menstrua. Ainda adolescente, vai morar com uma amiga pela qual se*



*apaixonara, e com quem viveu muito bem, até que ouviu que não daria mais; afinal, a companheira queria ter filhos... e com ela não seria possível. No edifício em que morava a conheciam como um rapaz. Após a separação, volta para a casa da mãe, pois o pai já morrera e agora se sente livre para enfrentar a família. Os seios, já não os têm mais. Conseguira juntar dinheiro para fazer uma cirurgia plástica. De todo o seu corpo, eram os seios o que mais abominava, pois poderiam logo denunciá-la aos olhos dos outros como mulher. O retorno para casa divide a família. A mãe aceita, mas sofre, chora como se tivesse perdido uma filha. As irmãs a compreendem e até apóiam. O irmão não lhe dirige o olhar; não é de raiva, é de constrangimento. A mãe espera encontrar um médico que a faça mudar de idéia; já idosa, sente que “o mundo abriu-se sob seus pés”. Enquanto isso, para homenagear o falecido pai, ela adota o seu nome.*

A história de Maria/Mário é semelhante à de mais cento e quarenta e duas pessoas, que fazem parte do Programa de Transtorno de Identidade de Gênero, que atende sujeitos com diagnóstico de transexualismo, candidatos à cirurgia de transgenitalização do tipo neofaloplastia ou neocolpovulvoplastia.

O transexualismo, no Brasil, até 1997, não era tratado de forma transparente. As cirurgias de transgenitalização não eram proibidas, nem regulamentadas, embora fossem realizadas. Havia um véu sobre esta realidade, que junto encobria o preconceito e a discriminação que, em geral, acompanham os temas ligados à sexualidade humana.

A afirmação do estado democrático e a reivindicação, pelos grupos sociais minoritários, dos seus direitos, colaboraram para que o Conselho Federal de Medicina - CFM, através da Resolução nº 1.482/97 (Anexo A), determinasse que a cirurgia de transgenitalização só poderá acontecer se o sujeito for acompanhado, pelo prazo de dois anos, por uma equipe multidisciplinar, em hospitais universitários, sem ônus para ele. A equipe

deverá emitir um parecer, confirmando o diagnóstico e posicionando-se quanto às condições daquele indivíduo poder ser submetido à cirurgia.

Torna-se necessário esclarecer no que se constitui o transexualismo, considerando que é relativamente pouco conhecido, bem como buscar desfazer certa confusão que existe em relação ao homossexualismo e ao transvestismo.

No transexualismo, por causas ainda não bem definidas, o indivíduo tem a convicção de pertencer ao sexo oposto ao seu. O transexual vive numa essencial desarmonia entre quem é, quem acredita ser e a sua aparência externa e, desse modo, desenvolve uma identidade de gênero condizente com a do sexo biológico oposto ao seu. Portanto, para estes indivíduos, é fonte de intenso sofrimento e inconformidade o seu corpo e suas características genitais, os quais rejeitam dramaticamente, não as reconhecendo como possibilidade de nascentes de prazer.

O homossexual não apresenta qualquer inconformidade com o seu corpo e sexo biológico, tem convicção quanto à sua identidade e apenas reconhece nas pessoas do mesmo sexo a condição para amar e para o seu prazer erótico. A sua grande pergunta é: “de quem eu gosto?”.

O travesti também não apresenta inconformidade com o seu sexo biológico, exclui a possibilidade de se desfazer dos seus genitais e os identifica como fonte de prazer, mas, simultaneamente com isso, necessita de se caracterizar e de se vestir como o sexo oposto ao seu.

Conhecer essa realidade é poder reconhecer um grupo de pessoas convivendo com um drama pessoal e familiar muito peculiar, que se estende aos aspectos mais íntimos, até a esfera pública, e que tem a companhia constante da questão “quem eu sou?”.

Posto isto, é possível antever-se o sofrimento pelo qual passam essas pessoas, que desde a infância ou adolescência se sentem prisioneiras do e no seu próprio corpo, como ilustra a história que eu narrei, e a fala de um/uma transexual que dizia: “Estou em liberdade condicional, só serei livre após a cirurgia”. Ele/ela sente que sua “alma” está aprisionada num corpo que não identifica como sendo seu, e, neste desencontro, o transexual estabelece um distanciamento na relação com o seu corpo e com os demais símbolos e significações que possam ser atribuídos ao gênero compatível ao do sexo de nascimento. Este distanciamento muitas vezes se reproduz na família, na escola e nas demais instâncias da vida social.

Na condição de assistente social, tive a oportunidade de me aproximar desta realidade e passei a elaborar uma série de indagações, a começar pela dimensão de que o corpo é um dos primeiros elementos que passam a dar materialidade à identidade humana; pode-se, então, inferir o seu desdobramento nas demais dimensões que vão dar conta de solucionar a equação “quem eu sou ?”.

A resposta a esta questão não é simples para ninguém, considerando que quando ela surge a pessoa está falando da sua identidade, a qual se forma a partir da relação, sem divórcio, que ela estabelece com a sociedade que, de alguma forma, vai confirmar, interceptar ou negar a autoria da história construída e narrada pelo sujeito. É por esta indissolúvel associação da identidade individual com a da sociedade que ambas identidades estão em permanente processo de transformação, como resultado da superação da contradição, e daí a

idéia de que “de tudo fica um pouco”, não como de forma residual, pois o resíduo é a matéria não transformada.

É possível então imaginar, como disse Ciampa (2004), as mais diferentes combinações para configurar uma identidade como uma totalidade, a qual é múltipla, contraditória e, no entanto, é una. Todavia, quando a unidade é percebida como ameaçada, há o risco de o indivíduo não saber quem ele é, como na situação do transexual que diz ser alguém diferente do que dizem a família e a sociedade a seu respeito. A identidade também pode vir a ser atribuída por uma sociedade que nem sempre acolhe aqueles que não correspondem aos seus ideais, advindo daí uma série de implicações, entre as quais destaco a do indivíduo não se identificar nem se reconhecer como sujeito de direito. Daí pode-se apreender a relevância da questão da identidade para o Serviço Social, considerando que o processo de construção de identidade aloca as pessoas a sujeitos e a sujeitados, podendo ubicá-las do “outro lado do rio” que, apesar de “tanta lágrima” e de tanta água, os faz sentirem-se como um “copo vazio”.

O conteúdo exposto pretende mostrar de que forma fui elaborando a questão central deste trabalho, fruto da motivação de uma assistente social preocupada em conhecer a realidade à qual tem acesso, a fim de qualificar a sua intervenção. Assim me perguntei, diante de toda a complexidade que se instaura na história de vida do transexual: **Como se operacionaliza o processo de construção social da identidade do transexual?**

Para encontrar resposta a esta questão, que na verdade se desdobra em várias questões e múltiplas respostas, fui buscar na arte a inspiração da estética para montar o arcabouço geral deste trabalho. Shakespeare disse que a arte é um espelho voltado para a natureza (CAMPBELL, 1990) e é na arte, na literatura e na mitologia que encontro as metáforas que ilustram a minha compreensão da realidade e, como tal, as palavras devem ser lidas em

termos de poesia, em termos de conotação. E neste engenho o mito conta “uma história sagrada, um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, no tempo fabuloso das origens” (ELIADE, 2002, p. 11), embora perdurasse a relação entre a “ilusão” e a “falsidade”. Conto com os mitos que são “vivos” no sentido de que fornecem os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência. Como disse Eliade (2002, p. 124), “os mitos incitam o homem a criar, [...] e garantem ao homem que o que ele prepara para fazer já foi feito, e ajuda-o a eliminar as dúvidas que poderia conceber quanto ao resultado de seu empreendimento”. Seguindo nesta direção, concorre a idéia de Campbell (1990) de que os mitos trazem uma mensagem, um ethos, um entendimento, uma sabedoria da vida. O referido autor considera a mitologia como a pátria das musas, a inspiradora das artes, e da poesia. E afirma Campbell (1990, p. 57): “encarar a vida como um poema, e a você mesmo como participante de um poema, é o que o mito faz por você”. Ele no, entanto, se refere a um poema não de palavras, mas de atos, poema que conota algo transcendente à ação localizada, de modo que se sinta sempre em acordo com o ser universal. Assim, uso o recurso da mitologia na figura do Cavalo de Tróia, para apresentar o tema da transexualidade. Busco entender qual é o processo que se estabelece até a constituição da identidade de gênero dos sujeitos, chegando ao transexualismo para, daí, revisar a conceituação e efetivar a contextualização histórico-cultural deste fenômeno.

A seguir apresento o lugar – Programa de Transtorno de Identidade de Gênero – onde se tornou possível minha aproximação com o universo empírico da pesquisa, usando para tanto o poema de Drummond “No Meio do Caminho” para ilustrar o impacto do transexualismo na vida dos sujeitos, e as suas implicações no processo de construção da identidade. No desenrolar do trabalho, procuro apresentar fragmentos das histórias dos sujeitos da pesquisa com a finalidade de compartilhá-las com aqueles que se interessam pelo

tema. Penso que o material é suficientemente esclarecedor para provocar diferentes questões e interpretações sobre o real, e daí advirem novas pesquisas que possam contribuir ainda mais com a compreensão desta realidade. A forma como escolhi apresentar o lugar e os traços do universo dos sujeitos da pesquisa também teve a intenção de mostrar, ainda que de forma sutil, como o assistente social pode trabalhar dando conta de duas posições, que embora diferentes, não são incompatíveis: a de intervir e a de pesquisar. Assim o fiz, pensando nos alunos em formação, que poderão no futuro consultar este trabalho. Neste capítulo também busco mostrar como foram se constituindo as inquietações, indagações e alguns achados preliminares desta pesquisa, os quais destaco com a fonte digitada em negrito, considerando o momento do exame de qualificação, o que não faria na versão final.

No terceiro capítulo desta etapa, recorro à metáfora da “arte de construir”, representada em Niemayer, para mostrar como elaborei a arquitetura teórico-metodológica da pesquisa. A escolha da expressão arquitetura foi inspirada no autor quando ele refere que ela nasce de um traço que, quando bonito e quando cria surpresa, atinge um nível superior. Porém na fase inicial, exige que o arquiteto (aqui pesquisadora) se integre nos problemas mais variados, como a natureza do terreno (objeto da pesquisa), o ambiente em que a construção será inserida (sujeitos), o sentido econômico que ela representa (referencial epistemológico) e só depois de se inteirar de tudo é que começa a desenhar o croqui (método, tipo de pesquisa, instrumentos, análise dos dados), na procura da confirmação da idéia desejada (tese). Os desenhos prosseguem e a arquitetura evolui em função do progresso técnico e social, como disse Niemayer (1993, p. 13). Vendo assim, a arquitetura está em permanente movimento, pois mesmo após a conclusão de uma obra ela estará sujeita a reformulações e, quando passa ao nível superior da arte, como a produção do autor referido, está sujeita às interpretações histórico-sociais.

Deste modo tive, então, a preocupação de assinalar onde fui encontrar os pressupostos epistemológicos para a construção do conhecimento que, como afirma Lane (2004, p. 15), “se atenha à realidade e ao cotidiano de cada indivíduo, e que permita uma intervenção efetiva na rede de relações que define o indivíduo”. Partindo daí, procurei apresentar o estado da arte sobre identidade, fazendo uma revisão de conceitos, incluindo autores com fundamentos teóricos diferentes, mas apontando os antagonismos. Usando a linguagem analógica da arquitetura, preciso destacar que aqui faço uma apresentação apenas o suficiente para mostrar o que poderá vir a se edificar posteriormente. E com isto estou reconhecendo que o aprofundamento teórico, tendo como referência o materialismo histórico, a respeito do problema de pesquisa – construção social da identidade - se realizará junto à análise dos dados coletados. A minha intenção, desta forma, é a de articular teoria e prática, valorizando a minha trajetória profissional. Por último, apresento o desenho da pesquisa, buscando desvelar como a fui realizando, seguindo a direção da metodologia da pesquisa qualitativa.

No último capítulo busquei inspiração em Picasso, quando professou que “A arte é uma mentira que ensina a compreender a realidade”, e na analogia com o Cubismo, para decompor em partes a identidade, a fim de me aproximar das categorias que a constituem. Para tanto, utilizei-me das lentes do método do materialismo histórico, como a mediação, a história, a contradição, a totalidade, o cotidiano e a alienação, para garimpar e analisar as categorias que emergiam do material empírico como: família, que se configura numa complexa geografia, terreno fértil para a apropriação do patrimônio sócio cultural e por isso mesmo aberto a um largo espectro de possibilidades; o gênero, do qual eclodiram as subcategorias que pela frequência davam significado à sua construção social como o corpo e o brinquedo; o nome, que dá a cada pessoa um símbolo de sua singularidade e uma resposta à pergunta de quem ela é a seus próprios olhos e aos dos outros; o preconceito, que faz parte da

vida cotidiana e que, na vida do transexual, vai cinzelando com diferentes ângulos a identidade; e o trabalho, categoria que vai representar o passaporte para a inclusão social e a travessia entre os diferentes tipos de identidade, como a invisível, a por procuração e a com autonomia.

Dando encerramento, trago *Amenas Inferências*, título que tomei emprestado de um livro de Liana Timm (1986), para retomar do próprio texto o que considereei como os achados de minha tese que coloco para a discussão que vai confirmar que a identidade individual é indissociável da identidade social, razão pela qual a identidade está dialeticamente sendo transformada. Deste mesmo modo, o título, que também compõem a identidade do trabalho, o justifico, com a escolha do verso de Drummond, “de tudo fica um pouco”, retirado do poema “Resíduo”. Nele, o “tudo” simbolicamente representa a totalidade, a humanidade, e o pouco, da mesma forma, representa a parte, o sujeito, muito embora na totalidade estejam incluídos a humanidade e o sujeito, o tudo e o pouco, o amplo e o singular como elementos que reciprocamente se influenciam e se conectam. Ambos, dialeticamente, vão se transformando enquanto produzem e gravam as suas histórias.



# 1 O CAVALO DE TRÓIA: TRANSEXUALISMO

## 1.1 SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE: O CAOS E O COSMOS

*De quem é o olhar  
que espreita por meus olhos?  
Quando penso que vejo,  
Quem continua vendo  
Enquanto estou pensando?  
Fernando Pessoa*

Gostaria de poder compartilhar os olhares que espreitam por meus olhos, e desta forma mostro que ele não é inato, mas é pessoal e que nele também carrego o conhecimento de outros autores, que já estavam vendo quando eu ainda talvez nem pensasse em ver, e que continuam pensando enquanto eu, igualmente, continuo ajuizando e vendo. E penso que para realizar o meu propósito preciso introduzir como se desenvolve a sexualidade, partindo da base biológica, passando pela construção do gênero e as intercorrências advindas da condição polissêmica do ser humano, chegando à questão da transexualidade, que passa a ser, no trabalho em curso, mais um dos elementos de composição no processo de construção da identidade.

A dimensão total do ser humano tem como abordagens básicas: a biológica, a psicológica, a social (COSTA, 1944) e a cultural, tendo o seu papel “constitutivo em todos os aspectos da vida social” (HALL, 1997), e são todas inseparáveis. A biológica pronuncia que existe um corpo físico que sente, que vê e que é visto; a psicológica que remete à mente, ao

psiquismo, às emoções mais primárias, aos afetos, aos desejos e aos sonhos; e a social, que é o mundo que nos rodeia, povoado de outros seres, inseridos na natureza ou naquilo em que homens e mulheres a transformaram. “E toda ação social é cultural (idéias, atitudes, línguas, práticas, instituições) e todas as práticas sociais (formas, textos, cânones, arquitetura, arte, mercadorias) comunicam um significado” (GUARESCHI, 2003, p. 13), estando assim imbricadas em todos os aspectos da vida social. A partir destas dimensões também se constitui a sexualidade, que é um dos elementos centrais da personalidade. É por meio dela que as pessoas se relacionam entre si, conseguem amar, ter prazer e procriar. A sexualidade também pode ser entendida como uma construção social, contribuindo, certamente, para que seja um dos aspectos mais conflituosos, controversos e desconhecidos da nossa cultura que, por sua vez, cria modelos estanques nos quais pretende, com freqüência, encaixar e classificar as pessoas. Esta constatação remete a uma afirmação de Spink e Frezza (2004, p. 29) que diz: “trata-se, aqui, de perceber que não há uma verdade absoluta. A verdade é a verdade de nossas convenções, embora, nem por isso, menos impositiva”, se os critérios de verdade são estabelecidos socialmente. Partindo deste pressuposto, “não há, portanto, nada que seja verdade no sentido restrito da palavra”. No entanto, não é possível um mundo sem verdades, e é para isso que elas são sempre específicas e construídas a partir de convenções pautadas por critérios de coerência, utilidade, inteligibilidade, moralidade – enfim –, de adequação às finalidades que são designadas coletivamente como relevantes. A autora, desta forma, conclui mostrando que a postura condizente com a idéia de construção social reivindica a necessidade de remeter a verdade à esfera da ética; pontuar sua importância não como verdade em si, mas como relativa a nós mesmos.

Assim, retorno aos aspectos biológicos, a fim de preencher a lacuna da formação das ciências humanas, de onde muitas vezes estes aspectos se distanciam. O aporte da biologia

oferece elementos de provocação quanto à complexidade de todos os fenômenos que cercam a vida humana, independentes da sua dimensão. Money<sup>1</sup> (1981) afirma que os indivíduos, durante a gestação, passam por quatro encruzilhadas onde poderão seguir o caminho feminino, masculino ou um terceiro. Costa (1994) complementa e esclarece como elas se constituem: a *primeira encruzilhada* é a fecundação. Ao longo das primeiras semanas, o embrião desenvolve órgãos rudimentares. Nesse momento ele tem brotos<sup>2</sup> tanto da estrutura sexual feminina como da masculina e, até o final do segundo mês, embora tenha dentro de si a combinação dos cromossomos que o definirá como homem ou mulher, o embrião do ponto de vista sexual é neutro. A *segunda encruzilhada* surge a partir da sétima semana de gravidez, quando o cromossomo y (xy), através de uma combinação química, vai ativar a estrutura que indica a hora de formar os testículos; então, a estrutura feminina não se desenvolve. Quando o par é xx (mulher), a estrutura de Wolff não se manifesta. “Neste momento os cromossomos não podem falhar e, se não enviarem mensagens corretas, pode acontecer o nascimento de crianças com genitália ambígua ou outra má formação” (COSTA, 1994, p. 6). A *terceira encruzilhada* se apresenta após o terceiro mês, quando a decisão sobre o caminho a ser seguido será por conta de uma complexa combinação dos hormônios produzidos pelos testículos ou pelos ovários. Se tudo ocorrer bem, a mistura hormonal levará para a formação das vesículas seminais e próstata ou, então, do útero, trompas e parede superior da vagina. E a *encruzilhada final* se dá no momento da moldagem dos órgãos sexuais externos. O autor em questão destaca o desenvolvimento desta etapa:

---

<sup>1</sup> John Money, norte-americano pesquisador de intersexos no Hospital John Hopkins, da Universidade de Baltimore, EUA.

<sup>2</sup> Esses brotos são minúsculas estruturas, uma espécie de filamento. Elas foram descobertas por dois embriologistas alemães. Wolff descobriu a estrutura que contém a potencialidade para o desenvolvimento masculino e Muller a que leva ao desenvolvimento feminino. São essas estruturas que darão origem aos órgãos sexuais internos e externos do homem e da mulher (COSTA, 1994, p. 5).

Entre o terceiro e quarto mês o feto, tanto masculino como feminino, apresenta na região entre as pernas uma estrutura chamada tubérculo genital, duas faixas de pele e uma pequena protuberância de cada lado. Se o bebê for fêmea, o tubérculo genital continua pequeno e se transforma no clitóris. As duas pregas não se fundem e formam os pequenos lábios e a cobertura do clitóris, e as duas protuberâncias ficam separadas e formam os grandes lábios. Com o mesmo material forma-se a genitália externa do macho. O tubérculo genital cresce e dá origem ao pênis, as duas pregas de pele se fundem, constituindo a bolsa escrotal (COSTA, 1994, p. 8).

Do ponto de vista biológico, existem apenas dois sexos: masculino e feminino, e aqueles casos raros de hermafroditismo. Habitualmente, a identificação sexual resulta do exame da genitália externa do recém-nascido. De acordo com o tipo genital revelado aos olhos, será a criança identificada. Sendo assim, o sexo biológico é a primeira marca. Menino ou menina é o referencial inicial que marca para a construção da identidade sexual. O registro no cartório, este documento público, vai confirmar para a sociedade se a pessoa pertence ao sexo masculino ou feminino. O registro de nascimento também institui o nascimento de um cidadão.

Podemos dizer, no entanto, que não é possível visualizar cidadania como um “em si”, pois ela se fundamenta em pressupostos histórico-filosóficos. Como as cores, que não podem ser pensadas sem extensão, cidadania só se configura quando encarnada em um indivíduo, o cidadão. É ele que realiza sua existência, enquanto ela lhe confere identidade (FERREIRA, 1993, p. 19).

A partir da identificação como feminino ou masculino, a família e a sociedade vão se comportar de maneira diferente e particular de acordo com os seus valores, buscando dar uma direção do que é masculino e feminino. Badinter (1993) reforça esta idéia, afirmando que a partir do nascimento de uma criança começa a construção social da identidade de gênero, geralmente orientada pelo sexo biológico da criança, destacando o importante papel dos pais na formação das identidades de gênero e sociais de seus filhos. A sociedade, entretanto, estabelece normas, consideradas senso comum, que regulam a atuação dos pais, que pelo

gesto, voz, escolha dos brinquedos e roupas, ensinam aos filhos a que gênero pertencem. Enquanto Fromm (1979, p. 19) diz: “O homem é sempre, em qualquer cultura, manifestação da natureza humana, manifestação essa que é, em sua expressão específica, determinada pelos arranjos sociais sob os quais ele vive”, estes arranjos sociais passam por uma espécie de validação consensual, na medida em que os sujeitos passam a compartilhar idéias, sentimentos, ações e comportamentos socialmente modelados. E em geral, o modelo fornecido pela cultura nem sempre funciona para a minoria. Deste modo, as diferenças anatômicas vão sendo acrescentadas das noções dos modelos sociais que se espera de cada um dos sexos; do feminino aguarda-se docilidade e disposição para o cuidado com as crianças, enquanto do masculino aguarda-se mais racionalidade e competência. Este exemplo poderia estar revelando a dicotomia entre o que se deseja de um ou de outro sexo, mas encontrei em Fromm (1979) uma interpretação que acrescenta um novo viés para este entendimento: ele por sua vez recorre a Baschofen<sup>3</sup> para argumentar que o homem não estaria equipado para criar filhos, “refiro-me aqui, naturalmente, à experiência da gravidez e do parto, e não à noção puramente racional de que o sêmen masculino é necessário para a concepção de um filho” (FROMM, 1979, p. 57). O homem, por sua vez, também não estaria investido de alimentá-los e cuidá-los; assim, ele se vê na obrigação de desenvolver suas idéias, “princípios e coisas artificiais que substituam a natureza como base da existência e segurança” (FROMM, 1979). Esta concepção, de certa forma, amplifica a noção de papéis sociais, à medida que amalgama o aparato biológico necessário para a sobrevivência da espécie com os dados histórico-

---

<sup>3</sup> Johann Jakob Baschofen (1815/1877), juriconsulto e historiador suíço, professor de Direito Romano em Basiléia; estudioso do direito primitivo (ENGELS, 2002, p. 24).

culturais. Assim, natureza e cultura vão compor o processo de construção social da identidade de gênero<sup>4</sup>.

Considero pertinente, antes de entrar na questão de gênero, elucidar a base do entendimento acerca da construção social, e recorro a Spink e Frezza (2004) para fazê-lo. As autoras se referem a “ancestrais imponentes” como Karl Marx, pela reflexão sobre a relação entre a atividade humana e a consciência; a Friedrich Nietzsche, pelo antiidealismo ferrenho; e Wilhem Dilthey, pelo historicismo marcante; a Max Scheler, filósofo alemão que cunhou o termo Sociologia do Conhecimento; e a Karl Mannheim, que lhe deu contornos clássicos, centrados na relação ideologia e verdade [...]; seguem Peter Berger e Thomas Luchmann, com a obra “A Construção Social da Realidade”, influenciados por Mead e Goffman. Porém elas afirmam que são autores inovadores para a sua época, mas que hoje encontram interlocução em Kenneth Gergen, por entenderem que o mundo é conhecido pelos seus artefatos sociais, produtos de intercâmbios historicamente situados entre pessoas. Neste sentido, convida-se à investigação das bases históricas e culturais das variadas formas de construção de mundo. As descrições e explicações sobre o mundo são formas de ação social e, desse modo, estão entremeadas com todas as atividades humanas.

Para a autora, tanto o sujeito como o objeto são construções sócio-históricas. Estas construções, todavia, “não são ficções desenfreadas [...], porque elas têm como limite as próprias características dos humanos que as reproduzem, ou seja, as características sociais e biológicas de pessoas historicamente situadas” (SPINK & FREZZA, 2004, p. 29). Elas

---

<sup>4</sup> Gênero – Grupo de seres que têm iguais caracteres essenciais. 2. Lóg. A classe que tem mais extensão e, portanto, menor compreensão que a espécie. 3. Biol. Grupo morfológico intermediário entre a família e a espécie. 4. Gram. Flexão pela qual se exprime o sexo real ou imaginário dos seres. 5. Espécie, casta, raça, variedade, sorte, estilo etc. 6. Literatura e Belas Artes, assunto ou natureza comum a diversas produções artísticas ou literárias (AMERICA ON LINE – AOL. **Michaelis** - Dicionário de Sinônimos e Contextos da Língua Portuguesa, v. 1.0, 2001).

também introduzem a noção de que se criam espaços para novas construções, mas que as anteriores ficam “impregnadas nos artefatos da cultura, constituindo o acervo de repertórios interpretativos disponíveis para dar sentido ao mundo”. Entendo, então, que se estabelece um movimento no qual o novo e o antigo convivem, ao mesmo tempo em que através da resignificação o novo pode carregar consigo parte do antigo. Para ilustrar este argumento, destaco as mudanças de concepção que ocorreram nos últimos séculos sobre a anatomia dos órgãos sexuais femininos: Aristóteles afirmava que o “homem é quem trás em seu sêmen o hálito, a forma, a identidade, ou seja, a kinesis que faz da coisa a matéria viva. O homem, enfim, é quem dá alma à coisa” (ANDAHAZI, 1997, p. 59). Acreditavam que os órgãos sexuais femininos eram anatomicamente iguais aos masculinos, só que internalizados. Isto provocou uma série de restrições às mulheres, pois seus exageros poderiam provocar a expulsão desses órgãos e a conseqüente mudança do sexo. O advento da anatomia, e em especial a descoberta do clitóris, por Mateo Colombo, no Renascimento, veio mostrar o equívoco, e as antigas concepções perderam a sua coerência interna, “mas muitos dos seus elementos ainda hoje estão presentes, reconfigurados numa teoria de gênero” (SPINK e FREZZA, 2004, p. 29).

As diferenças impostas na normatização do comportamento de homens e de mulheres, anteriormente, encontravam justificativa nos aspectos biológicos. Porém, a chegada dos novos conhecimentos não foi suficiente e a representação daquelas antigas concepções continuou se fazendo presente, determinando o que socialmente é esperado de um e de outro sexo, assim dando o arcabouço para a construção da identidade de gênero. E foi Stoller, em 1964, quem criou o termo identidade de gênero, a fim de designar a sensação ou o sentimento interno de quem o indivíduo pensa que é, de que ele pertence ao gênero feminino ou ao masculino (COSTA, 1994).

Com o Movimento Feminista, porém, o termo gênero passou a ser usado como distinto de sexo, como afirmam autores da temática, entre eles Butler (2003) e Louro (1997). O movimento pretendia, desta forma, fazer uma distinção entre os termos sexo e gênero, buscando rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo e diferença sexual, e acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, como assevera Scott (1995, p. 72 e 16):

Gênero se constitui no meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Quando as historiadoras buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelos quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

Não há, todavia, intenção de se opor a que o gênero se constitua em ou sobre corpos sexuados; sendo assim, não é negada a biologia, “mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 22), entendendo-se que, no gênero, a prática social se dirige aos corpos. A autora está pretendendo, desta forma, alocar o gênero no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações de desigualdade entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que poderiam ser entendidas fora de sua constituição social), mas nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. Sendo assim:

O gênero é uma maneira de existir do corpo e este é uma situação ou um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. O corpo de uma mulher é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se expressa por intermédio da atividade dessa mulher na sociedade (SAFFIOTI, 1985, p. 190).



Destaca também uma outra possibilidade, que é a resistência dos sujeitos ao que a cultura determina para um ou outro gênero, depreendendo-se, então, que o conceito de gênero passa a ser usado com forte “apelo relacional, já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros” (LOURO, 1997, p. 22). Nesta mesma direção concorre Butler (2003, p. 28) quando diz que:

Embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um “fator” ou uma “dimensão” da análise, ele também é aplicado a pessoas reais como uma “marca” de diferença biológica, lingüística e/ou cultural. Nestes últimos casos, o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe *em relação* a outro significado oposto. Algumas teóricas feministas afirmam ser o gênero “uma relação”, aliás, um conjunto de relações, e não um atributo individual.

Esta concepção também alude a uma dimensão para além dos papéis<sup>5</sup>, os quais definem comportamentos esperados de uma determinada sociedade, para homens e mulheres, e podem restringir a compreensão das desigualdades entre os sujeitos ao âmbito das interações entre ambos. Portanto, o gênero passa pelo entendimento das complexas tessituras das redes sociais que formam as instituições, as classes sociais, as etnias e as hierarquias, até o entendimento do gênero como constituinte da identidade dos indivíduos.

A fim de ilustrar as diferenças nos gêneros que se estabelecem na convivência social, recorro à mitologia e, para isso, retorno ao que Eliade (2002, p. 125) referiu ao dizer que o mito ajuda a “eliminar as dúvidas que poderia conceber quanto aos resultados de seu empreendimento”. Assim, diante do medo de se instalar num território desconhecido e selvagem, basta repetir o “ritual cosmogênico e o território desconhecido (Caos) transforma-

---

<sup>5</sup> Para Heller o papel social está assegurado na necessidade do homem em imitar, não só ações isoladas, como modos inteiros de conduta e de ação. Baseia-se igualmente na mimese a assimilação de papéis, pois sem a imitação ativa da totalidade de um comportamento não haveria essa assimilação. Nesta afirmação, deve-se acentuar a idéia de atividade, pois é ela que proporciona a possibilidade de transformação através do repúdio à alienação (HELLER, 1992).

se em ‘Cosmos’, uma habitação ritualmente legitimada”. Este esclarecimento serve para melhor entender a origem das palavras caos e cosmos, às quais Moreno (2004) deu título numa crônica que busca destacar as distinções entre os gêneros. Conta o autor que desde os tempos bíblicos os “pobres” homens eram acusados de desordeiros. E que até mesmo Ulisses, depois de vinte anos de ausência, ao retornar para casa, tão pronto Penélope matou a saudade e já fez o herói ouvir as recomendações de costumes. Diz que, a fim de que possam entender a suposta desorganização masculina e imperar a paz doméstica, terão que compreender que essas hostilidades representam o choque de duas visões de mundo, de duas filosofias distintas sobre a faxina e a arrumação. Continua:

É admirável como a mulher limpa e arruma tudo **antes** que a desordem se instale, enquanto nós só conseguimos agir **depois** que sinais concretos nos informaram que a situação ficou insustentável. O homem só se põe em movimento quando consegue ver o cisco amontoado no canto da sala ou passa três dias sem encontrar o pé do sapato que se perdeu entre os jornais de uma semana inteira. [...] A solução é respeitar as duas concepções, dividindo os territórios: as partes comuns da casa são submetidas à ordem feminina, enquanto nós nos adonamos de espaços periféricos como a garagem, o porão, o sótão ou até mesmo o quatinho do gás, onde – segundo elas— podemos cultivar, como marca orgulhosa de nossa insubmissão, uma desordem babilônica. Essa divisão, ao privilegiar a ordem delas, é sábia e tem raízes ancestrais; não pode ser simples acaso o fato da raiz grega que produziu a palavra **cosmos** – a ordem, a harmonia – ter também produzido os **cosméticos**. Tudo é coisa de mulher (MORENO, 2004, p. 59, grifos do autor).

O título da crônica Caos e Cosmos e o sentido etimológico das palavras apontam para a diferença entre elas, mostrando que homem e mulher estão em posições diferentes, o que pode revelar o quanto a construção social do gênero, baseada nesta oposição, se desvela num processo ancestral, que talvez até encontre razão de ser no movimento da história, e que por isso mesmo não deveria ter padrões rígidos. Hoje, por exemplo, a mulher não mais se contenta em que o seu acesso ao território central seja limitado ao âmbito doméstico: vão à

guerra e participam da corrida espacial, entre tantos outros feitos, enquanto os homens também já saem do espaço periférico e assumem o centro da casa: a cozinha.

Neste jogo é necessário, todavia, estabelecer algumas distinções entre gênero e sexualidade, embora não haja, necessariamente, uma rígida separação, considerando que a sexualidade diz respeito às palavras, às imagens, ao ritual, à fantasia, ao corpo bem como de que modo os sujeitos vivem com os seus desejos e prazeres corporais. Suas identidades sexuais se constituiriam através das formas como vivem com a sua sexualidade, ao mesmo tempo em que se identificam como masculino ou feminino e assim constroem suas identidades de gênero (LOURO, 1997, p. 26).

Para que o indivíduo exerça na plenitude sua sexualidade, todavia, é preciso que o corpo esteja abastecido dos aspectos genéticos básicos, características primárias e secundárias e que o psiquismo possua:

- *Identidade genital* – por volta dos dois anos e meio a criança estabelece sua identidade sexual, desenvolve a consciência sobre o seu próprio corpo pela semelhança e diferenciação física entre ela e seus pais, até concluir que é uma menina ou um menino.

A presença de um homem e de uma mulher cria a consciência de que existem seres diferentes. Quero destacar que a base biológica já dá o aporte da diferença, e como pretendo mostrar mais adiante, ela é um dos quesitos essenciais para a construção da identidade. Esta reflexão conduz ao questionamento de **que como se funda este paradoxo de excluir o diferente, no âmago da sociedade, se o diferente é quem afirma o igual**, e é esta diferença que vai oferecer os elementos para a:

- *Identidade de gênero* – o reconhecimento da anatomia sexual tem grande importância para desenvolver a consciência de que se pertence ao sexo masculino ou feminino. Entretanto, esta consciência precisa ser aprendida pela relação que se estabelece com a família (ou seus representantes). Desenvolve-se por volta dos quatro anos, mas somente se evidenciará por completo com o surgimento dos caracteres sexuais secundários, na adolescência.
  
- *Orientação afetivo-sexual* – a sensação interna de que se é capaz de se relacionar amorosa e sexualmente com alguém. É construída, psicologicamente, por volta dos quatro ou cinco anos de idade. Porém é na adolescência, na explosão hormonal, que se passa a ter consciência deste sentimento, e é aí, também, quando se percebe que suas emoções estão sendo dirigidas para uma pessoa do mesmo sexo, do sexo oposto ou para ambos os sexos. Esta consciência se revelará como homossexual, heterossexual e bissexual, a qual se confirmará na idade adulta (COSTA, 1994).

A identidade de gênero é construída ao longo da vida a partir da base biológica, da imagem física, de como a pessoa é tratada e de como ela se sente. Cabe destacar que o sexo não é mais considerado apenas como um elemento fisiológico, geneticamente determinado por natureza, imutável: “Admite-se uma visão renovada da noção do sexo, a qual é complexa, tomando lugar os componentes genético, cromatínico, gonádico, anatômico, hormonal, social jurídico e psicológico” (VIEIRA, 2000, p. 74). Desta forma, tanto a identidade sexual como a de gênero não são dadas nem concluídas num determinado momento. A propriedade mais importante do sistema nervoso central é sua plasticidade. De nossos pais herdamos o formato da rede de neurônios que trouxemos ao mundo. No decorrer da vida, entretanto, os sucessivos impactos do ambiente provocam tamanha alteração plástica na arquitetura dessa rede

primitiva que ela se torna absolutamente irreconhecível e original. Cada indivíduo é um experimento único da natureza porque resulta da interação entre uma arquitetura de circuitos neuronais geneticamente herdada e a experiência de vida (VARELA, 2005).

Os fenômenos que acompanham homens e mulheres colocam-se como constantes desafios para o conhecimento da humanidade e, apesar do que já foi dito até aqui, onde mesmo cada um – biologia, família, sociedade - parece ter feito a sua parte, existem situações em que se rompe com o que está posto e se estabelece uma inadequação da identidade de gênero ao corpo biológico de nascimento. É o exemplo das pessoas que são chamadas de transexuais. Para essas pessoas, o corpo é de um sexo e a alma é de outro sexo. O corpo para elas é o Cavalo de Tróia: o inimigo não vem de fora.

## 1.2 INCURSÃO CONCEITUAL: O CAVALO DE TRÓIA

As últimas quatro décadas do século XX, no mundo ocidental, transcorreram sob o impacto do vulcão cultural, impulsionado pela explosão da ciência e pela tecnologia, que por sua vez transformaram a vida cotidiana e em especial o comportamento sexual. Muitos tabus começaram a ser questionados, colaborando para isso o aumento da escolaridade, a introdução da mulher no mundo do trabalho, até em campos reconhecidamente masculinos, o que acarretou, entre outras coisas, a discussão dos papéis sexuais, não só na vida da família, como na sociedade. No espectro, aparecem as questões de gênero e as suas diversidades, estabelecendo-se o debate sobre o caráter da hegemonia e da heteronormatividade. Processualmente, vai minimizando-se o risco de permanecerem à margem temas ligados à identidade sexual e de gênero e, entre eles, o transexualismo. A produção de pesquisas e

estudos, nesta área, enseja uma incursão conceitual, usando metaforicamente o Cavalo de Tróia como ponto de partida.

Helena era mulher do rei de Esparta. Páris, príncipe de Tróia, apaixonou-se por ela e a rapta, dando origem à célebre Guerra de Tróia. No lado grego, a exaustão faz-se sentir amargamente, após dez anos desde que deixaram a pátria para reaver Helena, mas, apesar de todas as mortes e sofrimentos, Tróia continua inconquistável. Esquecendo o antigo entusiasmo, os mais cansados já falam em voltar para casa e, sendo assim, é mais do que hora de fazer alguma coisa e, se a força não consegue derrotar Príamo, talvez a astúcia seja a solução.

Pelo menos, essa foi a convicção de Ulisses, que pacientemente arquiteta um plano e, debaixo do maior segredo, o propõe ao rei Agamenon. Este o ouve com atenção, dá alguns palpites e resolve aceitar a proposta de Ulisses, a qual consistia em enviar como presente para os troianos um imenso cavalo de madeira. A armadilha consistiria no fato de que seria construído de forma oca e no seu bojo abrigaria guerreiros, que na calada da noite surpreenderiam os troianos, não só atacando-os como abrindo os portões para o ingresso do batalhão grego e a tomada de Tróia. Desde então se convencionou chamar de “Cavalo de Tróia” a um inimigo encoberto ou àqueles que estão dentro das nossas relações afetivas ou na própria família.

A imagem do Cavalo de Tróia serve como metáfora para ilustrar a conceituação da síndrome transexual que define a convicção precoce, permanente e irreversível de o indivíduo pertencer ao sexo oposto, em uma *pessoa totalmente normal* sob o ponto de vista cromossômico, hormonal e somático, provocando o intenso sentimento de que o corpo biológico não lhe pertence e, ao mesmo tempo, aprisiona a sua alma. Para Verde & Graziotin

(1997) e Stoller (1982) o transexualismo é uma desordem pouco comum, na qual uma pessoa anatomicamente normal sente-se como membro do sexo oposto e, conseqüentemente, deseja trocar o seu sexo, embora suficientemente consciente de seu verdadeiro sexo biológico. Mas o transexualismo também consiste em uma:

Pseudo síndrome psiquiátrica, profundamente dramática e desconcertante, na qual o indivíduo se identifica com o gênero oposto. Trata-se de manifestação extrema de inversão psicosexual, em que o indivíduo nega o seu sexo biológico e exige a operação de reajustamento sexual a fim de poder assumir a identidade do seu verdadeiro gênero, que não condiz com o seu sexo anatômico (FARINA, 1982, p. 117).

Há, também, o seguinte ensinamento de Vieira (2000, p. 62):

O transexual reprova veementemente seus órgãos externos, dos quais deseja se livrar por meio de cirurgia. Costumamos dizer que o transexual masculino é uma mulher com corpo de homem, pois suas reações são próprias do sexo com o qual se identifica psíquica e socialmente. Culpar este indivíduo é o mesmo que culpar a bússola por apontar para o norte. A transexualidade, segundo nosso atual modo de pensar, é resultante de uma alteração genética com componente cerebral, combinada com a alteração hormonal e com o fator social.

A autora não faz referência quanto à procedência a respeito da etiologia do transexualismo como associação de fatores genéticos, componentes mentais e hormonais. As pesquisas que se realizaram até então não confirmaram a gênese deste fenômeno, prevalecendo a multifatoriedade e a complementaridade. A este propósito Lobato et al. (2001, p. 106) faz referência a Döner que:

Propôs uma teoria sugerindo que a masculinização da conduta estaria relacionada com a exposição do Sistema Nervoso Central (SNC) à testosterona em período perinatal. Analogamente, a ausência de testosterona resultaria na feminilização do SNC, algo que determinaria um “*imprinting*” sexualmente dimórfico em núcleos hipotalâmicos.

É Lobato (2001) quem ainda salienta que, para confirmar esta hipótese, os achados se originaram de experimentos animais, mais especificamente em roedores, e são, por esse motivo, difíceis de serem transportados para modelo humano, uma vez que a definição de transtornos de gênero em animais baseia-se, exclusivamente, na análise do comportamento das posturas de montaria dos machos e de lordose das fêmeas. Estas hipóteses são bem consideradas, porém ainda carecem de confirmação.

Encontro em Lobato et al. (2001) que Swaab et al. (1995), em estudo histopatológico do núcleo hipotalâmico (*bed stria terminalis*), demonstrou que este, em transexuais masculinos, é semelhante, em tamanho, aos núcleos de mulheres heterossexuais. O núcleo da *stria terminalis* é sexualmente dimórfico em humanos: ao nascimento, esses núcleos contêm somente 20% das células encontradas em crianças de 2 a 4 anos. Após este período, um decréscimo no número das células ocorre nas meninas, o que não se repete nos meninos. Sugere-se que a falha nesse processo esteja associada a diferenciações sexuais “anômalas”.

Ainda a respeito da citação de Vieira, na qual ela associa a gênese do transexualismo a fatores biológicos e sociais, esta se deve ao fato de que o gênero é uma construção social a qual acaba, em menor ou maior grau, determinando o perfil de feminilidade e masculinidade que se espera de cada um dos sexos. Todavia, o nexos entre o sexo anatômico e o gênero, em geral, se estabelece em torno dos dois a três anos de idade. Conforme Stoller (1985), este encontro não se operacionaliza no transexual, advindo daí uma série de outras repercussões na realidade social destes sujeitos.

Não há estudos epidemiológicos recentes que forneçam dados quanto à prevalência de distúrbio de identidade de gênero, mas, segundo o *Diagnostic and Statistic Manual IV, 1995* (Manual de Diagnóstico e Estatística – DSM IV 1995), da Associação Americana de



Psiquiatria, há referências de que sejam aproximadamente 1 para 30 mil homens adultos (pessoas com genitais masculinos e identidades femininas) e 1 para 100 mil mulheres (pessoas com genitais femininos e identidade masculina). Ramsey (1998) diz que, pela sua experiência clínica, a proporção entre homem-mulher e mulher-homem é bem menor. O segundo grupo, no entanto, não chega a buscar tratamento cirúrgico porque os resultados da cirurgia não oferecem o mesmo nível de qualidade.

De acordo com o DSM IV 1995, cujos critérios são utilizados no Brasil para diagnóstico, a disforia de gênero é o sentimento de infelicidade ou depressão quanto ao seu próprio sexo e para chegar a este diagnóstico é necessário:

Uma forte e persistente identificação cruzada de gêneros, ou seja, o desejo de ser, ou a insistência em que se é, do outro sexo; não apenas um desejo por qualquer suposta vantagem cultural em ser o outro sexo, mas evidência de um persistente desconforto com o sexo que lhe foi atribuído, ou um sentimento de impropriedade do papel sexual daquele gênero; diagnóstico excludente de condição intersexual física; presença de angústia ou impedimentos clinicamente significantes em áreas importantes de funcionamento como social e ocupacional (DSM IV, 1995).

Na maioria dos casos começa ainda na infância, sendo que algumas famílias referem que já observavam sinais aos 3 anos de idade; estes são classificados como *transexuais primários*, conforme Costa (1994) e Verde & Graziotin (1997). Nos meninos, que são chamados transexuais “macho-fêmea”<sup>6</sup>, a identificação transgênérica se manifesta por uma marcada preocupação com atividades tradicionalmente femininas. Podem ter preferência por se vestirem com roupas de meninas, ou podem improvisar estes itens, como relatou uma mãe em entrevista, por ocasião do ingresso no programa de Transtorno de Identidade de Gênero:

---

<sup>6</sup> Para evitar confusões terminológicas ao definir o sujeito transexual, no X Congresso Internacional da Harry Benjamin Internacional Gender Dysphoria Association (HBIGDA), realizado em 1987 em Amsterdã, foi decidido que se usasse a terminologia “male-to-female”, ou seja, macho-fêmea e fêmea-macho, isto é, indicando com o primeiro termo o sexo biológico do indivíduo e com o segundo o sexo de re-atribuição (VERDE & GRAZIOTIN, 1997, p. 49).

**Fragmentos de narrativas dos sujeitos**

*Meu filho usava o pano de louças ou jornal para fazê-lo de mini-saia, em torno dos 5 anos de idade. Entrevista 17.*

*Outra mãe contou: nós morávamos no interior ele pegava “barba de pau” (erva que dá em algumas espécies de árvore) e fazia uma espécie de peruca para encompridar os cabelos, porque eu mandava cortar bem curtinhos. Entrevista 23.*

Há também uma forte atração pelos jogos e passatempos nitidamente de meninas. Ao brincar de casinha, em geral, eles ocupam o papel de mães e uma das bonecas preferidas é a Barbie, que tem traços estereotipadamente femininos. Da mesma forma, evitam brincadeiras violentas ou brinquedos tipicamente masculinos como futebol, revólveres e caminhõezinhos, como mostra o trecho do depoimento de uma mãe, por ocasião do ingresso ao programa:

**Fragmentos de narrativas dos sujeitos**

*Quando eu casei, ganhei uma boneca da minha madrinha porque eu estava com 16 anos e o meu marido com 20 anos e este foi o primeiro brinquedo pelo qual “ele” se interessou. O pai tinha sonho de levá-lo ao futebol, mas ele nunca, nunca chutou uma bola. Entrevista 38.*

Freqüentemente expressam desejo de ser meninas e que ao crescerem serão mulheres. Desde cedo manifestam repulsa pelo seu pênis, escondendo-o e até fazendo referência a extirpá-lo. Revelam profundo mal estar em freqüentar o banheiro masculino, na escola.

Fragmentos da entrevista 133 desvelam a narrativa de mais uma das participantes do programa, 20 anos, cabeleireira, e reitera o que está sendo dito:

**Fragmentos de narrativas dos sujeitos**

*Aos nove eu já fazia xixi sentada. Assisti a um programa com Roberta Close e decidi que queria ser mulher. Aos nove anos vi que aquele órgão eu não precisava ter. Eu nasci brincando de Barbie com as minhas primas. O meu pai não aceitava e brigava com a minha mãe e com a minha avó, porque elas deixavam. Eles moravam no mesmo terreno da minha avó, mas acabaram se mudando e eu fiquei com os avós. Com 14 anos fui morar com eles, mas brigavam muito por eu ser “afeminado demais”. O meu pai me fazia raspar a cabeça e vestir roupas masculinas ao extremo. Eu tinha que me parecer com o meu irmão mais moço. Deixei de estudar para trabalhar com 15 anos. Queria ser cabeleireira, porque é mais fácil para “homossexual”. Meu pai odiava quando eu dizia isso, ele não queria de jeito nenhum. Mas foi ele quem me deu o salão. Hoje ele está começando a me engolir. Namorar numa cidade pequena é difícil. Fui nos bailes da Semana Farroupilha vestida de prenda e no terceiro fui posta pra fora. Lá conheci um rapaz e ele perguntou quem era aquela loirona, disseram que era um “traveco”. Depois de dois meses nos encontramos e passamos a sair escondidos. Ele tem namorada... Os colegas ficaram sabendo, mas ele nega. Entrevista 133.*

O depoimento concorre para confirmar, como tantos outros que constam nos diários de campo, o duelo estabelecido com o seu corpo, o qual vai se alastrando pelas diferentes áreas da sua vida, como no acesso ao banheiro feminino, os brinquedos proibidos pela família e a manifestação de violência que se reveste no corte de cabelo, quando chega ao extremo que é “raspar”. O cabelo raspado nem sempre se constituiu num símbolo masculino, muito pelo contrário: heróis e figuras históricas são representados ou usavam longas cabeleiras, como, entre outros, Jesus Cristo, cavaleiros andantes, imperadores romanos e Tiradentes. Mais recentemente, o cabelo longo passou a representar rebeldia e contestação aos padrões tradicionais estabelecidos, através das manifestações da juventude dos anos 70, tendo como um dos seus ícones os Beatles. Já o cabelo raspado servia como um estigma destinado aos loucos, aos asilados, aos presos e aos soldados, dos quais era expurgado o direito à vaidade,

bem como representava a ausência de condições de cuidá-lo se a sua presença servisse de leito para piolhos. Era uma das marcas da exclusão. A exclusão passa a ser uma companheira precoce e permanente: da escola, parcialmente da família, dos bailes e da capacidade de ser reconhecida publicamente como uma pessoa desejada e amada. A envergadura para sobrepor-se às manifestações de hostilidade me conduz a **perguntar de que barro foram feitas estas pessoas, que conseguem suportar o calor desta queima?**

As meninas, chamadas transexuais de mulher-para-homem, com distúrbio de identidade de gênero, frustram as expectativas dos pais, negando-se a usar roupas e adereços femininos. Com frequência, opõem-se a participar de eventos sociais, se para isso for preciso usar peças femininas. Frequentemente, elas são confundidas como meninos e procuram adotar apelidos para serem chamadas. O nascimento dos seios e a menstruação são fatores de intenso sofrimento. Tanto é assim que, logo que podem, elas procuram o cirurgião plástico para retirada das mamas, pois consideram que este é o símbolo público da feminilidade, enquanto a menstruação sofre diminuição com a ingestão dos hormônios. O uso destas medicações, diferentemente do transexual homem/mulher, não inicia através de orientações que buscam junto aos travestis, mas com a observação que fazem dentro da família, quando mães, irmãs ou tias utilizam anticoncepcionais via oral. Outro dado relevante a destacar quanto aos transexuais do tipo mulher-para-homem é o fato de que ela(e)s não revelam ter sofrido rechaço da família, nem discriminação na escola.

**Fragmentos de  
narrativas dos  
sujeitos**

*João tem 23 anos, procedente do interior, estatura média, cabelos claros, olhos azuis, sorriso fácil e bem humorado. Nada faria pensar que não fosse um rapazinho, só que com menos idade do que tem. Talvez pela ausência da barba. Conta que desde criança gosta de mulher e sempre sentiu vontade de ser um rapaz. Diz que: “minha mãe sabe, mas como diz aquele ditado: ela não fede nem cheira”. Chegou até o hospital porque uma amiga mostrou-lhe uma reportagem e, como estava em acompanhamento psicológico, mostrou para a sua terapeuta que o encaminhou para a prefeitura a fim de marcar consulta. A mãe, quando soube, perguntou-lhe se esta consulta seria para ele se “endireitar ou entortar”; o irmão, que estava presente, respondeu: “entortar não vai, já está torto. E aí – conclui –, todo o mundo riu”. Ele conta que os irmãos sabem da sua condição e aceitam, “nunca tive problemas no local em que nasci e me criei, todos me conhecem” e completa rindo: “às vezes eles duvidam que eu seja uma guria”. Quanto ao nome adotado, ele foi quem escolheu: “eu fui morar com a minha tia, e lá estavam uns guris jogando bola. Eu fiquei parado olhando, querendo jogar, mas com medo. Ai perguntaram o meu nome, e eu pensei: se eu disser eu to fora, aí disse Jô, porque não era tão diferente do meu nome. Ai me convidaram. Cheguei em casa e contei, acharam graça. Muitos passaram a me chamar assim, outros não”. A mãe o chama pelo nome de batismo, ao que ele diz: “acho que ela não acredita. Ela fez uma menina. É estranho para ela. Às vezes eu pego ela pensando, é como se ela tivesse feito alguma coisa de errado”. Conta que não gostava de menstruar e sentia muita cólica. A sua madrasta mandou tomar um contraceptivo, que teve o efeito de suspender a menstruação e ele conclui: “eu fui aberto com eles, tenho mais facilidade pra falar com o meu pai”. Entrevista 132.*

Diferentemente, os masculinos/femininos, na escola, são vítimas de discriminação e de brincadeiras pejorativas por parte dos colegas, principalmente dos meninos, muitas vezes chegando à agressão física, em especial nas escolas do interior, onde o machismo é valorizado. É nesta fase, também, que muitas famílias são alertadas para as diferenças, pelos professores. Convém dizer que também algumas escolas reforçam condutas preconceituosas, permitindo a expansão de um clima persecutório, servindo de estímulo à evasão escolar e ao isolamento social, como representa o depoimento do sujeito que participou da entrevista 106:

**Fragmentos de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Eu tinha alguns professores que insistiam em me chamar pelo nome da chamada, mesmo a minha mãe e o meu pai tendo ido lá na escola falar com eles sobre o meu problema. O professor de português, ainda por cima, toda vez que eu perguntava alguma coisa, ou ele me perguntava, ele me dizia: "Sim, Senhor". Ele só não me rodou porque eu gostava muito de português e tirei 9.2. Agora, com a professora de matemática eu tive uma briga e acabei desistindo de estudar. Ela me chamava pelo nome da chamada, um dia briguei com ela, veio a diretora, que me chamava pelo meu nome novo, e deu razão para ela. Disse que me compreendia, mas que a professora também tinha o direito de me chamar por aquele nome. Saí da escola e vou esperar completar a idade para fazer supletivo. Entrevista 106.*

A história relatada aponta para a presença das instituições em manter a vigilância dos princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas, os quais se reconhecem como Ética. Estes princípios são normatizados através da moral e, portanto, a moralidade humana deve ser enfocada no contexto histórico e social. A escola tem o compromisso de conhecer a diversidade de valores presentes na sociedade brasileira, e é imperativa a referência nacional brasileira que é a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Nela se encontram elementos em que se identificam questões morais, como o art. 1º, que traz, entre outros, como fundamentos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político. A idéia segundo a qual todo ser humano, sem distinção, merece tratamento digno corresponde a um valor moral. Segundo esse valor, a pergunta de como agir perante os outros recebe uma resposta precisa: agir sempre de modo a respeitar a dignidade, sem humilhações ou discriminações em relação a sexo ou etnia (MEC, 2005).

Por outro lado os homens têm direito de ter suas opiniões, de expressá-las, de se organizar em torno delas, desde que não submetam os demais a tratamento humilhante. Outro

aspecto a ser distinguido diz respeito justamente ao caráter democrático da sociedade brasileira. A democracia é um regime político e também um modo de sociabilidade que permite a expressão das diferenças, a expressão de conflitos, em uma palavra, a pluralidade. Portanto, para além do que se chama de conjunto central de valores, deve valer a liberdade, a tolerância com o diferente, com a diversidade. A ética é um eterno pensar, refletir, construir. MEC (2005). A escola deve educar seus alunos para que possam tomar parte nessa construção, serem livres e autônomos para pensarem e julgarem, e como a matéria-prima é a educação, considera-se que se trata de um lugar privilegiado e por isso mesmo um espaço fecundo para a superação das contradições que permeiam a nossa sociedade.

Ainda sobre o fragmento da narrativa identificada como 106, problematizo também a afirmação de que o professor teria o direito em chamar a aluna pelo nome de registro. As ações humanas se assentam no tripé da ética, da moral e do direito. Deste modo, a Ética é o estudo geral do que é bom ou mau e um dos objetivos da Ética é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela é diferente de ambos - Moral e Direito - pois não estabelece regras. Esta reflexão sobre a ação humana é que a caracteriza, segundo Goldim (2005). Sendo assim, o direito alocado ao professor colide com o direito que tem a pessoa de ser conhecida como aquela que é, e de não ser confundida com outrem. Ainda sobre esta questão:

A célebre diáde “ser ou não ser”, invocada na tragédia shakespeariana, atravessa incólume os séculos e é agora retomada pelo Direito de modo a garantir a identidade dos sujeitos de direito que, protegidos constitucionalmente (“Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...), têm a prerrogativa de viver sua real identidade, de modo pacífico e seguro, mesmo que a aparência nem sempre apresente com precisão os contornos da invocada identidade (SZANIAWISKI, 1998, p. 11).

Em contrapartida à postura dos professores referidos no depoimento 106, a escola também tem tido um papel fundamental na tarefa de incluir os alunos na comunidade escolar, bem como é lá onde muitas vezes são acionados os recursos para atendimento especializado. A escola compartilha com a família este período do desenvolvimento, onde fica mais evidente a necessidade do transexual de usar, publicamente, as roupas do sexo que socialmente não lhe é designada. Para os meninos, esta é uma época em que eclodem os conflitos familiares. O ato de “pegar” as roupas das irmãs, da mãe, já não satisfaz em ser de uso privado e pouco a pouco passa a ser público. O *cross-dressing*, para a família, é vivido como uma agressão, principalmente para os pais. Os conflitos explodem, às vezes, em agressões físicas com a tentativa de remover a idéia. Em famílias cuja autoridade é exercida com rigidez, é freqüente o adolescente sair de casa, mesmo que os objetivos do afastamento aparentemente sejam de outra ordem, para que possam usar as roupas do sexo oposto - *cross-dressing*<sup>7</sup>. Retornam para a convivência familiar após negociarem a aceitação do uso das novas indumentárias e do novo nome adotado.

Adultos com este distúrbio não se sentem confortáveis em serem vistos por outras pessoas, bem como em funcionar em sociedade como membros do sexo com que nasceram. Com o *cross-dressing*, a hormonioterapia e a eletrólise<sup>8</sup>, para homens, estes indivíduos passam convincentemente como sendo do outro sexo, inclusive porque seus gestos e maneirismos não são tão estereotipados como nos homossexuais e travestis.

---

<sup>7</sup> Não há em português uma expressão que identifique esta prática entre os transexuais. Comumente é usada a expressão transvestir-se, porém tem um sentido diferente, por isso, adotarei o termo em inglês.

Cross – cruzar, atravessar, transpor, passar por, estender-se sobre. Gíria: fazer fraude em competições esportivas, trair, enganar. Adjetivo: atravessado, transversal, oblíquo, oposto, contrário. Dressing - ação de vestir, ornar, enfeitar, preparar, decorar, arrumar-se (AMERICA ON LINE, v.1, 2001).

<sup>8</sup> Eletrólise – Processo utilizado para depilação definitiva de pelos e, no caso dos transexuais em especial, da barba.



A atividade sexual com seus parceiros, em geral, é reificada, para que não toquem em seus genitais. Através da conduta sexual é que se evidenciam as diferenças: o transexual não usa os seus genitais como fonte de prazer; ao contrário, abomina-os e, no caso dos homens, não aceita a ereção do pênis nem a ejaculação. Já os travestis gostam de se vestir como o outro sexo, mas encontram prazer sexual através dos seus genitais e jamais pensariam em recorrer à cirurgia de transgenitalização. Os homossexuais estão em conformidade com o seu sexo de nascimento, gostam do seu corpo, apenas encontram prazer sexual com pessoas do mesmo sexo.

Angústia e sentimento de incapacitação, em indivíduos transexuais, aparecem ao longo do ciclo vital. Em crianças pequenas, a aflição aparece no estado de infelicidade quanto ao sexo que lhe foi designado. A perturbação pode ser tão abrangente que a vida mental de alguns deles gira em torno de atividades que diminuem a tensão do gênero. Muitas vezes fica limitado aos cuidados excessivos com a aparência. Há situações extremas quando chegam a ter depressão, idéias suicidas e de mutilação. Nas narrativas dos transexuais masculinos-femininos, com muita freqüência aparece em algum momento das suas vidas a prostituição. Este dado prenuncia uma hipótese de que esta conduta esteja associada a história de marginalização e exclusão social, onde se sentem compelidos a abandonar a escola, bem como qualquer outra forma de profissionalização.

A possibilidade de o transexual entrar em consonância entre a sua identidade sexual e identidade de gênero, entre o seu corpo biológico e o seu desejo, é através da cirurgia de transgenitalização, também designada como *reconfirmação cirúrgica do sexo – RCS*. Convém destacar, todavia, que:

Na realidade, enquanto para o Estado, para o registro em cartório e para o papel a mudança é possível e completa, permanece profunda dualidade entre a identidade biológica inicial e a identidade morfológica adquirida à custa de muitas intervenções. Por isso, é mais correto falar em “reatribuição” cirúrgica e de registro de nascimento de sexo, do que falar em “mudança”, porquanto o sexo biológico permanece invariável (VERDE & GRAZIOTIN, 1997, p. 50).

Ramsey (1998) acrescenta que, além do que foi posto pelos códigos internacionais de doenças, a sua experiência de trabalho de mais de vinte anos com transexuais mostra que para chegar a este diagnóstico também se faz necessário que os indivíduos busquem tratamento hormonal permanente e/ou cirurgia de redesignação sexual; que completem algumas fases de tratamento hormonal e/ou cirurgia de redesignação, e estejam satisfeitos com os resultados; aspirem a um tratamento hormonal e/ou a uma cirurgia de redesignação sexual, mas que – por razões religiosas, políticas, financeiras ou outras – não podem participar ativa, plena ou politicamente neste processo. Além disso, chama a atenção, e a minha vivência profissional corrobora, que a experiência com a transexualidade não é passageira, e

poderia ser descrita como imutável na maioria das instâncias. O processo transexual – a jornada que começa com uma terapia e vestir-se como o outro sexo, passa por tratamento hormonal e termina em cirurgia – não é um capricho passageiro. É a busca consistente de integração física, emocional, social, espiritual e sexual, conquistada a enormes penas pessoais (RAMSEY, 1998, p. 32).

A revisão da literatura publicada aponta que mesmo nos países onde a divulgação sobre o tema é freqüente, nada indica que a realidade social possa influenciar as pessoas a almejem ter seus genitais excisados, assim como as variáveis como criminalidade, doença mental ou retardo mental ocorrem no transexual bem como na população em geral, e em números proporcionais. Encontram-se transexuais em todas as raças, países, faixas etárias e grupos religiosos. O fenômeno existe, em alguns casos, na aparente ausência de conhecimento sobre outros transexuais. Transexuais vieram de remotos vilarejos, aonde a mídia não chega.

É possível afirmar que os transexuais não escolhem, no sentido tradicional, ser transexuais, muito pelo contrário: em seus depoimentos afirmam que não o fariam, diante de todos os sofrimentos impostos por uma sociedade que os discrimina.

Até aqui, referencio as histórias de disforia de gênero que se manifestaram ainda na infância, porém há aquele tipo que foi designado como *transexualismo secundário*, conforme Costa (1994) e Verde & Grazzziottin (1997), cujo surgimento ou acentuação é após a adolescência ou na idade adulta. Situações como estas reservam algumas peculiaridades e vou valer-me dos registros do meu diário de campo para ilustrar:

*Dirigiu-se à secretária uma pessoa que não falava, limitava-se a apontar para o papel do encaminhamento. Fui então chamada. Encontrei alguém alto, magro, cabelos escuros e grossos em desalinho, amarrados sobre o pescoço, calça de abrigo, camiseta, rosto comprido, nariz adunco, uma figura de aparência andrógina, mas que pela estética parecia ser homem. Apontou o encaminhamento do médico e falou comigo num tom tão baixo que não foi possível ouvir. Na sala, então, informou que não falava em público, pois a sua voz, disse-me: “é grossa e me denuncia”. A voz o denunciava como sendo homem, embora aos 29 anos tivesse a certeza de que era uma mulher. Estava desempregado (a) casado (a) e com um filho que, embora separado, morava com a esposa num anexo construído junto à casa de seus pais. Depois que saiu do quartel, foi trabalhar em uma loja e tinha como colega uma jovem de quem se tornara amigo (a). Esta pessoa perdeu a mãe e logo o pai casou novamente. Esta união não foi aceita por ela, criando-se um clima de hostilidade no ambiente doméstico, ensejando-lhe profunda vontade de sair de casa. O jovem, que até então nunca havia namorado, penalizou-se da amiga e propôs que se casassem, pois deste modo ela não precisaria continuar morando com a família. Assim aconteceu. Ele, porém, não a procurava sexualmente. Passado um tempo, ela quis saber o que se passava com ele. Então foi-lhe revelado que se sentia uma mulher, por isso não a desejava. Ela entendeu, mas não deixava por menos: queria um filho. Eles acordaram então que só teriam relações sexuais com esse fim. Nesta época já começara a fazer incursões nas roupas das irmãs, pedindo-lhes uma ou outra peça emprestada. Os pais, já velhos, ainda nada sabiam. Nasceu o filho e continuaram morando juntos. A “esposa” começou a namorar um outro rapaz, e durante um tempo moraram os quatro juntos. Posteriormente, o novo casal mudou-se de casa e ela engravidou. O novo companheiro entrou com pedido judicial para adotar o menino, com a aquiescência do então pai biológico. Entrevista 5.*

O relato da Entrevista 5 ilustra o quanto o transexualismo secundário ou pseudotransexualismo exige de especial atenção, a fim de que sejam descartados problemas psiquiátricos subjacentes, que podem vir acompanhados do pedido pela cirurgia de redesignação sexual. O risco do equívoco se baseia na forte convicção por uma solução aparentemente radical, mas que é ilusória e “é duplamente tranqüilizante para esses sujeitos, porque desvia o problema da psiquê para o soma. O seu desvio tem, portanto, a sua lógica interna muito forte” (VERDE & GRAZIOTTIN, 1997, p. 79).

O transexualismo tardio também foi tema do filme Normais (ANDERSON, 2003), que na primeira seqüência mostra um casal na cerimônia das suas bodas de prata e o marido, no ritual religioso de confirmação do casamento, frente ao pastor, tem um mal súbito e cai desacordado. Na seqüência seguinte, o casal encontra-se sentado frente à mesa do pastor que o aconselha a descansar mais, sugerindo que ele possa estar preocupado com o excesso de trabalho. Coloca-se à disposição para ouvi-lo individualmente, pois quem sabe isso poderia ajudá-lo a identificar o que o assombra. Ele refuta o convite afirmando que ele sempre fora fiel e leal à sua esposa e como tal não tinha o que falar ao pastor o que ela não pudesse saber. Revela, então, com calma e certa naturalidade, que há anos soterrava a convicção de que era uma mulher, mas que agora não poderia mais continuar ocultando para ele mesmo e para todos os demais esta condição.

A película oferece a oportunidade de entender a universalidade do fenômeno da transexualidade, as suas manifestações, como a família e a sociedade reagem e as possibilidades de superação. A história também vem confirmar o pressuposto de que o transexual venha a assumir tardiamente a sua condição, embora na sua vida íntima sempre tenha se sentido pertencer a um outro sexo, e que por diferentes motivações, mas, sobretudo

para responder às fortes pressões familiares, assuma papéis sociais compatíveis ao seu sexo biológico. Assim vai vivendo até que determinadas circunstâncias vão impeli-lo, mesmo que compulsoriamente, a uma avaliação a respeito da autenticidade da sua vida. É quando decide tornar pública a sua, até então, aprisionada condição. Mesmo descortinando-se os múltiplos das motivações, todas irão revelar que os atores ficaram sujeitados aos grilhões do seu “Cavalo de Tróia”.

### 1.3 INCURSÃO HISTÓRICO-CULTURAL: DA FOGUEIRA À DIVINDADE

A revisão da literatura, de como as questões de sexo e de gênero são vistas ao longo da história, conduz a reconhecer a importância da contextualização histórica e ideológica da sociedade, para a compreensão destes fenômenos. A transexualidade como tal é caracterizada, hoje, como um fato relativamente novo, visto que tem cerca de cinco décadas. No entanto, como destaca Farina (1982) através das narrativas de mitos e de lendas<sup>9</sup>, pode-se inferir a sua presença desde os primórdios da humanidade, muito embora nem sempre haja distinção entre o transvestismo, a transexualidade e o hermafroditismo. A história compreende lugar, tempo e ação, e trilhando o seu caminho é possível identificar que o desconhecido, o diferente tem suscitado sentimentos paradoxais, como a possibilidade de condená-los à fogueira ou a de se lhes atribuir divindades; todavia aquela trilha não permanece fixa, segue o movimento da história, podendo levar à superação, que pode ser o lugar, a ação e o tempo presente.

---

<sup>9</sup> Mito - Narração, por autor desconhecido, dos tempos fabulosos, objetivando explicar os fenômenos, a origem do homem, dos costumes, instituições, religiões, envolvendo sempre façanhas dos deuses ou dos heróis (SANTOS, 2001 p. 717). Lendas – Narrativa, transmitida pela tradição, de eventos cuja autenticidade não se pode provar (AMERICA ON LINE, v. 1, 2001).

A mitologia narra que Hermes e Afrodite tiveram um filho, o Hermafrodito, cujo nome é o resultado da junção dos seus. Conta a lenda que era um jovem de uma enorme beleza, inspirando forte paixão à ninfa Salmácia, que ao encontrá-lo banhando-se num lago agarrou-se a ele, pedindo aos deuses para nunca mais os separarem. Os deuses então juntaram os dois amantes em um só corpo, criando um andrógino, isto é, um ser dotado de dupla sexualidade (QUESNEL, 1996).

Entre os imperadores romanos corre a lenda sobre a mudança de sexo como a história de César que, num acesso de fúria, matou sua mulher grávida, com um golpe em seu ventre. Posteriormente arrependido e atormentado pelo remorso, encontrou um escravo que guardava feições semelhantes às de sua falecida mulher, impelindo-o a desposá-lo. O imperador ordenou, então, que um médico fizesse a cirurgia de castração para transformá-lo numa pessoa do sexo oposto e, desta forma, ambos puderam casar. Nesta mesma linhagem, há referências de que o imperador Heliogábalo (218 a.C) considerava-se mulher, “exigindo que o chamassem de “senhora” e de “rainha”, tendo ele se casado com um escravo de quem se tornara “mulher”, chegando a oferecer como recompensa a metade do império ao médico que transformasse a sua genitália em genitália feminina (SZANIAWSKI, 1998). Outras fontes não fazem referência a este dado, mas a que era reconhecido como homossexual e travesti, e nem sua mãe nem sua avó conseguiram controlá-lo dos excessos sexuais, promovendo a revolta na população que acabou aprovando a sua execução.

Farina (1992) diz ter empreendido uma revisão histórica sobre o tema e aponta autores para contar que nos relatos de Hipócrates há referência a ter havido na Europa oriental uma tribo de Citas, os Sauromatas, cujas mulheres tinham o seio direito destruído, cauterizado a ferro quente, ainda crianças, para que se tornassem ágeis no uso de arco e flecha. Eram

denominadas de amazonas, que significa sem mamas (a = sem, mazo = mama), e continuavam virgens até matar três inimigos, quando então estavam autorizadas a casarem. Após o casamento deveriam abdicar da montaria.

A perspectiva religiosa, ao longo dos tempos, tem se sobreposto ao entendimento dos procedimentos sexuais, sobretudo naqueles que estavam fora da prática de procriação. Na Idade Média, comportamentos semelhantes ao transvestismo eram considerados manifestações demoníacas passíveis de perseguição, condenação e morte. Uma das sanções mais conhecida sobre casos semelhantes foi o de Joana D'Arc, filha de camponeses que nasceu em 1412 e desde pequena distinguia-se por sua índole piedosa e devotada. Aos treze anos declarou que podia ouvir a voz de Deus, que a exortava a ser boa e a cumprir os deveres cristãos e a mesma voz, posteriormente, ordenava-lhe que libertasse a cidade de Orléans do jugo inglês. Chegando à cidade, Joana intimou o inimigo a render-se. O entusiasmo dos combatentes franceses, fortalecido pela estranha figura da aldeã-soldado, fez com que os ingleses abandonassem o domínio da cidade. Numa seguinte batalha foi ferida, presa e sem direito a defensor, ficando confinada numa prisão laica e guardada por carcereiros ingleses. Joana d'Arc foi então submetida a um processo por heresia. Para transformar a pena de morte em prisão perpétua, assinou um perjúrio em que prometia, entre outras coisas, não mais vestir roupas masculinas, como forma de demonstrar sua subordinação à Igreja. Dias depois, por vontade própria ou por imposição dos carcereiros ingleses, voltou a envergar roupas masculinas. Foi condenada à fogueira por heresia pela Inquisição em 1432. As descrições nas biografias e na filmografia de Joana D'Arc indicam tratar-se de uma transexual. A sua conduta como tal colaborou para a sua condenação, muito embora os soldados e a população francesa a aclamassem como santa, o que a levou, depois de séculos, a ser beatificada pela Igreja que a condenou à fogueira.

Os casos de hermafroditismo também eram regulados pela Igreja e depois de determinado a que sexo o sujeito pertencia não poderia haver mudança, sob pena de ele ser queimado. Mercader (1994) relata que em 1601 uma jovem de quinze anos começou a desenvolver caracteres masculinos, usando roupas masculinas e namorando uma mulher: foi condenada porque “escolheu mal suas vestimentas, usurpou o nome e quis mendigar falsamente o sexo de um homem, com o que violou a natureza, ofendeu a honestidade pública, enganou a Igreja e profanou seus sacramentos” (MERCADER, 1994, p. 22). Todavia foi salva por um médico que o(a) examinou e identificou nele(a) genitais masculinos.

Assim, há uma série de casos relatados até que, no início do século XIX, o fenômeno deixa o julgamento religioso e passa para o Direito Penal, ficando sujeito à punição se atentasse contra os bons costumes. Há neste mesmo tempo a tendência da medicina em considerar estas pessoas portadoras de graves problemas mentais, e muitas vezes houve a indicação de hospitalização. Posteriormente, passaram a ser vistos pela psiquiatria como portadores de inversões, tendo aí uma conotação de patologia pela qual estavam sujeitos à recomendação de castração (MERCADER, 1994).

Utilizando-me da produção da autora supracitada para revisitar a história, encontro que em 1903 Freud, numa entrevista, declarou: “Sustento que o homossexual não tem nada que fazer frente a um tribunal. Inclusive estou seguro de que os homossexuais não têm que ser tratados como enfermos, pois uma orientação sexual perversa está muito distante de ser uma enfermidade” (MERCADER, 1994, p. 28). Esclarecia, também, que a disposição à perversão fazia parte do desenvolvimento da constituição normal, bem como reconhecia que a psicanálise teria poucas possibilidades de modificar este dado, sendo necessária a



investigação biológica. Posteriormente, ele viria a opor-se aos colegas que não queriam o ingresso de homossexuais nas sociedades psicanalíticas.

Na Alemanha, em 1897, segundo a autora referida, foi fundado um Comitê Humanitário com o objetivo de defender os homossexuais “congenitos” da condenação legal, e como resultado surge o entendimento da existência de um terceiro sexo, que permitia agrupar num mesmo conjunto aqueles com ambigüidades genitais, os de comportamento andrógino e os que elegiam um objeto amoroso homossexual. Foi a primeira tentativa de criar categorias distintas, separando a dos homossexuais das demais. No século seguinte, naquele país, os travestis recebiam um atestado médico<sup>10</sup>, explicando a sua condição a fim de evitar que fossem presos por andarem com roupas que não eram compatíveis com o seu sexo. O movimento social e teórico que construiu a noção de perversão desaparece com a chegada do nazismo e da Segunda Guerra Mundial<sup>11</sup>, quando os homossexuais, militantes ou não, eram enviados aos campos de concentração e recebiam um triângulo cor de rosa para identificá-los (MERCADER, 1994). Possivelmente este fato veio a colaborar para a retomada dos estudos sobre as diferenças sexuais, principalmente pelos Estados Unidos, como veremos no tópico seguinte.

Para trazer o aporte da Antropologia, vou usar como referência James (1998) que, para contribuir com o conhecimento sobre a transexualidade, explora a variedade e os diferentes

---

<sup>10</sup> O jovem médico que liderava esta ação era Henry Benjamim, que viria a emigrar para os Estados Unidos, tornando-se uma referência mundial quanto ao diagnóstico e tratamento da transexualidade (MERCADER, 1994).

<sup>11</sup> Na Espanha, por ocasião da Guerra Civil (1936-1939), o General Franco também perseguia os homossexuais, sendo que o escritor Federico Garcia Lorca foi por ele perseguido e posteriormente morto, tanto pela sua convicção socialista como porque tornara pública sua homossexualidade. A Igreja Católica sempre firmou fortemente sua posição contrária à homossexualidade, e a Espanha era um país católico, bem como a Alemanha, que além do movimento nazista, tinha um terço da sua população nesta crença. Diferente foi na religião protestante, que não manifestou sua opinião a respeito deste tema.

caminhos nos quais sexualidade e gênero são entendidos em outras culturas e, conseqüentemente, pode realçar a importância de separar os conceitos de sexo e de gênero.

A divisão de humanidade entre masculino e feminino poderia, através da capacidade de se reproduzir, parecer como o mais fundamental e inalterável pilar das sociedades humanas em qualquer lugar do mundo; no entanto, os materiais históricos e transculturais sugerem que isto está longe do caso (JAMES, 1998). Até o final do século XVIII, só existiria um sexo, do ponto de vista médico e popular. O sexo feminino seria uma versão do masculino. Essa variação interpretativa gerava sugestões de que a identidade de gênero poderia ser uma marca mais importante na personalidade de uma pessoa do que a identidade sexual anatômica, e esse dado não é de todo sem importância.

Faz-se necessário deixar claro que, para a Antropologia, a expressão “identidade sexual biológica” está sendo usada para referir o sexo biológico, se é anatomicamente masculino, feminino ou um terceiro sexo que está em algum lugar entre os dois. “Identidade sexual”, por outro lado, refere-se às idéias, à cultura de como ser um homem, ou mulher, ou até mesmo um “meio termo”, e como são reconhecidos pelos seus corpos, como se chamam, como se comportam, e o que pensam de si mesmos. Daí sucede que o sexo não determina o papel de gênero nas transculturas<sup>12</sup>; isto explica como em algumas sociedades homens podem adotar comportamentos mais educados que os das mulheres, enquanto mulheres adotam posições mais agressivas. Estes dados foram originalmente explorados com profundidade por Mead (1973), casos clássicos de cultura mista de sexo e comportamento, onde havia aceitação difundida, diferente do padrão universal, de tarefas e comportamentos dirigidos para um determinado sexo. Um homem definido anatomicamente assim pode não se considerar como

---

<sup>12</sup> Para James (1998) transculturas são culturas com normas e costumes diferentes das culturas ocidentais contemporâneas.

tal e se comportar como se fosse uma mulher. No mesmo caso, mulheres podem se comportar como homens, como relata o que observou na Nova Guiné<sup>13</sup>:

Os arapesh e os mundugumores têm, cada um, uma só perspectiva, um só quadro da personalidade humana sem ter em conta o sexo; os tchambuli tentam estruturar a personalidade dos sexos de maneira contrastante: esperam que os homens sejam obedientes, aficionados à arte e as mulheres audazes, originais, com maior responsabilidade econômica (MEAD, 1973, p. 19).

O exemplo dos Hjiras, na Índia, é um destes casos. Os hjiras formam uma comunidade religiosa de homens que se vestem e agem como mulheres e seu comprometimento como hjira é demonstrado através da sua impotência como homem, impotência essa geralmente alcançada pelo ato da castração. Quando crianças, eles geralmente mostram interesse em brincar com as meninas, preferem roupas femininas às masculinas e usam maquiagem no olho. Eles podem resolver, por eles mesmos, entrar no papel de hjira pelos 11 ou 12 anos, ou fazer isso um pouco mais tarde, mas na adolescência, ou ainda, como em alguns casos documentados, ter o papel de hjira sugerido pelos pais. Hjiras afirmam que nasceram assim, mas enquanto alguns podem ter nascido com genitais masculinos deformados, a maioria deliberadamente muda o corpo para “não masculino” no fim da adolescência ou começo da idade adulta. No entanto, ao contrário de muitos transexuais ocidentais, após a castração a maioria não faz a vaginoplastia ou o tratamento hormonal para deixar o corpo mais feminino. Tentando entendê-los, James (1998) mostra que próximo dos hjiras está o sentimento de dubiedade: não são nem homens nem mulheres. Diferentemente dos eunucos, que mesmo castrados eram considerados homens, sobre os hjiras ainda pode-se dizer que :

Muitas dessas pessoas são colocadas como meninas no nascimento por conceitos anatômicos e criadas como meninas pela família até a puberdade. No entanto, apesar do desenvolvimento de características sexuais

---

<sup>13</sup> As viagens à Nova Guiné foram realizadas entre 1931 e 1933.

secundárias masculinas na puberdade, ou a incapacidade de desenvolver características femininas, esses indivíduos não adotam uma identidade masculina. Ao invés disso, tornam-se hjiras. Desta forma, “onde a cultura ocidental tenta cuidadosamente resolver contradições e ambigüidades sexuais por negação e segregação, o hinduísmo aparentemente permite confrontar opostos sem uma resolução” (JAMES, 1998 p. 83, tradução minha).

O referido autor descreve o hinduísmo como uma tradição filosófica repleta de imagens que oferecem a possibilidade de um terceiro sexo, que exalta a complementaridade entre homem e mulher. Na mitologia hindu, Siva tem o fálus e a genitália feminina como símbolos, incorporando características masculinas e femininas, mas é visto num papel ascético. Apesar de ter rejeitado o sexo, Siva é uma figura central para rituais procriativos e sexuais. Na cultura hindu a possibilidade de um terceiro sexo é uma questão histórica, e os hjiras desempenham um papel tradicional tanto na mitologia quanto no cotidiano da vida social. Eles têm uma atividade econômica como dançarinos em casamentos, são convidados às cerimônias para garantir a fertilidade dos recém-casados e em troca recebem dinheiro.

Na República Dominicana, em áreas rurais, recém-nascidos eram confundidos como mulheres no nascimento, e criados como tal até que eles subitamente mudavam de papel e começavam a atuar como homens. O entendimento do hermafroditismo era de que se evidenciavam cérebros masculinizados que os compeliavam naturalmente a voltar ao seu sexo dito natural. Essa experiência pretende mostrar a fragilidade da afirmação de que o ambiente social seria o principal fator para um desenvolvimento sexual sem ambigüidade, e de que a definição do sexo deveria ser feita antes dos dois anos e meio, para evitar desenvolvimentos “patológicos” (JAMES, 1998).

A precária situação física e social onde vivem os esquimós do ártico desafia-os a sobreviver numa área gelada e castigada por fortes ventos, o que os torna sempre alertas às

mudanças na natureza. Para isso, através de jogos poderosos e perigosos, ensinam seus filhos a esperarem o inesperado no mundo dos esquimós: “o pouco pode ser tomado por muito, as respostas não são fixas e nada é permanentemente conhecido” (JAMES, 1998, p. 79). A imprevisibilidade da vida no Círculo Ártico também gera, para os esquimós, respostas culturais nas quais tudo e todos estão sujeitos a mudanças e que múltiplas qualidades representam múltiplas e adaptáveis possibilidades. E não existe melhor exemplo desse traço cultural do que o gênero das crianças:

No Labrador e na Groenlândia oriental a decisão é tomada no nascimento. Decide-se por criar crianças no sexo oposto. Garotos são criados como garotas e vice-versa. Às vezes isso é feito para reencarnar um filho ou outro parente morto, e às vezes isto é feito porque os parentes queriam uma criança com sexo diferente do qual ela nasceu e geralmente a motivação é de ordem prática. Se todos os filhos anteriores fossem meninas, um novo caçador seria necessário. Se os filhos anteriores fossem apenas meninos, a prioridade seria uma menina para ajudar nas tarefas domésticas. Essas crianças são vestidas e criadas com as características do sexo escolhido e a elas são ensinados os conhecimentos dos mesmos. A educação transexual às vezes termina na adolescência; em outros casos, a educação e a identidade transexual dura a vida toda (JAMES, 1998, p. 80).

Como resultado da adaptação humana, essas práticas talvez não possam ser melhoradas, e por isso o significado real não está aqui. Pelo contrário, as práticas sociais dos esquimós apresentam importantes questões sobre a elaboração de uma identidade social, de gênero e da sociabilidade em particular.

A Antropologia oferece um útil relativismo cultural, que permite considerar o meio em que a cultura molda e é moldada pelas atividades e empreendimentos das pessoas, desde as mais íntimas questões corporais até o mais global sistema econômico. Em relação às questões de transexualidade, tal proposta comparativa explora a variedade e os diferentes caminhos nos quais sexualidade e gênero são entendidos em outras culturas e, conseqüentemente, pode realçar a importância de desatrelar conceitos sobre sexo dos conceitos de gênero. Realça,

assim, a importância de um contexto social na formação do entendimento de gênero como algo não dado, mas apreendido. Para anunciar a conclusão: em muitas partes do mundo, masculino e feminino não são vistos como as únicas identidades sexuais possíveis e eles não precisam ser considerados mutuamente exclusivos. É uma lição valiosa do estudo do comportamento humano e das sociedades, oferecida pela antropologia social.

A importância do conhecimento de outras culturas não se reduz à mera curiosidade e revela que a cultura ocidental, ao longo da história, tem se relacionado de forma discriminatória com os seus pares quando estes apresentam condutas não prescritas dentro do padrão esperado. Desta forma, a experiência com a transexualidade pode chegar da condenação máxima, como Joana D'Arc, até a de receber atribuições de divindade, como os Hijras, mostrando o dilema entre a conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana. A este respeito, disse Confúcio: “A natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados”.

As mudanças culturais, no entanto, se dão em consonância com as demais dimensões que compõem a vida social. Assim tem sido com a transexualidade, que encontrou na revolução social e cultural dos anos pós-guerra um terreno adubado pelo crescimento econômico e tecnológico, favorável para o desvelamento daquela realidade sob novos paradigmas, como pretendo mostrar.

#### 1.4 AS OPORTUNIDADES DOS TRANSEXUAIS PÓS-REVOLUÇÃO SOCIAL E CULTURAL: OS TRABALHOS E OS DIAS

O fenômeno da transexualidade encontrou, na segunda metade do século XX, uma sociedade que se tornava cada vez mais receptiva para as transformações das condutas dos indivíduos e das normas socioculturais predominantes até então, mesmo que para tanto tivesse que transpor as barreiras através de intensos embates ideológicos. O reconhecimento desta cronologia convida a conhecer o contexto histórico e econômico daquela época, considerando que em 1953 foi publicado o primeiro artigo científico sobre mudança de sexo, com larga repercussão, bem como passa a ser divulgada a noção de transexualidade, e para tanto usarei como referência Hobsbawm (2001), Castells (2002) e Giddens (1993 e 2001).

A II Guerra Mundial teve como subproduto o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em ambos os lados, a fim de chegar à vitória. A vitória dos países aliados proporcionou que os Estados Unidos saíssem daquele embate com a sua economia fortalecida, pois eram um dos principais fornecedores de armamentos, ao mesmo tempo em que as batalhas transcorriam longe do seu território, levando-os a predominar na economia do mundo do pós-guerra. Recuperar-se da guerra era prioridade dos países europeus e do Japão e, para os países não-comunistas, a restauração também significava deixar para trás o medo da revolução social, herança da guerra e da resistência aos invasores. E para os Estados Unidos, manter o controle dos seus propósitos levou-os, muitas vezes, a submeterem os seus interesses nacionais aos interesses coletivos dos seus aliados. Assim, a Europa e o Japão, bem como outros países periféricos, já faziam parte do núcleo orgânico do capitalismo.

Deste modo, o mundo passa a conhecer uma fase de crescimento econômico nunca visto até então, o que levou os historiadores a descrever este período como “*os trinta anos*

*gloriosos dos franceses” e “a era de ouro de um quarto de século dos anglo-americanos”.* Somente depois que passou o grande “boom” nos perturbados anos 70 e a espera dos traumáticos anos 80, os observadores perceberam que o mundo, e em particular o mundo capitalista desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história. Sendo assim, este período foi denominado como a Era de Ouro Hobsbawm (2001).

O surto econômico aconteceu independente do regime político, muito embora o avanço fosse maior nos países capitalistas do que nos países comunistas. Apesar de que o crescimento econômico foi um fenômeno mundial, a riqueza jamais chegou à vista da maioria da população, muito embora nas décadas douradas não houvesse fome endêmica, a não ser como produto de guerras e loucuras políticas, como ocorreu na China.

Outra característica importante desta época foi a explosão tecnológica, que por sua vez transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e, mesmo em menor medida, no mundo pobre, como o uso do rádio nos mais longínquos rincões e das sandálias de plástico substituindo os pés descalços. Os materiais naturais foram trocados pelos sintéticos e a revolução tecnológica chegou à consciência do consumidor de tal modo que a crença era de que o novo não era só o melhor, mas o absolutamente revolucionário. A disposição para o que é novo também vai se estender para as demais dimensões da vida, preparando-se para importantes transformações culturais.

O crescimento da tecnologia traz em seu bojo a complexidade e, quanto maior é o nível de complexidade que vai da descoberta até a produção, maior é o crescimento econômico. Deste modo, há enorme vantagem das economias de mercado desenvolvidas sobre as demais. Os produtos farmacêuticos competiam pelo direito de patente, o que possibilitava o estímulo às novas pesquisas. Compreende-se que a tecnologia, apesar de ser



complexa, trazia a possibilidade do desenvolvimento ainda maior da ciência, porque a reserva de patentes permitia o grande retorno financeiro para a empresa que investia na descoberta de novos produtos. A guerra com suas demandas de alta tecnologia preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil, como por exemplo, o radar, o motor a jato e os transistores. A portabilidade dos produtos ampliou o alcance e os mercados potenciais, e através disto as notícias chegavam aos mais remotos lugares.

A produção industrial começava, lentamente mas com crescente rapidez, a sair dos países europeus e da América do Norte, pioneiros na industrialização e no desenvolvimento capitalista. Esses países continuaram sendo a usina de força do crescimento, porém novas indústrias do terceiro mundo abasteciam não apenas os progressistas mercados nacionais, mas também o mercado mundial, exportando artigos inteiramente produzidos pela indústria local, *tornando-se parte de um processo transnacional de manufatura*. Essa foi a inovação decisiva da Era do Ouro, embora só atingisse plenamente a maioria mais tarde, graças à revolução no transporte e nas comunicações, que tornou possível e economicamente factível dividir a produção de um único artigo entre Houston, Cingapura e Tailândia, transportando por frete aéreo o produto parcialmente completo entre esses centros e controlando centralmente todo o processo com a moderna tecnologia de informação.

Um outro motivo pelo qual a Era do Ouro foi assim designada é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tornando a energia barata. Foi a era do automóvel, a era dos serviços, do turismo, dos bens de consumo e o que era um luxo tornou-se o padrão de conforto desejado.

Da mesma maneira como através das empresas multinacionais, o capitalismo já dera os seus passos em direção à internacionalização, garantindo, mesmo quando chegou a crise

econômica dos anos 70, sua decolagem em direção à globalização. A partir dali o mundo enfrenta uma tríplice indisciplina do capital, do trabalho e da periferia (ARRIGHI, 1996). Contribuíram para esta conjuntura as tendências contrárias ao pensamento hegemônico, em todos os níveis, que liquidaram com o consenso ideológico, político e econômico. Entretanto, o comunismo, os perigos de guerra nuclear e as crises internas que as atividades imperiais no exterior traziam, como a aventura do Canal de Suez de 1956, pela Grã Bretanha, a guerra da Argélia, pela França (1954-61), e depois de 1965 a guerra do Vietnã, pelos EUA, provocaram uma súbita e quase mundial explosão do radicalismo estudantil em 1968, pegando de surpresa os políticos e os intelectuais mais velhos (HOBSBAWM, 2001).

A hegemonia americana não se deu apenas no campo econômico, mas também em relação à ciência, ao comportamento e às artes. Os pesquisadores de outros países encontravam nos Estados Unidos todos os recursos necessários para o andamento dos seus trabalhos, o que nem sempre ocorria em sua própria pátria, principalmente naquelas com poucos recursos; o comportamento do jovem americano, seu estilo de vestir e suas músicas imperavam nos mais longínquos lugares; a grande produção artística deslocou-se dos centros europeus, como Paris e Londres, para Nova York.

A era do ouro, com a explosão econômica, foi decisiva para injetar a maior mudança e revolução nos assuntos humanos, montando-se, assim, o palco para que profundas modificações nas relações humanas entrassem em cena, mesmo que de forma incipiente e ganhando contornos mais intensos nas décadas seguintes. Este período passou para a história como um “tempo de rebeldia” ou, como chamou Hobsbawm (2001), o da Revolução Social e Cultural.

Para uma pequena faixa da população de ricos, a transformação tecnológica e a inovação cultural apenas foram aceleradas, porém para 80% da humanidade as mudanças foram súbitas e sísmicas. Segundo Hobsbawm (2001), a preposição “após”, escrita na forma latinizada “pós”, é uma das palavras-chave do período de 1950 até final da década de 80, mas que se estende até os anos 90, e assim o mundo, nos seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-moderno, pós-marxista, pós-estruturalista. Para o autor, o uso deste prefixo teve a finalidade de mostrar a natureza da vida após a morte de uma época, e que este período que sobrevinha foi de extraordinárias transformações, que se caracterizavam como “excepcionalmente rápidas e universais”.

O campo se esvaziava, as cidades se enchiam e o desenvolvimento da tecnologia, da indústria química, a criação seletiva e a biotecnologia faziam surgir, também, a recusa de mão-de-obra. As cidades transformaram-se em cadeias de edifícios comerciais e de lazer. Paralelos ao crescimento destes condomínios urbanos, cresciam nas grandes cidades as subhabitações, como as favelas e os cortiços, com precárias condições de habitação e higiene.

Outra mudança importante foi quanto à exigência do mercado de trabalho, com atividades que exigiam escolaridade de nível médio e superior. A alfabetização fez importante progresso, inclusive nos países sob governo comunista. Como resultado, entre 1960 e 1980 o número de estudantes se multiplicou, constituindo-se numa súbita força social e política. A economia moderna exigia mais professores e técnicos especialistas do que no passado. As famílias se esforçavam para pôr os filhos na educação superior, para conseguir renda e *status* melhores. As cidades universitárias constituíam um novo fator na cultura e na política, abrigando jovens reivindicadores, explosivos e singulares nas suas expressões, tanto nacionais como internacionais, de descontentamento político e social, sendo o movimento estudantil de

1968 a expressão maior deste fato (ARRIGHI, 1996; HOBSBAWM, 2001 e CASTELLS, 2002).

Eu entendo que o aumento do nível de escolaridade repercutiu no *ethos* da sociedade, como ilustra o depoimento de um dos sujeitos da pesquisa. A jovem (que biologicamente era do sexo masculino) narrava que, diante da pressão exercida pela família de que os seus gestos, a sua preferência pelas roupas, o seu vocabulário, entre tantas outras coisas, não poderiam ser aceitos para um menino (quando ainda não assumira a identidade feminina), ela costumava responder: *“Onde está escrito que não pode, me mostra onde está escrito. Assim, pouco a pouco eles iam se calando, por isso eu **fiquei mais livre depois que aprendi a ler**”*.

As Universidades não conseguiam dar conta de toda a demanda institucional e intelectual, promovendo o ressentimento contra qualquer autoridade, inclinando os estudantes para uma posição ideológica à esquerda. Por isso o ano de 1968 tornou-se o símbolo da agitação estudantil por excelência, estimulando, também, a promoção de uma onda de greves operárias por maiores salários e melhores condições de trabalho. Ainda nesta mesma época recrudescem, sobretudo nos países da América Latina, as fortes manifestações de repressão política, através dos governos militares, que contavam para isso com o apoio dos Estados Unidos, pois estes se mantinham no comando contra a ameaça de expansão do comunismo.

A classe operária industrial, ao contrário das populações do campo e universitária, não sofreu um terremoto demográfico, porém houve um aumento em escala global. A classe operária veio a sofrer um colapso após a década de 1990, sendo a vítima das novas tecnologias, sobretudo aqueles indivíduos não qualificados das linhas de produção em massa (HOBSBAWM, 2001).

Outra mudança que afetou a classe operária e também a maioria de outros setores das sociedades desenvolvidas - fenômeno novo e revolucionário – foi o ingresso das mulheres casadas no mercado de trabalho, bem como um número crescente na educação superior, que era agora a mais óbvia porta de acesso às profissões liberais. A entrada em massa de mulheres casadas, em grande parte mães, no mercado de trabalho, e a expansão da educação superior, formaram o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, para o impressionante reflorescimento dos movimentos feministas a partir da década de 60, bem como para o direito ao voto em países onde elas ainda não o tinham. Esses movimentos se localizavam em ambientes de classe média e as mulheres, como grupo, tornavam-se agora uma força política importante. O que mudou na revolução social não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por elas ou as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis, e em particular as suposições sobre os papéis públicos das mulheres. Contribuiu para tudo isso o ingresso no mercado do anticoncepcional oral. As mulheres demandavam por liberdade e autonomia, e se fortalece a concepção de que a identidade sexual resulte essencialmente de um aprendizado do papel de gênero. Autores como Margaret Mead, Bronislaw Malinowski e Karen Horney colaboravam para consagrar que “cada um é o que passa em sua interação social, a identidade sexual não escapa à regra. Os transexuais não fazem, senão, confirmá-la” (CASTEL, 2001, p. 87), para aqueles que seguiam este paradigma.

As transformações do papel feminino na sociedade, através da força de trabalho remunerado, abalaram a legitimidade do poder de dominação do homem, quando promovia a opressão e discriminação da mulher, o que levou à afirmação que “essa não foi nem será uma revolução de veludo”, expressão cunhada por Castells (2002, p. 171).

A sociedade, que durante a guerra assistiu à perseguição e assassinato de homossexuais, pouco a pouco oferecia a oportunidade para, também nesta área, apresentar novas possibilidades não só de aceitação como também para a solução de problemas nas questões de gênero. O impacto dos movimentos sociais, em particular do feminismo, atingiu o âmago do patriarcalismo, como até então vinha estruturado, criando espaço para o desenvolvimento da heterossexualidade como norma. Sendo assim, o termo transexualismo foi empregado pela primeira vez em 1949, por um médico americano, num artigo publicado numa revista científica e logo em 1953 um paciente americano vai a Copenhagem para realizar mudança de sexo através de tratamento hormonal e cirúrgico<sup>14</sup> (MERCADER, 1994). Entre as décadas de 50 e 60 surgem muitas publicações a respeito do tema, em diferentes países, escritos por cirurgiões, endocrinologistas, psiquiatras e psicanalistas. Estes últimos, no entanto, manifestam-se contrários à intervenção cirúrgica. Para eles: “... esta prática forma parte de um movimento que consiste em considerar a castração como terapia para a perversão sexual” (MERCADER, 1994, p. 89). Desde aí a psicanálise continua a se manter “pela evocação de uma clínica cada vez mais precisa – o caráter patológico e com freqüência delirante da esperança da mudança de sexo” (CASTEL, 2001, p. 99). Porém, para o referido autor, a psicanálise ainda não deu resposta consistente para o transexual dito primário (que manifesta esta síndrome desde a tenra idade), que não apresenta conflito psíquico patente.

Em medicina, o clínico que se tornou conhecido como o “pai da transexualidade” foi Harry Benjamim<sup>15</sup>, médico vienense que se estabeleceu em Nova York, após a Primeira Guerra. Juntamente com os médicos John Money e Robert Stoller, foi decisivo para o conhecimento deste assunto. Benjamim publicou sua obra “O Fenômeno Transexual” em

---

<sup>14</sup> A cirurgia compreendia a retirada de testículos e pênis e o aumento do seio; a vaginoplastia foi realizada em 1954, nos Estados Unidos.

<sup>15</sup> Harry Benjamim foi o médico que, em Berlim, fornecia atestado de travesti, a fim de protegê-los da polícia.

1966, mas para evitar processos por “obscenidade”, a editora omitiu as fotografias. Apesar de todas as transformações culturais da época, ainda não eram de aceitação geral as questões ligadas ao transexualismo. Para ele, rechaçar a mudança de sexo era um ataque à liberdade individual, e afirmava que o travesti tem um problema com a sociedade. O transexual tem um problema de gênero. O homossexual tem um problema de sexualidade (MERCADER, 1994 e STOLLER, 1982).

A militância feminina e de homossexuais serviu de modelo às organizações de transexuais (e transgeneristas) para conseguir acesso à redefinição sexual e posteriormente para lutar contra a discriminação econômica e política. O evento fundador desta militância ficou marcado pelos tumultos em um bar do Brooklin, Nova York, em junho de 1969, “que opuseram durante muitos dias seguidos os homossexuais à polícia; muitas vezes se esquece que eles foram de início o resultado de uma mobilização de transvestistas e de transexuais, vítimas de uma homofobia mais ampla”, como afirma Castel (2001, p. 91), colaborando para tanto o fato de que eles eram os alvos mais facilmente identificáveis. Assim, dá-se início ao surgimento público da subcultura homossexual, o que nas décadas seguintes, predominantemente em São Francisco e Nova York, passou a exercer forte pressão política. As modificações estavam em nome da ilimitada autonomia do desejo humano. Junto com este movimento, vieram todos os demais ligados às diferenças sexuais, inclusive o reconhecimento do profissionalismo na atividade de prostituição e a reivindicação dos direitos e do respeito. Fora dos Estados Unidos, todavia, a transexualidade e o transvestismo permaneceram marginais, até que na década de 90, na Universidade de Amsterdã, Holanda, foi criada a primeira cátedra especializada em transexualidade.

As transformações sociais, conforme Castells (2002), expressaram-se através da estrutura de relações entre o sexo e as gerações, tendo como cenário a família e a casa. As organizações das famílias seguiam certas peculiaridades em determinadas culturas, mas de forma geral, na maioria da humanidade, existia o casamento como uma união formal, a superioridade dos maridos sobre as esposas e a autoridade dos pais em relação aos filhos, sendo a família nuclear o tipo de organização mais presente no século XIX e na primeira metade do século XX.

Seguindo o referido autor, na segunda metade do século XX esses arranjos familiares sofreram profundas e rápidas transformações, principalmente nos países de economias desenvolvidas. O divórcio passa a marcar presença, conseguindo chegar mesmo aos países de moralidade religiosa impositiva. As mulheres aceitavam casamentos não formais e diminuía o interesse em ter filhos. A crise da família também estava relacionada com a mudança do comportamento sexual, sobretudo nas décadas de 60 e 70, com a liberalização por parte das mulheres, evento este favorecido pelo advento do anticoncepcional oral e pela maior informação sobre controle de natalidade. Surgem também as manifestações favoráveis à legalização do aborto. Atualmente, por exemplo, na América Latina o aborto é inteiramente legal somente em Cuba, Porto Rico e na Guiana. A prática é totalmente proibida – mesmo o aborto terapêutico para salvar a vida da mulher – no Chile, Colômbia, El Salvador, Honduras, Haiti e na República Dominicana.

O divórcio, o aumento dos filhos fora das uniões legais e o aumento das famílias monoparentais indicavam uma crise entre os sexos e o aumento da cultura juvenil anunciava uma mudança nas relações entre as gerações. A juventude é reconhecida como tendo consciência própria e se torna agente social independente, como já foi referido a respeito do



movimento estudantil na Europa. A forte presença da juventude exerce tal influência que a sociedade como um todo passa por um processo de rejuvenescimento, amparado pela florescente indústria de cosméticos. À medida que aumentava a expectativa de vida crescia a população de idosos, ao mesmo tempo em que se adiava o declínio senil. O reconhecimento do adolescente e do jovem era visto com muito entusiasmo pelos fabricantes de bens de consumo, pois a juventude representava uma massa concentrada de poder de compra.

Giddens (1993), Hobsbawm (2001) e Castells (2002) concordam que um dos fatos significativos da cultura jovem foi o internacionalismo do *blue jeans* e do *rock*, que se tornaram marcas da juventude moderna, inicialmente nos países ocidentais e pouco a pouco chegaram aos orientais, refletindo com isso a hegemonia cultural dos EUA. Os jovens desta época começaram a se afastar dos padrões clássicos da burguesia, passaram a se aproximar da música, das roupas e da linguagem das classes baixas urbanas, tendo no *rock*, no *funk* e no *graffit* os exemplos.

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de desfrutar o lazer e no que Hobsbawm (2001) chamou de “artes comerciais”, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. As instituições mais solapadas pelo novo individualismo moral foram a família tradicional e as Igrejas tradicionais. Duas características distinguiam-se: a informalidade e a antinomia, sobretudo em questões de conduta pessoal.

Surgem os slogans de maio de 1968: “É proibido proibir”; “Tomo meu desejo por realidade, pois acredito na realidade do meu desejo”; “Quando penso em revolução, quero fazer amor”. Liberação pessoal e liberação social davam-se as mãos, sexo e drogas eram as formas de desmanchar as cadeias do Estado, dos pais, do poder dos vizinhos, da lei e da

convenção. As modificações culturais pautavam-se pela primazia do indivíduo sobre a sociedade:

A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais. Pois essas texturas consistiam não apenas nos modelos gerais dessas relações e nos padrões esperados de comportamento das pessoas umas com as outras; seus papéis eram prescritos, embora nem sempre escritos. Daí a insegurança muitas vezes traumática quando velhas convenções de comportamento eram derrubadas ou perdiam sua justificação; ou a incompreensão entre os que sentiam essa perda e aqueles que eram jovens demais para ter conhecido qualquer coisa além da sociedade anômica (HOBBSAWM, 2001 p. 328).

Esta afirmação auxilia a entender as contradições da época: paralelamente ao rompimento dos padrões estabelecidos, o que levaria a pensar na aceitação dos novos conceitos e possibilidades que vinham se apresentando para as questões de gênero, ocorreu o fato de que dentro da própria comunidade científica havia restrições para esta aceitação. Tanto assim que, em 1980, a Associação de Psiquiatria Americana publicou a terceira edição do Manual de Diagnósticos e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM IV) e este incluía uma nova seção sobre os Distúrbios de Identidade de Gênero. Para Castel (2001, p. 78), essa classificação, preterindo o termo transexualismo, “de que a de ‘gênero’ possa minimamente parecer uma noção mais clara que a de ‘sexo’, consagra o triunfo, em psiquiatria, de uma concepção sociológica particular da identidade, e por si só esse fato já exige uma análise”. No entanto, a cirurgia de mudança sexual ainda era objeto de “disputa profissional, oriunda do que se poderia denominar de ‘moralidade médica’, mais do que de avaliações de dados relevantes” (RAMSEY, 1998, p. 18).

Outro fato importante que não pode deixar de ser examinado, quando se pretende buscar a contextualização da história e suas repercussões sobre o tema transexualismo, é quanto à evolução do conhecimento científico ocorrido nesta época. Nenhum período da

história foi mais penetrado pelas ciências naturais, nem mais dependente delas, do que o século XX, ao mesmo tempo em que as pessoas sentiam-se pouco à vontade com elas. Este é mais um dos paradoxos, destacado por Hobsbawm (2001), da segunda metade do século XX. Neste cenário acirravam-se as fendas entre as três principais concepções acerca da transexualidade: a de uma etiologia somática da síndrome, que defendia a consequência da idéia de que a única terapia possível consistia em administrar hormônios e operar os indivíduos; a dos militantes, para quem o direito à autodeterminação da identidade sexual depende da escolha política, e que se fazia acompanhar da reivindicação da despatologização do transexualismo e da idéia de que a identidade sexual é em si um preconceito e limita a liberdade individual; e a terceira, que era a concepção da psicanálise de que o fenômeno transexual “seria um delírio cuja única manifestação corporal fácil de objetivar é a esperança de mudar de sexo, ou seria uma pessoa que manifesta um desejo não patológico, mas acolhido pela sociedade de modo que ela se torna por vezes mentalmente doente” (CASTELLS, 2002, p. 83).

Se fosse para destacar apenas duas características das décadas de 80 e 90 do século XX, seria a forte crise na economia mundial e os movimentos de resistência de “grupos de identidades – agrupamentos humanos aos quais a pessoa podia pertencer, inequivocadamente e sem incertezas” Hobsbawm (2001, p. 417), e onde as identidades das pessoas eram construídas na não-identidade de outros. Na esteira destes movimentos estava a luta pela outorga da igualdade dos direitos sociais, passando pelo reconhecimento das diferenças. Deste modo foram se constituindo muitos grupos sociais, como os agregados pelas questões de gênero, etnias, profissões, entre outros, e é nesta esteira que os transexuais submergem da subcultura semiclandestina e vão granjeando espaços libertários que entendem a indissolubilidade da cultura/natureza, livres de anátemas recíprocos.

Dirigindo-me para o epílogo deste capítulo, recorro mais uma vez à literatura para compreender as questões históricas, e encontro Hesíodo, poeta da Grécia Antiga, na obra “Os Trabalhos e os Dias”: aqui ele divide a história da humanidade num trajeto descendente que vai da idade do ouro e da prata, aquela da ausência das necessidades, das doenças, da presença do prazer e da justiça, seguida da idade de bronze, até chegar à idade do ferro, que se caracterizava pelas constantes lutas antagônicas entre o bem e o mal, entre o ócio e o trabalho. Para ele, caberia ao homem escolher o caminho do trabalho, que este o levaria à justiça, ou o do ócio, que corresponderia à violência, à injustiça e à pobreza. Foi o período histórico em que ele próprio viveu. Para Hesíodo, só o trabalho e o exercício das virtudes morais permitem aos seres humanos chegar a uma existência discretamente feliz na infausta idade do ferro (QUESNEL, 1996). A afirmação sugere que a garantia de felicidade está no passado.

Na outra extremidade está Marx, “que nega a felicidade do passado distante e aponta exatamente para a direção inversa, pois é no futuro que estaria a idade de ouro; a cada volta que o mundo dá, mais nos afastamos dos males e das necessidades que nos escravizam quando impera ainda a desordem das origens”, é o que Moreno (2004, p. 45) assevera. Hesíodo e Marx, todavia, apesar das diferenças, ambos salientam a mão humana, o trabalho do homem como princípio para uma existência digna e que o processo de mudança é impulsionado principalmente pelas necessidades humanas.

Hesíodo, poder-se-ia dizer, representa a posição conservadora, o saudosismo que revela que ontem foi sempre o melhor; a de Marx representaria a idéia progressista ou revolucionária, “para a qual hoje nunca será tão bom quanto amanhã” (MORENO, 2004).

O que foi até aqui apresentado sobre o tema da transexualidade referencia a segunda posição, ou seja, a de ter os olhos voltados para o futuro, pois a história vem mostrando que a

produção do conhecimento nesta área vem desenhando a trilha na direção das conquistas. Deste modo espera-se que a metáfora do Cavalo de Tróia possa ficar no meio do caminho; e que no meio do caminho as pedras sirvam de alicerce para o farol que ilumina a reta de chegada do acesso aos direitos sociais.

## 2 NO MEIO DO CAMINHO: A HISTÓRIA DO PROTIG

### 2.1 NO MEIO DO CAMINHO TINA UMA PEDRA: INVENTANDO CAMINHOS

A temática do transexualismo faz lembrar Martinelli (1998), quando fala que unidade e multiplicidade confrontam-se num campo tensional, no qual os homens são sujeitos e atores. Diante da natureza e do universo, os homens se interrogam. Seu agir/pensar oscila entre a adesão a crenças e a dogmas que os situam e os afirmam para a vida e a angústia da falta de significado de tudo, que os deixa perplexos na multiplicidade das perspectivas postas no existir. De um lado, a reordenação e a reposição de referenciais antigos; de outro, a consciência do enfrentamento de um cenário indefinido, um campo aberto de indeterminações.

Muitos dos sujeitos e suas famílias que ingressavam no programa revelavam sentimentos de perplexidade e inconformidade sobre a sua transexualidade ou a do seu familiar, que muito fazia lembrar da poesia de Carlos Drummond de Andrade, “*No Meio do Caminho*”, que na época em que foi escrita tinha um “efeito demolidor e era lida como um ato de intervenção” (FRANCHETTI, 2002).

Quando foi escrita, os críticos diziam que ela não tinha nada do que um poema deveria ter e muito do que não deveria. Vejo, neste comentário, uma íntima relação com os sentimentos do transexual, que revela nada possuir do corpo que desejaria ter e tudo possui do que não deveria ter. O seu corpo, então, é-lhe um universo insólito, paradoxal, embaraçoso e enigmático, tal como disse Achcar (2000, p. 19) sobre a poesia de Drummond: “A poesia

surge quando o universo se torna insólito, enigmático, embaraçoso — quando a vida já não é mais evidente”. O poeta dizia que era um poema de “tentativa de exploração e de interpretação do estar-no-mundo”.

*No Meio do Caminho*

*No meio do caminho tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
tinha uma pedra  
no meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento  
na vida de minhas retinas tão fatigadas.*

*Nunca me esquecerei no meio do caminho  
tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
no meio do caminho tinha uma pedra.*

A imagem da “pedra no meio do caminho” constitui-se em um símbolo marcante, e não sem razão, de tal forma é insistente que dá, assim, a expressão do impasse, da dificuldade, do obstáculo, da frustração, da não-superação e da não-transcendência, sentimentos estes tão presentes na vida dos transexuais e também na de suas famílias.

A complexidade da sociedade na modernidade tardia impõe demandas ao Serviço Social pautadas na diversidade, exigindo, cada vez mais, profissionais qualificados a partir de um “ordenamento social com regras democráticas”, possibilitando, então, afirmar a hegemonia de uma “direção social estratégica para a profissão”, empenhada na ruptura com práticas conservadoras, que para Netto (1996, p. 116) só é possível a partir da formação de um “intelectual que, habilitado para operar numa área particular, compreenda o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social”.

Então, a partir das histórias com as quais eu me deparava e sendo o meu olhar espreitado pelo Serviço Social, o qual está comprometido com aqueles que vivem em condição de desigualdade social, passei a ter o forte desejo de trabalhar com estas pessoas que carregavam nas suas retinas tão fatigadas a incompletude, representada na metáfora da pedra no caminho. Assim, então, passei a integrar um grupo de trabalho que viria a se chamar de Programa de Transtorno de Identidade de Gênero, que a partir de agora passarei a designar como PROTIG.

Para contar a história do PROTIG, tenho que iniciar citando o nome do Doutor Walter Koff, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Chefe do Serviço de Urologia do HC. Coordenador do referido programa, o Dr. Walter Koff, um dos pioneiros a realizar a cirurgia de transgenitalização no Brasil, procurou o Serviço de Psiquiatria, a fim cumprir com as exigências que o Conselho Federal de Medicina determinava para a realização das operações, pois teriam de ter a avaliação psiquiátrica dos candidatos à intervenção. O Serviço de Psiquiatria, através do Professor Sidney Schestatsky, designou a Dra. Maria Inês Lobato para assumir este trabalho, e por ela então fui convidada a participar do atendimento em grupo, com os sujeitos que ingressariam no programa.

Pela experiência no trabalho com famílias, assim que tomei contato com o tema, me perguntei da repercussão da transexualidade na vida das famílias. Antevendo as implicações da cirurgia, levantei a necessidade de a família participar do tratamento. A família também faria o aporte, através da história do desenvolvimento, com dados que viriam a contribuir para o diagnóstico de transexualidade, que é o elemento decisivo na indicação para a cirurgia, considerando que representa uma ação definitiva na vida destas pessoas e que o risco da imprecisão pode levá-los a um caminho sem volta. A pedra de então pode transformar-se em



uma rocha no meio do caminho. Ao mesmo tempo em que o diagnóstico é um dos maiores desafios, a continuidade deste trabalho deverá mostrar que, paradoxalmente, a sua relevância está intimamente relacionada aos demais aspectos da história. E este diagnóstico, em si, não é absoluto para a indicação da cirurgia e nem dá conta de todas as demais dimensões que o povoam, bem como da realidade da vida das pessoas portadoras desta singularidade.

A complexidade do tema conduzia para a idéia de que o fenômeno transexualidade só poderia ser compreendido, e ainda relativamente, se abordado por diferentes áreas de conhecimento e metodologia variada, considerando que:

A prática produtiva do homem não se dá com trabalho individual: ela é, antropológicamente falando, expressão necessária de um *sujeito coletivo*, ou seja, a espécie humana só é humana na medida em que se efetiva em sociedade. Não se é propriamente humano fora do tecido social, que constitui o solo de todas as relações sociais, não apenas como referência circunstancial, mas como matriz, placenta que nutre toda e qualquer atividade posta pelos sujeitos individuais (SEVERINO, 1998, p. 48).

Deste modo, a identidade própria de cada especialidade científica, como também afirma Severino (2000), não pode ser levada ao extremo, sob pena de se isolar, de forma inadequada, uma parte, um aspecto da realidade humana, isolamento este que tende à objetivação<sup>16</sup>, que comprometerá a condição viva de sujeito, da qual o homem não pode se privar sem deixar de ser homem. Para que esta posição se efetive, faz-se necessária a

---

<sup>16</sup> A atividade de produção dos meios de satisfação das necessidades humanas foi deixando, paulatinamente, de responder apenas às ligadas ao corpo humano, como a fome e a sede, e foram surgindo as atividades ligadas à produção material da vida humana. É bom que se diga, a atividade humana, desde seu início, foi sempre coletiva e daí foram aparecendo diferentes maneiras de os seres humanos irem se organizando para realizar as suas ações e assim, além dos instrumentos necessários, também havia a produção de relações sociais. Deste modo, os instrumentos, as relações e a linguagem foram adquirindo uma existência objetiva, como resultado da atividade humana. Leontiev incorporou a linguagem de Marx que denominou este processo de “objetivação” (LEONTIEV, 1978). Então, o que antes eram faculdades dos seres humanos se tornam, depois do processo de objetivação, características corporificadas no produto desta atividade, o qual passa, por sua vez, a ter uma função específica no interior da prática social. “O processo de objetivação é, portanto, o processo de produção e reprodução da cultura humana (material e não material), produção e reprodução da vida em sociedade” (DUARTE, 2004, p. 50).

conversão de diferentes especialidades, o que exigia a formação de uma equipe. A médica psiquiatra foi o elemento aglutinador e a equipe conta, então, com urologista, psiquiatra, psicóloga, assistente social, fonoaudióloga, enfermeira, ginecologista, cirurgião plástico, otorrinolaringologista, representante do comitê de bioética do HC, representante da área do direito (eventual), representante do Ministério Público (quando necessário) e representante da Associação dos Familiares e Amigos de Transexuais.

Formada a equipe, manteve-se o desafio da integração do heterogêneo, não mais na perspectiva da unidade integral nem de simples somatório, mas transcodificada, apesar da manutenção dos significados originais e transformada em novas sínteses peculiares. Desse processo é que decorre uma identidade de objetivos, de explicações dos fatos e fenômenos, e se buscava adotar a mesma linguagem e os mesmos estilos, mantendo as especificidades de conhecimento e habilidade.

Com esta configuração, é o único grupo de trabalho no Brasil que conta com uma equipe que atende sistematicamente a todos os usuários, não se limitando à avaliação e elaboração de laudos e onde os procedimentos e as decisões seguem um consenso, como ilustra a vinheta extraída do diário de campo:

*Ingressou ao programa, procedente da zona rural, uma pessoa encaminhada pelo médico, com a recomendação de que a realização da cirurgia seria decisiva para a sua reinserção social e a resolução das suas dificuldades de relacionamento. Sua aparência ainda era masculina, intensificados pela proeminência da arcada dentária superior, pelo reduzido queixo e pela constante expressão de insatisfação. Estudara até a quarta série do ensino fundamental, não trabalhava. Vinha de um processo judicial porque havia tentado agredir o seu pai, que era alcoolista e submetia a família e em especial a esposa a maus tratos. Na sua cidade não tinha amigos, nem vida social. No grupo, seu objetivo se restringia a tentar antecipar a data da cirurgia e relacionava este fato com a possibilidade de solucionar todos os seus problemas, inclusive o de “casar com um empresário e ser sustentada como uma dondoca”. Os participantes do grupo a confrontavam pela falta de maturidade dos seus depoimentos, mas pouco abstraía. Assistente social, psiquiatra e psicóloga contraindicaram a cirurgia, mesmo tratando-se de uma transexual. Na avaliação dos demais componentes da equipe, a cirurgia poderia ajudá-la a evoluir melhor. Embora estes profissionais tivessem opinião diferente, concordaram com a avaliação dos demais, até pela falta de literatura que desse maior sustentação ao nosso argumento. Além do mais, como a assistente social e a psiquiatra são os profissionais que todas as semanas estão com os participantes do grupo, elas correm o risco de assumir uma posição de poder, por isso a importância do permanente questionamento.*

*Ela foi para a cirurgia, o pós-cirúrgico foi muito complicado, não seguia as recomendações quanto aos cuidados necessários e ameaçou se matar. Após a alta, apenas compareceu para as consultas com o cirurgião durante o tempo suficiente para a cicatrização. Não quis voltar ao grupo, nem com a assistente social que a convidou para retornar. Não buscou os laudos para mudança de nome, nem procurou mais as companheiras de grupo que muitas vezes a hospedaram em suas casas. Diário de Campo.*

Com isto, quis delinear a participação da equipe na busca pelo consenso nas decisões, mesmo que não tenha a unanimidade, considerando que: “o movimento do conhecimento implica, permanentemente, num deslocamento de fronteiras, ou antes, na criação de um território transfronteiras. Nesse esforço, convém destacar que os ‘incidentes’ de fronteiras se tornam proveitosos” (PORTELLA, 1992, p. 6). Hoje, é possível afirmar que a formação da equipe foi processual, passando pelos modelos multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar<sup>17</sup>, contando para isso, entre outras situações, com a participação dos usuários

<sup>17</sup> O multidisciplinar evoca uma simples justaposição, num trabalho determinado pelos recursos de várias disciplinas, sem implicar necessariamente num trabalho de equipe coordenado. As disciplinas permanecem inalteradas, não enriquecem nem são enriquecidas pelo outro saber. Na interdisciplinaridade, o que se busca é a descoberta ou estabelecimento de “conexões e correspondência entre disciplinas científicas, isto é, entre os diferentes níveis de descrição da realidade” (SEVERINO, 1998). A transdisciplinaridade repousa sobre uma atitude aberta de respeito mútuo em relação a mitos, religiões e sistema de explicações e conhecimentos. Como afirma D’Amaral (1992 p. 95), a palavra “transdisciplinaridade” fala de um *movimento* e de um *estado*: o movimento “para além, através de”; o estado, “disciplina”. Se quisermos fazer alguma coisa com essa palavra

em reuniões de equipe de diferentes níveis, como as que pretendiam tratar de assuntos de interesse coletivo, onde há um clima onde todos têm voz. Considero que o trabalho transdisciplinar supera a formalidade de uma postura pseudodemocrática em que, apesar da forma aparente, o poder de decisão fica concentrado no saber de alguns. A transdisciplinaridade está assegurada quando há uma apropriação do valor, importância e significado dos diferentes saberes, ao mesmo tempo em que os profissionais mantêm as competências específicas e as suas respectivas responsabilidades, mas que estão sujeitas a transformações procedentes dos mais distintos saberes.

A implantação deste programa também exigiu da equipe esforços de sensibilização dentro do âmbito hospitalar, como o de garantir o direito do(a)s usuário(a)s de ser(em) chamado(a)s pelos funcionários, para consultas e exames clínicos, pelo nome adotado e não pelo de registro. Esta foi uma reivindicação dele(a)s, que se sentia(m) constrangido(a)s diante do público presente, em serem designado(a)s por um nome incompatível com a sua figura física. Por exigência legal o prontuário médico tem que ter a identificação de acordo com o documento de identidade, mas foi possível escrever manualmente e os funcionários aquiesceram.

Por ocasião da internação para a realização das cirurgias, o PROTIG conseguiu que os sujeitos ficassem num quarto exclusivo, quando os demais contam com dois leitos. Assim foi decidido para preservar o sigilo e protegê-los de alguma manifestação de discriminação, considerando que se é um transexual do masculino para o feminino fica num leito feminino e do feminino para o masculino fica num leito masculino. O grupo, no entanto, já foi objeto de crítica por parte de um profissional que fez uma pesquisa e que, nos seus comentários,

---

provocativa deveríamos, portanto, tomar a sério o que vieram a ser as disciplinas, os disciplinamentos do saber - também do corpo, do tempo e da vida - no fim do século que é o nosso: as *ciências*.

questionava até que ponto a equipe não tinha encontrado neste arranjo uma forma de segregar o transexual dos demais usuários daquela unidade de internação.

Apesar de valorizar as oposições, e compreender que a superação dos preconceitos nem sempre é possível para todos, e que passa por diferentes patamares, penso que antes de tudo é a garantia de um direito à intimidade e que a mesma vem em resposta a uma reivindicação dos usuários. Outro aspecto a ser considerado é o fato de que esta cirurgia desperta muita curiosidade, até mesmo nos profissionais da área da saúde, e muito mais na população em geral, sendo então mais uma justificativa para preservá-los desta exposição. Considero relevante a singularidade do momento pós-cirúrgico, onde a tensão sofre um pico, deixando as pessoas mais frágeis e com menor capacidade para confrontos que venham se fazer necessários, diante de comentários que possam ter conteúdos preconceituosos.

Outra demanda, no âmbito hospitalar, foi a de oposição ao preconceito e à discriminação; com frequência, ouvia-se a crítica a respeito da legitimidade deste programa, como: *“é um equívoco gastar o dinheiro do SUS com cirurgias de mudança de sexo, enquanto milhares de crianças morrem de doenças infecto-contagiosa”*. Para contextualizar expressões como essa recorro à afirmação de que:

A linguagem, como produtora de uma coletividade, reproduz através dos significados das palavras articuladas em frases os conhecimentos – falsos ou verdadeiros – e os valores associados a práticas sociais que se cristalizaram; ou seja, a linguagem reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social (LANE, 2004, p. 33).

Aquelas vozes revelam a posição daqueles sujeitos enquanto classe social, onde assumem uma postura de excluir e discriminar (selecionar) os demais, a partir de uma lógica particular e assentados em verdades supostamente inquestionáveis, camufladas por

explicações falsamente verdadeiras, aqui expressas pela justificativa de atender “à necessidade de sobrevivência das crianças com doenças infecto-contagiosas”. A guisa de esclarecimento lembro Batkin (1997, p. 36) quando diz que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência, sendo o modo mais puro e sensível de relação social”. Aquelas vozes vêm ao encontro de que a inserção de classes sociais determina, em última instância, o acesso diferencial, entre outros, à infraestrutura de saúde, à quantidade de alimentos, à habitação e ao vestuário. Na interpretação de Santos (2004, p. 28), classe social representa uma forma especial de divisão social, gerada pela distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos relevantes da sociedade. A existência dessa divisão produz conseqüências sistemáticas e significativas na vida dos indivíduos e na dinâmica das instituições. Ainda é Santos (2004) quem diz: o poder causal da posição de classe é exercido ao se condicionar o acesso aos recursos produtivos e ao se moldar as experiências de vida nas esferas de trabalho e de consumo. Cabe então à equipe, buscando uma prática transformadora, oferecer resistência a este tipo de manifestação através da negação daquela afirmação: é um equívoco “não gastar” o dinheiro do SUS com cirurgia de mudança de sexo para transexuais [...]. A contradição entre o não-gastar/gastar oferece a oportunidade de refletir sobre esta contradição e as suas conseqüências e, deste modo, “fará com que a ação decorrente seja um avanço no processo de conscientização” (LANE, 2004, p. 43).

Para analisar criticamente esta contradição, recorro ao argumento do direito à busca do equilíbrio corpo-mente do transexual, ou seja, à adequação de sexo e prenome, direito este que está ancorado no direito ao próprio corpo, no direito à saúde (arts. 60 e 196 da Constituição Federal), principalmente no direito à identidade sexual, a qual integra um poderoso aspecto da identidade pessoal (VIEIRA, 1996). Trata-se, destarte, de um direito à personalidade.

O entendimento de personalidade ocorre a partir das idéias de Leontiev (1978), assentadas em princípios segundo os quais os homens se realizam por intermédio da história que constróem, desenvolvendo-se a partir de condições biológicas e sociais. O indivíduo, por sua vez, constitui-se em unidade com a sociedade e sua existência como tal reside exatamente em sua autodiferenciação para com aquela, o que lhe confere, inclusive, papel de sujeito no processo de construção dessa sociedade, e, deste modo:

A compreensão da personalidade no “âmbito da própria vida e de uma forma global” determina a apreensão de seu desenvolvimento em circunstâncias objetivas, isto é, como resultado da atividade subjetiva condicionada por condições objetivas. Esta afirmação não subtrai da personalidade sua dimensão subjetiva, mas afirma sua objetividade, uma vez que a personalidade de cada indivíduo não é produzida por ele isoladamente, mas, sim, resultado da atividade social e, em certo sentido, não depende da vontade dos indivíduos tomados em separado, mas da trama de relações que se estabelecem entre eles (MARTINS, 2004, p. 85).

O direito à personalidade associa-se ao direito à saúde e vale dizer que, em caso de doença, cada um possui o direito a um tratamento condigno de conformidade com a situação atual da medicina, não submisso à sua condição financeira, sob pena de não ter muito significado o estabelecimento de direito à saúde entre as normas constitucionais. Em decorrência do sofrimento e do constante estado de infelicidade vivenciado pelos transexuais, a cirurgia de redesignação aparece como relevante solução para trazer este indivíduo ao convívio social e a desfrutar da vida.

Esta é uma posição diferente da alienação que se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de “naturalidade” aos fatos sociais, ou melhor: seria natural que o transexual permanecesse sem o acesso à cirurgia porque é natural que a criança tenha mais direito do que ele; neste processo a consciência é reificada, negando-se o processo, ou seja, mantendo a alienação em relação ao que ele como pessoa é, portanto ao que é socialmente.

A questão que se impõe e se agiganta na importância da criação e manutenção deste programa é que “todos são iguais perante a lei, sem distinções de qualquer natureza” (Art.5º da Constituição Federal de 1988), assim como o Art. 3º, incisos I e IV, da Constituição da República. Eles traçam como objetivos fundamentais a construção de sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (DUTRA, 2003). Sendo assim, não se pode descortinar uma sociedade livre se os cidadãos não têm liberdade para apreender a felicidade, se para desfrutá-la dependerem do acesso ao tratamento de saúde. Não será tampouco justa, se privar alguns de seus membros de buscar recursos técnico-científicos para adequarem seu sexo da *alma* ao biológico.

As vozes que põem em cheque o direito dos transexuais a realizar a cirurgia ecoam em muitas paragens, inclusive entre os próprios sujeitos que a reivindicam, pois entre outros fatores a condição de classe social afeta os interesses materiais, as experiências de vida e a capacidade para a ação coletiva dos indivíduos. Assim é o caso da humilhação social, longamente sofrida pelos discriminados, que é o efeito da desigualdade política e indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de pessoas para fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra, como ilustra a fala de uma das pessoas durante a reunião de grupo:

**Fragmentos de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Eu hoje, antes de vir prá cá, estava pensando o que leva vocês (equipe) a se interessarem por nós (transexuais). Olha, tem tanto problema mais grave como câncer, e tudo isso pra nós (faz um gesto com os braços apontando para o espaço dentro e fora da sala), toda esta estrutura, exames, o grupo, as consultas. Será que é pra aprender, estudar o nosso problema? Olha eu não sei, eu não sei, mas tem que ter alguma coisa. Entrevista 50.*



Para encontrar a devida dimensão do que esta fala representa do nível de consciência deste sujeito, recorro à interlocução em Leontiev (1978), quando propõe como base na construção do indivíduo o desenvolvimento das relações ativas entre ele e o mundo, sendo que os princípios que regem esse desenvolvimento compreendem as especificidades dos vínculos do indivíduo com o mundo, o grau e a organização da hierarquização das atividades com relação aos motivos e o grau de subordinação dessa organização à consciência sobre si e à autoconsciência.

O primeiro princípio, segundo Martins (2001), é representado pela qualidade dos vínculos do indivíduo com o mundo, que compreende suas relações para com as condições objetivas de sua existência, que ocorre em dada família, dada classe social, dada época. Estes vínculos delimitam as situações do seu desenvolvimento, abarcando um amplo conjunto de atividades, a partir das quais vão se construindo suas estruturas emocionais e motivacionais, que contêm em si as bases das relações que sustentam a corrente de acontecimentos que levam à sua formação como personalidade.

A pessoa que fez o depoimento no grupo, que aqui designei como sujeito da entrevista 57, naquela ocasião estava com 45 anos, veio ainda adolescente de uma pequena cidade do interior de um outro estado a fim de se afastar da família, bem como em busca de melhores condições de trabalho. Contou que, para ser aceita nos empregos, vestia-se como “*um rapazinho*”, e à noite quando saía usava roupas femininas, mas, completa: “*não era livre, naquela época tinha a repressão política, e se a polícia desconfiava que a gente não fosse mulher, baixava o pau. Eu não sofri tanto porque eu me cuidava, trabalhava, mas tive amigas que foram presas e maltratadas*”. Por isso manteve-se numa aparência ambígua até que pode adquirir o seu próprio negócio, do qual se orgulha muito. Assim que foi possível, passou a se

vestir como mulher e “*mandei me castrar, eu não queria mais ter hormônio masculino, até porque estava perdendo cabelos*”, completa. A família, posteriormente, passou a aceitá-la, até porque em situação de dificuldades contava com o seu suporte, e ela tornou-se a “tia” que hospedava os sobrinhos quando estes vinham estudar na cidade maior.

Retornando para a análise das qualidades dos vínculos, é pertinente considerar, acima de tudo, não só a dimensão quantitativa, mas, sobretudo, o conteúdo das relações objetivas e sociais que estes vínculos representam, pois para Leontiev (1978) a qualidade desses vínculos se encontra na dependência das atividades que sustentam o processo de personalização, na base das quais os significados sociais e o sentido pessoal encontraram alguma unidade ou se alienam, empobrecendo a existência dos indivíduos.

Retornando para a descrição, é preciso dizer que o início do trabalho foi de tensão entre a equipe e os participantes dos grupos. Eles não aceitavam seguir as normas estabelecidas pelo CFM e tentavam pressionar para reduzir o prazo de acompanhamento de dois anos. A equipe discutiu exaustivamente a este respeito, até porque havia pessoas com mais de 45 anos, que trabalhavam, e já tinham construído uma identidade de gênero onde não cabia dúvida quanto ao diagnóstico e quando à indicação para cirurgia. Inclusive foi encaminhada uma consulta ao Conselho Federal de Medicina, a fim de reduzir o prazo para duas pessoas, uma com 48 anos e outra com 42; esta última tinha o resultado do exame positivo de HIV e estava bem de saúde. O Conselho nunca respondeu. O consenso do grupo, com a participação do Comitê de Ética do Hospital, foi o de seguir o que estava estabelecido. A minha posição foi sempre de não assumir posições que poderiam ser interpretadas como clandestinas, ou feitas às escondidas, pois este era um modelo presente em suas vidas e que

não deveria ser reiterado, na medida em que a informalidade não lhes daria a garantia efetiva do direito.

Além do mais, a equipe precisa ter uma margem de segurança e o seguimento é fundamental para isso, de que não se trata de um travesti, que tanto pode assumir uma identidade sexual feminina como masculina e encontra prazer sexual com a sua genitália biológica, tanto assim que toma estrógenos para adquirir volume mamário, mas o suficiente para poder manter a ereção. Logo, nestes casos a cirurgia seria uma mutilação. É preciso considerar, sobretudo, que a cirurgia sozinha não dá conta de todas as demais demandas que são aportadas por eles, nem de que há necessidade de a pessoa estar bem do ponto de vista psíquico para enfrentar a própria intervenção, que é um procedimento complexo e com todas as implicações daí advindas<sup>18</sup>.

A inconformidade com este prazo continuou presente e para ilustrá-la recorro ao meu diário de campo e nele encontro o registro da observação feita por Sharon, ao retornar ao grupo após a cirurgia, a uma nova participante que se queixava da espera e que a sua vida seria muito diferente se já tivesse feito a cirurgia: *“Olha, eu também já cheguei a pensar que era muito tempo, mas a gente tem que tocar a vida. Pessoal, depois da cirurgia não há inauguração, nem corte de fita. A vida continua igual. Apenas melhora intimamente para nós”*.

Ainda sobre a tensão criada a respeito dos dois anos de acompanhamento, levantei então outro pressuposto para esta conduta, baseado nas histórias de vida por ele(a)s relatadas:

---

<sup>18</sup> O tempo, sempre o “senhor da razão”, veio confirmar posteriormente que a indicação de um prazo, neste caso de dois anos de acompanhamento, para então indicar a cirurgia, tem se mostrado pertinente, considerando que de fevereiro de 1999 até março de 2005, dos cento e trinta e nove participantes deste programa, para dois foi contraindicada a cirurgia, apesar do diagnóstico de transexualidade, quatro desligaram-se para procurar outros serviços que não seguiam os mesmos critérios, e dez desistiram.

o(a)s transexuais trazem a marca de viver à margem, na clandestinidade, o que pode fazê-lo(a)s ter maior dificuldade em aceitar as normas, considerando que os preceitos, as leis e as convenções sociais, em geral, estão contra eles, ubicando-os do “outro lado do rio, nesta margem do mundo o que não é represa é baldio” (DREXLER, 2005); o estar no outro lado do rio é estar no fosso, no agreste, no vazio, que carrega a ausência do sentimento de pertencimento que deságua na precarização do reconhecimento de que são sujeitos de direitos, atribuindo o poder de solução num nível mais individual, ou particular (equipe).

Este pressuposto me conduz a outro: que estes sujeitos, apesar de tanta lágrima, se sentem um “copo vazio” e, sendo assim, vivem dando procuração da sua vida a outrem, ou melhor, têm uma identidade por procuração.

Muitos oscilavam entre uma postura de sedução ou de hostilidade. Houve uma circunstância em que várias pessoas da família de uma das participantes procuraram a psiquiatra e a mim, a fim de que déssemos um “jeitinho” para acelerar a cirurgia. Diante das negativas, a usuária foi queixar-se à presidência do hospital. A este respeito, Sawaia (2004) chama a atenção para a dialética inclusão/exclusão, a qual cria subjetividades específicas que vão do sentir-se incluído até sentir-se discriminado ou revoltado. Destaca que essas subjetividades não se explicam apenas pela determinação econômica, “elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, efetividade, consciência e inconsciência” (SAWAIA, 2004, p. 9).

A direção do trabalho, no entanto, era de que se eles desejassem mudanças, teriam que se organizar coletivamente, e buscar uma ação de reconhecimento público, e pleiteá-las junto aos órgãos competentes. A temática do tempo faz lembrar “No meio do Caminho”, o poema

que tem a forma circular, repetitiva, “que irritava os ouvidos acostumados às harmonizações da poesia convencional, bem como aos enigmas da expressão “pedra no caminho”, que todo mundo queria porque queria decifrar”, explica Villaça (2002, p. 6). Decifrar, decifrar, ele querendo se decifrar, a família querendo decifrá-los, a sociedade querendo decifrá-los, a equipe querendo decifrá-los, eu querendo decifrá-los. Até aquela etapa eu **decifrava o grupo como sendo formado basicamente por indivíduos dependentes, com pouca autonomia e tímida consciência social, o que me levava a perguntar: como se constituiria a identidade dos transexuais?**

## 2.2 NUNCA ME ESQUECEREI DESSE ACONTECIMENTO: INAUGURANDO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Este texto não pretende descrever tudo o que o PROTIG vem realizando nestes breves sete anos, mas aspira servir de memória de acontecimentos significativos, como o que ocorreu por ocasião da internação da terceira pessoa que realizaria a cirurgia, a qual não foi autorizada. Eventos como este remetem a pensar no sentido do poema de Drummond “No meio do Caminho”, que traz para a cena a idéia do imediatismo das ações e eventos que dificultam a compreensão do todo, do evento inserido no mundo, passando a ter um estatuto ontológico disperso, diferente. A rocha de uma encosta desabara no meio do caminho, era o que então parecia. Como fugir ao destino inevitável desta estrada? Deste modo, mesmo sem cortes de fita se fazia necessário inaugurar novas estratégias para seguir o caminho.

O pagamento das duas primeiras cirurgias realizadas pelo HC foi negado pelo Sistema Único de Saúde porque o nome do procedimento cirúrgico era incompatível para o sexo

masculino, ou seja, a neocolpovulvoplastia só era autorizada para o sexo feminino; então o sistema de informatização não o reconheceu e o pagamento foi indeferido, ficando as cirurgias suspensas até dispositivo em contrário.

Evidenciava-se, deste modo, a distância na efetivação da consolidação da Carta Constitucional, que expressa o reconhecimento da saúde como um direito social, enquanto em ações desta procedência, paradoxalmente, obstaculiza e impede ao invés de assegurar o acesso universal e igualitário e “sem restrições e discriminações derivadas de posições diferenciadas na heterogênea e complexa estrutura social brasileira” (SILVA, 2003, p. 72).

Partindo do pressuposto de que os seres humanos são iguais perante a lei, por conseguinte perante a justiça, ações restritivas como essa, na distribuição igualitária dos serviços de saúde, fere princípios éticos. A fim de reforçar esta idéia recorro a Beauchamp & Childress (2002), que entendem a ética biomédica como uma ética aplicada, isto é, consiste na aplicação dos princípios gerais aos problemas da prática médico-assistencial, destacando entre eles os quatro princípios<sup>19</sup> que são o da autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça, sendo que no meu entendimento todos estes aqui se mostraram não atendidos pela discriminação e iniquidade no acesso. Considero, também, irrelevantes e discriminatórias

---

<sup>19</sup> O Princípio da Beneficência é o que estabelece que devemos fazer o bem aos outros, independente de desejá-lo ou não. É importante distinguir estes três conceitos. Beneficência é fazer o bem, benevolência é desejar o bem e Benemerência é merecer o bem. O Princípio da Autonomia tem diferentes significados, tão diversos como autodeterminação, direito de liberdade, privacidade, escolha individual, livre vontade, comportamento gerado pelo próprio indivíduo e ser propriamente uma pessoa. O conceito de Autonomia adquire especificidade no contexto de cada teoria. Virtualmente todas as teorias concordam que duas condições são essenciais à autonomia: liberdade (independência do controle de influências) e ação (capacidade de ação intencional) (GOLDIM, 2005). Beauchamp & Childress (2002) entendem o Princípio da Justiça como sendo a expressão da justiça distributiva. Entende-se justiça distributiva como sendo a distribuição justa, eqüitativa e apropriada na sociedade, de acordo com normas que estruturam os termos da cooperação social. Uma situação de justiça, de acordo com esta perspectiva, estará presente sempre que uma pessoa receber benefícios ou encargos devidos às suas propriedades ou circunstâncias particulares. O Princípio da Não-Maleficência propõe a obrigação de não impor dano intencional.

regras baseadas em propriedades como sexo e nome do procedimento como justificativa para indeferir as cirurgias, e encontro eco na afirmação:

Uma explicação amplamente aceita da razão pelas quais essas propriedades são tanto irrelevantes como discriminatórias, é o fato de permitirem que se dispensem às pessoas tratamento diferenciado, às vezes com conseqüências devastadoras, com base em diferenças introduzidas e pelas quais o indivíduo afetado não é responsável e que ele não merece. Se não existir uma chance justa de que as pessoas possam adquirir-las ou superá-las, as propriedades distributivas pelas loterias da vida social e da vida biológica não são motivos para uma discriminação moralmente aceitável entre as pessoas (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 2002).

Dados como estes mostram que o Sistema Único de Saúde, apesar de mais de uma década da sua implantação, precisa implementar alterações na organização, gestão, regulação e controle dos serviços, a fim de que a população possa, através do acesso à saúde, exercer o seu direito de cidadania.

Diante deste fato, o grupo de usuários ficou muito revoltado e alguns até achavam que para desobstruir o caminho teriam que atirar as pedras nos técnicos, e os alvos preferenciais eram as coordenadoras do grupo; outros tentaram encontrar um atalho bem simples: pediram que o médico trocasse o nome do procedimento cirúrgico. Entendo o grupo como um espaço de mediação entre os indivíduos e a sociedade e, portanto, faz-se necessário considerar as determinantes sociais mais amplas que se fazem presentes nas relações grupais. Deste modo, o grupo assume a função histórica de reproduzir ou transformar a ideologia. A proposta do grupo mostra que o homem é formado pelo contexto e “portanto, agindo, percebendo, pensando e falando segundo as determinações desse contexto” (LANE, 2004, p. 83), que, atuando como mediações, foram apropriadas pelo ser humano. Nestas circunstâncias, a proposição daqueles sujeitos revelava o processo histórico no qual fora produzido, o da cristalização do papel daquele que se reconhece como destituído de direitos, encontrando

como alternativa caminhos paralelos. Como diz Lane (2004, p. 83), “a incorporação dos papéis pelos indivíduos realiza-se sob a forma de crenças e valores que mantêm a diferenciação social, visto estar fundamentada na distribuição social do conhecimento e na divisão social do trabalho”. Desta forma, a equipe mais uma vez se posicionou contrária a assumir atos ilícitos, considerando que a instituição é uma realidade objetiva, concreta e que essa objetividade é construída pelos sujeitos, e que o lícito se encontra na busca da transformação desta realidade. Encontro, também, reforço para esta posição na assertiva de que:

Os direitos, enquanto constitutivos de patamar de sociabilidade, têm jogado papel importante na sociedade contemporânea, que, ao discuti-los, coloca em xeque as formas de relação que são estabelecidas, tornando tenso o movimento por vê-los reconhecidos em lei, protegidos pelo Estado e, mais do que isso, explicitados na vida dos sujeitos concretos (COUTO, 2004, p. 37).

A posição adotada também pretendia mostrar que, para buscar o reconhecimento da sociedade de que o(a)s transexuais são sujeitos de direito, usuários e equipe teriam que passar pela superação deste cotidiano de preconceito e discriminação, que podem estar encobertos pelos mais disfarçados véus. Para isso, exigia a construção de correlação de forças favoráveis à real universalização<sup>20</sup> dos direitos sociais, a fim de garantir o acesso aos serviços de saúde nos diferentes níveis de complexidade necessários, o que inclui a cirurgia para a redesignação sexual dos transexuais.

---

<sup>20</sup> O princípio da universalidade significa que ao SUS compete atender a toda a população, seja através dos serviços estatais prestados pela União, Distrito Federal, Estados e municípios, seja através dos serviços privados conveniados ou contratados com o poder público. O princípio da equidade não significa que o SUS deva tratar a todos de forma igual, mas sim respeitar os direitos de cada um, segundo as suas diferenças, apoiando-se mais na convicção íntima da justiça natural do que na letra da lei. Ministério da Saúde.



De acordo com Leontiev (1978), o homem apropria-se do mundo dos objetos por meio das relações reais que estabelece com este. Essas relações são determinadas pelas condições históricas e sociais concretas, nas quais o indivíduo se desenvolve, pela maneira como a sua vida se forma nessas condições e como ele se apropria das objetivações já produzidas e transmitidas pela família, pela cultura e pela sociedade.

O comportamento dos indivíduos, então, passa pelas condições de como ele se apropria da realidade concreta, a qual começa pela socialização primária junto à família e onde os aspectos apropriados serão aqueles decorrentes desta inserção da família numa classe social, através da percepção que seus pais, ou as figuras parentais ou seus representantes, possuem do mundo. As histórias individuais destes sujeitos revelavam a presença de vínculos familiares e sociais vulneráveis, onde era reproduzida a relação dominador-dominado, daí a necessidade de implementar ações de uma prática transformadora. Para a equipe, mais uma vez se confirmava a necessidade de mobilizar o grupo de usuários a se organizar para a luta pelos seus direitos à saúde, e desta vez se objetivava a indissolubilidade do individual ao coletivo.

Os profissionais passaram a identificar figuras-chave nas diferentes instâncias (Ministério Público, Procuradoria da República) do município, do Estado e da União, a fim de facilitar os canais de acesso aos recursos necessários e, junto com os usuários, se partiu para um novo patamar de ação, onde se tornavam públicos os direitos desta classe, e a inacessibilidade, de parte do Sistema Único de Saúde, a um direito assegurado pela Constituição Federal, considerando que a cirurgia modificadora de sexo para os transexuais é o tratamento indicado, entre os demais. Confirmava-se, então, “que a criação, a negação, a

expansão e a retração dos direitos são constituintes de um processo, onde participam os mais diferentes sujeitos sociais” (COUTO, 2004, p. 38).

O primeiro passo foi a comunicação para todas as respectivas chefias, coordenações e Administração Central do HC, das estratégias que o PROTIG pretendia adotar para não aceitar o que parecia posto. Após, então, houve uma negociação junto ao gestor municipal que, no entanto, se mostrou hermético. Em nível federal a resposta do SUS foi de que a Norma do Conselho Federal, descrita a seguir, dizia que a cirurgia era experimental e, como o HC é um hospital universitário e conta com verba para pesquisa experimental, então que o mesmo assumisse os custos da cirurgia. Dois grandes equívocos: primeiro, que as cirurgias não são experimentais, elas já vêm sendo realizadas desde a década de 50, e, segundo, o maior deles, é que no Brasil não são autorizados procedimentos experimentais em humanos, conforme resolução 196/69 das Diretrizes e Normas de Pesquisa em seres Humanos do Conselho Federal de Saúde.

O CFM resolve: 1. Autorizar, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. [...] 4. As cirurgias só poderão ser praticadas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados à pesquisa (CONSELHO, 1997).

Entendo que a redação desta resolução é conflitante, e como tal revela certa falta de convicção quanto à intenção de garantir o acesso à cirurgia, pelos transexuais, haja vista, também, à omissão nas respostas às consultas realizadas ao CFM, pela equipe.

Como já foi dito anteriormente, até a promulgação desta Norma, as cirurgias de redesignação eram consideradas não-éticas e passíveis de punição pelo poder judiciário. Porém, a primeira cirurgia de adequação sexual realizada no Brasil foi em 1971, pelo

professor Roberto Farina. Tratava-se de um transexual homem-mulher que teve o seu diagnóstico confirmado por outros médicos e autorizada a cirurgia, a qual foi sem ônus para o paciente. O Ministério Público de São Paulo, no entanto, ao saber do evento cirúrgico, denunciou o médico “como incurso no delito tipificado no inc. III do parágrafo 2º do art.129 do Código Penal, pela prática de crime de lesões corporais gravíssimas” (SZANIAWISKI, 1998, p. 109). Após muitos recursos, a 5ª Câmara de Alçada Criminal de São Paulo, por votação unânime, deu provimento ao apelo, absolvendo-o, e aquele profissional teve novamente o direito de exercer a medicina.

A ação do CFM em editar uma resolução dando um caráter lícito e ético à cirurgia, além da repercussão do caso da Roberta Close nos órgãos de comunicação, também pretendia ir ao encontro do artigo 199 da Constituição Federal de 1988 que diz: “A lei (9434/97) disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vetado todo tipo de comercialização”. A Sociedade Brasileira de Bioética assim se posiciona:

A cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e caracteres sexuais secundários não constitui crime de mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal, visto que tem o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico. Também não há, no Código de Ética Médica, qualquer senão à cirurgia: o artigo 42, por exemplo, veda os procedimentos médicos proibidos em lei - e não há lei que defina a transformação terapêutica da genitália como crime. Aqui, cabe enfatizar que o paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição ao fenótipo e tendência a automutilação e ao autoextermínio (SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA, 2005).

Sendo a cirurgia de adequação sexual reconhecida como uma etapa essencial para o tratamento do transexual, o CFM houve por bem editar a referida norma.

Os transexuais, até então, buscavam realizar a cirurgia no exterior, mas isto era apenas para aqueles que tinham uma situação econômica que lhes permitia desembolsar entre oito e quinze mil dólares (RAMSEY, 1998). Este dado também foi confirmado por algumas pessoas por ocasião do ingresso ao grupo; uma delas, inclusive, diante da manutenção do critério de dois anos para a cirurgia, retomou o seu plano de realizá-la no exterior. Ela dispunha da quantia necessária porque já vivera no exterior, e através da prostituição conseguira economizar. Dizia, no entanto, que preferiria fazer no Rio Grande do Sul, porque confiava mais na qualidade do atendimento, além de vir a ser cuidada pela família.

Por ocasião do impasse criado pela não autorização do pagamento, outras pessoas também resolveram abandonar o grupo e procurar outros serviços que não seguiam as normas do CFM e até cobravam pelo atendimento. Desta forma, para alguns poucos a cirurgia seria uma possibilidade. Isso me leva a concordar com a afirmação de que:

Os direitos sociais são fundamentados pela idéia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista [...] E que os direitos sociais, bem como os civis e políticos, têm sido objeto de disputa na sociedade, para que a sua garantia possa ser efetivada (COUTO, 2004, p. 48-49).

Sendo assim, várias estratégias simultaneamente foram lançadas, a fim de mobilizar o grupo a ter ascensão ao direito à saúde, muito embora os transexuais, como afirma Farina (1982), “não são doentes”. Para o autor, a cirurgia complementaria o perfeito entrosamento entre seu corpo e sua alma.

Quando surge o impasse nas realizações das cirurgias, o PROTIG já aglutinara aproximadamente 45 participantes nestes dois anos, e o prenúncio de se dissipar o sonho da realização da cirurgia, a qual mais do que um sonho é um imperativo, promovia no grupo a presença simultânea de “fatores coesivos e disruptivos, harmônicos e desarmônicos”

(ZIMERMAN, 1997, p. 119). Entre os primeiros localizavam-se aqueles que diante dos empecilhos buscavam mobilizar recursos individuais e coletivos para encontrar soluções, revelando a capacidade de resistência, enquanto os segundos assumiam uma postura de desqualificar a equipe, na medida em que a acusavam de não querer resolver. Paradoxalmente, estavam atribuindo-lhe um poder de solução de que ela não dispunha, ao mesmo tempo em que assumiam uma postura de sujeição, à medida que se isentavam de participar da mobilização, junto aos demais, para encontrar novas estratégias. Com este meu entendimento, levanto uma nova indagação: **quais os fatores implicados na transexualidade que podem cristalizar estas pessoas em posições de sujeitados mais do que de sujeitos?** Como diz Moreno (2004), “Para um Deus, o tempo não passa; para os humanos, porém, cada hora deixa a vida mais curta”, **daí a necessidade de identificar a visceralidade do processo de exclusão, a fim de que as conquistas ainda sejam num tempo possível.**

Cabe então aos profissionais a capacidade de continente, que é a de acolher, de conter as angústias, as ansiedades e as defesas. Bion (1970) afirmou que em qualquer indivíduo ou grupo há um “conteúdo”, representado pelo contingente de necessidades, angústias, emoções, e que por isso necessita de um “continente”. A capacidade de continente à qual me refiro, ao nível do trabalho social, compreende também a capacidade de decodificar as marcas imprimidas pela questão social, expressas numa postura de pseudo-resistência, pseudo-rebelia e por isso mesmo retroalimentando a angústia, a desesperança e usando como defesas a artilharia de curto alcance, a qual apenas fragmenta e não fortalece. Deste modo, a capacidade de continência também está implicada em descortinar as contradições contidas neste processo e, entendendo as suas demandas, responsabiliza-se, conjuntamente com os usuários, para estabelecer as estratégias a fim de acessar os seus direitos.

Ainda sobre a importância da continência, Zimerman (1997, p. 120) diz que: “desde que nasce, o ser humano necessita vitalmente que a mãe exerça adequadamente essa função de acolher, reter durante algum tempo, decodificar e dar um significado, um sentido e um nome às experiências emocionais vividas pela criança”. As muitas histórias que ouvi me facultaram compreender que as famílias nem sempre podem conter os sentimentos de seus filhos, que na tenra idade já sofriam pela sensação de estranheza com as roupas e brinquedos e nome que lhes destinavam, bem como com os seus próprios corpos. Elas não o faziam porque não conseguiam entender o que se passava com as suas crianças, como ilustro com fragmentos de narrativas, extraídas do diário de campo:

**Fragmentos de narrativas dos sujeitos**

*A mãe de um dos candidatos à cirurgia, ao entrar na sala, antes mesmo de se apresentar, joga parte do seu corpo sobre a mesa e me diz: “onde eu errei?”. Entrevista 91.*

*Noutra situação, vieram ambos pais para entender o que se passava com o “filho”, pois não concordavam com a sua “opção”. A mãe desejava saber se era doença o que o filho(a) tinha, e se assim o fosse a equipe teria que fazer “um tratamento para a cabeça dele voltar a ser como a que ele nasceu. O pai, por sua vez, num tom de lamento, contou que aos cinco anos levou o menino para jogar futebol; no campo havia uma poça de água e o menino o chamou para que o pegasse no colo para ultrapassá-la. Completou: “ali vi que não era o Felipe que eu esperava, um guri não se importa em se sujar. Mesmo assim pensei que pudesse vir a ser homossexual, não tudo isso”. Pára, respira fundo e conclui: “Mas é meu filho, não vou abandoná-lo, só quero um tempo”. Entrevista 61.*

Comungo com a idéia de que um discurso, para que tenha um fundamento, é preciso ter condições mínimas de entendimento. Se não tiver, o ato de comunicação não se efetivará e o discurso cairá no vazio. **Levanto mais uma questão, que o padecimento destas famílias, com frequência, produzia-lhes uma crosta<sup>21</sup>, da qual ia brotando o afastamento e o esfacelamento dos laços afetivos.** Assim, as famílias tornam-se **craqueladas**, ou melhor, vão se formando fendas quase invisíveis, que enfraquecem as relações. Deste modo, também pretendo assinalar que a pesquisa em Serviço Social oferece a possibilidade de encontrar as respostas a questões como as retratadas na presente tese, ou seja, **qual a participação da família no enfrentamento do transexualismo?** E, a partir daí, estabelecer as estratégias de intervenção que possam transformar essa realidade craquelada.<sup>22</sup>

Pela complexa tessitura, sou levada a inferir que o sofrimento é de ambos lados, não há mocinhos nem bandidos, embora se espere que a família (ou os seus representantes) possa prover as necessidades nutritivas, tanto a amorosa como a alimentar, dos seus filhos. Penso que **a privação destas vivências, ao longo do desenvolvimento, vai formando bolhas de padecimentos, que podem explodir em situações que exijam maior capitalização de recursos de resistência.** Isto posto, elaborei uma outra hipótese: **os transexuais que lutam pelos seus direitos vêm de famílias com características semelhantes.**

Assim, formaram-se diferentes subgrupos diante do impasse: aqueles que exigiam resoluções imediatas e prontas, sem, no entanto, participarem, usando a justificativa de que não desejavam se “expor” publicamente; e os outros, que abandonaram o grupo, desistindo do tratamento ou recorrendo a outros serviços.

---

<sup>21</sup> Crosta – Camada de substância espessa que se forma sobre um corpo (HOLANDA, s/d).

<sup>22</sup> Craquelê – Rachadura do esmalte da porcelana, ou do verniz, ou da pintura a óleo, por contração ou dilatação do suporte, formando um entrelaçamento irregular de fendas muito finas.

Estes, certamente ainda não haviam atingido o sentimento de pertencimento a um grupo a ponto de comprometer-se com a sua evolução, nem tampouco haviam tido a possibilidade de adensar a consciência social. E, por último, aquele(a)s que arregaçaram as mangas e foram para a luta. A experiência sócio-histórica humana sintetiza a história e a experiência humanas acumuladas, e a vida cotidiana se constitui numa esfera do ser social. “Todos os homens, qualquer que seja a sua posição na hierarquia social, vivem as cotidianidades” (HELLER, 1992 p. 17). Nela colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidade manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideais e ideologias em suas retinas tão castigadas.

### 2.3 NUNCA ME ESQUECEREI NO MEIO DO CAMINHO: AS SENDAS PARA O CONHECIMENTO

O ideal ético-político, comungado pela equipe, era o de esquadrihar outras sendas para o enfrentamento das tentativas de manutenção do processo de desqualificação e exclusão social deste grupo de pessoas. Como disse Chauí (2003), através da história é possível compreender que o autoritarismo está no cimento que estrutura a sociedade brasileira, na qual vigora a “violência sob formas invisíveis e impalpáveis, indo do machismo ao racismo, do preconceito de classe aos preconceitos sexuais”, oportunizando a naturalização das exclusões e desigualdades e escondendo sob a “indivisão imaginária do verdeamarelismo” (2003, p. 84) as divisões sociais e as injustiças. Objetivando romper com estes pressupostos, buscou-se atuação simultânea junto aos órgãos de comunicação, através do rádio, televisão e jornal, ao Ministério Público e ações junto à Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde.



Através dos depoimentos dos transexuais e de seus familiares, testifiquei o quanto a sociedade os discrimina, expressando os seus preconceitos das mais diferentes formas e âmbito de ação. A respeito do preconceito, vou versá-lo mais detalhadamente no capítulo 4, mas antecipo que a abordagem junto aos meios de comunicação tinha a finalidade de atingir a população em geral, a fim de promover o conhecimento sobre o tema da transexualidade. Sei também que é na “trama dos fios que se sustentam os nós que amarram as redes dos discursos” (FERREIRA, 2004). E por isso se fazia necessário, todavia, oferecer a possibilidade de a comunidade tomar contato com uma história fora dos estereótipos mantidos pelos grupos sociais, que por diferentes razões alimentam ações de hostilidade contra aqueles que lhes parecem ser desconhecidos, por serem diferentes. Considero oportuno aqui citar Chauí:

Aparecia-me com clareza que a luta pela justiça, pela igualdade e pela liberdade não era uma luta moral, nascida do espírito da caridade, mas uma ação política consciente determinada pela própria história. Era possível uma sociedade nova, justa e igualitária não simplesmente por causa de nossa indignação diante da injustiça e da desigualdade, mas porque era possível compreender suas causas e destruí-las (CHAUÍ, 2003, p. 82).

Perseguindo essa direção através da promoção do conhecimento, foram então realizados, num mesmo ano, três programas de televisão, contando com a equipe técnica e com a participação dos candidatos à cirurgia e de seus familiares; mais três programas de rádio, no mesmo estilo, e várias reportagens em jornais locais. A repercussão foi muito importante, culminando com a criação de uma pauta para um programa dominical em rede nacional de televisão, onde trataram da questão da suspensão do pagamento das cirurgias pelo SUS, e a repercussão na vida destas pessoas. O depoimento de uma pessoa do grupo causou grande impacto, quando narrou o freqüente constrangimento ao qual era submetida quando tomavam conhecimento da sua identidade, que nada tinha em consonância com a sua

aparência física, ao mesmo tempo em que mostrou todo o esforço que vinha empreendendo, ao longo da sua vida, para assumir os compromissos de cidadã; no entanto, tinha o seu direito, garantido pela Constituição Federal, barrado por essa determinação do SUS. E para culminar, o seu superior, um militar, deu o seu depoimento gravado, no quartel, sobre a importância da cirurgia na vida daquela pessoa.

A coragem e o destemor das pessoas que vinham participando dos programas, e mais a decisão da candidata de mostrar a sua posição em nível nacional, foi um outro momento de uma virada paradigmática para o grupo que não queria se “expor”. O grupo passou a reconhecer a importância da participação dos demais e estes vieram afirmarem-se as suas lideranças, bem como se sentiam valorizados pelo seu protagonismo na mudança do rumo da história da transexualidade.

A fim de qualificar o processo de trabalho do PROTIG, incluindo aí profissionais da equipe, Ministério Público, profissionais da comunidade e, sobretudo, dos sujeitos que formam a razão de existir do programa, recorro à afirmação de que:

A ideologia não se limita a ser apenas uma instância da superestrutura; ela desliza também pelas demais partes do edifício social, é como o cimento que assegura a coesão do edifício. A ideologia dá coesão aos indivíduos em seus papéis, em suas funções e em suas relações sociais... Está presente nas atitudes e nos juízos políticos, no cinismo, na honestidade, na resignação e na rebelião. Governa os comportamentos familiares dos indivíduos e suas relações com os demais homens e com a natureza. Está presente em seus juízos acerca do “sentido da vida” e assim por diante (HARNECKER, 1983, p. 101-102).

Com a citação de Harnecker, ratifico também a menção de Heller, afirmando que a intencionalidade do trabalho do assistente social vai muito além do que está aparentemente posto na vida cotidiana, bem como muito além da demanda imediata. Num primeiro momento, poderia parecer que os objetivos do meu trabalho seriam os de avaliar a adequação

dos pacientes e a participação das suas famílias para as cirurgias. Não, o trabalho se constrói no dia a dia, tendo como pano de fundo a ideologia que, por sua vez, não se limita à dimensão individual, embora até possa operacionalizar-se através desta dimensão, mas à da categoria profissional que assumiu o compromisso com aqueles que vivem em situação de desigualdade social, como afirma um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (Coletânea de Leis CRESS, 2000, p. 21).

O trabalho junto à mídia vinha e vem oferecendo significativos resultados, tanto é assim que até hoje chegam pessoas que ficaram sabendo, através desta via, sobre os recursos oferecidos, como mostra a história de uma jovem de 26 anos, procedente de zona rural de uma cidade da região da campanha, que ingressou no programa, e assim se expressou:

**Fragmentos de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Uma amiga minha leu uma reportagem no jornal e me deu para eu ler, isso ainda em 2001, mas não tinha condições de vir para Porto Alegre. Agora eu venho com a prefeitura. Agora consegui contar para a minha mãe, ela sempre achou que isso é uma “sem-vergonhice”. Agora quero fazer tratamento para equilibrar o meu corpo com a minha mente. Me sinto uma mulher(...) É, a gente não vai ser totalmente uma mulher. A gente vai ter um casco de mulher. Entrevista 135.*

Depoimentos como este revelam a importância de compartilhar conhecimentos com a população, usando a mídia. Usando a linguagem “gaudéria”, é possível “matar várias cobras com uma só paulada”, ao levar o conhecimento aos mais longínquos pontos, divulgar a possibilidade e a forma de acesso ao tratamento necessário, desmistificar os tabus acerca do

comportamento sexual e encorajar as pessoas a enfrentar a sua realidade e, assim, ir solapando as pedras do caminho.

O fragmento de narrativa da entrevista 135 lança, ainda, o desafio de desvelar o significado da expressão “casco”. Será que ela já teria clareza de que do ponto de vista biológico não há troca de sexo, em consequência da cirurgia, pois os outros componentes biológicos tais como o cromossômico, o neural e o endócrino, conjunto que define o sexo de um indivíduo, permanecem inalterados? Teria uma conotação pejorativa? Que valor teria o casco? O **casco** faria parte da sua identidade?

São as novas questões ou novas pedras que se colocam no caminho, tal como as estradas pedregosas das pequenas cidades do interior que talvez tenham inspirado o poeta.

#### 2.4 NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA: CONVERSANDO SOBRE TRANSEXUALISMO

Gradativamente, pois, vou revelando minha idéia, a minha ideologia, que coincide com a dos demais componentes do PROTIG; é a ação profissional que persegue a busca pela justiça social, aqui especificamente dirigida aos sujeitos com história de transexualidade. E seguindo nessa direção, os profissionais do PROTIG identificaram a necessidade de lançar mais uma tática para divulgar o conhecimento sobre a transexualidade, e assim se criou o espaço “Conversando sobre Transexualismo”. Pretendia-se, desse modo, criar uma maior aproximação com a população em geral, bem como convidar figuras representativas dos diferentes seguimentos da sociedade a fim de sensibilizá-los para este empreendimento, que

consistia na autorização do pagamento da cirurgia pelo Ministério da Saúde, através do Sistema Único da Saúde. O planejamento, a organização e a execução de todos os eventos do “Espaço Conversando sobre Transexualismo” sempre envolveu a equipe e os sujeitos que faziam parte do programa.

Retornando um pouco aos grupos, um tema freqüentemente problematizado junto aos sujeitos era a relevância do trabalho coletivo realizado através das associações, as quais têm um estatuto civil para representar os interesses dos sujeitos com o diagnóstico de transexualismo em diferentes esferas do poder do Estado.

Tais grupos associativos apresentam, como essência central, uma ação política na qual difundem a construção de identidades democráticas no marco de instituições representativas (NEDER, 1997), com a constituição de formas coletivas de solidariedade e de ajuda mútua, que colocam no dia-a-dia e valores do comportamento democrático (SOUZA, 1999). Usuários e familiares reivindicam, para além da doença, protagonizar uma história de mudanças, forjar um novo olhar sobre o problema e todas as suas implicações. O protagonismo do cidadão, ao participar efetivamente dos problemas, parece propiciar a construção/consolidação de uma consciência social do problema.

As associações propiciam, por meio de uma intensa participação política, uma nova voz, um novo tom. Um tom que traz uma racionalidade própria e distinta da técnica, sem, contudo excluí-la. A ação política de suas demandas sinaliza onde a política pública encontra-se deficitária. As associações possibilitam apontar o que está funcionando ou não no modelo assistencial. O surgimento de entidades voltadas para a defesa de direitos e dos interesses dos usuários e dos familiares tomou um caráter organizativo de maneira sistemática em todo o

país, sobretudo na área da saúde mental, tendo como resultado concreto um forte trabalho contra a discriminação e o preconceito com os portadores de diagnóstico de doença mental.

Segundo Souza (2001), as associações podem ser vistas como grupos de interesse, e ele utiliza, como referência para esta classificação, Offe (1995), que situa esta classificação em três perspectivas teóricas: a do agente social individual, a da estrutura de oportunidades e a das formas e práticas institucionais do sistema social geral. É pela combinação das três dimensões que se chega a uma explicação sobre a operação do conceito. O primeiro seria o nível da vontade, da identidade coletiva e dos valores dos membros participantes do grupo. O segundo é o da “*estrutura de oportunidade*” socioeconômica, de onde emerge e atua o grupo de interesse. O terceiro está associado às formas e práticas institucionais que o sistema político coloca à disposição do grupo de interesse. Isto acaba conferindo um *status* político-institucional à base de operação do grupo.

Para Offe (1995), a forma e o conteúdo da representação de interesse organizada são resultados do interesse, mais a oportunidade e mais o *status* institucional. A caracterização apresentada por Offe auxilia, no primeiro momento, na compreensão e distinção acerca dos impulsos individuais, no que se refere ao desejo associativo dos indivíduos. Ou seja, o que faz com que o indivíduo se associe, o que o leva a realizar pactos, a estabelecer interações entre outros indivíduos e como ele reconhece a legitimidade do grupo a que está se inserindo pela representação de seus interesses. Em um segundo momento, a caracterização de Offe indica como a atribuição de *status* público – em sua forma positiva ou negativa – a determinados grupos, por parte do sistema político, pode facilitar o acesso ao Estado e à conquista de benefícios diferenciados, ou ao reconhecimento do grupo como interlocutor em detrimento de outras representações.

Para que isso viesse a se concretizar, pensou-se que neste primeiro encontro esta proposta deveria estar presente na pauta. Convidou-se, então, a presidente de uma outra associação, a Associação Gaúcha dos Amigos e Familiares de Pacientes com Esquizofrenia-AGAFAPE para falar da sua criação e do papel social que desempenha, na defesa dos direitos dos pacientes com diagnóstico daquela doença.

Este evento contou ainda com a participação do coordenador do programa, da psiquiatra e do Procurador da República. A participação dos sujeitos que faziam parte do grupo foi bem menor do que se esperava, havia uma pedra no caminho, talvez por isso passassem a procuração para que outros lá estivessem. Por outro lado, a platéia presente foi diversificada. Chamou-me a atenção um casal que estava sentado na última fila. Ele revelava uma expressão muito séria e tensa, ela de depressão. Permaneceram até o fim, não fizeram perguntas, mas ouviram todas as respostas. Passados alguns dias, eles entraram na minha sala, desolados com a decisão da(o) filha(o) de ingressar no programa. Já vinham acompanhando as reportagens e os programas de televisão que estavam sendo apresentados.

No segundo encontro, foi apresentado o filme “Minha Vida Cor de Rosa” (BERLINER, 1997), que narra as desventuras do menino Ludovic, de 7 anos, que imagina ter nascido no corpo errado: na verdade, acredita ser uma menina. A primeira seqüência do filme mostra o casal se preparando para recepcionar os novos vizinhos, pois acabavam de mudar-se. Na seqüência seguinte, aparece o menino chegando na festinha promovida pelos pais para atrair a nova vizinhança; ele se traja com um vestidinho da irmã, sapatos de salto e brincos da mãe. O mal-estar se instala nos presentes, que começam a pressionar e ridicularizar o garoto. A rejeição se estende aos pais, aos colegas, à direção da escola, exceto à avó materna, que lhe dá apoio afetivo. Recorro à projeção do filme, considerando que “as imagens produzem uma

pedagogia, ensinam sobre coisas do mundo, produzem conceitos sobre o social, indicam formas de pensar e agir, de como se relacionar com o mundo, numa espécie de currículo cultural”, conforme Henningen (2004, p. 76).

A exibição da película pretendia, também, provocar o debate sobre o tema, partindo da universalidade do mesmo, considerando que a história se passa numa pequena cidade do interior da Bélgica e que, apesar das diferenças continentais e sobretudo das diferenças no nível de desenvolvimento entre aquele país e o Brasil, há intensa semelhança com as histórias dos sujeitos que fazem parte do PROTIG. Almejava, deste modo, servir como referência para as famílias quanto à sincronia dos sentimentos e atos e a possibilidade de superação.

O filme foi seguido do depoimento de uma das pessoas que participavam do programa. A sua história guardava muitas semelhanças com a de Ludovic, mas a grande diferença estava na família que não a acolheu no tempo certo, tendo que fugir de casa, ainda adolescente, para assumir publicamente a identidade feminina. Do interior foi para uma grande capital, onde tinha a garantia de trabalho na prostituição. Lá, foi possível amealhar dinheiro, que foi o passaporte que lhe deu retorno à família, só que na bagagem escondia o exame de HIV com resultado positivo.

A reação dos vizinhos e da escola, mais o depoimento, suscitaram importante debate, e este evento, diferente do anterior, já contava com um número bem mais expressivo de participantes do grupo, e dali surgiu a idéia de aprofundar o tema da cidadania. Foi organizado, assim, o “Fórum Estadual de Transexualismo e Cidadania: em busca do reconhecimento dos Transexuais”, abordando conceituação, tratamento, identidade civil e direito ao tratamento pelo SUS; para isso, contou com a participação da equipe técnica, representantes dos transexuais, Ministério Público Federal e Secretaria da Saúde e do Meio



Ambiente do Estado. O(a)s participantes estavam cada vez mais mobilizados, sendo que o “*lay-out*” do material de divulgação foi criado por um(a) dele(a)s.

O “III Conversando sobre Transexualismo” aconteceu em 2004 e tinha como tema “Transexualismo e Inclusão Social”, abordando a cirurgia de transgenitalização, escola, trabalho, família e identidade civil, e teve como palestrantes a equipe técnica do PROTIG, um Procurador da República e o presidente da Associação dos Transexuais. O público presente lotou o auditório onde se realizou o evento. O engajamento do grupo vinha num crescendo e, nesta ocasião, várias pessoas que já haviam realizado a cirurgia retornaram, alguns se fazendo acompanhar pelos seus maridos, outros por amigos e familiares.

A crise instalada pelo não pagamento pelo SUS das cirurgias de transgenitalização serviu de gatilho para acelerar o processo de crescimento e reconhecimento da importância do grupo, pelos seus próprios componentes. O pressuposto que levanto para esta postura mais individualista dos sujeitos, ao ingressarem no PROTIG, com um viés quase endógeno de ver os problemas do mundo, encontrou um terreno adubado pela cultura de não participação ocorrida nos anos da ditadura e repressão à sociedade brasileira. Aqui se destaca a moral da individualidade, caracterizada por valores utilitaristas e hedonistas, por uma justiça punitiva do tipo expiatória, onde manutenção dos direitos humanos, violência, miséria e corrupção não se constituíam em objeto de discussão e onde os problemas sociais eram sempre reduzidos à escala do individual ou do interindividual. **Esta postura individualista pode, também, ter sido plantada nas suas vivências de solidão, macerando anseios e incertezas sobre a sua identidade sexual e de gênero, a qual foi pouco compartilhada com outras pessoas da família. As experiências de não contar com os demais para encontrar saídas mais construtivas, junto com uma sociedade que tende a estabelecer relações mais**

autoritárias, com o predomínio de aceitação dos padrões já estabelecidos como os verdadeiros, podem ter produzido mordanças e vendas aparentemente invisíveis a olho nu. Levanto este argumento a partir de depoimentos como estes:

**Fragmentos de narrativas dos sujeitos**

*Tive um namorado que quis me enlouquecer, porque ele negava para todos que eu tinha saído com ele. Ele me usou e jogou fora. Fiquei tão deprimida. Perdi emprego. Entrevista 126.*

*Na escola teve muita chacota dos meninos e dos professores. Mas se eu brigava, só eu ia pra secretaria. Até que contei pro meu irmão mais moço, ele é adotivo. Ai ele me defendia na escola. Entrevista 123.*

*Os médicos não sabem da existência do transexualismo. Eu fui num médico lá em Y e ele foi “grosso”, perguntava se eu queria deixar de ser mulher, se é tão bom ser mulher. Entrevista 132.*

*O pai me retraía mais do que a mãe. Ele falava muito pra ela e ela me xingava. Desde que comecei a vir para o grupo eles me escutam até a última palavra sem me criticar. Acho que eles estão gostando mais de mim. Entrevista 135.*

Com estes testemunhos, busco destacar que a subjetividade dos sujeitos leva as marcas das pressões, especialmente seus lados contraditórios, que se estabelecem nas relações sociais, relações sociais estas que têm como base uma política que preconiza: partindo da desigualdade, não da diversidade, tratar desigualmente os desiguais.

O fundamento desta desigualdade consentida/admitida está, não no pluralismo e na diversidade, na busca pela hegemonia — que só pode ocorrer no embate entre os iguais —, mas sim no caráter de classe de uma sociedade que, na imposição permanente de falsas “liberdades individuais”,

esconde a exploração do homem pelo homem (VASCONCELOS, 2002, p. 85).

E por tudo isso também entender as suas implicações na submissão-altivez que impedia o grupo de identificar estratégias legais para acessar seus direitos, considerando que:

O direito de o indivíduo se submeter a alteração do *status* sexual é um direito inerente à própria pessoa, um direito de personalidade, tipificando-o como direito ao próprio corpo. O direito ao próprio corpo, como um direito à integridade física do homem, cujo objeto busca proteger o ser humano em seus interesses materiais e morais em relação ao próprio corpo. O direito à vida consiste no respeito à própria existência do indivíduo, encontrando-se, ao lado deste, o direito à integridade corporal, que não diz respeito somente à proteção anatômica externa do corpo humano, mas também é abarcado pelo direito à saúde. O direito à saúde deve ser focalizado, igualmente, sob o aspecto positivo, isto é, no direito e no poder de o indivíduo exigir do poder público e da sociedade em prover por sua saúde e bem estar (SZANIAWISKI, 1998, p. 78-79 e 81).

Afirmações como estas reconhecem, da parte do Direito, que qualquer doença ou fato que venha a causar a diminuição permanente da integridade do indivíduo o conduziria a uma conseqüente diminuição na capacidade de trabalhar, nas atividades normais e no crescimento social, em todos os seus aspectos, impedindo o seu livre desenvolvimento. Deste modo, “a integridade do homem é um direito absoluto, limitado, que faz surgir para a coletividade uma obrigação passiva universal, no sentido de não praticar atos atentatórios contra a saúde coletiva do indivíduo”, como também reconhece Szaniawiski (1998). Pelo exposto, a equipe mobilizou o(a)s participantes do grupo, a fim de ter acesso aos seus direitos, a recorrer ao Ministério Público<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> O Ministério Público - MP é uma instituição permanente, essencial função jurisdicional do Estado, que tem como atribuição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (BRASIL, 1988, art. 127).

As peculiaridades das funções atribuídas ao MP na Constituição brasileira, acumulando as características de fiscal, ouvidor e advogado do povo, colocam-no em uma interessante posição de defensor da sociedade contra possíveis abusos do Estado, ao mesmo tempo em que defende o Estado Democrático de Direito contra possíveis ataques de particulares de má-fé. O MP tanto pode agir por sua própria iniciativa, sempre que considerar que os interesses da sociedade estejam ameaçados, quanto pode ser acionado por qualquer cidadão que considerar que algum direito ou princípio jurídico esteja sob ameaça (BRASIL, 2005).

Descrevo a atuação do PROTIG como um trabalho de equipe, onde o Nós superou o Eu, muito embora tenha que se destacar que algumas pessoas, pelo seu conhecimento, habilidade e relações, tiveram neste ou naquele momento papéis de facilitadores no processo, como ocorreu com a representante do Comitê de Bioética do HC e a psiquiatra, no momento de sua aproximação com o Ministério Público.

Em todas as ações estiveram presentes representantes da equipe e dos candidatos às cirurgias. A presença destes últimos produzia o efeito de catalisadores no processo. A estratégia mostrou-se muito efetiva. Assistente social e psiquiatra faziam uma breve conceituação a respeito da transexualidade, das suas formas de tratamento, da Resolução do CFM e do não pagamento da cirurgia pelo SUS, seguida dos depoimentos dos sujeitos presentes. Era um momento muito especial (sonhos se dissipavam, pesadelos serpenteavam) para estes sujeitos, e assim um vulcão de emoções se fazia presente, contagiando a todos. Ainda mais na primeira audiência, em que compareceu uma das candidatas a cirurgia, de 48 anos, proprietária de um salão, loira, alta, de aparência bem cuidada e discreta, vocabulário feminino, voz baixa um tanto grave, que tanto poderia ser a de uma fumante pesada como também poderia indicar o seu sexo biológico. Contou das suas realizações e das suas frustrações, entre estas destacando a sua pobre vida amorosa da qual nunca se permitira desfrutar por vergonha do corpo que possuía, mas que não era “*realmente*” o seu. E que nesta etapa da vida tudo o que precisaria era encontrar esta harmonia entre o seu corpo e a sua mente. A oportunidade parecia ter chegado até a sua porta, pois ela fora até o hospital para se internar, no entanto a porta se fechara e retornou de mãos e alma vazias, pois informou: “*Fiz*

---

Não é simplesmente um guardião da lei; sua missão, embora inclua o aspecto da legalidade, vai muito além desse campo, abrangendo também a guarda e a promoção da democracia, da cidadania e da justiça, da moralidade, além dos interesses da sociedade de uma maneira geral, sobretudo nas questões mais vulneráveis e, portanto, mais necessitadas de amparo, como as etnias oprimidas, o meio ambiente, o patrimônio público e os direitos humanos, entre outros temas (BRASIL, 2005).

*até “lembrancinhas” para oferecer aos meus amigos, afinal seria um novo nascimento para mim”.*

Assim iniciou-se a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em benefício dos transexuais, junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.<sup>24</sup> Em 06.11.2002 o Conselho Federal de Medicina, acionado pelo Ministério Público, reconheceu o caráter não-experimental da cirurgia de troca de sexo masculino para feminino, mantendo o caráter experimental da cirurgia de troca de sexo feminino para masculino, por não estarem totalmente resolvidas algumas questões quanto às técnicas cirúrgicas. Todavia, o Conselho Federal de Medicina não especificou quais seriam esses problemas. Quanto às idas e vindas da máquina burocrática das instituições públicas, considero importante lembrar que, com frequência, a organização administrativa possibilita que o monopólio do poder e as relações de dominação prevaleçam, reduzindo as perspectivas de emancipação humana na sociedade. Tragtenberg (1974) já dizia que a burocracia é o aparelho ideológico que congrega as teorias administrativas e também é produto e reflexo do contexto histórico e socioeconômico no qual está inserida. Assim, “é preciso transcender o hábito de caracterizá-la a partir do tipo ideal weberiano, no qual a burocracia não se esgota enquanto fenômeno meramente *técnico*; é acima de tudo um fenômeno de dominação” (TRAGTENBERG, 1974 p. 37).

O Sistema Único de Saúde - SUS - é resultado de uma luta por um sistema de saúde que viesse a atender a toda a população. E assim tem sido, muito embora ainda existam grandes paradoxos, como a oferta de tratamentos com maior nível de complexidade, como os transplantes, a ascensão a medicamentos para AIDS, entre outros, ao mesmo tempo em que há uma imensa dificuldade de acesso a serviços básicos. O conceito ampliado de saúde elaborado

---

<sup>24</sup> Apelação Cível nº200171000262799- sendo signatários os Procuradores da República Luiz Carlos Weber e Paulo Gilberto Cogo Leivas e o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Marcelo Veiga Beckhausen.

na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) define que "saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde", e aponta para o reconhecimento do ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida. A desigualdade social que se manifesta pela crescente concentração de renda, acarretando pobreza e exclusão social, constitui um desafio para garantir os direitos de saúde da população. Além disso, no Brasil, os padrões de exclusão e a incidência da pobreza são também determinados pelas desigualdades de gênero, raça, etnia e geração. Nesse sentido, para efetivar o direito à saúde é necessário romper a espiral multidimensional que caracteriza esses vários processos de exclusão frutos da política macroeconômica. Depende, portanto, do provimento de políticas sociais e econômicas que assegurem desenvolvimento econômico sustentável e distribuição de renda e de recursos materiais, cabendo especificamente ao SUS a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos. Esse quadro exige um esforço ampliado de todos os setores da sociedade em busca de uma atenção à saúde que, além de oferecer uma maior cobertura, um dos reconhecidos avanços do SUS, assegure um tratamento com qualidade (NEGRI, 2002).

Todavia, para garantir a concretização deste conceito, é preciso que a população participe no controle social, a fim de efetivar os princípios de universalidade, equidade e integralidade, incorporados e incorporando-se ao sistema. O controle social é, na história de democratização das políticas de saúde, um dos campos que deu visibilidade aos movimentos de saúde, quer pela denúncia das "ausências e omissões" dos serviços instalados, quer pela luta para construir um espaço regular para o exercício do controle nos serviços e nas burocracias da gestão da saúde (SPOSATI e LOBO, 1992).

A negativa do pagamento pelo SUS das cirurgias constitui-se numa ruptura nos princípios, demandando então, da sociedade, neste caso em particular representada pela população diretamente atingida, uma reação para provocar uma mudança. Esta foi a intenção ao buscar a Secretaria Estadual da Saúde do Estado, na qualidade de gestor, a fim de reivindicar o acesso aos direitos destes sujeitos.

A estratégia utilizada foi a mesma já citada junto ao Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial. Imediatamente as autoridades comprometeram-se a buscar uma alternativa. Passaram-se muitos meses, até que foi efetivado um convênio entre a Secretaria da Saúde e o HC, comprometendo-se a assumir o pagamento de até vinte e quatro cirurgias por ano. Assim foi possível que mais cinquenta pessoas já tenham realizado as suas cirurgias, mesmo com algumas interrupções por falta do cumprimento do pagamento e posterior retomada. Por ocasião da troca do governo do Estado, foi exigido da equipe e dos participantes o uso das mesmas estratégias para novamente celebrar convênio.

A ação do Ministério Público, como foi dito anteriormente, já resultou no reconhecimento pelo CFM de que a cirurgia não é experimental. Apesar da relevância do resultado, muito ainda precisa ser feito, considerando que já se passaram mais de dois anos e o Ministério da Saúde ainda não promoveu as mudanças necessárias, embora tenha formado um grupo de trabalho para criar as normas, as quais permitiriam que o SUS instituísse uma tabela com os valores dos procedimentos e só então assumisse o custo. O PROTIG tem dois representantes que participariam desta comissão, o Coordenador do Programa e o Presidente da Associação.

Até aqui o PROTIG vem desenhando a sua história, ao mesmo tempo em que está cingindo uma marca de mudança no trato da questão da transexualidade em nosso Estado,

tendo a convicção de que as mudanças precisam contar com a vontade de transformar o *status quo*, junto com um projeto socialmente construído, conforme penso ter mostrado. Desta forma, este grupo de sujeitos que lá chegaram, carregando na sua memória a imagem da pedra no caminho, pôde vislumbrar a oportunidade de construir novos caminhos, embora nem sempre no tempo da sua escolha e sim no da possibilidade.

Muito se diz que mudanças são difíceis. A história, no entanto, mostra que elas ocorrem, talvez não no espaço de tempo em que se gostaria. Para os gregos, de acordo com Moreno (2004), existiam dois tipos de tempo: um era o *cronos*, aquele que passa contado em dias, meses e anos; o outro era o *kairos*, o momento certo, propício, a ocasião oportuna para as coisas acontecerem. O PROTIG vem desenhando a sua história entre estes dois tempos. Quando surgiu a resolução do CFM, viu-se que esta era a ocasião para realizar um trabalho inovador, destinado a um grupo de pessoas com pouca visibilidade na sociedade, mas

*o dia vai vencer aos poucos o frio  
acredito ter visto uma luz ao outro lado do rio  
principalmente acredito que nem tudo está perdido  
tanta lágrima, tanta lágrima  
e eu sou um copo vazio.*

O verso “No Meio do Caminho” que dá título a este capítulo, além dos sentidos que já foram anteriormente explorados, como o de obstáculo, de insólito, entre outros, também envia a idéia de tempo, de tempo em e de construção. E é seguindo esta lógica que venho mostrando a matéria-prima do meu cotidiano profissional, e qual o caminho que percorri para realizar a passagem da intervenção como assistente social para a de pesquisadora. Desta forma, pretendo realçar a prática profissional como produtora de saberes, a prática vinculada ao prazer do dialogo plural, em oposição à compulsoriedade do fetiche da prática endógena, e então,



*“ouço uma voz que me chama... quase um suspiro  
Rema rema rema-a. Rema rema rema-a” (Drexler, 2005).*

Mesmo sabendo que a finalidade de uma tese é sustentar teoricamente a resposta da pergunta de pesquisa, assumo o risco da escolha do caminho que estou percorrendo para mostrar como fui construindo o objeto desta pesquisa, como pretendo mostrar no próximo capítulo. Revigoro desta forma o anseio em superar a dicotomia entre a produção de conhecimento e a construção da prática, ao mesmo tempo em que se viabiliza a garantia de retorno do produto da pesquisa para a realidade que foi pesquisada.

*E assim do meio do caminho,  
nas minhas retinas já mais aliviadas (Drummond, 1978).  
[...] finco meu remo na água levo o teu remo no meu  
acredito ter visto uma luz ao outro lado do rio (Drexler, 2005).*

### 3 ARQUITETURA TEÓRICO-METODOLÓGICA: ALICERÇANDO IDÉIAS

#### 3.1 PREPARANDO O TERRENO

*Sempre acrescentei nas minhas palestras que não dava à arquitetura maior importância e não havia nada de desprezível nessas palavras. Comparava-a a outras coisas ligadas à vida e ao homem, referia-me à luta política, à colaboração que todos nós devemos à sociedade, aos nossos irmãos mais desfavorecidos.*

*O que se compara à luta por um mundo melhor, sem classes, todos iguais?.*

*Oscar Niemeyer*

Como foi visto até então, o transexual sente que sua “alma” está aprisionada num espaço arquitetônico que não identifica como sendo seu e, neste desencontro entre o corpo e a mente, ele (ela) estabelece, no rastro da contradição, um distanciamento/aproximação na relação com o seu corpo. Partindo do pressuposto básico de que o corpo é um dos primeiros elementos que passa a dar materialidade à identidade humana, pode-se, então, inferir o seu desdobramento nas demais dimensões que vão dar conta de responder à questão quem eu sou, quem tu és e quem nós somos. Assim, torna-se imperativo descortinar como se dá a construção social da identidade nestes sujeitos, e para isso faz-se necessário introduzir a discussão sobre identidade e sobre processos identitários, abordando aspectos conceituais e contextuais que vão ao encontro da concepção de identidade enquanto uma construção social, como uma categoria de análise, balizada por polissemias que devem ser consideradas a partir do contexto que lhe outorga sentido.

Antes, quero retomar a questão da arquitetura, a qual pode ser entendida como a arte de construir ou de como se constitui uma edificação, sendo que as metáforas arquitetônicas fazem parte de uma retórica que se utiliza para descrever indivíduos, grupos sociais, como também para descrever espaços teóricos. A arquitetura vai além do levantar e baixar de paredes e instalações, acrescentar e retirar cores; na elaboração de um projeto de construção, junto vão as premissas sociopolíticas do autor, como consubstancia a afirmação de Niemeyer, que abre este texto. E utilizo-me do mesmo para ancorar o referencial teórico do qual me valho para criar e/ou reproduzir um espaço conceitual sobre identidade, assim como o arquiteto, que ao erigir um projeto para a casa de uma família, junto cria um conceito sobre a mesma.

A temática da transexualidade remete à idéia e afirmação do corpo, seguindo-se da negação do mesmo e de superação em busca no seguimento da construção da identidade. Antes de entrar no espaço destinado a revisitar os conceitos de identidade, as suas semelhanças e diferenças, considero relevante estabelecer as fronteiras placentárias entre o biológico e o social, alicerces necessários para reforçar as premissas sociopolíticas derivadas de um modelo arquitetural.

Leontiev (1978) diz que a pré-história da consciência humana é constituída por um longo e complexo desenvolvimento do psiquismo animal, o qual se desenvolveu de acordo com a passagem a novas condições exteriores de existência. Assim, à medida que aumenta a complexidade do meio, aumenta a diferenciação do sistema nervoso central e sobre esta base é que nasce o psiquismo sensorial elementar. “O psiquismo animal nasce e se desenvolve, precisamente, porque sem ele os animais não poderiam se orientar no seu meio, chegando até ao nível do desenvolvimento da memória das situações” (LEONTIEV, 1978, p. 61).

O referido autor afirma que a atividade do animal, no entanto, é biológica e instintiva, que ele não apresenta novas necessidades e as leis gerais do desenvolvimento psíquico dos animais são as biológicas. Todavia, quando se chega no homem, o psiquismo submete-se às leis do desenvolvimento sócio-histórico, conforme se depreende da sua afirmação (LEONTIEV, 1978, p. 262):

[...] ao mesmo tempo [...] o homem é profundamente distinto dos seus antepassados animais e [...] a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; [...] esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do seu desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas a *leis sócio-históricas*.

Para Leontiev (1978, p. 73-74), então, a “hominização dos antepassados animais” se deve ao aparecimento do trabalho e recorre a Engel para justificar a assertiva de que “o trabalho criou o próprio homem”; o trabalho é um processo que liga o homem à natureza, um processo de ação do homem sobre a natureza. O trabalho, então, antes de mais nada, caracteriza-se pelo uso e fabricação de instrumentos e pela atividade comum coletiva, que projeta o homem em relação aos demais seres, sendo através desta relação com os outros homens que ele se relaciona com a natureza. “O trabalho é, portanto, desde a origem, um processo mediatizado simultaneamente pelo instrumento (em sentido lato) e pela sociedade”.

Seguindo o rastro da genealogia da consciência e da subjetividade está o trabalho, enquanto ação sobre a natureza, uma atividade originalmente social e assentada na cooperação entre os indivíduos, com uma divisão técnica, mesmo que embrionária, ligando entre si os participantes e mediatizando a comunicação entre eles. Assim,

a atividade complexa dos animais superiores, submetida a relações naturais entre coisas, transforma-se, no homem, numa atividade submetida a relações sociais desde a sua origem. Esta é a causa imediata que dá origem à forma especificamente humana do reflexo da realidade, a consciência humana. A

decomposição de uma ação supõe que o sujeito que age tem a possibilidade de refletir psicicamente a relação que existe entre o motivo objetivo da ação e o seu objeto. Senão a ação é vazia de sentido para o sujeito. Esta atividade reflete-se na cabeça do homem não já em fusão subjetiva com o objeto, mas como relação prático-objetiva do sujeito para o objeto. A consciência humana fará doravante a distinção entre a atividade e os objetos (LEONTIEV, 1978, p. 80).

Retornando à questão do instrumento, o seu uso só é possível em ligação com a consciência do fim da ação do trabalho, tornando-se, assim, um objeto social, o produto de uma prática social, de uma experiência social de trabalho. Por este fato, o conhecimento humano mais simples, que se realiza diretamente numa ação concreta de trabalho com a ajuda de um instrumento, não se limita à experiência pessoal de um indivíduo: acima de tudo se realiza na base da aquisição, por ele, da experiência da prática social. Assim, chego à afirmação de que o conhecimento humano se assenta inicialmente na atividade instrumental do trabalho e é “capaz de passar ao pensamento autêntico. O pensamento, como o conhecimento humano em geral, distingue-se fundamentalmente do intelecto dos animais porque só ele pode aparecer e desenvolver-se em união com o desenvolvimento da consciência social” (LEONTIEV, 1978, p. 85). O pensamento é o processo de reflexo consciente<sup>25</sup> da realidade, nas suas propriedades, ligações e suas relações objetivas, incluindo mesmo os objetos inacessíveis à percepção sensível imediata. Caberia a pergunta: o que torna possível o conhecimento? A resposta é de Leontiev (1978 p. 84,85):

**O conhecimento** é possível por **via das mediações**. É esta via que é a via do pensamento. O seu princípio geral é que submetemos as coisas à prova de outras coisas e, tomando **consciência das relações e interações que se estabelecem entre elas**, julgando a partir das **modificações** que aí percebemos, as propriedades que nos não são diretamente acessíveis. Razão

---

<sup>25</sup> A condição de professora sempre remete o meu pensamento na direção dos alunos, e penso que eles, se lessem este texto, perguntariam: de que forma se produz o reflexo consciente, pelo homem, da realidade circundante? Leontiev afirmava que a imagem consciente, a representação, o conceito tem uma base sensível. O reflexo consciente da realidade, todavia, não se limita ao sentimento sensível que dele se tem. Já a simples percepção de um objeto não o reflete apenas como possuindo uma forma, uma cor, mas também como tendo uma significação objetiva e estável determinada, como o alimento, por exemplo.

porque é condição necessária do aparecimento do **pensamento** a distinção e a tomada de consciência das interações objetivas [...] e ele aparece e se desenvolve em união com o **desenvolvimento da consciência social**. A consciência da realidade circundante, por sua vez, se operacionaliza através da **linguagem**, que para Marx era a “consciência prática” (Grifos meus).

Nesta incursão arquitetônica, torna-se possível preservar a idéia de que a consciência individual só pode existir nas condições em que existe a consciência social. A consciência é o reflexo da realidade fractada através do prisma das significações e dos conceitos lingüísticos, elaborados socialmente.

Esta afirmação me levou ao seguinte entendimento: a luz do sol é branca porque é a reunião das luzes (cores) primárias; então a luz do sol, ao atravessar um prisma (lente), se fraciona em diferentes cores (luzes). As cores se separam porque têm diferentes comprimentos de onda e é esta propriedade que projetará as diferentes luzes ou cores que abrem o arco-íris. O arco-íris, por sua vez, surge quando a luz do sol vem de trás do observador e o ar úmido funciona como um prisma projetando as diferentes cores. O ar úmido, mesmo não sendo sólido nem líquido, é matéria; já o arco-íris é uma forma de energia: a luz é energia.

Esta imagem me transporta a uma analogia: a consciência é o reflexo da realidade. A realidade é projetada através de um prisma (social) que vai produzir diferentes “cores” ou “luzes” (níveis) de consciência; esta, por sua vez, vai projetar diferentes identidades. Assim como o ar úmido serve de prisma para o sol projetar as diferentes cores do arco-íris, eu me pergunto: **qual a constituição do prisma que vai projetar a realidade e produzir as diferentes tonalidades de consciência que, por sua vez, vão encontrar uma outra lente e projetar diferentes identidades?** Ou qual é o “ar úmido” que projeta as “luzes” da consciência, que caleidoscopicamente produz a identidade nos sujeitos? Esta questão me

carrega para o pressuposto, ou hipótese, de que tal como a luz branca do sol está em movimento, a consciência e a identidade estão caleidoscopicamente transformando-se em múltiplas cores, estão em permanente movimento dialético, onde a cor primária vai se transformando em múltiplas tonalidades. As cores primárias são a História, que através da linguagem é o fio condutor, sendo o prisma as mediações. O desafio para o pesquisador está posto: **é poder olhar os fractais<sup>26</sup> da consciência social e identificá-los na reprodução/produção da identidade dos sujeitos.**

Para corroborar o que está sendo dito, retomo a relevância da linguagem para a formação da consciência e, por conseguinte na constituição da identidade, pois é através da linguagem que são transmitidas, de geração a geração, a aptidão e a habilidade no uso dos instrumentos e utensílios. Por isso Leontiev (1978) considera que o uso da instrumentalidade e a linguagem são propriedades da espécie humana. Ambos transmitem significações que vão ter diferentes repercussões na subjetividade dos indivíduos. Sendo assim, a concepção de fenômeno psicológico, que norteia essa reflexão, fundamenta-se no paradigma de que a construção da subjetividade se processa do social para o individual (VIGOTSKY, 1984), mesmo considerando os aspectos biológicos determinantes.

Entendo, portanto, que a subjetividade humana, a partir da atividade do indivíduo, agente e autoconstrutor de si mesmo, se dá no contexto cultural de relações sociais nas quais está inserido e que estas relações, produzidas pelos indivíduos, dependem de práticas histórico-culturais desenvolvidas pela sociedade (LEONTIEV, 1978). Nesse caso, o indivíduo nasce em uma sociedade e é envolto pelas relações sociais fundamentadas em uma cultura, historicamente construída pelo homem. Esta cultura influenciará sobre as suas formas de

---

<sup>26</sup> Fractais são formas geométricas elementares, cujo padrão pode repetir-se indefinidamente, gerando complexas figuras que preservam em cada uma de suas partes a singular propriedade de representar o todo (URBAN; PIMENTEL, 2003).

pensar, de sentir e de agir. Contudo, a sua atividade individual, no âmbito dessa sociedade, fará com que se aproprie, reformule e reconstrua compreensões de fenômenos presentes na cultura. A partir da sua atividade, portanto, o ser humano constrói a sua subjetividade, que é influenciada pelas práticas socioculturais as quais ele mesmo mantém, transforma ou elimina.

A noção de subjetividade que se inaugura com Descartes incluía dois elementos fundamentais: a capacidade do indivíduo de se autoconhecer e definir – traduzidos no “penso, logo existo” (cogito, ergo sum) – de um lado, e a competência de ação do sujeito, que o faria capaz de levar à prática suas aspirações, influenciando então sobre o mundo de forma ativa. Resta acrescentar que essas aspirações seriam derivadas de seu autoconhecimento (do saber de seus interesses) racionalmente alcançado. Se num primeiro momento o indivíduo surge como o dado primordial, a seguir o Estado encarnaria a outra face dessa moeda, como expressão de um pacto entre os cidadãos, como representante da vontade geral ou como entidade superior e primordial capaz de emprestar sentido à própria sociedade. O Estado foi pensado, também, em termos de modelo de subjetividade originalmente atribuído ao indivíduo burguês: centrado, transparente e racional, capaz de ação concertada e transformadora (ainda que amiúde direcionada para a conservação do *status quo*). Ele se apresentava, portanto, como a subjetividade coletiva fundamental do pensamento burguês, em princípio, inclusive, excluindo quaisquer outras (classes, associações, sindicatos etc.) que se interpusessem entre ele, o mercado e o mundo privado dos indivíduos (DOMINGUES, 1999).

Niemayer (1998), ao falar sobre o projeto da Catedral de Brasília, disse: “evitei as soluções usuais das velhas catedrais escuras, lembrando pecado. E ao contrário, fiz escura a galeria de acesso à nave toda iluminada, colorida, voltada com seus belos vitrais transparentes para os espaços infinitos”. A afirmação corrobora que o mundo real é transformado e criado



pela atividade humana, mas, todavia, não lhe é dado de imediato. O mundo de objetos sociais, encarnados pela aptidão humana, é formado ao longo da prática sócio-histórica e enquanto tal apresenta-se a cada indivíduo, ou a um grupo de indivíduos, como um problema a resolver. Ou seja, “a História é a progressiva e contínua hominização do Homem, a partir do momento em que este, diferenciando-se do animal, produz suas condições de existência, produzindo-se a si mesmo conseqüentemente” (CIAMPA, 2004, p. 68).

Assim foi para Niemeyer, que ao projetar a sua obra arquitetônica transformou realidades, como foi a da catedral; o seu trabalho foi a mediação entre a idéia de igreja como um espaço arquitetônico para o Homem espisar as suas culpas frente aos deuses e a de torná-la um espaço colorido, iluminado, voltado para o infinito que representa as possibilidades do homem e da mulher no mundo. Penso que a possibilidade de encontrar respostas à questão da produção da identidade, usando como referência os transexuais, mas extensiva a grupos que demoram em encontrar uma sociedade com portas abertas e edificada a partir de arquiteturas inclusivas, será também a mediação para linhas e formas de liberdade.

### 3.2 O RELEVO DA IDENTIDADE: DESCORTINANDO CONCEITOS

*Minha preocupação foi projetar essa residência com inteira liberdade,  
adaptando-a aos desníveis do terreno,  
sem o modificar, fazendo-a em curvas,  
de forma a permitir que a vegetação nela penetrasse,  
sem a separação ostensiva da linha reta.*

*Niemeyer*

A epigrafe é uma afirmação de Niemeyer sobre a Casa das Canoas, residência construída em 1951 para a sua família, a qual leva o nome da estrada onde se localiza, no Rio de Janeiro. A meu ver, esta expressão desnuda a identidade da casa que é fração da identidade do seu criador. A obra é uma casa (quem) que não possui a autonomia e liberdade para intervir no relevo do terreno, ao mesmo tempo em que, através do vir a ser, autônoma e livremente interveio. A edificação é diferente da vegetação, mas ao mesmo tempo é penetrada e se deixa penetrar por ela. Natureza e trabalho se separam, se fundem, se transformam pela mão do homem. Hoje a obra de Niemeyer não é e é ele. A obra o identifica, lhe atribui significados, assim como ele identifica e atribui significado à sua obra. Tanto arquiteto como sua criação, todavia, carregam a marca da história social do seu tempo, de uma época em que o seu traço sinuoso e surpreendente era acolhido por uma arquitetura moderna de livre criação autoral. A produção de Niemeyer identifica uma linha de continuidade, ao mesmo tempo em que cada uma é diferente da outra. Posso dizer que a Casa das Canoas, a Pampulha, a Praça dos Três Poderes, entre tantas, são como se cada uma, diferentes entre si, fosse o nome e ligada ao sobrenome Niemeyer, ou seja: cada uma destas obras é diferente, mas mantém o nexos na autoria de Niemeyer, o qual lhe outorga identidade, o que me conduz ao que Ciampa (2004) ensina, quando diz que identidade é sempre um jogo de igualdade e diferença, de afirmação e negação.

Deste modo, ao falar de identidade ficam tácitas as noções de igualdade, largamente difundidas através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como pela própria etimologia da palavra, que significa a mesma entidade, como também a idéia contrária, que é a diferença, a singularidade. Ou seja, a idéia de que cada sujeito é único e a de que cada sujeito, sendo singular, é portador de uma história constituída através das suas relações com outros sujeitos inscritos na história, história que se constitui a partir da atividade social dos

indivíduos através da apropriação da cultura humana material e simbólica, produzida e acumulada objetivamente ao longo da biografia da humanidade. E para ele ser uno e singular, os demais são diferentes; contudo, ele mantém a igualdade, a mesma entidade com os demais, através da sua humanidade.

O conhecimento também está imbricado na relação do fazer-se humano, considerando que ele também é resultado da atividade dos homens no mundo. Esse conhecimento, apropriado pelo sujeito, passa a ser incorporado à vida e servirá de base para outras atividades (ARAÚJO, 2002). Deste modo, justifico a relevância de visitar o que já foi produzido sobre o tema da identidade, cujos conceitos foram mudando ao longo do tempo. Assim Mauss (2003), analisou<sup>27</sup> a caracterização de pessoa como definição social da personagem nas sociedades primitivas para posteriormente construir uma história social, no ocidente, sendo que a noção de pessoa enforma-se como uma entidade social, “que reveste a vida dos homens em sociedade, segundo direitos, religiões, costumes, estruturas sociais e mentalidades” (MAUSS, 2003, p. 221). No entendimento de Lopes (2002), a caracterização da personagem, inicialmente, proporciona um modelo que pode ser tratado como um fato social, ou de organização social e, dentro deste modelo, o conceito de identidade pode ser descrito, genericamente, como a consciência de continuidade que os sujeitos tenham a respeito destas formas que os revestem” (LOPES, 1996, p. 127). A Grécia, por sua vez, através da instituição das máscaras – *persona* – tratou de sintetizar o antagonismo vivido pelos gregos nos processos de identificação, seja na representação do idêntico, seja na representação construída por processos de reconhecimento nas relações com os outros.

---

<sup>27</sup> Marcel Mauss escreveu a obra em referência em 1938.

É ainda na história antiga que se introduzem categorias importantes para a noção de identidade, à medida que já apresentam os substratos que vão relacionar a pessoa com a sociedade, ao mesmo tempo em que aquela noção sai da esfera da organização social e passa à esfera do indivíduo, muito embora ainda não fosse tratada como tal. Michel-Jones (1978) destaca que nos mundos grego e romano observava-se a passagem da máscara à personagem representada e dessa ao ator social cujo papel exprime, tanto no teatro como no jogo social, ‘direitos individuais’, ritos, privilégio, chegando a afirmar:

A *persona*, posteriormente, torna-se uma realidade fundamental do direito romano que divide o mundo em *personae*, *res* e *actiones*<sup>28</sup>. Esta evolução resulta, por um lado, do uso dos *nomen*, *cognomen* e *praenomen* que pertencem ao indivíduo e o situam dentro da família e, por outro, da ascensão da plebe romana à *persona* civil, ao pleno direito de cidade. A pessoa abrange nessa altura: a classe social (*conditio*), o estado da vida civil (*status*), os cargos e honras da vida civil e militar (*munus*). Uma vez criados o direito de adquirir a *persona* - direito de que só o escravo está excluído - e o carácter pessoal do direito, a introdução da consciência na concepção jurídica da pessoa faz-se correlativamente à aquisição pela *persona* do sentido moral [um sentido de ser consciente, independente, autónomo, livre, responsável ] - nomeadamente sob a influência dos estóicos<sup>29</sup> (MICHEL-JONES, 1978, p. 49-50).

O nome próprio, desde então, passa a representar a identidade precocemente adquirida, a partir da forma como os demais o designam. Segue-se da representação a que grupo social primariamente pertence, designado pelo sobrenome. Apesar disto, ambos têm carácter restrito e por isso não dão conta da identidade.

Cooley (1964), ainda nas primeiras décadas do século XX, desenvolvia o conceito do eu como espelho do eu refletido, e assim se referia a que a identidade pessoal ou a auto-identidade surge através da captação da imagem de cada um refletida do outro, querendo

<sup>28</sup> *Personae*: pessoa; *res*: coisa ; *actiones*: atos; *nomen*: sobrenome; *cognomen*: cognome; *praenomen*: nome.

<sup>29</sup> Para os estóicos, a tarefa essencial da *filosofia* é a solução do problema da vida; em outras palavras, a filosofia é cultivada exclusivamente em vista da moral, para firmar a virtude e, logo, para assegurar ao homem a felicidade (GAARDER, 1998).

destacar, desta forma, que o eu constitui-se em objeto para si mesmo, a partir do outro. Para Cooley, as pessoas são capazes de relacionarem-se umas com as outras, não baseadas em suas características objetivas, mas somente por meio de impressões (idéias pessoais) que criam a respeito das outras, graças às suas interações. Criamos idéias pessoais para cada indivíduo que conhecemos, e idéias mais gerais para pessoas de diferentes categorias, tomadas como coletividades. A idéia pessoal é uma construção de significados, um conjunto de atribuições imaginadas, que se projeta em cada um dos amigos e conhecidos como se fosse interpretações de suas reais *personae*. Cooley estava convicto de que somente criando essas duplicatas de pessoas reais nas mentes é que se poderia empenhar em intenção social com as mesmas. A idéia pessoal, dessa forma, torna-se a pessoa real. É só nela que um homem existe para outro, e atua diretamente sobre sua mente. A sociedade seria, em suma, uma relação entre idéias pessoais.

Ainda seguindo o caminho do interacionismo simbólico, Blumer (1980) considerava três pressupostos como essenciais: o primeiro era de que os homens se relacionam com os objetos, e entre si mesmos, de acordo com o significado que estes objetos e os outros homens têm para eles; o segundo pressuposto é de que estes significados derivam ou surgem do processo de interação social; e o terceiro é de que o uso e a modificação destes significados se produzem através de um processo ativo de interpretação da pessoa, ao ter que conhecer e tratar com os objetos que estão no seu entorno. Ainda que de forma embrionária, já se prenuncia que a identidade individual surge através de um processo social.

Seguindo o relevo onde se instalam os diferentes entendimentos acerca da identidade, chegamos a Mead (1973) que confere à linguagem um papel fundamental na efetivação e na constituição da realidade social. Sendo assim, a pessoa não só surge do contexto social como

é em si mesma uma construção social. A aceitação e a experiência com a atitude do outro é o substrato para a construção da consciência de si. Para que a pessoa venha a se constituir plenamente, é essencial que ela adote as atitudes dos demais indivíduos, da comunidade ou do grupo do qual faz parte como um todo. Mead (1973) situa o campo da identidade para além das relações interpessoais, mas, sobretudo, na organização social e cultural.

Esta matriz sociocultural faz da comunicação simbólica a possibilidade da constituição da pessoa, o que o levou a fazer uma diferenciação lingüística entre o eu/ mim/você. O ‘mim’ é a identidade - uma identidade social, “de que o ‘eu’ se torna, consciente ao largo do desenvolvimento, o ‘eu’ é como se fosse o desejo ativo, primitivo que assume o ‘mim’ como reflexo dos laços sociais” (GIDDENS, 2002, p. 54). Portanto, Mead ofereceu uma visão sociológica da personalidade onde a individualidade específica da pessoa se dissolve no contexto e em suas determinações sociais. Sua especial contribuição, todavia, foi a de irmanar o individual ao coletivo e vice-versa.

No vai e vem da linha do tempo, chego até Goffman (1985), o qual utiliza as figuras cênicas para o estudo do “Eu”, como uma forma de representação de nós mesmos para os outros. O personagem diz respeito à identidade empírica, que é a forma como a identidade se representa no mundo. O ator é aquele “atormentado que na tarefa demasiado humana” desempenha o papel social. Num mesmo papel ator e personagem se diferenciam e se confundem, ao mesmo tempo em que o personagem pode assumir diferentes papéis em personagens diferentes. “Os atributos do ator e os dos personagens são de ordens diferentes, e isto é fundamental; e, no entanto, ambos conjuntos têm seu significado em termos de que o espetáculo deve prosseguir” (GOFFMAN, 1985 p. 231). A este respeito, Jacques (1998, p. 163) ressalta que os papéis são abstrações construídas nas relações sociais e que se

concretizam em personagens; o personagem representa uma identidade coletiva a ele associada, construída e mediada através das relações sociais.

Uma cena corretamente representada conduz a platéia a atribuir uma personalidade ao personagem representado, mas esta atribuição – este “eu” – é um produto de uma cena que se verificou, e não uma “causa” dela. O “eu”, portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interessante primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado. Ao analisar o eu, então, somos arrastados para longe de seu possuidor, da pessoa que lucrará ou perderá mais em tê-lo, pois ele e seu corpo simplesmente fornecem o cabide no qual algo de uma construção colaborativa será pendurado por algum tempo. E os meios para produzir os “eus” não residem no cabide. Na verdade, freqüentemente estes meios estão aferrolhados nos estabelecimentos sociais (GOFFMAN, 1985, p. 231).

O autor, recorrendo à analogia da cena teatral, através das figuras do personagem e do ator, aporta ao texto a sensação de sofrimento e de passionalidade, de aprisionamento e de libertação para o “Eu” se fazer representar, como posteriormente pretendo mostrar no movimento da construção da identidade social. Ao contrário do que se poderia esperar, não há um momento de nascimento, onde espocam fogos de artifício pela sua chegada, nem há corte de fitas; é diferente, neste aspecto, de outros projetos arquitetônicos. Muito embora ainda, como diz Goffman (1985), há no fundo uma região com ferramentas para dar forma ao corpo e uma região de fachada com seus apoios fixos. Haverá uma equipe de pessoas cuja atividade no palco junto com suportes disponíveis construirá a cena da qual emergirá o “eu” do personagem representado, e outra equipe, a platéia, cuja atividade interpretativa será necessária para este surgimento. “O ‘eu’ é um produto de todos estes arranjos e em todas as suas partes as marcas dessa gênese” (GOFFMAN, 1985, p. 232).

A noção de pessoa permaneceu estruturalmente a mesma durante muitos séculos: uma pessoa integrada na sua dualidade de corpo e alma, consciência e ação. Para Lopes (2002), a

passagem da “pré-história” para o período propriamente histórico de formação da categoria da identidade passa pelas questões da liberdade individual, da consciência individual. A evolução da categoria de pessoa surge como resultante de duas tendências: uma orientada para a interiorização crescente, consecutiva à individuação da pessoa e culminando na identificação desta como o eu, e a outra orientada para a racionalidade cada vez maior, como entende Michel-Jones (1978).

A noção do “eu” como entidade independente, que pode ter consciência de si mesma atravessa séculos, como já foi dito, e se associa ao entendimento de personalidade e ao de identidade, ancorados nos princípios das ciências médicas e na noção de estrutura psíquica, como mostra Fromm (1979 p. 71):

O homem, afastado da natureza, dotado de razão e imaginação, necessita formar conceito de si mesmo, necessita dizer e sentir: “eu sou eu”. Por não ser *vivido*, mas *viver*, por haver perdido a unidade originária da Natureza, tem que tomar decisões, tem consciência de si mesmo e de seu vizinho como pessoas diferentes, e tem que ser capaz de sentir a si mesmo como sujeito de suas ações. O sentimento de identidade do homem se desenvolve no processo de sair dos “vínculos primários” que o ligam à mãe e à Natureza. Unicamente depois de conceber o mundo exterior como coisa separada e independente dele é que adquire consciência de si como diferente, e uma das últimas palavras que aprende a usar é “eu”, com referência a si mesmo. “Como saberei se eu sou eu?” Esta é a pergunta que Descartes formulou em forma filosófica, e satisfaz à necessidade de identificação dizendo: “Duvido, por conseguinte penso; penso, por conseguinte sou”.

Outro representante desta mesma orientação foi Ackerman (1971), que entende identidade psicológica como uma representação psíquica única, cuja configuração é amalgamada pelas experiências antigas e novas, profundas e superficiais, que evolui e transforma-se ao longo do tempo através das múltiplas interações com o ambiente interpessoal. Considera, também, que a identidade é um conceito de si, expresso nos valores, metas e expectativas de uma pessoa ou de um grupo, que responde à pergunta “quem eu sou”,



“quem nós somos”. Introduz a categoria família como um elemento básico no processo da identidade e estabelece alguns critérios de equilíbrio para que o mesmo se efetive.

Para Erikson (1987), a identidade se constitui a partir de uma “confiança básica” no “eu” e nos outros, a qual é o resultado da confiança acumulada pela capacidade de uma pessoa de manter um senso de si própria e de continuidade interior, que é combinada pelo senso de si própria e a continuidade do que ela significa para os outros. Afirmava que a identidade ressurge de cada crise com um sentimento maior de unidade interior, um aumento de bom juízo e um “incremento na capacidade de ‘agir bem’, de acordo com os seus próprios padrões e aqueles adotados pelas pessoas que são significativas para o indivíduo” (ERIKSON, 1987, 1987, p. 90). Bem posteriormente, Giddens (2002, p. 41) recorre à noção de confiança básica de Erikson, como o que cria um sentido de “segurança ontológico que transportará o indivíduo pelas transições de crise e que se constitui no nexos original de onde emerge uma orientação emotivo-cognitiva combinada em relação aos outros, ao mundo dos objetos e à autoidentidade”.

Não pretendo assumir uma posição de excluir as diferentes concepções de identidade, e em especial a de Erickson, sobre as etapas do desenvolvimento humano e o de que cada uma destas tem que dar conta para que o sujeito venha a formar “uma base segura, a qual seria essencial na constituição da sua identidade”. Porém, tenho que deixar marcado que na sua proposta há uma naturalização das características das fases do desenvolvimento e, por conseguinte, da busca da identidade. Há, tanto em Ackerman como em Erickson, um caráter universal e abstrato. Como diz Bock (2004, p 34), “nessas construções teóricas encontramos a visão de que o homem é dotado de uma natureza dada pela espécie e, conforme cresce, desenvolve-se, relaciona-se com o meio e vai utilizando características que já estão lá, pois

são da sua natureza”. A autora chama a atenção em particular para a questão da adolescência, a qual foi apresentada a partir do “conceito de moratória” (BOCK, 2004, p. 33), uma fase na qual a confusão de papéis e as dificuldades para estabelecer uma identidade própria a marcavam como um todo, “de um modo de vida entre a infância e a vida adulta” (ERICKSON, 1987, p. 128). Assim como está posto, a criança e o adolescente estariam com identidades incompletas ou inconclusas. A adolescência, no entanto, do ponto de vista da teoria sócio-histórica, não é vista como uma fase natural entre infância e vida adulta. A adolescência, bem como a identidade, são vistas como uma construção social, onde estão associados a elas os sinais do desenvolvimento do corpo, os quais se constituem, também, em fenômenos sociais.

Então as características do corpo são interpretadas nas relações sociais, valendo isso para o desenvolvimento do ciclo vital humano, bem como para outros eventos que venham a constituir a história individual dos sujeitos, aqui em especial o transexualismo. Construídas as significações sociais, as pessoas têm, deste modo, a referência para a construção social de sua identidade e os elementos do social em individual.

Considero relevante problematizar o que vem sendo exposto até aqui, através da posição de Hall (2003), que distingue três concepções a respeito de identidade. A primeira é a do sujeito do Iluminismo, baseado no entendimento da pessoa humana como um indivíduo, “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia no núcleo interior, que emergia quando o sujeito nascia, se desenvolvia e permanecia, essencialmente, o mesmo - contínuo ou idêntico” (HALL, 2003, p. 10). A segunda é a do sujeito sociológico, representada pelos interacionistas simbólicos, já descritos anteriormente (G. Mead, C.H. Cooley), que reconheciam a crescente complexidade do mundo

moderno, e que os sujeitos eram formados pela relação com outras pessoas importantes, que mediavam para eles os valores, os sentidos e a cultura do mundo que habitavam. Para o referido autor, apesar de a identidade se formar na “interação” entre o “eu” e a sociedade, nesta visão o sujeito “tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas é transformado através do diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2003, p. 12).

A questão que se coloca é a de que a identidade, nesta concepção, viria a preencher o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público. Além do que, o sujeito projeta-se na cultura ao mesmo tempo em que internaliza os seus valores, possibilitando, segundo Hall (2003, p. 12), que a identidade “costure o sujeito à estrutura. Estabilizando ambos e tornando-os unificados e predizíveis”.

A crítica que é feita a estas posições vem de que no mundo atual a identidade estável cede o lugar para um composto de várias identidades fragmentadas, algumas “contraditórias e conflitadas”. Deste modo, o próprio processo de identificação tornou-se efêmero e transitório. Este processo é o que Hall identifica como sendo a terceira concepção de sujeito, o pós-moderno. Todavia, é necessário dizer que o reconhecimento da transitoriedade, da contradição e do conflito nos sujeitos, grupos e sociedade surgem com a modernidade.

Para dar continuidade à problematização desta visão, recorro a Heller (1992, p. 2-3) para lembrar que a sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem, pois os homens são portadores de objetividade social, cabendo-lhes “exclusivamente a construção e transmissão de cada estrutura social”. A identidade, portanto, entendida como construção social, não serve para preencher espaço entre o individual e o social, considerando que o mundo dado e transformado se configura numa totalidade para o ser social, totalidade que

representa uma unidade de complexos. E assim também interrogo o que o autor chama de identidade fragmentada e contraditória, se todo o ser, por mais singular que pareça, é um complexo e tem uma totalidade em que está presente a contradição, princípio básico do movimento. Como afirma Konder (1981), para conhecer o real na sua totalidade é imprescindível conhecermos a sua historicidade, percebendo a complexidade das relações, mediações e contradições que fizeram o movimento. Nessa perspectiva, o que seria uma identidade fragmentada, contraditória e instável poderia ser entendido como uma identidade em permanente movimento de construção do novo, de autoconstrução e de superação; ou ainda, há sujeitos cujas identidades se expressam de forma fragmentada e paradoxal e, no entanto, as mesmas são construídas nas relações sociais. **A identidade é social e histórica, e por isso as suas possibilidades de expressão são muitas.**

Logo depois, venho ao encontro do desenvolvimento da sua tese quando diz que a identidade é uma “celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (KONDER, 1981, p. 13).

A característica da mobilidade da identidade estaria relacionada ao caráter na modernidade tardia, sobretudo pelo impacto da globalização sobre a identidade cultural. A este propósito, Giddens (1993) afirma que por definição a principal distinção entre as sociedades tradicionais e as modernas são as mudanças constantes e rápidas destas últimas, enquanto as mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude.

Justamente por este contexto da modernidade, onde “tudo o que é sólido desmancha no ar”<sup>30</sup>, os sujeitos transitam nos limites das novas e enormes possibilidades, como nos extremos das ameaças do risco de destruição do que se sabe e do que se é.

A perspectiva de instabilidade na constituição das identidades, no período conhecido como modernidade, intensificou-se nas última duas décadas do século XX, conforme já fiz menção no primeiro capítulo deste trabalho. A estabilidade das relações familiares patriarcais e a situação de trabalho constante e de nações culturalmente mais homogêneas deixavam de fora aqueles grupos sociais que não tinham acesso aos padrões e aos discursos que pretendiam manter a noção de que há uma essência que produz a identidade e a solidifica. Irrompe a cisão entre a identidade e a realidade, e as ciências sociais assumem a crítica à teoria essencialista da identidade.

O alto nível de instabilidade abriu espaço para o reconhecimento de alguns tipos de identidade na vida social que alavancam a transformação de sujeitos com identidades mais submetidas. Pretendo tratar de forma mais sistemática este tema no capítulo seguinte, bem como tratar de algumas categorias que considero âncoras para a constituição da identidade, como é o corpo, o nome próprio e a consciência.

Mudando de caminho dirijo-me ao relevo da Antropologia e, nesta superfície, salienta-se Levi-Strauss (1981), para quem a identidade é definida como um componente do universalismo, aquele que os antropólogos opõem à infinita diversidade de culturas e de sociedades: é o mínimo de identidade que funda a unidade do humano, e que faz com que as

---

<sup>30</sup> Título do livro de Berman (1990) que trata da Modernidade. A frase foi retirada de Marx que diz: [...] é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eterno... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar (MARX, 1978).

mais diversas experiências humanas sejam, em parte, mutuamente inteligíveis. Ele também refuta a idéia de identidade substancial: “cada sociedade e cada cultura divide a identidade em uma profusão de elementos, cuja síntese a cada momento coloca um problema” (LEVI-STRAUSS, 1981, p. 11) Destaca, também, que é no coração das sociedades que a identidade se esconde: “é o mito da insularidade<sup>31</sup>”: a identidade, vista assim, seria uma espécie de abrigo virtual ao qual é indispensável se referir para explicar um determinado número de coisas, sem que este abrigo jamais tenha uma existência real.

A antropologia das identidades, conforme expressa Agier (2001), foi constituída abordando seu objeto conceitual de maneira contextual, relacional, construtivista e situacional. Sendo assim, não existe definição de identidade em si mesma. Os processos identitários não existem fora do contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo. “Com efeito, o ponto de partida das buscas de identidade individuais e coletivas é o fato de que somos sempre o outro de alguém, o outro de um outro. É necessário, então, pensar-se a si próprio a partir de um olhar externo, até mesmo de olhares cruzados” (AGIER, 2001, p. 9).

Dito de outra forma, o processo de construção da identidade depende da relação com os outros, outros que podem ser indivíduos, grupos sociais e Estado, quer sob a forma de encontros, desencontros, conflitos, alianças, autonomia e dependência. É ao mesmo tempo o que pode tornar problemática a relação social e, ao final das contas, o que a transforma. Esta semelhança se dá em relação à mudança em determinados contextos sociais onde ocorre mudança social acelerada, como vem ocorrendo nas últimas décadas, onde os estatutos sociais se recompõem e os indivíduos devem redefinir rapidamente sua posição, em uma ou duas gerações. Desta forma, a questão identitária pode tornar-se um problema concomitantemente

---

<sup>31</sup> Insular: isolar, acantonar, enterrar, seqüestrar (AMERICA ON LINE, v.1, 2001).

social na sua definição e individual na sua experiência. A relação do indivíduo consigo próprio, ao mesmo tempo em que com a sua cultura e com a sua linhagem, torna-se, então, problemática. Nesta mesma direção concorre AGIER (2001 p. 10):

A identidade remete, portanto a um alhures, a um antes e aos outros. Antes que como abrigo virtual “sem existência real”, como entende Lévi-Strauss segundo uma concepção definitivamente autocentrada da identidade, ela pode ser descrita como um caldeirão de enunciados ou de *declarações de identidade* alimentado por suas relações com o alhures, o antes e os outros, que lhe transmitem feixes de informações heterogêneas, insuflando-lhes diversidade. Toda identidade, ou melhor, toda declaração identitária, tanto individual quanto coletiva (mesmo se, para um coletivo, é mais difícil admiti-lo), é então múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca que como um fato.

Completaria a afirmação do autor dizendo que, inicialmente, a noção de cultura sobre identidade ainda foi apresentada de forma abstrata e a cultura seria como um molde para a expressão e até para manter a identidade. Agier avança na direção da superação da identidade como um produto acabado. Se assim fosse possível, ela ainda seria inacabada, e continuaria a demandar a sua alimentação, baseada na diversidade. Mesmo que isso não ocorresse, também estaria sendo modificada pelo movimento ininterrupto da história, confirmando o que diz o poeta: “tudo passa, tudo sempre passará” (NED, 2005). Deste modo, como propõe Woodward (2000), a identidade é relacional e, para constituir a identidade, a condição é que haja a presença de outra identidade distinta. Assim, a identidade é marcada pela diferença, e a diferença, de um modo geral, é revelada por símbolos, advindo daí que algumas dessas diferenças podem se tornar mais importantes do que outras, como por exemplo a heterossexualidade em relação à homossexualidade, o branco em relação ao negro. Neste sentido, a emergência destas identidades é histórica e a construção da identidade passa também pelo simbólico, pois o signo, o símbolo “não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento dessa realidade”, como diz Bakhtin (1997 p. 33). O que é refletido no símbolo não apenas se reflete, mas se refrata, produzindo outros símbolos que,

embora sejam diferentes, carregam semelhanças no seu significado. Sendo assim, a marcação simbólica, para Woodward (2000, p. 14), “é um meio pelo qual damos sentidos a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é incluído e quem é excluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais”.

A base da discussão das identidades culturais está na tensão entre as perspectivas essencialistas e nas não essencialistas. Para Woodward (2000), a primeira sugere que há um conjunto cristalino e autêntico de características que todo indivíduo de determinada identidade possui e que não se altera com o tempo. O idêntico aqui é entendido como “quididade”, aquilo que caracteriza o mesmo, aquilo que identifica como todas do mesmo grupo designações tais como brasilidade. Como ilustração vou usar o exemplo da mulher que, para os essencialistas, ao longo da história, mantém algumas características inalteradas, tais como a questão da maternidade, que com frequência é referida como sendo da essência da mulher e, sobretudo, a questão da vocação para o amor materno.

A perspectiva não essencialista buscaria observar as características da maternidade no decorrer do tempo, relacionando-a com as diferenças e semelhanças, desde geográficas até o sistema de produção da cultura à qual está inserida. A perspectiva não essencialista não se omitiria, também, de comparar a maternidade, por exemplo, com outros grupos, como com o grupo de pais. A autora destaca a necessidade de um quadro teórico, a fim de dar sustentação à compreensão dos processos envolvidos na construção da identidade. A cultura, deste modo, molda a identidade, e “os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais os indivíduos são excluídos ou incluídos” (WOODWARD, 2000, p. 18).



Ao trazer diferentes posições sobre o tema da identidade, tenho a intenção de fazê-lo como troca de idéias, de discussão com o diferente, pois não há ciência que esgote o real. Todavia, penso que até aqui tenho deixado claro onde está a âncora para o meu entendimento da realidade social: o materialismo histórico.

Os estudos sobre identidade aqui apresentados revelam que há diferentes posições teóricas, e polissêmicas, porque tanto trata da identidade dos indivíduos quanto da identidade das sociedades e dos grupos. Todavia na busca de superar uma visão fragmentada do ser humano, a categoria identidade assume um papel de destaque, à medida que apreende não apenas a igualdade (*identitate*) como também as diferenças, a singularidade. Igualdades e diferenças que, a cada momento, vão se transformando através da relação com o mundo social, e sendo assim, acompanham o movimento da realidade, alternando a consciência do indivíduo diante da questão *de quem eu sou*. Como diz Ciampa (2004, 71), “ ‘o ser ser o que é implica’ no seu desenvolvimento concreto; a superação dialética da contradição que opõe Um ao Outro fazendo devir um outro que é o Um que contém ambos”.

O movimento da realidade ao qual me refiro é o movimento dialético. O primeiro momento do processo dialético é o da *tese* ou identificação inicial, a qual traz em seu próprio bojo a não-identidade (negatividade), pois o ser enquanto é mostrado é apenas um nome ou algo determinado, o que sugere vazio, onde o positivo inicial (identidade) revela seu contrário, o não vazio (ou não idêntico), que vem agora constituir a verdade do idêntico; mas aqui já está no segundo momento do processo, o da *antítese*, onde ocorre a elucidação do negativo, compreendido não em termos de negatividade absoluta, mas de uma negatividade da identidade inicial (*tese*) ou seja, entendido como *o negativo do positivo* ou ainda como a *não-*

*identidade do idêntico*. Este momento da contradição<sup>32</sup> é a raiz de todo o movimento e de toda a vida (GENRO, 1986), considerando que é pelo acirramento das contradições que se dão as transformações via superação, a qual carrega na síntese os dois momentos, formando, então, uma nova tese, e assim vai assegurando a continuidade do movimento e do processo (MARX, 1978).

Embora as categorias do método dialético-crítico tenham sido definidas para a leitura da realidade social<sup>33</sup>, vou usar a metáfora da concepção para ilustrar a contradição: o espermatozóide carrega toda a carga genética do homem e o óvulo carrega toda a carga genética da mulher; no encontro de ambos, um nega a existência do outro e a superação desta negação vai se dar na concepção de uma nova vida, a qual é um ser diferente daqueles que portaram o espermatozóide e o óvulo. Neste movimento, nasce um novo ser diferente de ambos, que guarda, porém, as características de ambos. Já a *contradição* do método do materialismo histórico adverte que existe um conflito social permanente, levando a enfrentamentos ideológicos, políticos e religiosos, os quais, em última instância, são os confrontos entre as várias classes sociais, com desdobramentos na subjetividade, na

---

<sup>32</sup> A categoria identidade dentro do método dialético assume relevância como mostra a afirmação: “As premissas de uma história dialética também podem ser vistas a partir das categorias trabalhadas por estes historiadores, que não abandonaram as noções de *contradição*, a partir do recorte de classes (ou correlatos), *de movimento*, relacionadas à combinação de condicionantes e causalidade múltiplas e de *totalidade* já que os homens como sujeitos históricos aparecem não como estruturas e conjunturas em que estão inseridos. Desse conjunto de pesquisas surgiram categorias novas, plenamente historicizadas e incorporadas ao jargão historiográfico e dialético, como ‘**identidade**’, ‘circularidade cultural’, entre outras” (SENA JÚNIOR, 2004, p. 63, grifo meu).

<sup>33</sup> Embora possa parecer elementar, considero importante destacar o equívoco, ao meu ver, que se encontra com relativa frequência do uso das categorias do materialismo histórico e mais especificamente da contradição, para interpretar fenômenos ligados ao desenvolvimento individual. A categoria contradição da psicanálise tem como base a teoria de Freud, sobre Eros e Tanatos, (vida e morte) e a de Melanie Klein a divisão entre o seio mau e o seio bom. Todavia, as categorias do materialismo histórico vão dar as ferramentas necessárias para compreender quais as implicações da realidade social na constituição psíquica destes sujeitos. E é desta forma que se sustenta o argumento de que as histórias dos sujeitos não estão dadas *a priori*, são singulares, e são construídas uma a uma, e não isoladas, e que fazem parte da totalidade. A esse respeito diz Coutinho (in Caderno ABESS 4, 1991, p. 13) : “[...] o marxismo é o ponto de vista mais verdadeiro sobre o social. Não obstante Marx nada disse sobre a criança. Não especulou sobre uma coisa que Freud descobriu, que é a sexualidade da criança. [...] Marx também não falou do inconsciente psíquico individual. Penso que aceitar a teoria de Freud sobre as neuroses, a etiologia sexual das neuroses, é absolutamente compatível com a aceitação do marxismo, como teoria social. Isso não é ecletismo, porque estamos lidando com dimensões diferentes”.

consciência, nos sentimentos e na linguagem, entre outros aspectos. “Uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade”, lembra Löwy (1985, p. 50).

“Todavia este processo de movimento, da contradição, não está dado, considerando que é o jogo das reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais que são mantidas pela atividade do indivíduo, de tal forma, como diz Ciampa (2004 p. 67), que é lícito afirmar que “as identidades no seu conjunto refletem a estrutura social ao mesmo tempo em que reagem sobre ela, conservando-a ou transformando-a”. Assim entendido, é preciso desvelar a realidade, a qual normatiza as atividades dos indivíduos identificados, buscando manter a estrutura social e, deste modo, “paralisando o processo de identificação, pela re-posição de identidades pressupostas, que um dia foram postas” (LÖWY, 1985, p. 68).

Considero importante aduzir Martinelli (1993) que, seguindo nesta mesma direção, ofereceu importante contribuição sobre a temática da identidade, ao problematizar o real significado da profissão do assistente social, sua participação no processo de reprodução das relações sociais e a sua reverberação no desenvolvimento da identidade profissional e da consciência social dos agentes. Buscou, então, compreender o Serviço Social como um fenômeno social, histórico e cultural, e tinha como hipótese: “a ausência de identidade profissional fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional” (MARTINELLI, 1993, p. 17). Desta forma, através da hipótese da autora, trago a categoria alienação como mais um dos elementos da difração que vai compor as cores da identidade. A alienação para Leontiev (1978) é o resultado de **um processo que ocorre pela dissociação entre o significado e o sentido das ações humanas e pela ausência de possibilidade, para a maioria das pessoas, de apropriar-se das riquezas materiais e não materiais existentes socialmente.**

Embora Martinelli faça uma delimitação no tema identidade através do recorte da identidade profissional, entendo que ela problematiza e contextualiza através do prisma da construção social, pois destaca que não pode ser pensada como algo “fixo, imóvel e

estagnado” e que: a identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, “como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são engendradas” (MARTINELLI, 1993, p. 18).

A história dos transexuais que venho apresentando no curso deste trabalho vem ao encontro destas afirmações, o que me fez indagar que **tipos de identidades assume o transexual como resposta a esta ação que obstaculiza, que interdita o movimento na construção da identidade.**

Seguindo a perspectiva de que a realidade social pode facilitar ou obstaculizar a construção de identidades com autonomia, encontro eco na opinião de Niemeyer (1998) ao falar que “É preciso dizer que para mim, cada arquiteto deve ter a sua arquitetura. A idéia de uma arquitetura ideal, obediente a princípios pré-estabelecidos, seria a disseminação da mediocridade, da repetição”. Entendo que o arquiteto, ao falar do trabalho, analogicamente está falando da identidade, ou seja, que a identidade não segue princípios pré-determinados e se assim ocorrer será a identidade re-posta. O fato de ser re-posta, todavia, não a desvincula da realidade, muito pelo contrário, é a estrutura que coloca a identidade numa exigência de se repetir, e aquele que, por diferentes causalidades, não teve condições de constituir uma consciência que resista a esta imposição, sucumbe.

Até aqui, então, venho mostrando a superfície onde se instalam diferentes concepções sobre identidade: foram *insinuações* para servir de farol ao aprofundamento que pretendo realizar na etapa da análise do material empírico.

### 3.3 NO CURSO SINUOSO DA PESQUISA

A arquitetura até aqui foi usada como uma figura metafórica. Não obstante, penso que deixa de sê-lo quando se vai falar do conjunto de disposições, perspectivas teóricas e estratégias que dizem respeito ao desenho da pesquisa que, num sentido mais estrito, viria a chamar-se de método de pesquisa. Para isso, gostaria de trazer Niemeyer (1998) quando diz:

*Não é o ângulo reto que me atrai  
Nem a linha reta, dura, inflexível, criada pelo homem.  
O que me atrai é a curva livre e sensual.  
A curva que encontro nas montanhas de meu país,  
no curso **sinuoso**<sup>34</sup> dos seus rios,  
nas ondas do mar,  
Nas nuvens do céu  
no corpo da mulher preferida.  
De curvas é feito todo o universo.  
O Universo curvo de Einstein.*

E nele me inspiro para dizer que a pesquisa qualitativa começa pelo olhar além do fenômeno ótico ou biológico. Ver é codificar e decodificar, é instaurar paralelos, identidade/diferenças/alteridades, é olhar e ver o outro como outro, é ver o real criado pelo social. É ver, como disse Niemeyer, a curva livre das montanhas, em oposição ao ângulo reto e à linha reta inflexível criada pelo homem; e vendo assim, o olhar é histórico, na medida em que passa a desdobrar e projetar interioridades sociais. Este olhar, todavia, não é “naturalizado”, ele é resultado de um processo educativo, de onde brota o *como-ver*, o *pode-ver*, e o *não-pode-ver*, tornando-o possível; esse olhar que não sai apenas do olho, mas do cérebro devidamente sociabilizado.

---

<sup>34</sup> Grifo meu.

Partindo deste pressuposto, mostro no percurso do trabalho como-venho-podendo-ver (comover) a realidade da transexualidade e a partir da realidade – que não é dada, mas é simbolicamente instituída – decodificar estes símbolos. A minha experiência revela que a observação de um gesto, de um olhar, do modo de vestir e de andar é extremamente significativa, tendo como fundamentação o referencial teórico epistemológico que subsidia a ação; e, assim, venho desenhando a metodologia da pesquisa.

Encontro para isso fundamentação no materialismo histórico para a pesquisa do tipo qualitativa a qual opera ultrapassando a aparência e os significados imediatos para descobrir o sentido social, o que os indivíduos constroem em sua vida cotidiana, bem como o significado das relações que se ocultam nas estruturas sociais (CHIZZOTTI, 1998). Mesmo diante desta afirmação, não me furto de utilizar alguns dados quantitativos que surgiram a partir da análise qualitativa. Assim, algumas categorias salientaram-se evidenciando questões essenciais para esta análise, como o uso do nome de registro da família do transexual, as especificidades do relacionamento entre os irmãos, o gênero feminino entre os familiares como sendo o mais solidário, a necessidade do transexual de sair da casa dos pais para assumir publicamente o gênero ao qual se sentia pertencer. Porém, a categoria que os dados quantitativos mais salientaram foi o brinquedo como o primeiro instrumento na construção do gênero.

Destaco que busquei assessoria com estatístico para fazer os cruzamentos possíveis que se adequavam a este procedimento de análise, como: tipo de transexual, manifestação de aceitação do pai frente ao transexualismo do filho(a), o gênero do familiar que compareceu à entrevista, aceitação ou não aceitação entre os irmãos do transexual e necessidade do transexual de sair de casa para fazer o *cross dressing* ou transvestismo. Os resultados alcançados não foram significativos para associação entre um dado e outro. A abordagem

quantitativa não apresentou relevância para associação estatística. Porém, a possibilidade da complementaridade entre as duas abordagens evidenciou aspectos que dificilmente poderiam ser alcançados com a utilização de um deles.

Parafrazeando Niemeyer, também não pretendo ficar presa a alguns roteiros pré-estabelecidos quanto aos caminhos percorridos para fazer pesquisa. Pretendo, sobretudo, mostrar as trilhas que percorri, acionadas por dúvidas, incompletudes, embates de consciências e, principalmente, por necessidades vivas do presente: é o presente buscando se entender e superar e nós – assistente social, equipe e usuários – inscritos nesta luta. Neste caminho, busco encontrar respostas às questões aportadas (transexualidade) e a partir daí problematizá-las, passar por um processo de decomposição do real, fazendo um recorte teórico-metodológico e transformando-as no objeto de pesquisa (identidade), que deu origem a este trabalho (obra final desta etapa) e, deste modo, responder também ao compromisso ético-político da profissão com a qual estou visceralmente comprometida.

O desafio de pesquisar, portanto, impele o profissional a não se restringir a uma visão endógena e limitada, bem como a um determinado elenco de questões que possam fazer parte da sua palheta de resoluções. Desta maneira, o método não é neutro, mas crítico, político, totalizador, negativo, devendo ser renovado a fim de não se tornar instituído, um se voltar sobre si mesmo, a fim de não perder a sua identidade como condição necessária ao conhecimento.

É necessário, para isso, que o pesquisador esteja com seu olhar voltado para o norte da história, cujo caminho a seguir aponte, como foi dito no início deste capítulo, em direção à liberdade:

A liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo [...]. Envolve o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, afirmando-se o direito à participação dos grupos socialmente discriminados e o respeito às diferenças (IAMAMOTO, 2000, p. 141, grifos da autora).

Assim, começo a mostrar as premissas que se assentam no meu diálogo com a realidade do tema da transexualidade, a qual passa a ser entendida também sob a luz das refrações da questão social<sup>35</sup>, gênese das desigualdades sociais inseparáveis das formas de luta, “de resistências material e simbólica acionadas” (IAMAMOTO, 2000, p. 59) pelos indivíduos no seu enfrentamento através da práxis.

Vasquez (1986) diz que a práxis é atividade real, objetiva e material do homem, que só é homem, socialmente, *em e pela* práxis (como ser social prático) e não pode ser conseguido através da consciência comum. Desta forma, em qualquer área do conhecimento a “essência não se manifesta de maneira direta e imediata através de sua aparência, e a prática cotidiana – longe de revelá-la de modo transparente – o que faz é ocultá-la” (VASQUEZ, 1986, p. 7). Comungo com Vasquez quando afirma que o homem comum e corrente é um ser social e histórico, ou seja:

Encontra-se imbricado numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico. Sua cotidianidade está condicionada histórica e socialmente, e o mesmo se pode dizer da visão que tem da própria atividade prática. Sua consciência de práxis está carregada ou penetrada de idéias que estão no ambiente, que nele flutuam e as quais, como seus miasmas, ela aspira. Trata-se, em muitos casos, da adoção inconsciente de pontos de vista surgidos originariamente como reflexões sobre o fato prático. Portanto, a consciência comum da práxis não está descarregada por completo

---

<sup>35</sup> “A questão social não é senão a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia” (IAMAMOTO, 2000, p. 203).



de certa bagagem teórica, ainda que nesta bagagem as teorias se encontrem degradadas (VASQUEZ, 1986, p. 11).

O pesquisador é aquele que deve ter o olhar curioso, indiscreto para desvelar o que está oculto pela aparência, mas não está imune às idéias que fluem no ambiente acadêmico. Deste modo, “o saber está baseado em pré-conhecimento, e todo fato e todo dado já são interpretações, são maneiras de construir e de selecionar a relevância da realidade”, como proclama Minayo (1998, p. 93), e por isso se faz necessário entender que toda busca atinge contradições que assumo como componentes do método, da teoria, da pesquisa e, sobretudo, do pensamento histórico. As contradições, então, não serão expurgadas, mas pensadas na sua relação com a totalidade, buscando restabelecer as mediações e a superação entre a teoria e o material empírico, assim enlaçando as categorias analíticas às categorias empíricas.

Com esta reflexão destaco a qualidade artesanal no trabalho de pesquisa, que lança uma espiral que começa com a delimitação do problema e alcança produtos provisórios, que por sua vez provocam novas interrogações (MINAYO et al. 1994).

O tema de investigação centra-se no Transexualismo, e num primeiro momento tive como problema de pesquisa a relação da família com o transexual, problema esse que ficou assim formulado: qual é o significado da transexualidade na constituição da história da família e qual a repercussão deste significado na construção da identidade social daquele sujeito?

A questão se apoiava nos pressupostos de que as famílias com características mais dependentes e conformistas, presas aos estereótipos e preconceitos impostos pelo ambiente, pela crença e pela educação onde estão inseridas, apresentam mais dificuldades em aceitar o seu familiar com transexualidade; já as famílias cujos padrões de funcionamento caracterizam-se pelo enfrentamento das suas dificuldades, na busca de soluções efetivas,

possibilitariam ao seu familiar com diagnóstico de transexualidade melhores condições de inclusão social e de construção da identidade.

Assim, comparando com os dois autores (Niemayer e Minayo), vou arquitetando o desenho da pesquisa e os passos metodológicos adotados nesta caminhada. Trago, então, à memória Niemayer, quando fala que o universo é feito de curvas, linhas curvas e sinuosas que mais uma vez se fazem presentes neste desenho e, numa destas voltas, vislumbro para além do que estava posto como problema de pesquisa. A aproximação com este universo, até então pouco conhecido, ocultava em suas dobras questões maiores. Inclusive penso que tive oportunidade de ir revelando as aproximações sucessivas que fui operacionalizando, na medida em que venho descrevendo este trabalho, bem como foram sendo construídas estas descobertas, que se insinuavam como questões e pressupostos da pesquisa. Identifiquei, então, que as questões acima embora relevantes, eram partes do todo. Impunha-se a necessidade de reelaboração da questão central da pesquisa. Do material empírico também emergiram, além da família, as categorias corpo, nome próprio, preconceito, gênero e junto a esta despontou como subcategoria o brinquedo. Já o trabalho se fez acompanhar das subcategorias prostituição, cabeleireira e religião afro.

Recorro a Lane (2004) para referenciar as curvas da arquitetura da pesquisa, quando diz que o *Problema* é antes um ponto de partida do que de chegada, por isso está à mercê de ser reformulado, no confronto com a ação e com a produção dos discursos. E neste processo de construção poder-se-ia supor que, a partir de então, está posto e definido. Engano, os dados também se revestem de sujeitos e à medida que o pesquisador deles se aproxima encontra novos protagonistas e é impelido a reformular novos pressupostos e novas questões para a pesquisa. A construção do objeto para uma proposta de tese pode ser entendida como a

construção de um ponto de apoio – ou o ponto de vista do autor – para poder examinar um conjunto de símbolos e representações que são elaborados pelos indivíduos, na e pela cultura, para fornecer sentido às suas vidas, incluídas aí suas ações e opiniões, sobre si e sobre o mundo no jogo complexo das relações sociais (SEFFNER, 2003). O conjunto de pontos de vista da pesquisadora, símbolos, representações dos sujeitos, os quais descrevo e deixei grifados ao longo do texto, são inquietações, fruto da questão central da pesquisa: **Como se constitui o processo de construção social da identidade do transexual?**

A questão central tem como referência um conjunto de questões norteadoras, representadas na figura 1, que são:

- Quais os aspectos constitutivos do processo de construção da identidade?
- Como o corpo biológico de nascimento e o nome de registro repercutem na construção da identidade?
- Como a transexualidade repercute na história da família e de que modo influencia na construção da identidade do transexual?
- Como os aspectos constitutivos da identidade se conformam no transexual?
- Qual a repercussão, na construção da identidade, da alteração do corpo em função da cirurgia de redesignação sexual?

O tema, todavia, joga com o problema e lança uma questão transversal para a pesquisa:

- Quais as expressões de desigualdade e de resistência que podem ser identificadas no processo de construção social da identidade do transexual?

Nelas repousa o repto ao qual me lancei e que ainda contém o objetivo de:

- Conhecer como se constitui o processo de construção social da identidade do transexual, a fim de construir estratégias de intervenção que possam romper com as cadeias de exclusão socialmente construídas.

E, como objetivos específicos:

- Desfraldar a repercussão do transexualismo nas relações familiares e o reatamento destas na construção social da identidade do transexual, a fim de ampliar o reconhecimento da importância da família para apropriação das formas de sociabilidade e das aptidões historicamente constituídas da espécie humana;
- Identificar a repercussão das expressões de desigualdade dos transexuais, a fim de que os sujeitos portadores de transexualismo sejam reconhecidos pela sociedade como cidadãos de direito;
- Identificar a repercussão da cirurgia de redesignação sexual na vida dos sujeitos, para dar visibilidade à importância destes serviços na atenção a esta demanda social.

Antecipo que considero isto um dos fractais da questão social.

# Tema: Transexualismo

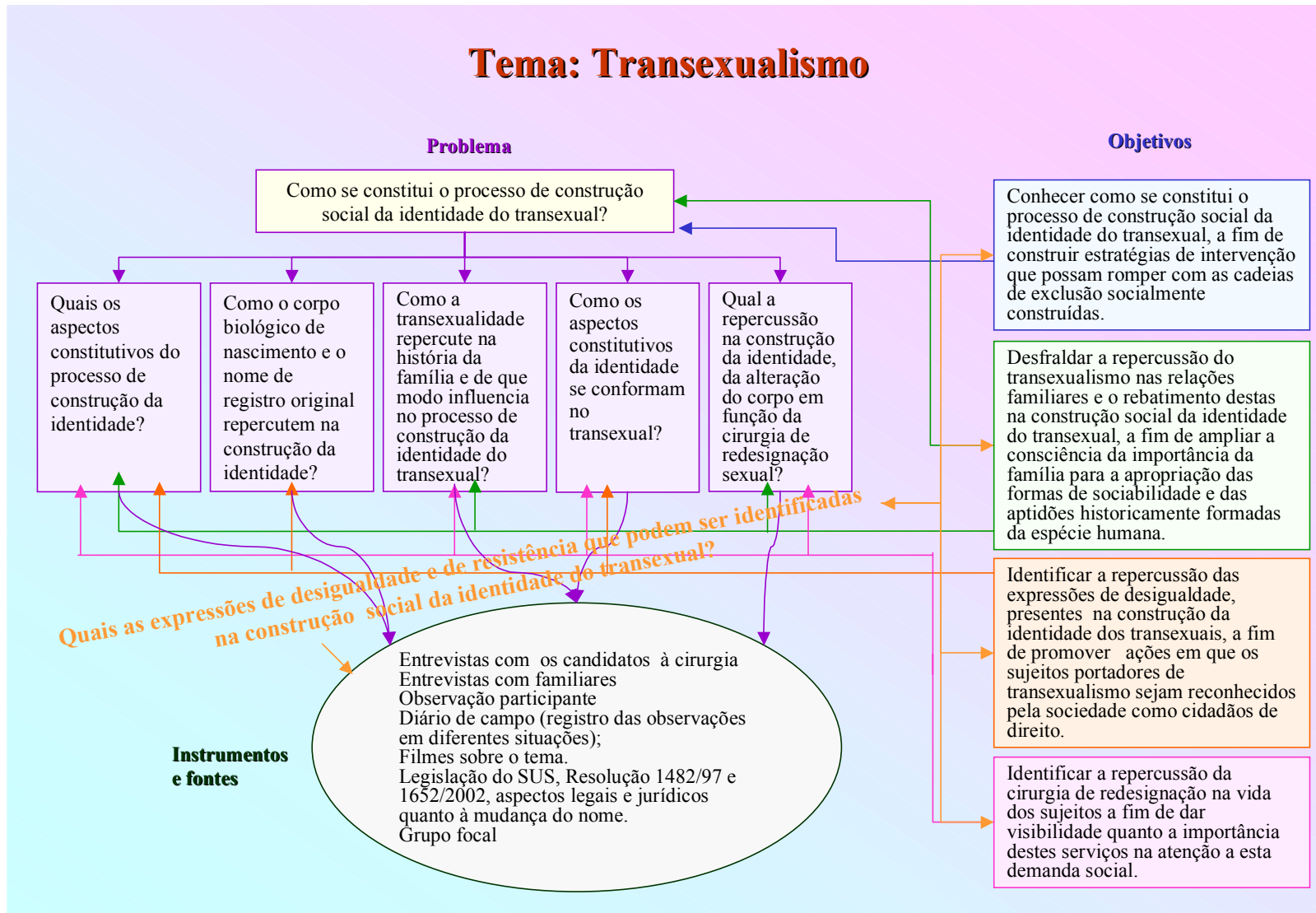


Figura 1 – Problema, questões norteadoras, objetivos e instrumentos da pesquisa

Buscando dar conta de como efetivei este trabalho, chego então à etapa que diz respeito ao universo empírico da investigação que se compôs, além dos candidatos à cirurgia de redesignação sexual, de no mínimo um familiar de cada sujeito que ingressou ao Programa de Transtorno de Identidade de Gênero do ambulatório do HC, de janeiro de 1999 até junho de 2005. Mais especificamente, tratam-se dos sujeitos e das famílias de transexuais do tipo homem/mulher e mulher/homem nas diferentes faixas de idade: menos de 20 anos; de 20 a 25 anos; de 25 a 30 anos; de 30 a 40 anos; mais de 40 anos; aquelas famílias cujos filhos já não moravam mais com elas; outros que ainda moravam; irmãos e, posteriormente, os(as) companheiros(as) que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Entre estes foram escolhidos basicamente aqueles que apresentavam disponibilidade para narrar as suas histórias, e por isso não poderiam ter sido pré-definidos: eles emergiram a partir das análises parciais que iam sendo realizadas. Assim, foram entrevistados 122 candidatos à cirurgia, sendo 97 do tipo M-F e 15 do tipo F-M; 109 familiares constituídos de 70 mães, 6 pais, 9 irmãs, 5 irmãos; 1 avó, 1 madrasta, 1 esposa, 2 companheiras, 7 companheiros, 3 sobrinhas, e 4 primas.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas, as quais seguiam um roteiro norteador que serviria para balizar a entrevista, um destinado para os candidatos (Apêndice A) à cirurgia e outro para o familiar (Apêndice B). Os roteiros, no entanto, serviam como veículos de provocação para que os sujeitos se sentissem estimulados a criar as suas narrativas. Deste modo, os roteiros poderiam ser dispensados diante de conteúdos que fossem enriquecer a pesquisa, através de recortes de informações que até então eram desconhecidos do pesquisador ou de conteúdos com forte significado para o entrevistado; por isso, eram entrevistas de profundidade.

Os demais instrumentos foram a observação participante<sup>36</sup> e o grupo focal<sup>37</sup> dirigido ao tema da prostituição. A forma de registro se deu através do diário de campo, registro das entrevistas e gravação em fitas. Todos os dados da pesquisa foram coletados por mim.

O grupo focal foi o instrumento eleito para conhecer o tema da prostituição, considerando que este assunto vinha surgindo nos grupos de acompanhamento dos candidatos a cirurgia. Todavia, observei que alguns revelavam atitudes de condenação quanto àqueles que exerciam esta prática, provocando inibição e manifestações defensivas, impedindo a livre expressão. Considerando a relevância do tema, associada a essa constatação, convidei as participantes a se reunirem num grupo de discussão, cujo foco seria a prostituição. A escolha pelo grupo focal se deu: a) porque o ponto central dos grupos focais, segundo Guareschi<sup>38</sup> (1996) é a interação que se processa dentro dos grupos, bem como a possibilidade de compreender a construção das percepções e das atitudes acerca de um tema; e, b) porque seria a estratégia que melhor responderia para dar conta da sobreposição de papéis de pesquisador e de assistente social. A discussão em grupo permitiria que os participantes tomassem conhecimento do conteúdo que estaria sendo tratado, bem como ficaria acordado o critério de não citar nomes de pessoas que não estivessem presentes. A entrevista individual poderia alimentar o sentimento de referência, bem como a dissociação entre a equipe e demais participantes, em especial quanto às que preferiam manter-se no anonimato. Como as áreas de prostituição se concentram basicamente em dois bairros, as pessoas se conhecem, sabendo quem é quem. Assim como fora previsto, ocorreu.

---

<sup>36</sup> Processo pelo qual se mantém a presença dos observados numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica, com o objetivo de conhecer a realidade. A definição do objeto, técnicas e análise dos dados estão centradas no observador (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN et al., 2000, p. 64).

<sup>37</sup> Grupo focal é a reunião de um grupo de pessoas com um foco delimitado, a fim de captar as diferentes visões sobre o mesmo assunto (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN et al., 2000).

<sup>38</sup> GUARESCHI, p. Técnica dos Grupos Focais como Pesquisa Qualitativa, texto não publicado, utilizado para fins didáticos. Porto Alegre: PUCRS, 1996.

O grupo se reuniu em sala e horário diferentes de onde se efetuam os atendimentos. Além do coordenador, convidei um observador que participava do programa. Os objetivos foram explicitados, com especial destaque à pesquisa e ao fato de que a equipe de profissionais do PROTIG pouco conhecimento teria sobre este tema que emergia com a questão do transexualismo, daí a importante colaboração de que se revestia a disposição em participar do grupo.

O grupo contou com seis participantes. Quanto à dinâmica houve algumas especificidades, porque todos já se conheciam e, então, na primeira etapa foi dispensada a apresentação formal dos participantes; segui para a apresentação dos objetivos do grupo, a assinatura do termo de consentimento autorizado e a combinação quanto ao sigilo. Na segunda etapa foi introduzida a temática para discussão. O terceiro momento foi a avaliação do encontro, seguido da discussão com o observador e do registro de dados no diário de campo. Posteriormente, fez-se a degravação da fita.

Penso que foi possível atingir os requisitos para o êxito do grupo focal, que segundo Gondim (2001, p. 11) são:

Cobrir o máximo possível o tópico; conseguir que o grupo ofereça informações mais específicas; promover interações que permitam explorar, em profundidade, os sentimentos dos participantes, e levar em conta o contexto pessoal que os participantes usam para construir suas respostas.

Assim, mantendo a analogia com a arquitetura, toda obra pode ser entendida como a representação, o reencontro de um momento da vida cotidiana da pesquisadora e dos sujeitos da pesquisa, todos eles criadores e aprendizes, porque a aprendizagem e a criação consistem nesse processo de encontro e reencontro, e de descoberta e redescoberta.



Seguindo esta orientação, *a coleta de dados* não se constituiu em ato de acumular informações, mas sim num processo interativo entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. Para que isso ocorresse, vários elementos compunham a cena, entre os quais destaco o relacionamento e a palavra. Através do relacionamento se estabeleceu a interação dinâmica, num *continuum*, proporcionando aos sujeitos sentimentos de confiança, segurança e acolhimento, levando-os a perceberem-se como sujeitos do estudo. Este é um dos desenhos que se esboça quando da tentativa de superar a sobreposição dos papéis de pesquisadora e de assistente social. Soma-se a isto a necessidade dos serviços de sistematizar a sua prática, bem como a de produzir conhecimento através da pesquisa. Simultaneamente, é necessário ultrapassar os limites impostos pela atual exigência do mundo do trabalho, onde as organizações exigem dos trabalhadores habilitação para atuarem em várias frentes. Estas interfaces no trabalho do pesquisador/assistente social voltarão à cena em capítulo posterior e por isso retorno para uma nova exigência da arquitetura da pesquisa, que é a validação.

Como princípio de validação dos dados e informações coletados, recorri à técnica de triangulação, buscando assim articular as fontes utilizadas na pesquisa. Nesta direção adotada, o ponto de saturação representa a etapa na qual o pesquisador já obteve todas as informações (TRIVIÑOS, 1987). Recorro, portanto, ao mesmo autor, na perspectiva de garantir a amplitude e os significados essenciais que a temática e objetivos do estudo exigem. Assim, as técnicas de triangulação foram sendo arquitetadas:

- a. *Processos e produtos centrados no sujeito*: entrevistas em profundidade e depoimentos dos sujeitos, familiares, amigos, colegas e companheiros, observação participante de diferentes circunstâncias, tanto dos candidatos como de seus familiares, além de história de vida;

- b. *Elementos produzidos pelo meio*: pesquisa documental e filmes produzidos sobre o tema, neste caso os filmes “Minha Vida Cor de Rosa” (1997) e “Normal” (2003) ;
- c. *Processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural*: Legislação do SUS, Resolução 1482/97 e 1652/2002, aspectos legais e jurídicos quanto à mudança do nome.

Desta fase parto para as etapas numa perspectiva cronológica da pesquisa, mas antes de assim proceder, naqueles momentos de parada obrigatória do pesquisador para re-olhar a trajetória percorrida até então, surgem no meu pensamento os versos de Drummond de Andrade (1978, p. 172):

*Lutar com as palavras  
é a luta mais vã.  
Entanto lutamos  
mal rompe a manhã.  
São muitas, eu pouco.  
[...] Luto corpo a corpo,  
luto todo o tempo,  
sem maior proveito  
que o da caça ao vento.*

A poesia veio a propósito da dificuldade em usar as palavras quando mudar de assunto é um impositivo, ao mesmo tempo em que é necessário manter a conexão. Esta confiança diz respeito também à exigência do desenho da pesquisa, o qual deverá tratar do tempo em que os procedimentos foram operacionalizados, a fim de que outros leitores possam usá-los como referência, como sugere Mendes (2003). Então, deixo ao leitor este depoimento de que as palavras:

*Deixam-se enlaçar  
tontas à carícia  
e súbito fogem  
e não há ameaça  
nem há sevícia  
que as traga de novo  
ao centro da praça.*

Após este embate lúdico, volto para descrever a seqüência das atividades, tentando deixar claro este desenho de pesquisa e como ele foi se construindo a partir da experiência social destes sujeitos. O primeiro momento se constituiu de revisão teórica sobre o tema, seminários de estudo com a equipe, aproximação com os sujeitos da pesquisa, realização das entrevistas, registro das observações em diferentes situações, seleção de literatura não-científica e filmes sobre o tema. O segundo momento contou com a organização do material coletado e a seleção do material que seria utilizado.

Escolhi para a análise dos dados da pesquisa a análise de conteúdo, e dentro desta proposta elegi a técnica de análise temática. Para isso reuni todo o material, numerei cada instrumento, e busquei seguir as regras propostas por Bardin (1977) quanto a exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Posto isso, tendo em vistas responder às questões da pesquisa, empreendi uma leitura flutuante, buscando identificar as categorias e nelas desdobrar os significados dos seus significantes. Posso ilustrar como isso se efetuou através da categoria gênero: na construção da identidade de gênero, aparece a palavra brinquedo. Assim, a unidade de registro *brinquedo* tem como significado a construção da identidade de gênero, e deste modo chega a proporcionar ao pesquisador a alegria da surpresa do encontro de uma categoria simples, que só as aproximações sucessivas com o real podem acessar. Para dar visibilidade ao procedimento, utilizei a grade de análise (BARDIN 1997), estampando a expressão do pesquisado, inferindo o significado que estava sendo dado, com as

respectivas categorias analíticas. Em outros momentos, abandonei a grade para recorrer aos retalhos das narrativas dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa, entendendo que a palavra é deles, e que esta é a melhor forma de mostrar o caminho por onde encontrei as respostas que aqui lancei.

Mais uma vez recorro à poesia, agora a de Quintana (1997, p. 49), para justificar a minha posição: “O tempo é indivisível. Dize, /qual o sentido do calendário?’ [...] A vida é indivisível. Mesmo/ A que se julga mais dispersa”. A cronologia, deste modo, foi apenas uma citação quanto à predominância de uma das etapas, pois permanecia envolta em todos os passos, o que me permitiu fazer as consecutivas aproximações e as reformulações daí advindas, necessárias para não considerar nenhuma história de vida dispersa.

Outro ponto importante a destacar, quando se refere aos aspectos éticos que envolveram a pesquisa, além da garantia do anonimato, foi que tive também a precaução de omitir dados da identificação, com a finalidade de não incorrer no que é conhecido como “descrição definida, o tipo de descrição que se aplica a uma só pessoa” (VÍCTORA, KNAUTH, HASSEN et al., 2000, p. 81).

Os compromissos éticos do trabalho de pesquisa são também uma exigência do HC e do PROTIG que, além de ter objetivos assistenciais, tem o de ensino e o de pesquisa, respondendo assim à condição de estarem inseridos num hospital universitário. Desta forma, todo sujeito, ao ingressar no programa, assina o *Termo de Consentimento Informado*<sup>39</sup> (Anexo B). Eu, porém, retomava este documento, explicando a finalidade do mesmo, os objetivos da

---

<sup>39</sup> Consentimento informado - anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa (Resolução 196/96, Conselho Nacional da Saúde).

entrevista para a pesquisa, e a relevância dos dados fornecidos para a produção do conhecimento nesta área. Nenhum dos participantes da pesquisa inviabilizou esta possibilidade, nem alegou analfabetismo.

Outro compromisso que eu assumo como pesquisadora é quanto à devolução dos dados da pesquisa para os sujeitos que dela participaram, o que pretendo fazer num evento que já vem se realizando e que é designado como “Conversando sobre transexualismo”. Convém destacar que os resultados parciais já são apresentados e discutidos com estes sujeitos através dos grupos em que participo como assistente social.

Ao fazer referência à Ética, a questão que emerge na pesquisa é a constatação de que objetivo e subjetivo fazem parte da mesma tessitura, bastando puxar um fio para outro se desfilar. Apesar dos cânones rígidos da ciência, faz-se impositivo para o pesquisador considerar estes dados, a fim de se precaver contra uma pseudoneutralidade. Compartilho da idéia de Chizzotti, (1998, p. 82), na qual o pesquisador “deve despojar-se dos preconceitos, ter predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações nem se conduzir pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global”. Para que isso se efetive, há necessidade da manutenção de postura reflexiva.

Fiel ao que subscrevo, reconheço que em várias situações tive que refazer conceitos, refazer *prescrições*, refazer perguntas, refazer as análises provisórias, que em diferentes matizes coloriam o preconceito.

Caberia agora escrever sobre a continuidade do trabalho que se deu a partir da seleção das entrevistas, dos registros das observações e das gravações de fitas que precederam a

análise do material dos dados qualitativos. Todavia quero deixá-lo para o capítulo seguinte, onde já passarei à análise do material, mantendo-me nesta linha de apresentar a pesquisa de uma forma mais argumentativa e afastada dos padrões e dos procedimentos da pesquisa quantitativa.

Dirijo-me para o encerramento deste capítulo, onde busquei ancorar o aporte teórico-metodológico que sustenta a minha prática e quero deixar o meu testemunho quanto à fertilidade da metodologia da pesquisa qualitativa, para a aproximação desta realidade tão pouco conhecida. Graças a ela foi possível a descoberta de dimensões até então desconhecidas do problema.

A arquitetura como metáfora serviu a várias finalidades, porém a principal, a meu ver, é a de criar o conceito de que o conhecimento é uma permanente construção, que está ligada à história da ação do homem sobre a natureza. Construção que passa pela consciência, que por sua vez é o reflexo da realidade, a qual vai se reproduzindo em forma de fractais.

Através destas lentes fui alicerçando a base desta pesquisa, reunindo conceitos, levantando questões, separando categorias, rejuntando pressupostos, escolhendo as novas cores para o “pouco que ficou do tudo,” afinando o olhar para as sinuosas curvas que ocultam as contradições do “universo de Einstein” e assim poder compreender como os transexuais superam o desafio de vencer o *cavalo de tróia*, que poderia lhes deixar *no meio do caminho*, até chegar à construção de uma identidade livre e com autonomia, lembrando que: **“Ter uma identidade humana é ser identificado e identificar-se como humano”** (CIAMPA).

## 4 A ARTE É UMA MENTIRA QUE ENSINA A COMPREENDER A VERDADE: OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

### 4.1 FAMÍLIA: GEOGRAFIA COMPLEXA, CALEIDOSCÓPIO DE POSSIBILIDADES

*Todos nós sabemos que a arte não é a verdade.  
A arte é uma mentira que nos ensina a **compreender a verdade**.  
Pelo menos aquela verdade que nós, como homens, somos capazes de  
compreender.*

*Picasso*

Pablo Picasso foi uma das personalidades mais importantes do século XX e os trabalhos do mestre espanhol foram encarnações e profecias das mutações experimentadas em nossa época. No começo do século passado, era um dos artistas que se sentia consternado com a miséria humana e expressava esse sentimento em obras sóbrias, ascéticas e austeras, com um condimento que impedia o sentimentalismo ou o *pathos* forçado.

Em 1907, Picasso abandona as normas da beleza clássica e deliberadamente barbariza a figura humana e, seguindo nesta linha, torna as pinturas figuras todas facetadas, fragmentando as formas em pequenos planos estruturais, fazendo-os retilíneos como facetas de diamantes. Cria, então, o Cubismo, onde mostrava frontalmente as partes de um objeto retratado, que poderia ser observado de qualquer ângulo. Assim, a pintura mostraria todas as facetas de um objeto para serem vistas em um único plano, ao mesmo tempo em que ele conseguia explodir o objeto, desmontando-o visualmente para ver como era composto.

Picasso, citado por Spence, (1997, p. 11) dizia: “quando a fragmentação dos objetos apareceu em minha pintura, por volta de 1910, era uma técnica para eu me aproximar do objeto”.

Lanço mão da produção de Picasso, em especial do Cubismo, para relacionar com a forma com que pretendo apresentar os dados da pesquisa, pois encontro afinidade neste estilo, e na arte, para seguir ao encontro de como se constitui o processo de construção social da identidade do transexual, bem como com a proposta do método dialético, realizando um processo de decomposição do real, para recompô-lo como concreto pensado.

Para conhecer como se constitui o processo de construção social da identidade do transexual, o caminho de ida começa no real concreto, mas, através da capacidade de analisar e de pensar, vou construindo abstrações e categorias que dizem respeito aos aspectos desse real, dos complexos que o constituem e das suas determinações; e como diz Marx, o caminho de ida e de volta é um caminho do abstrato ao concreto. Seguindo o autor, afirmo que é o processo de descoberta das relações que determina o fenômeno, e é nesta descoberta que o pesquisador constrói as suas categorias de análise. As categorias mais complexas representam relações mais complexas, que por sua vez são determinadas por outros processos que, para conhecê-los, preciso desvelar as suas determinações. Assim, das mais complexas chego às categorias mais simples, e daí ao caminho de retorno que me possibilita a apropriação do real, na sua totalidade, como o concreto pensado.

A analogia com o cubismo remete à necessidade de fragmentar ou, numa linguagem mais dramática, de explodir o conteúdo das falas produzidas pelos sujeitos da pesquisa, produzindo cubos que retratam as partes que entram na construção da identidade, desta forma buscando identificar as suas determinações.



A identidade é construída a partir das relações sociais que se estabelecem e é a primeira que se inaugura na família; é através dela que se efetiva a apropriação dos produtos culturais, tanto aqueles da cultura material como aqueles da cultura intelectual, conforme afirma Duarte (2000). O desenvolvimento sociocultural do indivíduo é o desenvolvimento de um indivíduo histórico, portanto situado na história. A família assume um lugar de destaque em especial neste processo de fragmentação do objeto (identidade), tendo como interface a questão da transexualidade, pois um dos aspectos para o entendimento deste fenômeno tem a ver com a manifestação dos primeiros sinais de diferença entre o sexo biológico e a identidade de gênero, o que, conforme as narrativas dos sujeitos ocorre no universo familiar.

Para chegar ao meu intento, recorro à decomposição do real, simbolizada pela fragmentação do cubismo, e começo a buscar os vários elementos do prisma que vai difratar não só as diferentes identidades, como manter o permanente movimento de transformação, o qual é inerente à realidade. Começo, então, pela família, locus fundamental para o existir humano e para a objetivação do ser, bem como para “suprir o carecimento radical do ser humano, que é a necessidade do outro” (HELLER, 1997, p. 7).

A contextualização da família que agora faço mostra o acirramento das contradições que tramam sua história, presa a diferentes modelos, mas sobretudo ao modelo da família que se instalou do século XIX até os anos de 1960, caracterizada pelo amor no casamento, divisão do trabalho homem/mulher e atenção à infância (este é o modelo criticado pelo movimento feminista) e ao modelo da família moderna, a partir dos anos de 1960. Para Singly (2000), neste segundo modelo a família se distingue por um triplo movimento: diminuição sensível da dependência objetiva da mulher, manutenção de investimentos profissionais e domésticos diferenciados por sexo e aumento do sentimento de se esquivar dos papéis sexuais. Os dados

aqui apresentados revelam que as famílias desta pesquisa têm, predominantemente, uma divisão rígida dos papéis sexuais, onde a mulher assume um plano à frente e a mãe e as demais figuras femininas são aquelas que mais participavam da vida dos transexuais, como mostram os dados da tabela 1.

**Tabela 1 – Familiares dos transexuais que compareceram para entrevista do PROTIG, com a assistente social, de junho de 1998 a junho de 2005**

Familiar	N	%
Mãe	70	63
Pai	06	06
Irmã	09	08
Irmão	05	05
Avó	01	01
Esposa	01	01
Madrasta	01	01
Companheira	02	02
Companheiro	07	06
Sobrinha	03	03
Prima	04	04
Total	109	100

A mãe foi a pessoa que mais se fez presente nas entrevistas, por isso cabe comunicar o meu entendimento sobre este dado e a sua repercussão na constituição da identidade dos sujeitos. Através das histórias compartilhadas, identifiquei que na relação entre mães e filhos há a gestão da perplexidade e do sofrimento impressos neste vínculo, o que talvez faça a distinção dos demais laços maternos e filiais e o que não impede a sua participação e o autêntico interesse em buscar o entendimento a respeito da questão da transexualidade. Até o primeiro momento, a transexualidade parece que se constitui num véu que encobre a identidade do filho. Com frequência as mães revelam intenso desejo de rasgar o véu, e essa ação se dá principalmente através do conhecimento que vão adquirindo sobre o

transexualismo. Rasgar o véu, simbolicamente, representa dar visibilidade a quem parecia até então ter uma identidade que já estava posta e determinada.

Para melhor descrever a participação das mães no programa, é preciso classificá-las, basicamente, em dois grupos: as com filhos acima de trinta e cinco anos, que ingressaram logo após a inauguração do programa, e aquelas com filhos entre 18 e 34 anos. O comum entre as mães é o baixo nível de escolaridade, predominando a situação de não terem concluído o ensino fundamental. No primeiro grupo, muitas relações estavam esgarçadas e minadas por sentimento de mútua humilhação. De parte dos filhos, o ressentimento em não ter conseguido poupar a família, sobretudo as mães, do constrangimento público de assumir uma identidade que o hospeda numa posição de escassa valorização social. O sofrimento e a humilhação também estavam presentes pela dissociação que se instalava entre a posição de acolhimento pela mãe e da punição pelo pai<sup>40</sup>, bem como na posição predominantemente moralista a respeito da sexualidade. Este grupo das mães era o daqueles sujeitos que representavam uma demanda reprimida de muitos anos, quanto ao acesso à satisfação das suas necessidades de saúde, produzindo uma reserva ainda maior do sentimento de exclusão. Por outro lado, também eram todos portadores de uma grande capacidade de resistir e superar as desigualdades. O convite para a mãe participar da entrevista, falar sobre os sentimentos represados a respeito da identidade do filho, conhecer do que se trata ser a transexualidade inaugurou um reencontro familiar, bem como fez com que tenham sido acionados novos elementos na constituição da identidade de todos estes sujeitos.

O segundo agrupamento de mães representava um outro momento, onde já havia maior circulação de conhecimento, maior liberdade de expressão, universalização do direito

---

<sup>40</sup> Os dados que ora comento estarão referendados nas demais figuras apresentadas, sobretudo as que mostram as manifestações do pai sobre a transexualidade (Figura 4).

ao acesso aos serviços de saúde, com a implantação do SUS, e maior igualdade entre os gêneros. Se por um lado estes aspectos favoreciam, por outro eram famílias que já conheciam uma taxa maior de desemprego, um número maior de famílias monoparentais, ao mesmo tempo em que a sociedade vai corroendo as qualidades das relações, através da primazia do individualismo e do consumo.

Este cenário, do mesmo modo que oferece maiores possibilidades, também exige mais das famílias e dos indivíduos, à medida que dá mais aos que respondem ao modelo vigente e coloca na lateral os que não seguem as suas regras. Com isso quero dizer que para a família do segundo grupo a transexualidade também exige muito esforço para superação, contudo é ainda mais possível. A mudança significativa é a de que a família chega num tempo mais presente, e sem um grande lapso de afastamento da relação mãe e filho. Porém, ainda se encontrava a mãe confusa quanto aos limites da responsabilidade e da culpa, e por isso sentindo-se culpada e sendo culpabilizada pela transexualidade do filho. Deste modo, a alta recorrência das mães devia-se tanto ao interesse pelos filhos como também por elas, para preencher o espaço ocupado pela perplexidade e pela necessidade de buscar os nexos deste fenômeno com a vida familiar.

Depois da presença da mãe, seguia-se a da irmã (8%), mas o percentual das irmãs que compareceram para a entrevista não revela a importância deste relacionamento, em especial para o transexual do tipo M-F, pois desde a infância e no decorrer da adolescência é aquela que empresta roupa, a que compartilha suas amigas, não expressa hostilidade e, mesmo sem saber o que está acontecendo com o irmão, ela vai sendo solidária. Reunindo o percentual de irmãs e irmãos, o sistema fraterno tem uma participação de 13%, superando a presença paterna. O comparecimento dos irmãos era basicamente naqueles casos de falecimento da

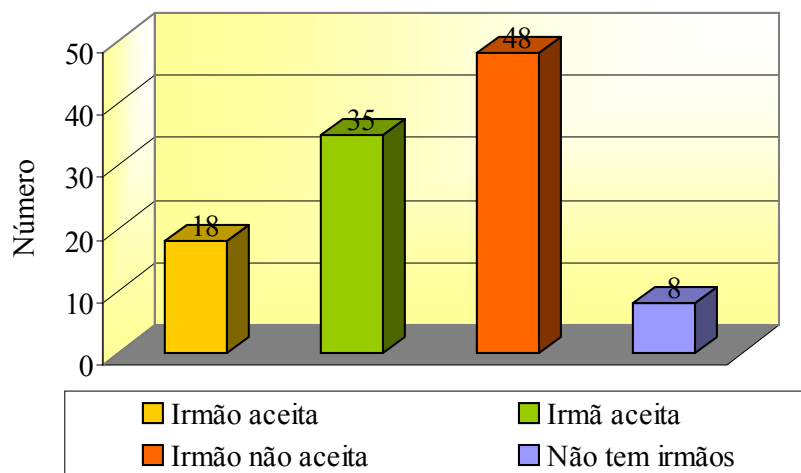
mãe, de residência fora do estado e sobremaneira dos transexuais com idade superior a trinta e cinco anos. Limitou-se a um irmão recorrer à assistente social para compreender no que se constituía o transexualismo, a fim de melhor enfrentar as dificuldades de relacionamento com a irmã, bem como encarar as reações dos grupos de amigos da sua cidade.

Os dados coletados junto aos irmãos dos transexuais confirmam que a relação fraterna funciona como um laboratório da vida social: os irmãos são os agentes socializadores, pois de certa forma estabelecem o contexto para as relações extrafamiliares, considerando que é o espaço onde vão exercitar a lealdade e a rivalidade, bem como as demais habilidades do processo de sociabilidade. A família, então, tem como funções primordiais o desenvolvimento e a proteção dos seus membros e a sua socialização, adequação e transmissão de determinada cultura. Dentro deste prisma, a família terá que resolver duas tarefas igualmente essenciais: a criação de um sentimento de pertencimento ao grupo e a individuação/autonomização dos seus elementos, que são características essenciais na constituição da identidade. A presença dos familiares, no entanto, revela que o sentimento de pertencimento é mais aguçado nas mulheres, tanto é assim que a frequência não se limitou às mães e às irmãs: as primas e sobrinhas também se fizeram representar.

Considerando a idéia de que a relação fraterna é o lócus onde se exercitam as habilidades nas relações com outros grupos sociais, foi possível antecipar a dificuldade que a pessoa portadora de transexualismo vai enfrentar no relacionamento fora do âmbito familiar. Sendo assim, o nível de aceitação entre as irmãs e os irmãos apresentava uma significativa diferença, como mostram os dados da figura 2<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Os gráficos, diagramas e quadros serão chamados doravante de figuras, seguindo a proposta de Both (2000, p.231).



**Figura 2 – Percentual de aceitação do transexualismo pelos irmãos dos candidatos a cirurgia de redesignação sexual, de junho de 1998 a junho de 2005.**

Os dados apontam para a relevância do relacionamento do transexual com a irmã, na medida em que ele baliza a mediação da possibilidade da aceitação da sua condição fora do circuito da família. No processo de construção da identidade, a atribuição de significados que denotam positividade possibilita que, no processo de identificação com o outro, o sujeito vai se apropriando destes aspectos que também marcam as relações sociais. A mesma tabela indica que apenas dezoito famílias, das cento e nove que compareceram para entrevista, revelaram aceitação por parte dos irmãos. Distintos das irmãs, desde as primeiras manifestações de diferença, um número significativo de irmãos é hostil, sente constrangimento com os demais amigos e colegas e muitas vezes chega a agressões físicas, como mostram as seguintes falas:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Eu(a mãe) e a irmã aceitamos, os dois irmãos acham uma “bichice”. Entrevista 49.*

*Os irmãos foram difíceis de aceitar, eles chamavam ele “barrão”, as irmãs aceitavam bem.  
Entrevista 29.*

*O irmão mais velho nunca aceitou, já estiveram brigados. Acho que ele tem vergonha, apesar  
de hoje ele tratar bem o “irmão” (este é a transexual). Entrevista 91.*

*As irmãs, desde pequenas, sabiam que ele pegava escondido os brinquedos e as roupas delas,  
mas elas não falavam nada, deixavam. Entrevista 78.*

*Quando eu ia sair eu saía vestida como menino, mas a minha irmã me jogava a roupa pela  
janela, e eu trocava de roupa pelo caminho. Entrevista 16.*

*É muito difícil, não só para mim, mas para a família. A nossa família é muito cabeça, é super  
gente fina, mas está difícil de agüentar. Antes deste problema, nós nos pegávamos no pau,  
mas agora que revelou [...] Eu tenho muita mágoa, eu imaginava sair junto com o [...]. Com  
esta notícia caiu o meu mundo. Esperava fazer festa... Ele sempre foi mais bonito do que eu,  
então achava que ele ia me ajudar a pegar as gurias (Depoimento de um irmão adolescente).  
Entrevista 106.*

*A minha mãe não aceitava, pedia para mim ou para o meu irmão bater nela. A gente até fez  
umas vezes, mas chegou um dia eu disse: larga disso mãe, eu não vou bater mais. Entrevista  
60.*

Os depoimentos confirmam que o embate pela dominação masculina se produz e reproduz também no âmbito da família. Se por um lado esta tendência pode favorecer ao gênero masculino, há por outro lado uma relação perversa na mesma proporção, quando o homem frustra as expectativas. Os homens manifestam com muita intensidade o seu repúdio às manifestações da sexualidade que fogem do âmbito da virilidade. A relação com os irmãos ainda se torna mais difícil pela cultura sexista, que oscila entre a hostilidade e a benevolência<sup>42</sup>, aqui representada no depoimento da entrevista 106. Guardando a sensível fala do irmão, que denuncia a autêntica tristeza pelo luto da perda do outro irmão que ele desejava

<sup>42</sup> Sexismo benévolo: refere-se a uma atitude positiva, aparentemente não preconceituosa em relação à mulher, evidenciando o sentido paternalista que a descreve como pessoa frágil, que necessita atenção mas que também pode completar o homem (FORMIGA et al., 2002).

ter como companheiro, a sua declaração também desvela como se engendra, nos meandros da construção de gênero, o sexismo hostil do “pegar as gurias”, e o benévolo, “antes nós nos pegávamos no pau”, o gênero feminino visto como frágil.

Um dado significativo é quanto aos sobrinhos e sobrinhas, que têm sido um elo de ligação entre o transexual e o grupo familiar, mostrando afeto pela tia, mesmo quando o seu pai se mostra distante. As crianças acionam a discussão através de expressões que revelam disposição em buscar respostas para as questões mais complexas, como a fala desses meninos, reproduzida pelas suas tias:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Mãe, o tio é mulher? Entrevista 12.*  
*Tio João, tu é homem ou mulher? Entrevista 16.*

A palavra (linguagem), aqui expressa pela criança, representa uma rede de relações e significados, que constitui a matriz do pensamento categórico, “introduzindo a coisa nomeada em um sistema de complexos enlaces, constituindo um meio para analisar objetos, abstrair e generalizar suas características” (VIGOTSKY et al., 1988, p. 65). A criança, reagindo à alienação, busca superar a contradição que se estabelece entre o que até então ela vinha categorizando como feminino e masculino. Espontaneamente, oportuniza à família dar visibilidade à identidade daquele familiar, e simultaneamente oportuniza ao transexual<sup>43</sup> uma outra localização na construção da sua identidade.

<sup>43</sup> Não encontrei em nenhuma das pessoas entrevistadas referência a que as crianças ou adolescentes tenham sido hostis com as suas tias ou tios com transexualidade, diferente da situação entre irmãos.



Deste modo, na instituição familiar, embora não possa ser vista como algo natural e muito menos imutável, a história da família destaca o papel da mulher em todas as sociedades que organizavam a sua forma de vida em comunidade. A mulher tinha participação direta apenas na família, exceção, como destaca Heller (1987b), para as rainhas, que tomavam parte nas decisões do corpo social.

Fazendo um breve resgate da evolução histórica da família, Aristóteles identificava o homem como um *animal político* e definia a mulher como parte da *família*, sendo que tudo o que ocorria fora do âmbito familiar era da esfera do homem. A contradição, no entanto, está presente, na medida em que a família tinha muita relevância inclusive para o homem, pois como base natural da existência ela se constituía no modo de reprodução “normal” da vida (HELLER, 1997b). As mulheres destacavam-se também na colaboração com as atividades agrícolas e artesanais, bem como contribuía na administração da casa, dos empregados e dos escravos.

Este dado a respeito da família como um espaço de reprodução é mais abrangente do que até aqui está posto. A determinação histórica da estrutura familiar traz para discussão as relações entre família e sociedade. Para esta tese contribui Engels (2002), apoiando-se nas descobertas de L. Morgan, que estudou as relações de parentesco em diferentes tribos americanas, formulando a visão do materialismo histórico sobre a origem e funções da família monogâmica. Os gregos proclamavam que os objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que fossem confirmadamente seus, para herdar os bens paternos, e para isso exigia a virgindade e a fidelidade da mulher. Para Engels (2002), foi na família que se iniciou o processo de divisão social do trabalho, com a divisão do trabalho sexual. Afirma que a monogamia não foi um meio de reconciliação entre o homem e

a mulher, mas ela surge como uma forma de escravização de um sexo sobre o outro, completando que “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” [...], bem como foi o “primeiro antagonismo de classe com a opressão do homem sobre a mulher” (ENGELS, 2002, p 70). Esta divisão foi o ponto de largada para o complexo processo de divisão do trabalho, como o abandono do trabalho manual pelo intelectual e a principal de todas, que é a oposição entre aqueles que são os proprietários das condições de produção e os que possuem a força do trabalho.

Sendo a história a substância da sociedade, os dados até aqui apresentados lembram o que disse Daix (1989, p. 157), que “... o cubismo é a arte de pintar conjuntos novos com elementos emprestados, não à realidade de visão, mas à realidade de concepção”. Assim a concepção da família, através dessa retrospectiva, associa um novo elemento junto a ela que é o estágio do desenvolvimento das forças produtivas e do processo de divisão social do trabalho, o qual também vai determinar a estrutura familiar, compondo, então, a complexa interação “de diversos fatores que se referem tanto às formas peculiares de organização interna do grupo familiar, quanto aos aspectos econômicos e culturais que o circunscrevem” REIS (2004, p. 100).

A fim de entender os desdobramentos históricos da família até o cenário atual, recorro a Poster (1979), que apresenta quatro modelos<sup>44</sup> de estrutura da família, que são a família nuclear/burguesa de meados do século XIX, a família aristocrática/patriarcal, a família camponesa dos séculos XVI e XVII e a família da classe trabalhadora do início da revolução industrial.

---

<sup>44</sup> Poster é referência para autores que tratam da temática da história da família na perspectiva do materialismo histórico, e se baseou na família européia como ele mesmo destaca.

A família da aristocracia européia comportava de quarenta a duzentas pessoas, entre parentes, dependentes e até clientes. Tinha sua riqueza assentada nas benesses do monarca e no controle da terra, que era um patrimônio a ser conservado e não investido, implicando nos casamentos que deveriam preservar a manutenção das propriedades familiares. As relações eram pautadas por excessiva hierarquia, os papéis eram fixados por rígidas tradições e o registro é a forma de habitação que não possibilitava a privacidade nem aos hábitos de higiene, o que implicava no alto nível de mortalidade infantil. O patriarca detinha autoridade absoluta e o cuidado com os filhos era considerado indigno de uma dama, razão pela qual eram eles entregues às amas de leite que estabeleciam os primeiros vínculos fora do âmbito familiar. Destaca Reis (2004) que o aprendizado era dirigido para a obediência à hierarquia social e nesse sentido o castigo era muito usado. A aristocracia, portanto, desenvolvia um forte senso de normas externas, mas um precário superego. A sexualidade não era mantida à distância das crianças e com regularidade eram vistos adultos afagando os órgãos genitais das crianças.

A família camponesa era extensa e às vezes até três gerações viviam na mesma casa. A autoridade social não estava centrada no pai, mas na própria aldeia; os laços com a aldeia eram tão fortes que a sobrevivência não seria possível apenas no nível da unidade familiar. Cabia à mãe camponesa a criação dos filhos, mas estes não ocupavam o centro da vida conjugal. Como ela trabalhava no campo, os cuidados dispensados às crianças não eram os mesmos que na família burguesa e, embora a mulher fosse subordinada, na sua própria esfera contava com considerável poder. Em função do vínculo estabelecido com a aldeia, a família não era o objeto de identificação, e sim a aldeia.

Quanto à estrutura da família trabalhadora, Poster (1979) destaca que em menos de dois séculos passou por grandes transformações: a classe trabalhadora desenvolveu uma estrutura de família sob condições de angústia social e econômica, porém em um século passou a parecer muito com a família burguesa.

No início do século XIX, período inicial da industrialização, a família proletária vivia em extrema pobreza, obrigando todos os seus membros a trabalharem em turnos que variavam de 14 a 17 horas, inclusive as crianças<sup>45</sup>, que já iam para as fábricas a partir dos 10 anos, bem como para as minas de carvão na Inglaterra e na França, como tão bem retrata Emile Zola em sua obra *Germinal*<sup>46</sup>. A família por sua vez conservou muitos hábitos da família camponesa, pois de lá procedia em grande parte. As crianças viviam numa ampla rede de relacionamento com os adultos.

O estágio seguinte corresponde à segunda metade do século XIX, onde surgem setores mais qualificados da classe operária, o que promoveu também melhorias nas condições de vida. A família é marcada pelos padrões burgueses de diferenciação de papéis sexuais, nos quais a mulher dedica-se mais à casa e aos filhos. O homem se dividia mais entre o trabalho e os bares e a mulher numa rede social feminina.

---

<sup>45</sup> Apesar da grande mudança ocorrida na sociedade, ainda permanece a exploração do trabalho infantil, tal como ocorria naquela época, como ocorre com as crianças cortadoras de cana de açúcar, no nordeste brasileiro.

<sup>46</sup> Embora *Germinal* trate dos mineiros franceses, na Inglaterra a situação dos trabalhadores das minas era semelhante na mesma época (década de 1860). O Parlamento britânico fora obrigado pela opinião pública a investigar a respeito do trabalho nas minas e a proibir a utilização de mão-de-obra com menos de 10 anos. Os inquéritos realizados pelo governo mostraram que os mineiros estavam extremamente insatisfeitos com suas condições de trabalho e desejavam impedir que as crianças e as mulheres fossem exploradas nas minas. Segundo o Parlamento, as crianças deveriam estudar ao invés de trabalhar. Enquanto as mulheres tinham uma situação, nas minas, em que "...trabalham as quatro estações, muitas vezes dia e noite, molhadas até os ossos, com a constituição enfraquecida e a saúde alquebrada. E de toda a aldeia começou a subir o mesmo grito de miséria [...] As portas se abriram, mulheres surgiram nas soleiras, aos gritos, como se os tetos das casas não pudessem mais conter suas queixas. Caía uma chuva fina que elas não sentiam, aos gritos umas às outras, mostrando na palma da mão o mísero dinheiro" (ZOLA, 1972, p. 193).

O terceiro estágio ocorre na primeira metade do século XX, com a mudança da classe operária para os subúrbios, fragmentando-se o vínculo com a comunidade. As redes femininas da fase anterior se desfazem e ficam mais isoladas no ambiente doméstico e o homem passa a valorizar a domesticidade e a privacidade, enquanto a educação dos filhos passa a ser uma prioridade. A família proletária passa cada vez mais a mimetizar os seus padrões com os da família burguesa, o que representou um reforço na autoridade paterna e o incremento dos valores conservadores.

Mesmo estando no século XXI, o perfil das famílias dos sujeitos candidatos a cirurgia de redesignação sexual guarda muita semelhança com o da família proletária desta última etapa, concentrando na figura da mulher a responsabilidade pela manutenção dos padrões morais impressos pela figura masculina, senão pelo marido ou companheiro, pelo pai, mesmo que ainda no plano simbólico, quando eles sejam ausentes.

O modelo de família burguesa ou nuclear surgiu, afirma Poster (1979, p. 186), “como a estrutura familiar dominante na sociedade capitalista e é freqüentemente adotada como norma para todas as outras”. Por definição, a família burguesa está localizada nos centros urbanos, e se caracterizou pela clara separação entre a vida pública e privada, sendo o mundo dos negócios o império da razão e o lar o espaço da vida emocional. O marido passa a ser o único provedor e a autoridade dominante, e a mulher a responsável pela casa e educação dos filhos, estabelecendo-se a domesticidade, o amor romântico e o amor maternal. A mulher agregava a identidade do marido, pois o sucesso do marido é o seu também.

A educação dos filhos passa a ser um dos principais objetivos do casamento e estes teriam que ser educados pelos valores da burguesia: homem autônomo, com possibilidade de sucesso nos negócios e ilibada moral. A mãe seria valorizada pelo seu papel materno e como

contrapartida assumiria e ainda com freqüência o faz, a total responsabilidade, inclusive pelos desvios e até pelas doenças se viessem a tê-las. A mãe teria que ser perfeita para ter filhos perfeitos. Esta informação é corroborada pela expressão dos familiares quando compareciam às entrevistas:

**Fragmento de narrativas dos sujeitos**

*A primeira coisa que o meu marido diz: “não puxou a minha família, não puxou a mim.” A culpada sou eu. Desde criancinha, se eles adoeciam, a culpada era eu. Ele há de dizer que a culpada de ele ser assim sou eu”. Entrevista 135.*

*Meu marido se queixava muito de mim, que eu mimava muito, e por isso ele (a transexual) era assim. Entrevista 42.*

*Resignar? Eu? Tive que me doutrinar. Onde foi que eu errei? Pensei que eu poderia ter dado muito denigo. Entrevista 114.*

*Meu marido diz que eu que fui a culpada porque eu fazia todas as vontades dele. Entrevista 21.*

*O pai acha que ele é assim porque foi criado pela vovó, pela titia. Entrevista 83.*

A culpabilização da mãe ou de outras figuras femininas pelo transexualismo revela, entre outros aspectos, a manutenção dos traços do modelo da família burguesa, mesmo se hoje a mulher compartilha o suprimento material com o homem, quando não sozinha<sup>47</sup>. Ainda que separada, guarda a necessidade de se justificar diante do julgamento ao qual possa estar sendo submetida. Na família onde a responsabilidade parental fica dividida pela acusação, começa a germinar a semente do desumano. Embora possa parecer insignificante aos olhos de muitos, é

<sup>47</sup> O número de domicílios sob a responsabilidade feminina saltou de 18,1%, em 1991, para 24,9%, em 1999 - concentrados nas regiões Sudeste (46,4%) e Nordeste (28,5%) IBGE.

impeditiva na medida em que está mediatizando a violência social. A culpa e a vergonha andam de mãos dadas e ambas podem violar as relações de confiança, e não só do âmbito familiar. As violências sociais se concretizam através de mediações, sempre do particular, que é a unidade do singular e do universal. E como diz Ciampa, (2001) cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida para o transexual, cuja identidade começa a ser construída em famílias pautadas por cânones de diferenças.

Mais uma vez faço a analogia do cubismo quando encontro a afirmação de Viana (1999, p. 9): “o cubismo só poderia acontecer na Espanha, com a sua **complexa geografia e infinito caleidoscópio de cores**”. A família também tem um relevo geográfico complexo, bem como uma infinita possibilidade, como as cores projetadas pelo caleidoscópio mostrado no depoimento das famílias, cujas falas colorem a resistência em oposição à desigualdade:

**Fragmento de narrativas dos sujeitos**

*Ela é muito corajosa, enfrentou tudo sozinha, agora quero que ela conte comigo. Entrevista 52.*

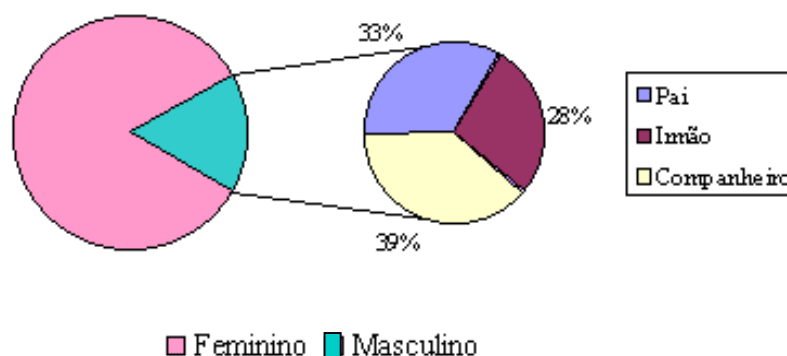
*Uma mãe responde para um irmão que reclama: “tu podes falar o que tu quiser, eu me sinto orgulhosa dele. Ele trabalha e não rouba”. Entrevista 129.*

Os padrões morais e culturais, bem como os papéis sociais determinados e incorporados pela cultura, levam muitas gerações para serem modificados; entendo que este nível de exigência com as mulheres, na família, ainda é muito frequente, o que é possível inferir pela forte presença delas, em oposição à ausência dos homens, aqui em específico não

só do pai, como dos demais membros: irmãos, tios e primos, como pode ser constatado na tabela 2 e figura 3. Escolho apresentar as ilustrações concomitantes porque ambas se entrelaçam, ao mesmo tempo em que revelam do feminino e do masculino no âmbito familiar.

**Tabela 2 – Gênero do familiar do transexual candidato à cirurgia de redesignação sexual que compareceu à entrevista, de junho de 1998 a junho de 2005**

Gênero	N	%
Feminino	91	83
Masculino	18	17
Total	109	100



**Figura 3 – Gênero do familiar do transexual candidato à cirurgia de redesignação sexual e no detalhe, familiar masculino que compareceu à entrevista, de junho de 1998 a junho de 2005**

A identidade, sendo entendida como um processo, concretiza uma política e uma ideologia. Deste modo, a significativa diferença entre a presença da mãe e a do pai permite apontar para a visão do masculino nas famílias. Esta visão, como vem se constituindo, pode não estar dando conta de toda a exigência imposta pela transformação social.

Dos seis pais presentes, um deles compareceu no início do programa e não veio disposto a ouvir, só para falar do equívoco deste trabalho. Era um pai muito ressentido, por



todas as expectativas que havia posto quanto ao sucesso profissional que o futuro reservava ao seu filho. Agora via seu sonho sendo roubado, sentia-se agredido e violentado. A história do pai revelava que a vida profissional do filho iria fazer parte da construção da sua identidade, na medida em que ele não pôde concluir o curso universitário, para dar conta da manutenção da família. Com o filho seria diferente, sempre foi o que tirara as melhores notas; já havia feito três vestibulares muito disputados, em universidade pública, e fôra aprovado em todos. Desejava que o filho fosse o doutor que ele não foi: ele, então, seria o pai do doutor. Nos últimos tempos, bradava, abandonara tudo e se fixara nesta idéia de mudar de sexo. Clamava por quem daria emprego para uma pessoa assim. Era um pai perplexo diante do inesperado, do insólito.

Passaram-se muitos meses até que um outro pai compareceu para entrevista. Pai e filha já estavam há anos sem se falarem diretamente e usavam a madrasta ou a irmã para se comunicar. Com os irmãos também não se comunicava. A família morava num estado do centro do Brasil e o pai veio tempos depois de um telefonema que fiz, para convidá-lo a entender o que ocorria com a sua filha. Tal como as mães, a primeira afirmação que ele fez foi: “eu vim saber onde eu errei”. Este pai carregava a culpa não só pelo transexualismo da filha, como em parte pela morte da sua primeira esposa. Descreve-se como um pai que trabalhava pesado na lavoura, vivia preocupado com que a produção pudesse pagar os empréstimos bancários e por isso era muito ausente, e quando passou a identificar os traços femininos no então filho, passou a ser mais distante. Na cena familiar ele era o diretor, e por isso acreditava ter influenciado na identidade de gênero do filho. Neste meio tempo, a esposa teve câncer e ele empreendeu muitos esforços na cura, mas atribuiu o insucesso à desilusão da falecida mulher pelo “jeito de gay” do menino, fato que poderia ter estimulando a evolução da doença. O filho, que então seria filha, saiu de casa, andou pela casa de alguns parentes, até

que outra irmã veio estudar e passaram a morar juntas. Há anos estava **invisível** ao pai e a parte da família. A outra parte para quem era visível, até então, era tida como frágil e sonhadora.

Ambos depoimentos revelam que a transexualidade atribuiu a estes sujeitos um significado de inapropriação pela família, pois não tinham sido capazes de se apropriar das normas e dos valores vigentes socialmente estabelecidos, nem de que não pertenciam àquela família e andavam por caminhos paralelos. Eles ensejam a afirmação de que o indivíduo por si só não explica seus modos de se relacionar com os outros, mas são as relações sociais nas quais está envolvido que compõem seu modo de ser, de agir, de pensar, de se relacionar. Daí a identidade como um processo contínuo. A verdade que estava até então posta para o pai, acerca identidade da filha, passa a ser decomposta. A família vai buscando identificar as contradições presentes no real, provocadas pela intervenção da assistente social e novas verdades provisórias vão sendo encontradas, e não só a identidade da transexual, mas a da própria família se transforma. A **identidade invisível** passa a dar lugar ao processo de construção da identidade visível. Como seria aos olhos da sociedade, se é impedida pela família de ser vista?

As demais falas representam um grupo de pais que já se colocavam numa posição distinta dos anteriores e vinham à procura de entender o que estava ocorrendo com seu/sua filho(a), sem a intenção de responsabilizar qualquer familiar. Guardavam, todavia, a mesma intensidade de sofrimento, mas nada os impedia de coligar o que vinha ocorrendo ao desenvolvimento da vida familiar, ou seja, a dificuldade dos filhos é também da família, é a **objetivação do sentimento de pertencimento**. Ainda na adolescência ingressavam ao programa junto com os seus pais.

A figura 3 (familiar masculino que compareceu a entrevista) traz à cena, também, atores até então pouco conhecidos, que são os **companheiros** das transexuais. Neste momento, sou tomada pelo sobressalto da exigência de organização e lógica na produção acadêmica: será que abordo aqui este tema? Não seria mais apropriado quando fosse chegando ao fim, guardando certa analogia com o desenvolvimento? Vou manter a ordem advinda do material empírico, afinal os caminhos da identidade têm na matéria-prima da sua pavimentação o permanente movimento e o constante entrelaçamento do tempo, das histórias, dos corpos, dos sexos e dos gêneros. Busco também na lógica do cubismo a justificativa para introduzir os companheiros neste ato. Deste modo, vou apresentar quem é este sujeito, fazendo a ressalva de que não tenho a pretensão de responder a nenhuma questão a este respeito, mas de somar ao conteúdo da identidade a necessidade da relação e do vínculo amoroso. O vínculo amoroso é uma outra interface da necessidade de pertencimento, que responde à necessidade de amar e ser amado, como sutilmente diz o poema “Esquina”:

[...]  
*Naquela tarde de setembro*  
*O sol indo dormir no mar*  
*Alguma coisa que eu não via*  
*Não parava de brilhar*  
*Eu olhei dentro dos teus olhos*  
*E vi um lago, um laço, um lar*  
*Minha melhor fotografia*  
*Eu nunca pude revelar*  
 [...]

*Francisco Bosco*

O poema de Bosco remete à cumplicidade e à reciprocidade de um olhar que vê a fertilidade, representada pelo lago, numa relação de amor que é o laço que poderá evoluir para um vínculo, que na poesia vem através do sentido da palavra lar. Por meio das palavras laço e lar, destaco a diferença entre relação e vínculo, pois no primeiro é o em que se compartilha,

sem que necessariamente envolva um projeto em comum. Com isso eu quero dizer que o conceito de companheiros, aqui especificamente dos transexuais, envolve, ainda que temporariamente, um projeto de vida em comum. Neste caso, moravam juntos e tinham papéis similares a qualquer outro casal.

O relacionamento amoroso do transexual é revestido de um certo preconceito, inclusive entre os próprios, que precisam, para valorizá-lo, ter uma certa garantia da heterossexualidade do companheiro. Entre os profissionais também há um pressuposto de que haveria algum indicativo de componentes de homossexualidade, considerando que ambos pertencem ao mesmo sexo anatômico. A faixa etária destes jovens é entre 21 e 32 anos, profissões de motorista, torneiro mecânico, seguranças, técnico em análise de sistemas, gari e um desempregado que estava ajudando a sua companheira na venda de sanduíches. O nível de escolaridade era, de cinco deles, de ensino fundamental incompleto, um completou e um concluiu o ensino médio. Vou apresentar três deles, que de alguma forma representam diferentes possibilidades.

O primeiro companheiro que compareceu para entrevista narrou que o casal se conheceu num restaurante onde eram colegas. Ela trabalhava como cozinheira e ele como garçom, e ele sabia da sua condição. O envolvimento passou antes pela amizade entre colegas e pouco a pouco foi convertendo-se em namoro. No ambiente de trabalho, ele não identificou preconceito, pois se refere à companheira como tida por *“uma pessoa muito bem quista”* por todos. A família dele teve dificuldade para aceitar, em especial a mãe: *“para toda a família foi um choque, mas hoje a mãe aceita bem, só tem medo da cirurgia”* (Entrevista 22). O casal tem conversado sobre a cirurgia, ele expressou o seu desejo de que ela a faça e considerava difícil a manutenção da relação se assim não vier a ocorrer. Não teve constrangimento em

admitir que, apesar de gostar muito dela, sente necessidade da genitália feminina. Quanto à forma para designá-la, usa o apelido masculino com que a conheceu, e ponderou que seria difícil chamá-la pelo nome feminino. Expressa naturalidade durante a entrevista. Por ocasião da cirurgia, ele a acompanhou no período de internação. Aproximadamente um ano após a cirurgia, o casal enfrentou uma crise, onde ele manifestava o desejo de vir a ter filhos e onde teria tido um envolvimento com uma mulher que estaria grávida.

A segunda história é a de um motorista de táxi, que era casado e tinha uma filha. Trabalhava à noite e costumava transportar os “*travestis*” e transexuais que se prostituíam. Acabou se envolvendo com a transexual, o que culminou com a separação do casal. Depois de algum tempo de namoro, passaram a morar juntos e estão juntos há oito anos. A história que o casal relata é de que ela conseguiu fazer uma poupança e comprou um veículo para transportar doentes de um determinado hospital e que ele seria o motorista. Ela costuma dizer que “ele a tirou da prostituição”, no entanto várias transexuais afirmam que ela continua nesta atividade e que ele é quem transporta as demais, bem como seria o segurança da quadra onde ela trabalha. Este comentário, na ocasião, gerou uma crise no grupo. Ele tem a musculatura dos membros superiores muito desenvolvida, e revela certo constrangimento no contato com a equipe; costuma acompanhá-la e aguardá-la em todas as reuniões de grupo e nas demais consultas.

O terceiro companheiro representa um estilo bem contemporâneo de relacionamento. Conheceram-se pela Internet, tornaram-se amigos virtuais e logo ela falou da sua condição. Ele, então, reuniu muitas reportagens sobre transexualismo e as encaminhou para ela. Na ocasião, ele até tinha uma namorada, mas pouco a pouco foi se interessando pela transexual, até que marcaram um encontro. Ela vivia no interior, mas tinha planos de mudar de cidade.

Passaram-se poucos meses e foram morar juntos. Ele a descreve como uma pessoa atraente, muito “interessante” e com muita “cultura”. Os amigos mais próximos dele sabem da transexualidade, bem como uma irmã, enquanto da mãe a situação é omitida e com quem diz ter uma relação afastada. Referiu não ter constrangimento, mas respeita os limites que a companheira solicita, não só neste aspecto como em outros do relacionamento. Destaca com uma certa ironia o fato de a sogra ligar para a casa deles e chamá-la pelo nome de registro; isto também ocorria com uma das irmãs, mas quando o equívoco era percebido, o reparo era feito.

Além dos seis companheiros que foram sujeitos da pesquisa, tive a oportunidade de conhecer<sup>48</sup> e de intervir, na condição de assistente social, na relação conjugal de vários outros. Ainda conheço pouco, tem sido uma aproximação com muita delicadeza, mas o suficiente para ir estabelecendo alguns pressupostos como o de que há a intenção, por parte das transexuais e de seus companheiros, de que a construção de uma “identidade feminina” não se limite muito em função da construção de um corpo feminino, como “o corpo objeto do olhar masculino” dos discursos hegemônicos. Ao mesmo tempo, parece haver pouca preocupação com a questão da desvalorização do feminino, de modo geral, e com as estruturas de dominação masculina e heterossexista que as sustentam, aqui representadas no relacionamento com história de prostituição. Outro dado que se destaca é que as transexuais ainda se encontram muito presas à normatividade heterossexual, preocupação que não aparece, pelo menos na mesma intensidade, em relação aos seus companheiros. Nenhum deles quis destacar a sua condição de heterossexualidade. Os conflitos nos relacionamentos são

---

<sup>48</sup> Em 2004 fui convidada para o casamento e para a festa, no interior do estado, de uma das pessoas que fizeram parte do PROTIG. Compareci na condição de mais uma convidada, que estava tendo o privilégio de compartilhar com aquele casal, e com as respectivas famílias, de um momento de confirmação pública do reconhecimento de uma identidade de gênero construída na base da superação.

semelhantes aos dos demais casais, exceto na questão da reprodução, muito embora haja a possibilidade da adoção. É, no entanto, um universo que ainda pretendo conhecer.

Os casamentos dos transexuais levam à possibilidade de que os signos já constituídos são potencialmente transformáveis em mais de uma configuração conotativa.

Os códigos conotativos *não* são iguais entre si. Toda sociedade ou cultura tende, com diversos graus de clausura, a impor suas classificações do mundo social, cultural e político. Essas classificações constituem uma *ordem cultural dominante*, apesar de esta não ser nem unívoca nem incontestável (HALL, 2003, p. 396)

Por tudo isso, os papéis masculinos e femininos já são tomados com menos rigidez do que no passado. No entanto, ainda permanece a clausura, expressa no preconceito em relação ao que é feminino e ao que é masculino: o homem como provedor e a mulher como educadora dos filhos, como a responsável por questões domésticas. A simultaneidade dos papéis está mais flexível, embora ainda haja resistência. Mas o preconceito não é só masculino!

Retorno à família burguesa para localizar quando o corpo da criança passou a primar pelo asseio, e quando ela aprende a identificar o seu corpo como objeto de permanente fiscalização. O controle esfínteriano concorreu para ser um objetivo perseguido, independente da maturidade neurológica da criança, mesmo se fosse através de rígidos métodos comportamentais. E posso dizer que chegou a tornar-se um indicador da qualidade dos cuidados maternos.

Destaco estes padrões da família burguesa porque os considero significativos para entender as famílias contemporâneas; apesar das profundas mudanças que a sociedade e, em especial, a família sofreram na segunda metade do século XX, estes padrões ainda estão presentes na vida cotidiana. A vida cotidiana é heterogênea nos mais diferentes sentidos e

aspectos. Esta é a razão pela qual o seu centro só pode ser *particular* e ao mesmo tempo é nesta esfera que as diferenças se articulam formando uma unidade. Entendo, então, que a vida cotidiana não tem um sentido autônomo, mas adquire sentido no contexto, na história, no processo histórico que é a substância da sociedade.

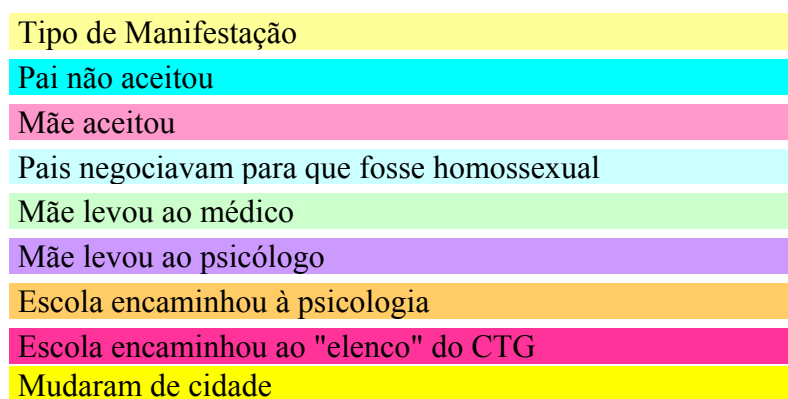
A heterogeneidade da vida cotidiana é tanto um espaço de transformação como de manutenção, mas indispensável para a estabilidade das relações sociais, considerando as particularidades de cada realidade. Entendo que as transformações não podem se processar igualmente em todos os espaços, na mesma intensidade e ao mesmo tempo, por isso é possível encontrar traços da família camponesa, da patriarcal e da burguesa em pleno século XXI. E um dos espaços mais conservadores se dá em relação à sexualidade.

A sexualidade na infância e adolescência sofreu forte repressão, principalmente a da mulher. A sexualidade passa a ser entendida sob o manto do moralismo. A criança, como afirma Poster (1979), deveria aprender a renunciar ao prazer em troca do afeto dos pais. Estava formada a cadeia que liga e que une amor e autoridade: para ter o amor dos pais seria necessário que ela também os amasse, e amá-los seria não frustrar as suas expectativas. Portanto, amar seria submeter-se e não amar seria uma alternativa insuportável. A autoridade parental era absoluta, até que teorias mais liberais sobre educação começam a proliferar nos anos 60 e 70. Hoje, talvez um dos dilemas dos pais esteja relacionado à dificuldade que têm de serem autoridade para os filhos. Entre o arcaico e o moderno, os pais ficaram um tanto perdidos no desempenho da autoridade e na colocação de limites para os filhos. Muitas vezes eles confundem autoridade com autoritarismo. E sendo autoritários, contraditoriamente deixam de ser autoridade. Estas afirmações buscam entender a manifestação dos pais frente ao transexualismo dos seus filhos.



Áries (1981) nos demonstra que o sentimento de família não é algo natural, mas historicamente situado, presente nas sociedades industriais, que em relação à questão da individualidade, sobretudo na família moderna, provoca um confronto que se torna cada vez mais evidente, pois afeta substancialmente as suas relações internas, que por sua vez estão implicadas com as mudanças da sociedade. Por não ser uma entidade estática nem homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, a família defronta-se com essas mudanças impondo uma luta constante de preservação e transformação.

As manifestações dos pais mostram este movimento entre a preservação e a transformação. Tanto assim que a pergunta formulada na entrevista, tanto para o candidato à cirurgia como para o familiar, era: como foi que a família enfrentou a questão do transexualismo, cuja síntese dos resultados esta na figura 4.








**Figura 4 – Tipo de manifestação dos pais frente ao transexualismo dos(as) filhos(as) candidatos à cirurgia de redesignação sexual, de junho de 1998 a junho de 2005.**

Optei em não apresentar os dados quantificados devido à simultaneidade dos mesmos, mas estes estão em ordem de maior para menor quanto à frequência dos conteúdos das falas dos sujeitos que participaram da pesquisa. Dois dados chamam a atenção: o primeiro é a decisão da escola, após comunicar à mãe a preocupação com os traços femininos do aluno,

pelo encaminhamento ao grupo de danças gaúchas do CTG. Ele se incorporou ao elenco, tornou-se um bom dançarino, mas foi expulso porque se apaixonou por um companheiro. O segundo dado difere do que até aqui vinha sendo apresentado, e diz respeito à negociação dos pais para que o filho seja homossexual, e ocorre mais com os transexuais do tipo masculino/feminino. Entre a multiplicidade de fatores que fundamentam este pedido por parte dos pais, destaco um como sendo o de uma tentativa de manter uma identidade que já vinha sendo presumida, pois a primeira identificação de diferença passa pela idéia de que a criança ou o adolescente tem traços que presumem homossexualidade, já que é um fenômeno razoavelmente conhecido. O outro aspecto é o forte preconceito com o transvestismo, bem como com o estereótipo do comportamento do travesti. Destaco sobretudo o entendimento simplista que circula, a respeito da homossexualidade, em que as pessoas escolhem entre esta, a bissexual ou a heterossexual forma de amar. Cabe também entender este tipo de negociação através da noção de “carreira moral” (GOFFMAN, 1992), que se caracteriza pela sua insistência num *processo* caracterizado por todo tipo de negociações das pessoas que pertencem a grupos estigmatizados e os “outros”, desde as primeiras percepções da “diferença” até as formas em que se constrói uma identidade mais conscientemente assumida.

Então, o conteúdo das falas produzidas pelos sujeitos da pesquisa me leva a entender que a família, diante do sofrimento, passa pelos mesmos estágios originalmente propostos por Kubler-Ross (1977) quando de doença terminal, estágios estes que estão presentes no trajeto para diferentes eventos que marcam a possibilidade de mudanças mais definitivas. A figura 5 apresenta estágios pelos quais a família passa diante da transexualidade:

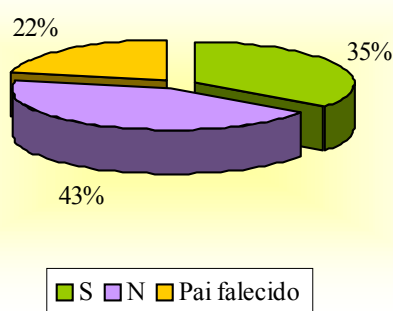
Negação ou isolamento		<i>“Eu quero mudar de cidade ou de país, para ninguém saber da minha história”. Entrevista 47</i>
Raiva		<i>“A minha mãe não aceitava e mandava eu e o meu irmão bater nele, aí um dia eu disse: chega!”. Entrevista 60</i>
Barganha		<i>“O meu pai me pediu que eu fosse bicha, que não me vestisse de mulher”. Entrevista 106</i>
Depressão		<i>“Levei seis meses para me recuperar da depressão”. Entrevista 44</i>
Aceitação		<i>“Eu pedi a minha transferência da cidade onde morávamos para ela poder fazer o tratamento”. Entrevista 69</i>

**Figura 5 – Etapas percorridas pela família em direção à aceitação do transexualismo**

O trânsito por estas etapas é longo, íngreme, cheio de retornos, com direito à caída nos buracos e muitas vezes é preciso o serviço de socorro e guincho, para seguir em direção à aceitação. O tempo que cada família ou que cada um dos pais vai levar para chegar à aceitação dependerá muito das suas identidades, e o resultado deste percurso também vai constituir a identidade de todos os envolvidos daquelas famílias cujo nível de consciência se pauta pela medição da normatividade. Este movimento, frente aos desafios que a vida coloca para todos, também dá sustentação a que não há uma identidade essencial, mas que ela é transformada continuamente em relação às formas de interpelação pela realidade social. O sujeito não é o mesmo após o percurso de cada uma das múltiplas etapas da vida. **Eu mudo para continuar sendo o que sou.**

No decorrer desta tese, venho reiterando a relevância do grupo social e em especial da família, e os significados atribuídos por estes às circunstâncias são importantes para a construção da identidade. A identidade envolve a identificação (igualdade) em relação ao grupo social, mas passa também pela diferenciação do indivíduo singular em relação ao grupo. E ainda tendo como referência a figura 4 (Tipo de manifestação dos pais frente ao transexualismo), o conteúdo das respostas destacou a significativa dificuldade de aceitação

por parte do pai, o que me motivou a fazer um recorte para aprofundar esta informação, considerando a influência da figura do pai e da paternidade no desenvolvimento da vida dos filhos. Os resultados são apresentados na figura 6:



**Figura 6 – Percentual de aceitação por parte do pai da transexualidade do(a) filho (a) em entrevistas realizadas de junho de 1998 a junho de 2005.**

O percentual de pais falecidos é compatível com a sobremortalidade dos homens na nossa sociedade, e este dado tem relação com o número reduzido de pais que compareceram para entrevistas, contribuindo também para o aumento das famílias monoparentais femininas.

Os dados foram divididos em duas grandes categorias – aceitou e não aceitou –, a fim de submetê-los ao cruzamento estatístico, cujo resultado não apresentou associação, como eu já referi no item que trata da metodologia. Porém, cada uma delas, guarda um gradiente de atitudes. Os pais que tiveram uma postura de aceitação não negaram a dificuldade e o drama a ser enfrentado, e muitos se mostraram inicialmente inflexíveis, alguns até com posições moralistas; mas, gradativamente, recorriam à mediação que a realidade representa. Buscavam assegurar para a família, desta forma, um espaço de desenvolvimento do processo de apropriação de significados da espécie humana. Estes pais e suas famílias disponibilizam predicados que legitimam estas pessoas a assumir o protagonismo das suas histórias,

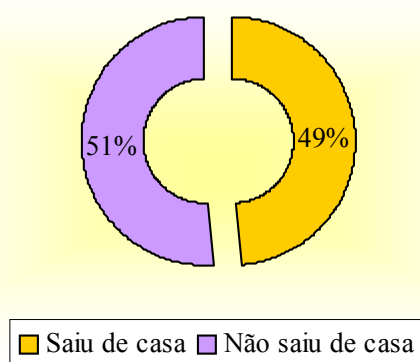
repercutindo em identidades baseadas numa relação social mediada pelo reconhecimento da igualdade e da diferença: a igualdade está no pertencimento à família e a diferença está na singularidade de cada uma das histórias – e ambas coexistem simultaneamente.

Na parcela que não aceitava estavam os subgrupos que manifestavam ausência de comunicação, rompimento e violência, cristalizavam ações alienadas e alienantes, as quais revelam a perda da finalidade da família como preservação da humanidade, preservação esta representada nos simples gestos da vida cotidiana, como a busca da autonomia individual e coletiva. No entanto, as referidas ações produzem as fissuras na e da estrutura familiar, a quebra da autoridade, a investidura de uma identidade atribuída, como o desabafo poético de Rita Barreto (citado por Caridade, 1997, p. 57):

*E, cá, na escola  
e na rua ensinaram-me  
como não ser feliz.  
Deram-me proteção  
em troca de obediência  
e chamaram isso  
de amor.  
Exigiram-me sinceridade  
mas proibiram-me de expressar meus sentimentos.  
Eu disse não  
e dizem que sou louca.*

Os dados da pesquisa associados ao poema mostram o nexos que se mantém entre características da família em diferentes pontos da história até o presente, o que confirma que para conhecer o real na sua totalidade é imprescindível conhecer a sua historicidade, percebendo a complexidade das relações, mediações, e contradições que fizeram o movimento. O que referenda o entendimento de identidade em permanente movimento de construção do novo, de autoconstrução e de superação.

Fazendo novos recortes ou promovendo outras explosões e trazendo para um outro plano o conteúdo dos dados, na intenção de me aproximar mais do objeto, encontrei na fala dos sujeitos “*precisei sair de casa*” um novo dado significativo quanto ao desdobramento da questão de como a família enfrentou a transexualidade. O transexual sentia-se numa encruzilhada, diante da dificuldade da aceitação familiar e do assumir a sua condição. Muitas vezes a mãe já havia procurado tratamento médico ou psicológico, bem como outras alternativas, até através da violência, buscando modificar os traços que evidenciavam a preferência incompatível com o sexo do filho. Outras vezes os conflitos e a falta de aceitação nem sempre eram tratados claramente, mas as regras e padrões implícitos na família impeli-os a sair de casa, ainda que como uma solução provisória, outras vezes definitivas, como mostra a figura 6 e o conteúdo das falas. Evidencia-se, assim, a contradição: identidade invisível na família e identidade visível fora da esfera familiar, terreno fértil para a fragilidade no sentido de pertencimento, para o fortalecimento no sentimento de **exclusão** social e para a identidade **por procuração**.



**Figura 7 – Percentual dos transexuais que precisaram ou não sair da casa da família de origem por ocasião do *cross dressing*. Entrevistas realizadas de junho de 1998 a junho de 2005.**

Os resultados revelam que predomina a possibilidade de o transexual permanecer em casa quando passa a assumir publicamente a identidade de gênero ao qual se sente pertencer (51%). A diferença, no entanto, já foi bem maior, conforme os dados preliminares de junho de 1998 a junho de 2000: 65% dos transexuais tinha saído de casa e 35% não havia precisado sair. Isto aponta para um movimento ascendente nas relações familiares e atribuo ao trabalho do PROTIG parte destes créditos. A necessidade de sair de casa torna-se um indicativo para dificuldades nas relações familiares, considerando que a faixa etária onde isto ocorre é predominantemente ainda na adolescência, e o nível de escolaridade dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa é insuficiente para qualificá-los à inserção no mercado de trabalho. As falas dos sujeitos mostram que algumas vezes esta separação perde a noção da hora do retorno, enquanto para outros há a possibilidade de ser retomada:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*O meu pai me defendia da minha mãe, a minha mãe era muito terrorista, braba. Ela não aceitava. Eles achavam que eu tinha algum problema porque eu me achava mulher e fui internada cinco vezes. Na última vez eu saí de casa, conheci uma cafetina e fui para São Paulo, não vi mais eles. Entrevista 80.*

*O pai sempre soube porque desde pequena era muito feminina, mas nunca aceitou. Não queria nem que ele fizesse o curso de cabeleireiro, porque era coisa de bicha. Ele se formou e veio para cá para trabalhar, veio vestido de rapaz. O pai não sabe, não sabe da transformação nem da cirurgia, desde que veio nunca mais ele voltou e eles não se falam diretamente. Entrevista 113.*

*O meu pai não aceitava, aos 18 anos eu saí de casa para me transformar. O meu pai quando viu que ia perder o filho foi atrás. Entrevista 105.*

A inquietação me assola toda vez em que tenho que apresentar os dados coletados: temo provocar a impressão linear de causa e efeito. Longe disso, penso ter clareza da multiplicidade dos elementos que compõem as relações humanas, principalmente as relações

familiares e mais ainda as relações entre pais e filhos. Ao mesmo tempo, não quero deixar de assumir posições que são produto da minha formação profissional e a posição de que a família deveria poder dar conta de suprir as necessidades dos seus filhos, e dentre elas está a da apropriação da cultura humana e simbólica. Digo poderia, porque ela não é absoluta, está inserida numa estrutura social que muitas vezes não possibilita à família se apropriar das objetivações produzidas pelo gênero humano. A família se distancia do **sentido** que tem a sua existência. Sentido que pertence à esfera da consciência, sentido consciente que traduz a relação desde o motivo até o fim. Une ação e atividade.

As falas que fundamentam a figura 7 mostram a cisão entre ação e atividade, entre sentido e significação. É Leontiev (1978) quem destaca que o reflexo consciente é psicologicamente caracterizado pela presença de uma relação entre sentido subjetivo e significação. A significação é aquilo que num objeto ou fenômeno se descobre objetivamente num sistema de ligações, de interações e de relações objetivas. A significação é refletida e fixada na linguagem, o que lhe confere estabilidade. Então, a significação entra no conteúdo da consciência, objetivando em si o sentido subjetivo que determinada realidade, fato ou evento tem para os sujeitos. Trazendo para o conteúdo das falas: a significação do transexualismo para parte das famílias é a da proibição, é a não aceitação das diferenças; apesar do rompimento das relações, o sentido é a manutenção das normas até então estabelecidas. A significação pertence às objetivações históricas. Esta reflexão me leva a concluir que as fissuras nas relações familiares são desdobramentos do abandono do sentido para a família. A realidade aparece na sua significação, mas de maneira particular. A significação mediatiza o reflexo do mundo pela família na medida em que ela tem consciência dele, na medida em que o reflexo do mundo se apóia na experiência da prática social e a integra.



A família, bem como todas as pessoas, encontram um sistema de significações pronto e elaborado historicamente, e dele se apropriam como se fosse um instrumento que vai mediar as relações sociais. Quando a significação está pautada por valores rígidos, sem respeitar as singularidades, os instrumentos de mediação são a desigualdade, a discriminação e a falta de comunicação, as quais provocam as **fissuras** na estrutura familiar e produzem famílias do tipo **craqueladas**: caldo de cultura para a constituição de identidades invisíveis. O sair de casa, para aqueles sujeitos transexuais, pode ser um movimento na direção de romper com a invisibilidade familiar. Todavia nem sempre o caminho ensejará novos instrumentos de mediações, pois a família poderia estar reproduzindo o modelo de relações do mundo extrafamiliar, considerando o baixo nível de escolaridade - 78,3% dos sujeitos da pesquisa cursou o ensino fundamental (LOBATO, et al., 2005) - e o número das que praticam a prostituição como alternativa de sobrevivência, entre as transexuais do tipo Homem/Mulher.

A significação é elaborada historicamente e é transformada através de novas mediações, o que possibilita que os indivíduos possam vir a se apropriar de novas produções socioculturais. O impasse que resultou na saída da transexual da casa da família, para usar a roupa socialmente atribuída ao sexo ao qual se sente pertencer, bem como as condições do seu retorno, pode ser bem entendido através da linguagem dos versos de Candeia (1976), “*Preciso Me Encontrar*”<sup>49</sup>:

*Deixe-me ir, preciso andar,  
Vou por aí a procurar  
Rir pra não chorar*

*Deixe-me ir, preciso andar,  
Vou por aí a procurar  
Rir pra não chorar*

*Quero assistir ao sol nascer*

---

<sup>49</sup> Trilha Sonora do filme Cidade de Deus, interpretada por Cartola.

*Ver as águas dos rios correr  
Ouvir os pássaros cantar  
Eu quero nascer, quero viver*

*Deixe-me ir, preciso andar,  
Vou por aí a procurar  
Rir pra não chorar*

*Se alguém por mim perguntar  
Diga que eu só vou voltar  
Quando eu me encontrar.*

As histórias mostram que muitos saíram a procurar e assistiram ao sol nascer, à água correr, e retornaram com uma identidade compatível entre o sexo de nascimento e o gênero ao qual se sentiam pertencer, e este era o encontro que procuravam. E por isso já se sentiam em condições de reconstruir o vínculo que fora parcialmente rompido com algumas pessoas da família. Assim vou transitando pela geografia da família, cujo caleidoscópio vai dando cores à consciência, à alienação, à autonomia, à invisibilidade, à mediação e à superação, elementos que vão alimentando o processo contínuo da identidade do transexual.

#### 4.2 GÊNERO: SE FOI PRA DESFAZER, PORQUE É QUE FEZ

*Às vezes quero crer mas não consigo.  
É tudo uma total insensatez  
Aí pergunto a Deus: Escute amigo  
Se foi pra desfazer por que é que fez*

*Vinícius de Moraes*

O reconhecimento da geografia da família me transporta mais uma vez ao passado, à história da família, para retornar ao século XX. Como todo movimento cultural de pós-

guerra, as profundas modificações da família e o movimento feminista, o qual implicou na distinção entre sexo e gênero, encontro que no século XIX a sociedade já havia se tornado uma vasta população anônima onde as pessoas já não se conheciam. Este período é marcado pela redefinição dos papéis sociais de mulheres e crianças, pela valorização do espaço privativo, pelo avanço acelerado da industrialização e da técnica e pela organização dos trabalhadores.

As relações entre pais e filhos transitam por um duplo movimento: de um lado, um investimento crescente nos filhos, vistos como o futuro da família e, por outro, a visão do filho como objeto de amor. A infância passa a ser encarada como um momento privilegiado da vida, e a criança é identificada como uma pessoa, como promulga Áries. A família do século XIX era caracterizada por ser nuclear, heterossexual, monógama e patriarcal. A figura paterna dominava a família. Da família, ele era a honra, o chefe e o gerente. Seus interesses sempre prevaleciam sobre as aspirações dos membros que a compunham. Mulher e filho lhe eram rigorosamente subordinados. A esposa estava destinada ao lar, aos muros de sua casa, à fidelidade absoluta. Os filhos deviam submeter suas escolhas, profissionais e amorosas, às necessidades familiares. A família assumia um modelo excessivamente rígido e normativo.

O século XX foi um período em que as guerras se tornaram uma realidade, deixando importantes marcas na sociedade, em especial após a Segunda Guerra Mundial. Os anos 60 inauguram um novo estilo de mobilização e contestação social, bastante diferente da prática política da esquerda tradicional. A constatação do fracasso da civilização criada pelas gerações anteriores – de guerras, injustiças sociais, violência e opressão levaram os jovens a contestar o que estivesse estabelecido e consagrado: valores e instituições, idéias e tabus. Seria, então, delineado um movimento de caráter fortemente libertário, com enorme apelo

junto a uma juventude de camadas médias urbanas, envolvendo os Estados Unidos, a Europa e diversos outros países de fora do mundo desenvolvido. Assim surge também o movimento feminista, criando a distinção entre sexo e gênero, sendo este último uma construção social e não um dado natural e biológico. E deste modo a família é uma das categorias que media esta construção, até mesmo porque ainda durante a gestação, quando os pais tomam conhecimento do sexo da criança que irá nascer, já assumem atitudes de acordo com as características de cada um. O sexo biológico passa a sinalizar o que a sociedade espera da família em relação aos padrões que irão regular a construção da identidade de gênero. E se todos os argumentos se esvaíssem, a respeito de que a diferença é que afirma a igualdade, a identidade sexual e a de gênero estariam a postos para esta sustentação.

Para o diagnóstico de transexualismo é importante conhecer desde quando se iniciaram as manifestações que indicavam as diferenças entre o sexo biológico e o gênero, bem como a história da evolução do transexualismo, tanto narrada pelo próprio sujeito como por um familiar que tenha convivido o maior tempo com aquela pessoa. Então daí se originaram as perguntas que norteariam a entrevista: quem identificou a diferença, desde quando foi identificado pela família que seu filho(a) tinha alguma diferença quanto à identidade de gênero e como se expressava esta diferença? À medida que eu tomava contato com as narrativas, constatei que as mesmas revelavam, também, como se desenrolava a construção do gênero e quais os elementos que viriam compor a construção da identidade dos transexuais. Optei por apresentar os dados referentes a quem identificou as diferenças e desde quando as identificou de modo concomitante, porque nas histórias dos sujeitos elas ocorrem simultaneamente, além de que história pressupõe ação, tempo e lugar. O tempo ponteia as transformações que se sucederam nas relações familiares, nas questões de gênero e em

especial na sexualidade nas últimas décadas do século XX, e então cabe estabelecer analogias com os dados aqui apresentados.

**Tabela 3 – Quem identificou as primeiras manifestações de diferenças entre o sexo e o gênero dos transexuais inseridos no PROTIG, de junho de 1998 a junho de 2005**

Sujeitos	N	%
Mãe	43	41
Pais	10	09
Vizinhos	02	02
Escola	12	11
Transexual contou para os pais	05	04
Transexual contou para a mãe	29	26
Transexual contou para irmãs	08	07
Total	109	100

**Tabela 4 – Faixa etária em que a família identificou as primeiras manifestações de diferenças entre o sexo e o gênero dos transexuais inseridos no PROTIG, de junho de 1998 a junho de 2005.**

Faixa etária	N	%
Entre 4 e 7 anos	26	23
Entre 8 e 12 anos	19	17
Entre 13 e 15	16	15
Entre 16 e 18	11	21
Entre 19 e 21	09	08
Entre 22 e 25	10	09
Entre 26 e 30	09	08
Total	109	100

A mãe é quem mais observava as manifestações de que a criança ou o(a) adolescente tinha preferências diferentes ao que a família e a sociedade esperavam, de acordo com o seu sexo anatômico. A ameaça era de que o(a) filho(a) fosse homossexual. Posteriormente, a ameaça era de que fosse travesti. O outro dado com maior percentual é o de que o próprio sujeito contava para a sua mãe a respeito da sua transexualidade, o que em geral era tomado como algo totalmente desconhecido, e assustador. O percentual de pais que identificaram as diferenças é significativamente baixo (3%), muito embora as manifestações de insatisfação

com as preferências do filho fossem simultâneas à identificação por parte da mãe. Um dado relevante é que 88,4 % (LOBATO et al., 2005) dos transexuais que fazem parte do PROTIG é do tipo masculino para feminino. A contradição está, entre tantas outras, no fato de que o pai esperava que o filho desempenhasse um papel semelhante ao seu, o masculino. No entanto, tão logo observava que o mesmo não correspondia, afastava-se amorosamente e passava a ser hostil, ao mesmo tempo em que estendia seus tentáculos através da mãe. O pai afastava-se como se quisesse abandonar a autoria da história da paternidade, como se fosse apenas personagem da história contada por outros. A tentativa era a de erguer uma barreira para que a identidade do filho não viesse a constituir a sua, ao mesmo tempo em que a dele não viesse constituir a do filho. E num terceiro movimento, dá a procuração para a mulher assumir a autoria desta história. Este seria mais um dos elementos da gênese da construção de **identidades invisíveis e identidades por procuração**. A identidade de um personagem constitui a de outro e vice-versa: a do outro constitui a dos personagens. Ciampa (2004) destaca que nesta trama, aparentemente complicada, o autor se oculta no dorso do personagem, mas torna-se estéril porque se revela naquilo que tenta ocultar. Essa marca da ocultação, que aqui eu designei como invisibilidade, passa a constituir a identidade dos sujeitos com transexualismo, passa a se constituir numa marca das suas famílias, ainda que transitoriamente, e nem de todas, como também é possível constatar na tabela 4, em que os pais acompanham os filhos nesta jornada.

Estas marcas são impressas na subjetividade destes sujeitos e destas famílias. A propósito, convém lembrar que tudo o que é interno passa pela apropriação de significados, e que antes de se tornar uma função foi uma relação social entre duas ou mais pessoas (LEONTIEV, 1978). Assim, a identidade vai se constituindo numa multiplicidade de cores, tal como a luz refratada pelo prisma.

A tabela 3 (quem identificou a diferença) ratifica que 23% dos sujeitos teve a iniciativa de contar para as suas mães que vivia em sofrimento pela questão da transexualidade, já que não fora percebido pela família. Todavia a tabela 4 (faixa etária em que as manifestações de diferenças foram identificadas) evidencia que os sinais quanto às diferenças de gênero eram visíveis pela família, ainda na infância, chegando a um percentual 40% dos quatro anos até os doze anos. Estes resultados, associados ao percentual de 36 % na fase da adolescência, me levam a inferir que a identidade inicialmente entendida como algo da essência, fixa e pressuposta, ou seja, a suposta identidade de gênero compatível ao sexo anatômico, obstaculizou que a família visse outros elementos que estariam compondo a identidade do(a) filho(a). A identidade de gênero básica ou nuclear é uma convicção de que a atribuição de sexo está anatômica e psicologicamente correta. Com 2-3 anos de idade, já se pode observar de forma clara a masculinidade nos meninos e a feminilidade nas meninas, e isto está estabelecido de modo tão firme, que dificilmente se alterará depois. Esforços para quaisquer mudanças, no futuro, em geral fracassam (STOLLER, 1985). E como diz Ciampa (2001, p. 153), “sempre há uma pressuposição de uma identidade; sempre uma identidade é pressuposta”, o equivalente ao que Martinelli (1989) chama de *identidade atribuída*. A afirmativa de Ciampa diz respeito ao fato de que há um predicado atribuído ao indivíduo pelo outro nas relações que se dão no âmbito da estrutura social, e aqui no âmbito da família. Então, a identificação imposta pela família transporta em si o conhecimento compartilhado socialmente e as expectativas dos demais no que se refere ao modo de agir e ser daquele sujeito.

A escola, então, aparece como um dos espaços onde é identificada a diferença. Na escola, muitas vezes *a priori*, as diferenças são consideradas como irregularidades, como problemas. E como já estão dadas, elas não chegam a ser problematizadas. Desta forma, as

famílias eram convocadas a procurar algum tipo de intervenção para tentar retomar a rota já conhecida. Muitos destes sujeitos não suportavam a pressão e desistiam da escola, majoritariamente na adolescência, ocasião em que empreendiam o transvestismo ou *cross dressing*. Entendo a adolescência também como uma construção, não como algo natural, mesmo considerando toda a transformação física característica desta etapa da vida. Construída como fato social e como significado, a adolescência torna-se uma possibilidade e uma impossibilidade para os jovens. E o papel da família na socialização infantil está muito compartilhado com a escola; a família moderna nasce junto com ela ou com o hábito de enviar os filhos à escola (SINGLY, 2000). Daí depreende-se a relevância do seu papel na temática da diversidade articulada à questão da exclusão, considerando que a discriminação é um aprendizado que se faz muito cedo.

A diversidade só se torna um problema quando grupos humanos dela se socorrem para estabelecer hierarquia e para justificar o subjugo de uns sobre os outros. O discurso que se constrói acerca dessas diferenças é sempre valorativo, é uma dimensão importante na identidade dos grupos discriminados e dos que discriminam. Na escola as meninas eram as que mais acolhiam os seus colegas, e os meninos eram os que mais agrediam, reforçando o modelo de uma educação machista; os professores se dividiam: alguns eram acolhedores, outros nem tanto; outros, ainda que poucos, repulsivos. É hora de dar voz às famílias:



**Fragmento de narrativas dos sujeitos**

*Ele não tinha aparência feminina, as vezes um gesto inocente. Depois dos 27 anos começou a fazer depilação. Eu nunca suspeitei, a senhora sabe, como mãe, que muita coisa a gente não enxerga. Aos quinze anos, eu não me lembro bem, ele um dia disse: se um dia eu fosse gay como seria para ti? Eu respondi: Eu fui muito mulher para te pôr no mundo, e sou muito mulher para te tirar do mundo. O pai está apavorado, não aceita. Disse vai tu M., eu não sou mais pai. Eu não aceito. (Refere-se à atitude do marido.) Eu penso que não pode ser assim, saiu das minhas entranhas. Entrevista 135.*

*Desde bem pequeno notei que era mais delicado, depois não se interessava por mulheres, só como amigas, como se fossem todas amigas. Eu pensava que ele seria homossexual. Uma noite foi para a minha cama e me disse que precisava me contar que ele se sentia uma mulher. Desde lá não durmo mais direito. Eu vinha pensando no ônibus: a minha irmã se suicidou, a outra irmã o filho tem lábio leporino, tudo aberto, foi um susto. Eu tive filhos com saúde, mas com este problema? Acho que eu nasci para carregar o que era pior. Eu não sou a ovelha negra, porque fui boa, mas bem que poderia ter tido uma vida melhor. Eu noto os olhares das pessoas, isso me choca. Ele está desvairado porque descobriu a possibilidade de ter uma identidade. Entrevista 49.*

*Tão grave como agora, (refere-se ao fato de vestir-se como mulher) eu só vi desde os quinze anos. Aos onze anos a escola nos chamou para dizer que ele só brincava com meninas. O pai disse que ele poderia ter medo de se machucar, por isso ele não brincava com os guris. Eu estou muito chocada, se ainda fosse homossexual eu até aceitava. Entrevista 38.*

Na medida em que os sujeitos vão compreendendo os processos subjetivos dos outros e do mundo em que vivem, este mundo vai tornando-se próprio. Para isso é necessário que o sujeito e os demais participem do tempo de um modo que não seja efêmero e numa perspectiva mais ampla, que ligue intersubjetivamente as seqüências de situações. Então, cada um desses sujeitos vai compreendendo as definições das situações partilhadas, bem como são capazes de defini-las reciprocamente. Funda-se ente eles um nexos de motivações mútuas que se estende pelo futuro. E como dizem Berger e Luckmann (1996), eles passam a ter uma contínua identificação, e não somente vivem na mesma realidade, como também cada um faz parte do ser do outro, ou seja, iguais e ao mesmo tempo diferentes. Este processo leva à socialização, que pode ser entendida como a duradoura e consistente introdução do indivíduo na sociedade ou num setor dela. Este é um dos principais atributos da família.

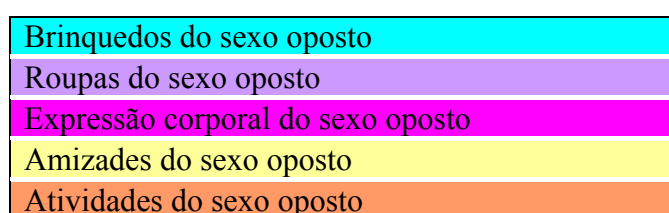
Digo isso a propósito das narrativas das famílias, as quais reforçam o sentimento de erro, de inadequação, de submissão, de ameaça, de vínculos afetivos frágeis, a ponto de uma mãe ameaçar de privá-lo da vida; outra, de dizer que ele é a sua cruz. As famílias, ali representadas pelas mães, não revelam nexos de identificações, o que pode favorecer a que os sujeitos se coloquem do “outro lado do rio”.

Todavia a realidade se movimenta, e estes sujeitos conseguem mudar o curso da sua história familiar, mesmo quando há um convite implícito para não desfazer o que está feito, e seguir o cotidiano da vida. A história que exponho a seguir poderia ser como a de tantos outros que saem de casa e depois de muitos anos retornam com a aparência e o desempenho social feminino. Mas não. Ao convocar a família para ser sua parceira na jornada que lhe é tão difícil, esta pessoa mostra a possibilidade de construir a identidade com autonomia.

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Ele terminou o segundo grau e não quis mais estudar, até que ficou com depressão, ele não saía mais de casa, negava-se a receber os amigos. Ele sempre foi retraído, mas em torno dos 19 anos piorou, quando chegava visita, ele se escondia. E chorava na frente do espelho quando via a barba ir nascendo. Meu outro filho menor, (o de 13 anos) está revoltado, triste, ele não aceita “o problema”, ele foi uma mãe para o menor (ao falar do irmão ela, mãe, chora muito). Eu pedia que ele me contasse porque não saía do quarto, aí um dia eu disse ‘tu não quer falar o que tu tens, nem parece que tu és homem’. Ele me respondeu: ‘Mãe eu não sou homem’. Eu fiquei três dias sem saber o que aconteceu. Parecia que eu tinha sonhado. O meu marido estava viajando. Ele me pedia que eu não contasse para o pai, tinha medo que ele fosse mandá-lo para fora de casa. Eu caí de cama, não parei de chorar por três dias. Ele me cuidou todo este tempo. Eu dizia: ‘- meu filho, isto foi um sonho.’ Ele me respondeu: - ‘Mãe, agora que eu cheguei até aqui nós não vamos voltar atrás. Tu sempre me ajudaste, vai continuar me ajudando. Tu vai contar para o pai’. Felizmente ele me pôs na realidade. Reuni nós três, o pai não queria ouvir, mas eu reagi, então ele se deu conta de que precisava ajudar o filho. Ele sente muita vergonha da cidade, eu sinto muita vergonha dos vizinhos. Entrevista 97.*

A outra questão, que acompanha quem identificou e desde quando identificou diferenças quanto ao gênero do familiar com diagnóstico de transexualidade, é *como* identificou. O como possibilita conhecer quais os instrumentos que mediam a construção da identidade de gênero. O instrumento que passa a ser a primeira área de conflito entre a família e a criança é o brinquedo, seguido da roupa e da expressão corporal, representada pelo olhar, sorriso, voz, gestos.



**Figura 8 – Como a família identificou as manifestações de diferenças na construção do gênero do(a) transexual inserido no PROTIG, de junho de 1998 a junho de 2005.**

Ao brincar, a criança faz a interpretação dos significados contidos no brinquedo, por isso ela busca a companhia do sexo oposto ao seu, mas igual ao gênero a que ela se sente pertencer. O significado da atividade com o brinquedo tem que ser compartilhado com as crianças que são os seus companheiros na construção de gênero. A interdição do brincar, como uma atividade livre e expressiva da criança, passa a ser uma ortopedia de uma educação normatizadora. O brinquedo não condiciona as ações da criança, mas torna-se um instrumento que ganhará diferentes significados durante a brincadeira. Ele é um objeto cultural, portador de significados e representações, como muitos objetos construídos pelo homem. Objeto da infância, o brinquedo permite expressões variadas antes mesmo de estar relacionado à atividade lúdica; ele está inserido num sistema social e possui funções sociais que justificam sua existência. Wajskop (1995, p. 28) entende a “brincadeira como um tipo de atividade social e humana que supõe contextos sociais e culturais, a partir dos quais a criança recria a

realidade através da utilização de sistemas simbólicos próprios”. A brincadeira infantil pode constituir-se em atividade em que as crianças, sozinhas ou em grupo, procuram compreender o mundo e as ações humanas nas quais se inserem cotidianamente.

Faço esta introdução sobre o brinquedo para mostrar que ele é um instrumento de mediação na construção do gênero. Como diz Leontiev (1978, p. 82), o instrumento não é apenas um objeto particular [...]: é também um objeto social, isto é, tem um certo modo de emprego, elaborado socialmente. Por outro lado, o brinquedo faz a mediação do que o adulto deseja que a criança deseje, sendo também representações do adulto, posto que por ele são produzidos e neles as crianças investem emoção e afeto. As falas dos sujeitos da pesquisa mostram a posição dos brinquedos nas manifestações de gênero:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Desde criança pequena só queria brinquedos de guri, as bonecas ele deixava para a irmã. Entrevista 48.*

*Desde os 6 anos pedia boneca, eu acho que pode ter colaborado porque ele só tinha amigas meninas. Entrevista 111.*

*O primeiro brinquedo que lhe interessou foi uma boneca. Entrevista 97.*

*A G. sempre brincou de bonecas. Entrevista 127.*

*Desde que começou a entender as coisas, de brinquedo de menino ele nunca gostou. A avó é costureira, ele sempre fazia roupinhas. Entrevista 133 .*

*Nunca jogou futebol. Entrevista 124.*

*Desde criança ele sempre brincou de casinha, mas de papéis femininos. No início tudo parecia brincadeira de criança, mas depois foi uma coisa diferente. Entrevista 129.*

Vigostsky (1998), partindo da importância do brinquedo, destaca que a estrutura da percepção humana pode ser expressa, figurativamente, como uma razão, onde o objeto é o numerador e o significado é o denominador<sup>50</sup>. “Para a criança, o objeto é dominante na razão objeto/significado e o significado subordina-se a ele” (VIGOSTSKY, 1998, p. 129). Posteriormente, diz ele, com o desenvolvimento, essa estrutura se inverte: o significado torna-se o numerador, enquanto a ação ocupa o denominador.

O uso da **roupa** da mãe, ou das irmãs, a preferência por crianças do sexo oposto como companheiras de brincadeiras e as **atividades** de imitação do adulto que representa o gênero ao qual ela se sente pertencer, também são revestidos de um conteúdo lúdico. A roupa é um instrumento de exibição simbólica, um meio de dar forma à narrativa da identidade:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Antes dos 5 anos eu via ele pegando a roupa da irmã, mas não dava bola, achava que era porque os dois ficavam juntos. Entrevista 12.*

*Aos 10 anos botava ‘mamica’ de pano, pegava as saias da irmã e brincava de mulher. Entrevista 4.*

*Na 8ª série começou a enfrentar todo o mundo, se vestindo de mulher. Entrevista 16.*

*Ele só queria brincar com a irmã e as amigas dela. Entrevista 8.*

*Em casa ele não brincava com os irmãos; só brincava quando as primas iam lá em casa. Entrevista 116.*

*Ele dançava a Xuxa, a saia girava. Pegava a roupa da irmã mais velha. A gente achava normal porque era criança. Entrevista 126.*

*O pai dizia que ela era o braço direito dele na lavoura. Entrevista 92 (F-M).*

*Os brinquedos dele era tirar o pó, passar o pano no chão, todo o serviço que eu fazia ele me acompanhava. Entrevista 92.*

<sup>50</sup> Esclareço que o denominador é o que dá uma noção do todo. Define em quantas vezes o numerador é dividido ou fracionado.

Os depoimentos dos sujeitos e das suas famílias me conduzem ao entendimento de que o brincar de boneca, de casinha e o vestir a roupa da irmã ocupam o lugar do numerador e o significado desta atividade, que é a construção do gênero, é o denominador. Porém a atividade torna-se uma área de conflito entre os adultos e a criança ou o adolescente, mediatizado pela proibição e repressão sem o correspondente entendimento da norma social que o impede de brincar de acordo com as suas necessidades. É como se as mãos das crianças fossem amarradas, como se a capacidade de simbolização fosse imobilizada e como se o estímulo à criatividade fosse soterrado. Posteriormente, o significado de atividade (trabalho) e de gênero passa a simbolizar a exclusão e a desigualdade. Daí a idéia de que a construção da identidade pode se constituir numa expressão da questão social.

Toda esta repressão se dá numa etapa muito decisiva para a construção da auto-imagem da pessoa ou dos elementos que compõem sua auto-referência, como a apreciação que os outros fazem de si, vínculos com o grupo familiar, sentimento de pertencimento a grupos socialmente relevantes, oportunidade de exercício de suas competências, reconhecimento de seus méritos e perspectiva de futuro, entre outros.

Os aspectos afetivos e emocionais do agir humano, que na história dos transexuais incluem a atividade de brincar com objetos diferentes do interesse das demais crianças, bem como as atividades da construção da identidade de gênero, poderiam estar mediatizados pela diversidade, no entanto o foram pela desigualdade. E essa ação mediatizada é traduzida no âmbito subjetivo, ou seja, na consciência. Então a consciência é uma das categorias que constituem a identidade e a do transexual acolhe os reflexos da realidade na qual ele está inserido.

Considerando que a apropriação, que a socialização não é um processo passivo, vou

apresentar a história de uma pessoa que oferece resistência à identidade invisível, ou atribuída, buscando transformá-la em uma identidade em permanente processo de identificação e na direção de uma identidade com autonomia.

A fim de referendar os dados até aqui mencionados, vou reproduzir a narrativa de uma adolescente esguia, altura média, pele impecavelmente branca, olhos azuis, cabelos lisos de comprimento médio, voz feminina delicada e ao mesmo tempo assertiva. Expressa-se com clareza e vocabulário preciso, com uso restrito de gíria. Sorrindo pouco, atenta e observadora, avaliando bem em quem pode confiar, ei-la:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Desde pequena as pessoas me achavam diferente. Eu só fui perceber (que era diferente, que não era menina) na adolescência, porque era para eu ser menino, mas desde criança eu me sentia menina. Eu brincava com os dois sexos quando eu era criança; na adolescência só com menina, porque senão me enchiam o saco.*

*A minha família deveria notar. Mas o meu pai não está lúcido, desde os meus 14 anos (na ocasião ela estava com 18 anos) e antes eu não falava com ele porque **tinha vergonha**. A minha mãe eu acho que sabe, mas ela não quer saber. Eu gostava de brincar de boneca, aí mandaram ela tirar, então comecei a brincar com os “santinhos” e fazia, **silenciosamente**, como se eles fossem bonecas, mas como não sabiam, todos aprovavam. A minha mãe me dava carrinho, aí eu empurrava “os santinhos”. A orientadora mandou a minha mãe retirar todos os brinquedos para eu não ficar “puto”. Quando eu era criança a minha mãe aceitava melhor, na adolescência começou a colocar empecilhos.*

A jovem relata quais as estratégias que passou a utilizar a fim de ter liberdade para brincar. Mais adiante, na narrativa da mãe, é possível entender que o fato de brincar com os “santinhos”, os quais são a representação da pureza e da virtude que só os santos possuem, a família concedia e louvava. Esqueciam que as figuras eram de “santinhas”, com vestidos longos, cores pastéis, guirlandas de flores, filhinhos no colo... Enquanto carregava os

santinhos/bonecas, a simbolização do feminino, a fantasia e a criatividade estavam sendo impulsionadas. Mal sabia ela o quanto este patrimônio lhe seria caro alguns anos depois.

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*A minha mãe me levou no psiquiatra, e ele esclareceu que eu não era homossexual, nem travesti, mas tinha um transtorno raro que era transexualismo. Chamou a minha mãe e explicou para ela, mas ela não quer entender. Imagina que um dia ela disse pra mim: - um dia tu vai ter que casar com um homem que faça tudo em casa. Parece que isto é raro (faz referência ao raro momento em que a mãe reconhece que ela pertence ao gênero feminino), ela se preocupa com os outros. A família da minha mãe me critica. Por isso tenho poucos amigos [...]*

*Já tive um caso com um rapaz de 21 anos, de fora, mas sinto nojo que possam me querer como gay. A minha mãe descobriu, porque ela abre as minhas cartas e descobriu uma carta que ele me mandou [...]*

*Não me dou com um dos meus irmãos porque numa época eu usei roupa justa e um amigo riu de mim e ele então reclamou. Não converso com eles, pois não é agradável. Falo um pouco com a minha cunhada que mora numa outra cidade.[...] Eu fiquei sabendo do programa (refere-se ao PROTIG) pelo psicólogo de [...], então estou vindo sem a minha mãe saber [...] Eu uso o dinheiro da poupança que eu tenho desde criança. Ela acha que eu estou no psiquiatra para resolver o problema.[...] Tenho gostado de encontrar pessoas parecidas, eu me sentia uma aberração, estou conhecendo no grupo muitas pessoas parecidas e até iguais, inclusive [...]*

*Eu me visto de forma discreta, e quase não saio para evitar constrangimento de ser chamada de nomes, como veadinho, bicha, gay desde pequena foi assim. Na adolescência foi pior porque eu me vestia mais solta, os piás não queriam chegar perto. Eu tinha que ser a primeira. A pior fase foi no 3º ano do ensino médio, porque eu troquei de turma. Na anterior eu já estava acostumada. Mas não tinha amigos, só fazia trabalho em grupo [...] Mas eu briguei com uma colega que falou umas intimidades que eu contei pra ela [...] Contei que eu era menina que nasci com o sexo errado, e falei de quem eu gostava. Eu fiquei tão mal, que resolvi trocar de turma. Apesar de tudo foi bom porque estudei mais, mas a convivência foi muito difícil. Os guris não queriam chegar perto de mim, porque eram de cidades menores do que a minha. Ouvia dos guris: “olha o tipo”, enquanto outros diziam: “só jogando gasolina e pondo fogo”. É por isso que eu não conto para ninguém se eu gosto de alguém, se eu conto eu acabo brigando e quando não conto é melhor [...]*

A jovem no momento que toma a decisão de usar a sua poupança, e mesmo sem o conhecimento da mãe, para buscar tratamento, promove e empreende a negação daquilo que negava. A certeza de que pertencia a um gênero que não era compatível ao sexo anatômico lhe exigia que buscasse assumir publicamente esta identidade, que não poderia continuar na invisibilidade de até então.



**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Família? A minha mãe gosta mais dos meus irmãos. O meu pai gosta mais de mim, porque eu sou a única filha dele, os outros são enteados. Ele me levava a passear, mas eu queria a minha mãe. Quando eu tiver meus filhos vou esconder (refere-se à sua transexualidade). Será que no futuro eu vou poder ter filhos? (A pesquisadora faz referência à possibilidade de congelar o esperma). Ela faz muxoxo. [...] Eu prefiro adotar... vou pular as partes ruins.*

*(Foi questionada porque a mãe gostaria mais dos irmãos) Eu sou diferente, até entendo. Ela ficou grávida de um cara, ela não era casada. Meu avô quando soube mandou ela para um convento, ela teve que limpar cocô. Ela teve gêmeos, que ela não deu. Criou sozinha, apesar de voltar para morar com os pais e toda a família junta. Depois conheceu o meu pai. [...] Na adolescência quando comecei a me vestir assim todo o mundo ficou pasmo. Sou reprimida, queria sair, fazer festa. Mas não quero me aborrecer. “Parece que estou estragada” porque os guris perguntam uns para os outros. Sinto vergonha da minha mãe, não identifico porque. Mas nunca deu certo, quando a gente briga ela me atira na cara. Ela sabe que eu uso calcinha, mas ela tenta me dar cueca.*

*Eu acho que seria mais simples se eu fosse homem, mas não gosto de mulher, nunca gostei, nunca fiquei com guria. Quando penso me dá uma sensação de “quem eu sou”? Quando o cara sabe do meu problema e quer alguma coisa comigo eu sinto nojo (Revela nojo na sua expressão).*

*Teve um rapaz que foi fazer um serviço lá em casa e viu a minha mãe me chamar pelo nome masculino. Não gosto de cara que gosta de mim sabendo quem eu sou. Sinto nojo [...] Pode ser curiosidade. Gosto de quem me quer como menina. Acho que quem me quiser assim é por curioso, ou tem alguma perversão sexual, ou quem sabe é homossexual reprimido. Quero ser tratada como tu és tratada (refere-se à pesquisadora), não como se eu fosse diferente.*

Aqui interrompo a narrativa da jovem para trazer uma expressão que vem com frequência aparecendo em várias narrativas, tanto dos sujeitos com transexualidade, quanto das suas famílias, que é a **vergonha**. Para entender do que se trata, recorro a Imber-Black (1993), que conceitua vergonha como um senso íntimo de ser completamente diminuído ou ser insuficiente como pessoa. É um autojulgamento e uma autocondenação:

Um momento de vergonha pode ser uma humilhação tão dolorosa ou uma indignidade tão profunda que o indivíduo sente-se roubado de sua dignidade ou exposto como basicamente inadequado, mau ou digno de rejeição. Um senso abrangente de vergonha é a premissa contínua de que o indivíduo é fundamentalmente mau, inadequado, defectivo, indigno ou não completamente válido como ser humano (IMBER-BLACK, 1993, p. 51).

Vergonha e culpa com frequência são confundidas e, embora pertençam ao mesmo *continuum*, estão em pontas opostas. A culpa emana de uma consciência e de valores integrados; a culpa diz respeito ao que se faz, a vergonha ao que se é. “Com culpa eu cometo

um engano, com vergonha eu sou um engano” (IMBER-BLACK, 1993, p. 51). A culpa ainda tem uma possibilidade de reparação, a vergonha é fruto de uma apropriação que fica profundamente no interior da pessoa, e a possibilidade de reparo tem que passar primeiro pela realidade que a produziu. O sentimento de vergonha, em relação ao sujeito da pesquisa que aqui é identificado como a entrevista 108, é alimentado pelos comentários das pessoas que ela encontra na escola e nas vizinhanças, o que motivou um isolamento social.

Visto sob esta ótica, é possível compreender qual o impacto que a vergonha tem na constituição da identidade, e pela frequência com a qual aparece no conteúdo das falas dos sujeitos, posso inferir a sua relevância. A vergonha implica diretamente na identidade porque é a ansiedade sobre a adequação da narrativa por meio da qual o indivíduo sustenta uma biografia coerente. A vergonha ataca a confiança e provoca o sentimento de ser estranho à sua própria família e na sua casa. Eu considero que a **vergonha** é uma das categorias que despontam nas identidades invisíveis e nas identidades por procuração. Imber-Black diz que o processo de vergonha instaurado na família é severamente galvanizado contra as revelações humanas, portanto é destituído da totalidade, da humanidade. Na história da jovem que está sendo apresentada, a vergonha é tanto da mãe como do pai, o que ainda provoca um duplo rompimento com a intimidade na família. Isto posto, retorno à história que estava sendo relatada:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Gosto tudo do meu corpo, menos daquela parte, sinto nojo. Já pensei em cortar o pênis, mas agora estou conformada. Sei que vou precisar dele. Quero amar e transar, e tendo que esconder, o tempo todo, o pênis, é como se estivesse numa prisão. Na adolescência achava que eu era gay, mas não me sentia atraída por gays, queria homem de verdade.*

Aqui se encerra a primeira parte desta narrativa, onde a jovem fala de forma comovente sobre o seu desejo de amar e ser amada. Fica explícito que os acontecimentos concretos vivenciados por ela vão gerando sua identidade não como uma cópia do sentido atribuído, mas vão assumindo contornos como um sentido pessoal apropriado, aqui representado pela capacidade de substituir as bonecas que lhe foram retiradas pelos “santinhos”. Claro que há a pressuposição de identidade permeada por valores sociais, mas que estão sujeitos aos processos de transformação.

Preciso assinalar também o paradoxo da afirmação: “gosto de tudo no meu corpo”, mas ao mesmo tempo repele veementemente a parte do corpo que lhe dá a materialidade da identidade masculina, logo não é tudo. As manifestações deste tipo concorrem para a idéia de que o corpo por si só nada diz, mas se traduz aos significados sociais atribuídos pela cultura. O corpo, então, é um objeto em que todos têm o privilégio ou são condenados a viver. A jovem talvez não tenha ouvido falar em Platão, mas é ele quem afirma em *Fédon* que o corpo é a “prisão da alma”. A propriedade de relacionar o corpo a uma prisão é comum em grande parte dos transexuais, e por isso sofrem, porém diferentemente de Platão, para quem dentro da ótica idealista o corpo é um vasilhame descartável, como referem Lins e Gadelha (2002).

A relação que o transexual estabelece com o corpo é ambivalente: ao mesmo tempo que o odeia por que materializa as características que não deseja possuir, como os genitais, a barba, os pelos, estas pessoas investem tanta energia na sua transformação que muitas vezes caem no extremo da supervalorização, caindo em estereótipos de valor estético que representam a heteronormatividade de cunho machista. A ambivalência se revela no desejo simultâneo da transexualidade tornar-se invisível aos demais, mas pelo investimento exagerado na aparência, estimula nos demais a dúvida quanto a se a pessoa é ou não do sexo

anatômico que corresponde ao da aparência. Destaco que este não é o caso da jovem a quem ora faço referência, até mesmo pelos traços femininos, pela ausência de barba e pelas mãos, rosto e pés pequenos.

Outro aspecto que quero distinguir na narrativa é a questão do preconceito, o qual será aprofundado posteriormente, mas que aqui revela mais uma vez a contradição e alienação por ela apropriada. Ela sofre a discriminação e o preconceito, no entanto se refere a uma possível homossexualidade com desprezo: é como se o outro estivesse estragado tal qual ela, anteriormente, expressou se sentir. Mais uma vez aparecem o igual e o diferente na constituição da identidade, mas neste caso ambos em conflito, porque o igual não está na totalidade, na humanidade, mas na parte, numa parte que exclui a possibilidade do singular, na parte que intensifica a divisão, na cisão e não na associação entre os sujeitos. Ainda é uma identidade que atribui e é atribuída.

No processo de constituição da identidade, este é um momento em que a identidade que era presumida ou atribuída é incorporada pelo indivíduo, e ele assume e articula uma posição nas suas relações sociais. A jovem se identificou com os padrões sociais que discriminam as pessoas e passa a ser uma representante desse grupo.

Este é o desafio para estes sujeitos e para nós assistentes sociais: enquanto os sujeitos não assumem o timão na construção da sua identidade, eles ficam submetidos e tentam submeter os demais, reproduzindo e intensificando o fosso entre as classes.

Como a identidade está em permanente processo de transformação, tal qual a realidade, na continuação da história é possível encontrar quais os elementos que entram no

processo, a fim de transformar a identidade invisível em identidade com autonomia, e a família entra com estes elementos, como a narrativa da mãe desta jovem mostrará.

A mãe é uma pessoa de aparência bem cuidada, com um forte sotaque que identifica a sua origem e com isto também parte da sua história. Olhos claros, compleição forte, pele branca, mãos grandes que revelam já ter feito força. Chega meio tímida, mas pouco a pouco vai se soltando.

Após apresentação, pergunto se ela sabia porque estava ali. Assim ela diz:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Eu vim porque o [...] me convidou. Sim, o menino sofreu muito com a morte do pai, o pai era apaixonado por ele. Ele morreu de Alzheimer e pressão alta. O [...] não fez a faculdade porque passava de mil e quinhentos reais por mês o que eu gastava com ele de remédio. Ele não se abria com o pai. É inteligente.*

*Quando pequeno só gostava de coisa de menina e de santos, e gostava de desenhar santo. Gostava de astrologia. Mas nunca rodou. No colégio gostavam muito dele. Era meigo, chorava muito (Esta é outra característica comum, nos relatos das histórias dos transexuais no período escolar) O pai era quem assumia a responsabilidade com o guri, e eu com os gêmeos. O pai se dava conta de que ele gostava de coisas de menina. Ele se dava conta, mas não embravecia com ele. Eu, quando ficava braba, não gostava. O pai queria uma menina, ele gostava muito da última filha da falecida (Faz referência à filha mais moça do primeiro casamento do seu marido). [...] Hoje não é tudo de menina de que ele gosta, está mais afastado, na infância era mais.*

Espontaneamente passa a contar a história da sua gestação quando era solteira. Entendi que esta foi a maneira que encontrou de mostrar, nos momentos iniciais em que nos conhecíamos, quem ela era, da sua capacidade de enfrentamento e do que seria capaz de fazer pelos filhos. Ela estava me apresentando a sua mais autêntica “carteira de identidade”.

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Eu era bem jovem e tinha um namorado, fiquei grávida e ele não quis, ele e a família dele queriam que eu tirasse. Eu não fiz. Continuei em casa, a barriga crescia, até que o meu pai viu e me mandou embora, me mandou para um internato de freiras, aqui. Eram gêmeos, passei muito trabalho, tinha que limpar tudo. Os médicos queriam me roubar os gêmeos, as enfermeiras levavam para casa (diz isto muita faceira) Perguntei: tu ficastes com medo? Não, eles me ajudaram muito. As irmãs do Lar queriam as crianças para dar para fora. A assistente social do hospital me ajudou muito (Entendi que este querer era o querer bem, por isso relembra com carinho da equipe). Eu penei pra conseguir criar eles. Depois a família do pai queria eles, eu não dei. Voltei pra casa dos meus pais, e tinha que trabalhar pra sustentar. O pai visitava, mas não dava nada. Era bom para os filhos, mas não ajudava.[...] Depois conheci o meu marido, que era viúvo, ele me ajudou muito com os gêmeos.[...]*

Com a apresentação da mãe entendi que a jovem, como a mãe, não aceita os acontecimentos dados como prontos na sua vida: buscava também autoria. Se o ex-namorado da mãe e sua família pressupunham uma identidade submissa, enganaram-se. Ela construiu com sacrifício a sua condição de mãe. No relato ela também apresenta a importância das relações sociais, de um lado uma instituição dava o reforço para que permanecesse no processo de pressuposição, ou seja, a pressuposição era de que não assumisse a identidade materna, ao mesmo tempo em que havia outra mediação: a do hospital que assinalava a possibilidade de constituir a sua identidade de acordo com o sentido individual que a maternidade lhe provia. Há neste aspecto semelhança com o protagonismo da filha, que sozinha buscou recursos para construir a sua identidade, no primeiro momento, à revelia da família. A mãe retoma a narrativa:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Os irmãos não se metem. Eu levei ele no médico que tratava os gêmeos ( os filhos estiveram envolvidos com droga na adolescência), um psiquiatra, e ele disse que ele (o filho) era feminino e que não ia mudar. Disse que era igual à Roberta Close. Apenas eu nunca falei para o menino.*

*Ele se virou sozinho para vir aqui. Se ele for viver assim, sempre angustiado, triste [...]. A equipe pode entender melhor do que eu. Eu vi nas reportagens, eu gosto de reportagens (faz referência às reportagens sobre transexualismo). Os médicos do meu marido falavam bem daqui. No interior eles não querem mal às pessoas, mas ficam falando e olhando. O pai sempre chamou de nenê. Ele era orgulhoso de ter um filho pequeno, o pai estava com 57 anos quando ele nasceu.*

A mãe vai mostrando que a sua vida não se constitui numa cópia de significados socialmente atribuídos, mas muitos tendo sentido pessoal próprios. Quando faz referência às pessoas do interior, revela com muita propriedade o seu entendimento de que as pessoas olham e falam, mas não querem mal, ou seja, que é possível mudar esta forma de relação, pois os demais não são indiferentes. Revela também a capacidade de se manter atenta às transformações sociais, capacidade aqui representada pelo interesse nas reportagens, na atenção ao conhecimento compartilhado pelo médico. Continuando a narrativa, ela retorna para um segundo encontro, acompanhada da filha.

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Eu estou pensativa, bastante pensativa (olha para a filha e ri, é como se pedisse licença, sabendo que a filha não vai aprová-la) Estou pensativa por causa do nome, por causa de toda a mudança (Põe as mãos na cabeça, segurando-a como se não fosse dar conta de tudo o que está vivendo)... das demandas. De repente vira uma mulher de vestido. Já pensou? É uma mudança grande, grande mesmo. Depois achei o nome muito estranho, se fosse X (Sugere o feminino do nome de registro. A filha sacode a cabeça em desaprovação) As filhas do meu marido vêm com demanda. Elas são estudadas, mas elas são pestes. Elas são pestes. Elas são bem ativas [...] O pai do (diz o nome da filha, pelo qual ela odeia ser chamada e por isso responde: não me chama assim, ela continua falando), estava preocupado com o filho. O X (a transexual) sente muito a morte do pai. O pai não gostava que ele pegasse roupa de mulher, mas se eu embravecia, ele defendia o filho.[...] Ele, se comprava, não usava, mas deixava no roupeiro, achava bonita. Ele se cuidava, não usava roupa extravagante.*

Muito séria olha para a pesquisadora e pergunta: - **Não dá prá trocar pra mais homem do que mulher? Não dá para mudar a cabeça? É difícil?** Continua então:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Acho que o filho (se refere ao filho do marido do primeiro casamento) piava com o pai. Ele voltava triste de lá (quando se encontrava com o outro filho). O filho é esperto, meio empresário. A mais nova, a que mais gostava do pai, não falava. Eles não podem se queixar, nunca faltou nada para os filhos (fala dos filhos do marido) Tenho tudo guardado, os carnês das faculdades.*

A mãe veio disposta a mostrar que estava dividida entre o que a filha pretendia, as suas dúvidas quanto à decisão pela mudança de sexo e a posição dos filhos do falecido marido. A demanda desta mãe é a de muitas; elas chegam com a tentativa de negociar para que a direção do tratamento seja mudada, o que guarda a lógica da vida cotidiana: se pode mudar para um lado, porque não mudar para o que está? As dúvidas da mãe me fizeram lembrar os versos do Vinicius de Moraes e Toquinho: Cotidiano nº2

*Aos sábados em casa tomo um porre  
E sonho soluções fenomenais  
Mas quando o sono vem e a noite morre  
O dia conta histórias sempre iguais*

*Mas não tem nada, não  
Tenho o meu violão*

*Às vezes quero crer mas não consigo  
É tudo uma total insensatez  
Aí pergunto a Deus: escute, amigo  
Se foi pra desfazer, por que é que fez?*

*Mas não tem nada, não  
Tenho o meu violão*



**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Ele não alcançou para este filho (não continuou vivo o tempo suficiente para pagar a faculdade para ele), ele gostaria que o filho se formasse cedo. Ele já estaria há dois anos na faculdade, mas o pai não agüentou. Ele (refere-se à filha) sente muito, os gêmeos também sentiram muito, desde os 4 aninhos estiveram juntos. O pai do X (usa o nome masculino) gostava de campo, de pombada, de caça, fazia pombada para os médicos, ele chamava os médicos para comer perdizes. Eu ia caçar com ele. O pai do X disse que o pai dos gêmeos podia ir lá em casa porque eles não eram bichos, dava até pousar. Os meus gêmeos também são de bom coração.*

A mãe falando da sua vida, do seu cotidiano, de quem era o marido, da sua sociabilidade, das suas relações de amizade, dos seus gostos, da sensibilidade em aceitar na sua casa o pai dos enteados, fala da identidade que construiu como família, da sua identidade e dos elementos que engendraram a identidade da família. Fala do medo de enfrentar as críticas que possam vir dos filhos do marido, mas fala da coragem, representada nos carnês de pagamento das faculdades. Logo, não teriam porque se queixar do pai, mesmo que ele tivesse gerado um meio-irmão que pudesse envergonhá-los. Mostra também a coragem de perguntar e propor o que lhe assolava a cabeça (por isso precisava segurá-la), porque não fazê-lo mais homem em vez de fazê-lo mais mulher? Então, amigo, se foi pra desfazer porque é que fez? Só que desta vez ela estava sem o seu violão:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Se tivesse ele para ajudar, mas não deu tempo, não deu tempo... não deu tempo (olha para o chão e chora...) [...] Ele ia me dizer qual a solução. Quando os gêmeos saíam, ele me acalmava, dizia que não ia acontecer nada, e não acontecia nada mesmo. A gente dormia mais tranqüila, e se a gente fica preocupada acontece. Teve uns vizinhos dos pais do meu marido, onde a mãe morreu de desgosto. Ele virou gay, gay mesmo. A gente olha para ele e dá para a gente perceber, é feio olhar. Dá para perceber [...]*

*Continua: É uma mudança difícil. De uma hora prá outra. Estou pensando se não vai dar uma depressão..., se ele se arrepender... ele acha que é fácil... Não é fácil, tem que pensar bastante. Se arrepender depois não adianta [...] de dia eu penso mil coisas na minha cabeça, não é só uma coisa [...] Eu não boto só uma coisa na cabeça, eu boto mil coisas na cabeça, até que eu ache um jeito de consertar esse erro. Enquanto eu não vou atrás de consertar um erro, eu não paro [...] Eu fuço, [...] Não me pegam assim [...] Os gêmeos se envolveram em droga, essas coisas. Mas eu percebi isto aí. Sabe o que eu fiz: fui na orientadora, fui na psicóloga, fuzei aqui, fuzei lá, até que eu fui parar num psiquiatra, aí que eu descobri tudo, qual era o tipo, como fazia pra eles saírem dessa. Mas eu fuzei até que eles saíram dessa.[...] Eu quase mais ou menos tô sabendo há muito tempo isso aí. (da transexualidade da filha) Comecei a fuçar, fuçar já faz uns três, quatro anos [...] só fazendo cirurgia para sair dessa. Por que não tem outro meio. Entrevista 108.*

Esta mãe conta uma história em que não encontra em seus sonhos soluções fenomenais, e que os seus dias não correm sempre iguais. Não se conforma com as determinações impostas na sua vida, mesmo que para isto tenha que esperar muito tempo, mas que ela fuça, fuça... até encontrar soluções, as quais nem sempre são as mais geniais, como a questão da transexualidade do filho que hoje é filha, mas que depois de entender pode aceitar. Esta história igualmente revela que a construção de gênero de uma das categorias que constitui a identidade do transexual também passa pela história das suas famílias, aquelas que têm um nível de consciência que oferece a capacidade de resistir a uma vida desprovida de sentido, onde os sujeitos tornam-se capazes encontrar objetos simbólicos como instrumentos de mediação com a realidade de proibição. Desta forma, supera parte da interdição, e a **atividade** vai difratar em diferentes tonalidades na **consciência**, que por sua vez se propaga na **identidade**.

A família, representando a consciência de que são sujeitos de direito (fuça), também disponibilizou a possibilidade de a jovem não submeter o seu corpo aos padrões masculinos de dominação da heteronormatividade: ela está parcialmente satisfeita com o seu corpo, menos com o que lhe confisca, anatomicamente, a identidade feminina.

Esta narrativa retrata aqueles que, apesar de toda a dificuldade, vão construir a sua identidade com autonomia. A identidade com autonomia exige um processo permanente de construção, identidade que também é representada pelo nome próprio, o qual também passa pela reedição, e como disse João Bosco: “quando eu mudo, eu sou eu mesmo”, até, se necessário, o nome.

#### 4.3 ROMEU E JULIETA: O NOME PRÓPRIO, O QUÊ VALE?

*Julieta – Romeu! Romeu! Romeu! Onde é que estás, Romeu?  
Renega o sangue, esquece o orgulho de teu nome,  
e eu deixarei de usar Capuleto,  
mas jura que tu tens amor igual ao meu.*

*Romeu – Devo aguardar ainda, ou responder agora?*

*Julieta – Só teu nome é inimigo, e um nome não importa.  
Se nascestes Montecchio, és apenas tu mesmo.  
Um nome, de que vale? É pé, é mão, é braço, é rosto,  
é parte, enfim, que constitua um homem?  
Adota um outro nome. O perfume da rosa,  
não muda se mudar o nome dessa flor.  
Romeu seria o mesmo, um outro nome usado  
a mesma perfeição teria se trocasse  
o nome que lhe dão. Romeu, deixa o teu nome  
que não te faz melhor, e recebe de volta  
a oferta de mim mesma.*

*Romeu – Eu te roubo ao teu mundo  
Dá-me o nome de amor, e estarei batizado.  
Deixarei desde então de me chamar Romeu.*

*Julieta - Quem és tu que estás escondido na treva  
devassando o segredo oculto no meu peito?*

*Romeu – Não sei como dizer o nome que tenho.  
 Odeio o que me dão, pois é teu inimigo.  
 Se escrito estivesse eu rasgaria as letras.*

*Julieta – Cem palavras, nem cem, disseram-me  
 os teus lábios, mas eu guardarei de cor o som da tua voz.  
 Tu te chamas Romeu, e és filho dos Montecchio.*

*Romeu – Já não o serei mais, se isso te agrada.*

Nome, o que é um nome? O nome é o primeiro ato em que a identidade começa a ser materializada, denota que aquela pessoa é ela e não outra; o nome apenas aguarda pela definição do sexo para assumir a representação. Atualmente, com os recursos da tecnologia, mesmo antes do nascimento, a família já atribui um nome, o qual vem acompanhado de muitos significados, entre eles o próprio fato de dar o nome, podendo ter a seminal conotação de afeto e de pertencimento. E quando estes dois sentimentos estão presentes, o dar o nome se reveste de um certo ritual que reúne as pessoas mais próximas para sugerir, opinar e celebrar. Na escolha, todos os envolvidos, em maior ou menor grau, passam a atribuir uma identidade àquela pessoa que receberá o nome, e nele vão a sua ideologia, os seus sonhos, as suas expectativas.

Então, o nome é a primeira representação da identidade, identifica a pessoa e a pessoa com ele se identifica. Porém, com os transexuais esta afirmação não procede e o nome passa, tal como o corpo, a não identificar a pessoa e nem ela a se identificar com ele. O nome torna-se um instrumento de constrangimento público, e mais um veículo de vergonha e constrangimento. Desta forma, o nome próprio perde a sua finalidade, perde o sentido. Então, tal como Julieta no balcão de sua casa, que grita para Romeu perguntando o que valia um nome, os transexuais também se perguntavam o que vale um nome, quando este perde o sentido.

Para os Montecchio e os Capuleto a identidade é fixa, os nomes das famílias carregam *de per si* o sentido das suas existências. O grito de Julieta é um grito de liberdade, pela autoria da sua história. “Dar sentido constitui uma mera subsunção”, como afirma Heller (1993, p. 85), e para isso é preciso transformar o “desconhecido em conhecido, o inexplicável em explicável, bem como alterar o mundo por ações significativas [...] e dar sentido não é a adequação de eventos dentro do universo de alguém”. Heller (1993) igualmente destaca que uma das formas elementares de dar sentido é dar nome a algo, porque o que então era desconhecido passa para uma categoria conhecida.

A mudança do nome pelos transexuais revestia-se de muita dificuldade, inclusive na família. As famílias dos transexuais aceitavam que seus filhos assumissem publicamente o papel feminino ou masculino, todavia se mantinham fiéis ao nome de registro, como se ainda fosse o canto do cisne na preservação da memória da identidade do filho(a) que pesavam ter. Os dados da tabela 6 e as falas testemunham esta afirmação:

**Tabela 5 – Nome usado pela família do transexual vinculado ao PROTIG, de junho de 1998 a junho de 2005.**

Nome	N	%
Nome de registro	36	52 %
Nome adotado	06	06%
Nome de registro em casa e o adotado fora	25	23%
Nome adotado pela mãe; os irmãos, o de registro	06	06%
Nome de registro ambíguo	04	03%
Apelido ambíguo	12	11%
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>100%</b>

Os dados em si não dão conta para inferir a dificuldade da família, todavia isto é possível se forem relacionados com o fato de que 5,6% dos pacientes começou o *crossdressing* (uso da roupa do sexo oposto) aos 7 anos; 12,8% entre 8 e 12 anos; 65,4% entre

13 e 19 anos e o uso da hormonioterapia foi introduzida antes de 15 anos de idade por 21,8% e entre 16 e 20 anos por 46,7% (LOBATO et al., 2005). Deste modo, quando os sujeitos ingressavam no programa, a maioria deles (92,1%; n = 128) já tinha assumido a identidade de gênero ao qual se sentia pertencer, bem como já usava o nome adotado. Como diz Pina Cabral (2005, p. 2), “os nomes funcionam como marcas de relações afetivas e, por conseguinte, como sinalizadores emocionais. E como todos sabemos, o nosso nome próprio tem potencialidades evocativas fortíssimas”. A fala de alguns sujeitos vem confirmar o que está sendo dito:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Quando eu era criança, o meu pai tinha armazém lá no interior, e a manteiga vinha numa caixa com a marca X, eu nunca esqueci. Depois, quando ele nasceu, eu botei o nome nele. O nome dos outros filhos o meu marido escolhia um e eu o outro, mas neste ano o pai concordou com o nome que eu escolhi, porque era o nome de um jogador de futebol [...] Ele agora quer que eu ponha o nome, mas me tranca, eu não consigo. No fundo eu queria aceitar numa boa, pôr o nome, fantasiá-lo de mulher, mas não consigo. Entrevista 49.*

*Não, eu ainda costumo chamar de X, porque foi, é muito recente entendeu, então são 26 anos tratando como menina. [...] Então não é de uma hora pra outra, então esta é a minha dificuldade, a maneira de, como é que eu diria, a forma de tratamento, na maneira de tratar, a forma de tratamento. Então, é difícil ainda tratá-lo como menino, no caso [...] Agora é menino. Entrevista 130.*

O processo de construção da identidade implica numa dialética entre a identidade atribuída e a identidade subjetivamente apropriada. Todavia, no transexual a apropriação se dá simultaneamente pela luta contra a parte da identidade de gênero que está sendo atribuída pela família, e os demais aspectos aí implicados. Os dois depoimentos revelam que a atribuição de um nome envolve uma dinâmica relacional com quem recebe este nome, e daí advêm algumas características dos nomes próprios, tais como *a unicidade*, ou seja, cada nome denomina um sujeito único, embora possa haver várias pessoas com nomes iguais. Não obstante, eles são únicos não só no sistema dos nomes e sobrenomes, mas também porque carregam uma

história que é singular e que foi atribuída àquela pessoa. A indicação pode se referir a um sentimento familiar, como foi a motivação da mãe (Entrevista 49). A outra característica é a *denotação*, que contém o próprio significado do nome, só que está associada à conotação de que, no nome escolhido pela mãe referida, lembrava a sua infância, e a um nome de um produto estrangeiro, contendo o passado e a expectativa do futuro que poderia representar a possibilidade de ir além do que a família até então tinha conseguido. Além do mais, naquele momento a escolha do nome reuniu o casal, que até então sempre fazia as suas escolhas em separado, através da valorização do nome que representava um jogador de futebol. A terceira diz respeito à *identificação*, como uma marca que permite distinguir uma pessoa das demais e situá-la na memória em relação ao tempo e ao espaço. E os nomes também entram e saem da moda, e voltam a aparecer em outras épocas. Quanto aos nomes dos sujeitos das entrevistas 49 e 130, são ilustrativos, ambos são estrangeiros e destituídos de um significado cultural e afetivo, mas preservam a sonoridade incomum, tão atual na preferência das escolhas dos nomes (BERENSTEIN, 1988). E neste aspecto, o nome também é um instrumento de mediação na construção da identidade, como ilustra a escolha do nome de um dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa, cujo critério de seleção foi reunir, para um sorteio, nomes de generais que comandaram grandes batalhas internacionais: o sorteado foi eleito como o seu nome.

O nome também tem um sentido de convocação e o sujeito de convocação é reconhecido como um personagem que tem um papel social e, como tal, há um estranhamento por parte da família pela frustração no desempenho do papel que teria sido autorgado, mas que o(a) filho(a) relegou. Como pode ter sido observado durante este trabalho, a grande maioria das mães dirige-se aos(às) filhos(as) pelo pronome pessoal do seu sexo biológico, e pelo respectivo nome. Naquelas famílias que mantêm uma relação mais amistosa, os filhos

têm mais tolerância para com o tempo que cada uma das mães necessita para se apropriar do nome, como mostra o depoimento:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Eu não consigo chamar ele de ela. Eu disse: meu filho tu vais ter que me ajudar a resolver isso. Eu queria pôr o nome do meu marido, mas a minha mãe me disse que não fizesse isto, porque o nome do pai tira a sorte do filho. Então vamos achar um nome que combine e, assim, eu juntei parte do nome e deu X. Ela me diz: tu não vais falar em X. Outro dia eu disse: meu filho, volta a estudar. Ai ele disse: onde está o filho, eu não estou vendo filho nenhum. (...) Ele não briga, ele fica quieto até eu dizer o nome feminino. Entrevista 123.*

O depoimento da mãe revela as estratégias adotadas na mediação da tensão que se criou entre a manutenção de uma identidade que foi atribuída pela família e o esforço na construção da identidade com autonomia. A manutenção do uso do nome de registro, apesar de toda a carga afetiva, torna-se um instrumento de ocultação da identidade do transexual e está a serviço da identidade invisível ou por procuração. Concorre para o meu argumento o fato de que os transexuais têm o direito à troca do nome no documento de identidade, antes mesmo da cirurgia de redesignação sexual, o que é baseado no direito de não ser exposto a uma situação de constrangimento público. O uso do nome de registro de nascimento, que identifica a pessoa como de um sexo, para denominar e identificar aquela que tem a aparência e o papel social de um gênero diferente, passa a se constituir em uma violação de um direito.

O sujeito da pesquisa, cuja entrevista é aqui designada como 123, mostra a possibilidade da construção de uma identidade com autonomia, na medida em que no âmbito familiar passa a exigir que a vejam na condição feminina, que faz parte da identidade que vem sendo construída e não apenas como a que a família lhe havia atribuído. Esta identidade, inclusive, mostra a possibilidade de prolongar a existência do pai, carregando no seu nome



parte do nome dele. Os nomes não são termos isolados, eles remetem a uma totalidade de relações. Na presente narrativa, as mediações foram discretas e delicadas. Outras famílias mostram-se menos flexíveis na mudança do nome, como revela a fala de uma outra candidata, que para dificultar ainda mais, tem um nome de registro com três “os”, e consoantes com sonoridade muito masculina, em oposição à sua figura diáfana:

### Fragmento de narrativas dos sujeitos

*Eu até não me incomodo tanto que ela esteja demorando (refere-se à aceitação da cirurgia), eu sei que ela não está me tratando como eu quero, que ela não se ligou ainda direito, mas o que me incomoda é a partir do momento em que ela começa a atrapalhar minha vida. Por exemplo: eu terminei agora o segundo grau e já tinha planos de entrar logo para uma faculdade, mas daí eu não entrei porque, mesmo para terminar o segundo grau, foi horrível, poderia fazer um cursinho, também. Eu estava toda animada, chegava lá e ninguém me conhecia, todo mundo me tratava legal, mas agora, quando começava a chamada, todo o mundo me olhava com uma cara de deboche e ia saindo de perto [...] Numa faculdade, tu vai ficar de quatro a oito anos e quando tu vai num lugar em que tu não te sente bem, tu não tira muito proveito. Aí eu fiquei um ano dentro de casa sem trabalhar nem estudar [...] Ainda por cima, ela quer que eu coloque aquele outro nome que ela quer [...] é o meu, mas no feminino, eu não quero. Eu já falei pra ela. Tanto é que na primeira consulta que a gente teve contigo, ela ficou falando, ela não tinha se dado conta de que eu já tinha escolhido o nome de X; aí ela perguntou que nome eu ia botar, aí eu disse pra ela: tu não ouviu a assistente social me chamando? Ela não percebeu, daí ela ficou assim e disse: dá para chamar de X. Mas daí, depois, ela começou a “encher” dizendo: não, mas seria melhor tu botar outro, mais discreto, daí não dá tanta mudança, não sei quê. Mas se eu tenho a oportunidade de escolher, porque eu vou escolher o pior. Ela me chama de nenê, sempre. Ela sabe que eu não gosto. Ela me chama mais quando a gente viaja, mas ela sabe que eu não gosto. Ela percebe que eu não gosto. Até em casa, quando ela me chamava por aquele outro nome, eu não atendia, daí ela teve que aprender. O meu pai também me chamava assim (nenê), foi ele que me deu o nome. Ela me chama de nenê desde criança. Eu não posso ficar parada, e isso está me preocupando bastante. Leva três meses, a advogada disse, pra mim trocar de nome, pode levar até mais, mas em geral leva 3 meses [...] Isso aí do nome é importante pra mim e que não pode demorar se não vai atrasar a minha vida [...] Então eu estava pensando que eu fizesse isso sozinha, e já chegasse no supetão. Fica mais fácil. Porque quando eu botei brinco, de um dia para o outro eu apareci com brinco, ela não gostou, mas ela não me disse que não podia usar, demorou um mês para ela aceitar mais ou menos, depois ela aceitou. Agora se eu fosse lá e pedisse pra ela me ajudar a botar brinco, não de jeito nenhum [...] Eu tenho uma poupançinha. É que no susto assim, o impacto é menor [...] Eu quero trocar, para ter a minha independência financeira [...] Pra mim poder achar um trabalho. Entrevista 108.*

É um longo fragmento de narrativa, mas assim o fiz pela minha necessidade de compartilhar os meandros do processo de construção da identidade, através do discurso de uma jovem que vem resistindo à tentativa de fragmentação deste processo. No recorte que ora faço, elevo a um outro plano o nome, esta categoria constituinte da identidade, e que na questão da transexualidade torna-se uma arena de batalha para que o sujeito seja reconhecido

na sua totalidade. A dimensão que assume o nome próprio é pela sua representação quanto à identidade e quanto à contradição: é ao mesmo tempo tão prosaico e tão nobre, tão simples e tão complexo.

Ele também representa a própria materialidade do corpo, que para a família é interpretada “à luz de toda a tessitura de ‘parecenças’ que constituem o corpo da criança como um ‘corpo familiar’, como diz Pina Cabral (2005, p. 20). Esta afirmação ratifica a luta que se estabelece entre a mãe e a filha, uma querendo preservar os traços de semelhança por meio da preservação do nome de batismo, embora alterado para o feminino, e a outra revelando a não-identidade não só com o corpo, como a não-identidade com a escolha do nome pela família, como na sua expressão: “se eu tenho a oportunidade de melhorar..”. A feminização ou a masculinização do nome de registro não é a primeira preferência entre os transexuais, e a justificativa é deletar da memória a identidade sexual anterior. A família, no entanto, aceita melhor quando o nome troca de gênero, mas é preservado. Recorro mais uma vez a Pina Cabral (2005, p. 50) quando ele assegura que:

O nome pessoal, na sua materialidade, funciona como um agente coagulante da larga maioria destes processos de objetivação dos laços de afeto. O nome identifica e distingue a pessoa e ao mesmo tempo em que a situa num tecido de relações familiares, demarcando o acesso a direitos de assumir de obrigações. O processo de consolidação física da criança e a atribuição de nome que geralmente o acompanha conformam, pois, um *limiar de afetos*, com todas as implicações emocionais que tal tem para os que estão relacionados com a criança.

No caso específico dos transexuais, o nome é o agente coagulante dos afetos, tanto da família que deu o primeiro nome como da pessoa que o está escolhendo. Na troca do nome está embutida a expectativa desta nova etapa da vida, muito semelhante ao que os pais um dia o fizeram e por isso o limiar ou a soleira de afetos, tanto da família como do transexual, guarda semelhança.

Sendo o nome a representação da identidade, as narrativas aqui espelham todo o movimento empreendido por ambas pessoas na direção de uma identidade com autonomia. Seguindo esta direção, há resposta ao brado de Julieta?: **“Um nome, de que vale? É pé, é mão, é braço, é rosto, é parte, enfim, que constitua um homem?”**

Identidade é diferença e igualdade, é uno e múltiplo. Os nomes Capuleto e Montecchio eram, metaforicamente, a diferença. A igualdade de Romeu e Julieta estava no amor (metaforicamente representando a universalidade, a humanidade) e com ele ambos se identificavam e para ambos serviria o nome de amor. A história de Romeu e Julieta configura o rompimento com a idéia de identidade fixa; nela, sim, poder-se-ia responder que o nome nada vale diante do todo. Há uma dicotomia entre a forma e o conteúdo, entre o corpo e a alma, entre a matéria e a espiritualidade: a parte não representa o todo.

Romeu e Julieta, todavia, romperam com o determinismo da bipolaridade. Ambos poderiam ter dado às suas famílias a procuração das suas vidas, a procuração para que eles construíssem, comprassem ou vendessem as suas identidades, e ambos iriam seguir representando os papéis por elas determinados. Como toda tragédia, a superação deriva para a morte, e assim se passa com a história de Romeu e Julieta. Desde então, o nome é também um pé, uma mão e é uma parte que constitui o homem e a mulher. Os nomes Romeu e Julieta, assim como os nomes de registro e os nomes adotados pelos transexuais, representam e fazem parte da constituição das suas identidades.

Então, busquei na arte o desenho da estética para efetuar a decomposição das partes que constituem a identidade, para dela me aproximar e conhecer como o transexual consegue superar as contradições materializadas na sua história. Encontrei nesta primeira invernada as categorias: a família (o feminino, o masculino, a mãe, o pai, os irmãos, o companheiro), o

gênero (o corpo, o brinquedo, a roupa) e o nome próprio. Sigo adiante trilhando os caminhos percorridos para a construção da identidade, para que quando me aproximar do epílogo possa deslumbrar nas diferentes cores do arco-íris as categorias projetadas pelo prisma da realidade social.

#### 4.4 PRECONCEITO: O OLHAR É O VEÍCULO DA CONSCIÊNCIA

*A invisibilidade à qual me refiro ocorre em função da disposição peculiar dos olhos das pessoas com quem entro em contato. Tem a ver com a disposição de seus olhos internos, aqueles olhos com que elas enxergam a realidade através dos olhos físicos*

*Ellisson*

Seguindo ao encontro da resposta de como se constitui o processo de construção de identidade no transexual, localizo que uma das categorias que se joga à frente é o preconceito. Ele se capilariza nas demais categorias, embora todas elas se entrelacem na tessitura da tecelagem da identidade. O preconceito se faz presente desde as relações familiares, alimenta o Cavalo de Tróia, coloca mais pedras no caminho, aumenta as distâncias entre as margens dos rios e incita os fractais que se multiplicam nas cadeias de discriminação, exclusão e violência. Por isso considero importante buscar conhecer como ele se institui.

Para Heller (1992, p. 43), o preconceito “é uma categoria do pensamento e do comportamento do cotidiano”. O preconceito tem as suas raízes plantadas na ultrageneralização, nos juízos provisórios e na falta do conhecimento. Os preconceitos, então, geram obstáculos para o desenvolvimento de várias esferas da vida cotidiana. E embora eles

estejam na esfera do pensamento, se concretizam no comportamento, se atravessam na linguagem, no gesto, no olhar, na presença e na ausência, conforme reiteram os dados colhidos para a pesquisa, na entrevista 64.

A história que agora narro é a de uma família composta pelo casal e dois filhos.

Em torno dos dois anos de idade do filho menor, os pais começaram a perceber que suas atividades, suas preferências e sua expressão corporal não eram compatíveis com as de um menino. Tentavam controlar essas manifestações, mas pouco sucesso obtinham, tanto assim que aos oito anos levaram-no ao psiquiatra na tentativa de que algo pudesse ser feito. Todavia continuava a crescer o seu “jeito feminino”. A narrativa da mãe, quando evocava o passado, fazia lembrar o que Sant’Anna (2005, p. 9) escreveu sobre O Homem e a Sua Sombra – 9 : “Era um homem com uma sombra feminina./ Com ela se dava bem/ - os outros é que estranhavam./ Olhando de perfil parecia uno, duro, macho./ Mas nela cresciam seios/ E era como se a sombra/ à revelia do homem - no escuro engravidasse. “

Os pais inconformados, já na adolescência do filho(a), retornaram ao médico e, aos dezesseis anos, ele(a) teve indicação para internação psiquiátrica. A então adolescente ficou internada numa cela solitária, sem roupa por dois dias, e no terceiro compareceu um barbeiro que lhe cortou o cabelo. Uma das técnicas de tratamento consistia em mostrar-lhe que “se homossexualidade já era doença, o transvestismo muito mais”. A adolescente chorava, não se alimentava e, sentindo-se amedrontada e ameaçada por toda a vivência, prometeu que mudaria. Teve alta e relembra a mãe que ela saiu e “*se sentou no meio de nós dois, pai e mãe, de tão carente*”. No dia seguinte, foi embora para uma cidade do centro do país com uma amiga que fazia shows. Entre a saída do hospital e a decisão da viagem foi como se houvesse um lapso de tempo em branco, silencioso, invisível. Ninguém discutiu, ninguém falou, nem

ela fugiu. Eclode do silêncio um acordo implícito, onde todos os jogadores sabiam as regras do jogo a seguir. O pai, como uma sombra, enviava ajuda financeira enquanto a mãe telefonava e repassava-lhe as notícias. Sobre o pai, a mãe salienta: “[...] *ele nunca deixou de se preocupar, só não falava com a filha*”. Passados alguns anos, a mãe foi visitá-la e viu que a sua condição de saúde já não era boa; ela trabalhava como transformista, e por isso convenceu-a a voltar. Trazia junto com ela uma nova sombra, que não surgira à revelia... Retornou para a casa paterna, mas pai e irmão continuaram a tratá-la como se sombra fosse, e com ela não falavam. Mesmo assim, passou a trabalhar na empresa da família. A história que mãe e filha queriam ouvir, mais do que contar, era de que a dificuldade de aceitação da condição de transexualidade de um dos filhos eram águas passadas, e ambas concordavam com que todos eram *ótimos* e que ela nunca sofrera *pressão*. O momento de encontro com a real situação se deu a partir do questionamento acerca do seu projeto de vida após a cirurgia. A resposta era vaga, disse que já trabalhava na empresa do pai e de lá já vinha tudo de quanto precisava. A sua expressão, no entanto, indicava que a sombra crescia, mas já não à revelia de todos. A pesquisadora fazia da pergunta um instrumento de *pressão*, até que a sombra materializou-se na forma e na fôrma do preconceito. O trabalho da jovem se limitava a atender ao telefone, que ficava numa sala isolada (reprodução da cela) dos demais funcionários, para os quais “não aparecia”, e arriando a guarda revelou: *quando eu chego na empresa e o meu irmão está conversando com os outros funcionários, ele vira o rosto; o meu pai também vira o rosto quando está com cliente, nem diz quem eu sou, e os funcionários, quando eu me aproximo, eles baixam os olhos para não me olharem*. A mãe observa a filha chorar e completa: *o irmão disse que se ela fosse bicha aceitaria, travesti não. Entrevista 64.*

A narrativa mostra que as pessoas adotam preconceitos individuais ou institucionais que lhes são perpassados por outros, sem que elas próprias tenham vivenciado qualquer

experiência acerca do seu conteúdo, utilizando-os nas mediações dentro da vida cotidiana que serão, conseqüentemente, distorcidas. Até então ninguém havia tentado romper com o isolamento, nem mesmo a pessoa que vinha sofrendo este tipo de ação. A história também destaca que o conhecimento proporciona a revisão e a reformulação das idéias preconcebidas. No entanto esta família, apesar de todos, exceto a transexual, terem cursado o ensino superior, desconhecia e não havia buscado conhecer sobre o tema da transexualidade. Preferiram ficar com os seus pré-conceitos, reiterando assim que faz parte da vida cotidiana o caráter momentâneo dos efeitos, a natureza efêmera das motivações e a fixação repetitiva do modo de vida, que vão sendo tipificados e institucionalizados na forma de controle social.

Na formação dos preconceitos entram os estereótipos, analogias e esquemas já elaborados, muitas vezes impostos pela cultura, crença e educação onde o sujeito está inserido. Deste modo, o irmão discriminava-a a partir do estereótipo do que seria, para ele, um travesti, e esta imposição de conceitos facilita a formação de ultrageneralizações. Os preconceitos proliferam mais entre os conformistas que, por sua vez, estão intimamente ligados aos processos de alienação, que colaboram para que a *sombra* se sobreponha e oculte o sujeito.

A transexual em referência aparentava conformidade com a discriminação que vinha sofrendo, e isto é o que Heller denomina como a lei do “esforço mínimo” e que no preconceito há uma fixação afetiva e, por isso, a razão nem sempre é suficiente para eliminá-lo. Esta história revela também outra faceta do cotidiano, a que a crença nos preconceitos torna-se cômodo porque protege as pessoas de conflitos, à medida que confirma as ações anteriores. “Mas, muitas vezes o mecanismo é também indireto: nossa vida, quando não pode

alcançar seu objetivo em sua verdadeira atividade humano-genérica, consegue então um ‘sentido’ pleno no preconceito” (HELLER, 1992, p. 46).

O preconceito é uma tentativa de fixar e cristalizar identidades, pois as práticas preconceituosas e discriminatórias negam a possibilidade do outro (da diferença) de ter acesso ao arsenal da igualdade e equidade (humanidade). Isto, todavia, não se constitui apenas de vontades e de ações particulares. O preconceito está imbricado na categoria inclusão/exclusão, presente na sociedade que prega a construção diferenciada e não-plural de seus membros, como signo de preconceito, “que admite o acesso particularizado de alguns, seja aos bens materiais, seja aos bens culturais, que dá valorização positiva à desigualdade substantiva” (BANDEIRA e BATISTA, 2002, p. 121). A sociedade que segue nesta direção está destinada a instaurar a violência no espectro material ou simbólico. A dificuldade de acesso ao tratamento do transexual é um dos exemplos da materialização do preconceito como categoria de exclusão.

A história que referenda o destaque que faço sobre o preconceito, como uma das categorias que vão constituir a identidade do transexual, transcorreu no espaço de trabalho ao mesmo tempo em que este era uma extensão do espaço familiar. Por isso, considero oportuno trazer Sennet para entender acerca do rebatimento dos modos de produção do sistema capitalista no aparelhamento da discriminação e do preconceito.

Sennet (2005) enfatiza o paradoxo que vem se estabelecendo, por um lado, entre a possibilidade de as pessoas moldarem as suas vidas com maior flexibilidade, possibilidade que adveio das transformações sociais presentes nas últimas décadas e, de um outro lado, a nova ordem capitalista que impõe mecanismos e estratégias de controle e submissão, que produzem impacto sobre o caráter pessoal, de modo especial sobre os dos segmentos sociais



que já são, direta ou indiretamente, objeto de alguma forma de preconceito. Assim assevera

Sennet (2005, p. 10):

Caráter é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. [...] O caráter de alguém depende de suas ligações com o mundo. Neste sentido, o ‘caráter’ é um termo bem mais abrangente que seu rebento mais moderno que é a personalidade, pois este se refere a desejos e sentimentos que podem apostemar por dentro, sem que ninguém veja. Ele é expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. [...] Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem.

O autor analisa a relação de espelhamento entre os padrões de resultados em curto prazo, a instabilidade nas relações de trabalho, os valores camaleão da economia e as relações familiares. Afirma Sennet (2005, p. 27) que o capitalismo de curto prazo “corrói o caráter, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”. E sendo assim, o preconceito vem de encontro às qualidades de caráter como lealdade, compromisso e honestidade, propósitos que afirmam os valores atemporais e éticos.

A ação da família aludida reproduz o que a sociedade estabelece como meios de categorizar as pessoas, designando atributos peculiares a cada categoria. O estranho, o diferente é separado. O preconceito leva ao estigma e à discriminação, que habitualmente são usados como sinônimos ou como conceitos muito próximos, quase semelhantes. Todos eles tornam o indivíduo inviável de aceitação social. Goffman (1988 p. 7-11) conta que “os gregos criaram o termo ‘estigma’ para se referirem aos sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava”. Com o passar do tempo, a palavra “estigma” passou a ter uma conotação exclusivamente pejorativa, em geral derivada de um preconceito, não só de origem individual

como também dos grupos a que o estigmatizado estivesse relacionado, mas aos quais efetivamente não pertencesse. O preconceito, o estigma leva à tentativa de ordenar as pessoas em diferentes grupos ou categorias, trazendo o risco de classificar apenas considerando a forma (o que é individual e distinto, o diferente) e esquecendo a substância do homem (comum a todos da mesma espécie, o idêntico).

Deste modo, chega-se a um outro momento que é o da discriminação, da seleção, enfim, da classificação que se esquece da substância, e do individual. Chega-se a um processo de retroalimentação: preconceito, estigma, discriminação, juízos provisórios, ultrageneralização, preconceito e assim sucessivamente. Eu acrescentaria que preconceito e estigma são etapas que se sucedem na produção da exclusão e de identidades invisíveis, como a da jovem protagonista desta história, que ao mesmo tempo remetem à lembrança de uma outra história que é a do Homem Invisível:

Eu sou um homem invisível. Não, não sou um fantasma como aqueles que assombravam Edgar Allan Poe; nem sou um dos seus ectoplasmas de Hollywood. Sou um homem de material, de carne e osso, fibras e líquidos - e pode ser até que eu possua uma mente. **Sou invisível, entenda, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver.** Como essas cabeças sem corpo que você vê às vezes nos espetáculos de circo, é como se eu estivesse cercado de espelhos de um vidro duro, que distorce a imagem. Quando eles se aproximam de mim eles vêem apenas meus arredores, eles mesmos, ou pedaços de sua própria imaginação - de fato, tudo e qualquer coisa, menos eu (ELLISON, 1990, p. 7, grifo meu).

A invisibilidade da jovem, como uma pessoa portadora de uma identidade com peculiaridades diferentes das que a família lhe atribuía, já iniciara muito antes, mas se materializou quando da saída do hospital psiquiátrico, por isso a família não a questionou como, com quem e para onde iria, embora a internação psiquiátrica já revelasse a distorção da família e da sociedade quanto à imagem da adolescente. Por outro lado, os compromissos impostos pelos papéis sociais mantiveram a todos ligados, ou quem sabe a jovem ainda

continuasse acreditando que fosse a corporização da sua própria sombra. A sombra diferente do poema não era mais a sombra feminina, mas a sombra do preconceito. Assim como a família não perguntara do destino do seu vôo, ela ainda não conseguira se perguntar:

O que eles pensam sobre nós, os transitórios? [...] aves de arribação, obscuros demais para classificação sistemática, silenciosos demais para os mais potentes gravadores de sons, de natureza demasiada ambígua para a mais ambígua palavra, e muito distantes dos centros de decisão histórica para assinar, ou pelo menos aplaudir os signatários dos documentos históricos? (ELLISON, 1990, p. 12)

O preconceito, então, é a afirmação da valoração negativa que se atribui à alteridade. O outro não é visto e isto implica na negação da contradição pela exclusão e não pela superação, e desta forma exclui o diferente e simultaneamente afirma a própria identidade como superior. “O preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo” (HELLER, 1992, p. 59).

Há várias formas de invisibilidade social, representadas nos preconceitos de caráter político, econômico, étnico, sexual, etário e de gênero, entre outros, os quais vão percorrendo e se alimentando das veias abertas dos diferentes grupos sociais. A consciência da existência dos mesmos é um dos passos para a retirada dos antolhos que cada sociedade coloca. Espero que o uso dos mesmos pela família, por tanto tempo, não a tenha feito cega. O encontro entre a mãe e a filha oportunizou que ambas iniciassem o redimensionamento dos seus olhos *internos*, para olhar na direção de um horizonte que difratava as diferentes cores e que permitia dar visibilidade à unidade que se junta na humanidade. Esta é a idéia de que o olhar é o veículo da consciência.

#### 4.5 TRABALHO: TRAVESSIA ENTRE IDENTIDADE INVISÍVEL, IDENTIDADE POR PROCURAÇÃO E IDENTIDADE COM AUTONOMIA

*Teus olhos, borboletas de oiro, ardentes  
Borboletas de sol, de **asas magoadas**,  
Poisam nos meus, suaves e cansadas,  
Como em dois lírios roxos e dolentes.*

*Frorbela Espanca*

O trabalho é uma atividade essencial e vital para o homem, considerando que é através dele que se efetiva a transformação da natureza. Diz Leontiev (1978) que a hominização dos antepassados animais do homem se deve ao aparecimento do trabalho e, sobre esta base, da sociedade. Este autor recorre à afirmação de Engels de que o trabalho criou o próprio homem, para completar que ele também criou a consciência do homem. Também foi o trabalho que promoveu o aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos e em especial das mãos, chegando à perfeição como as de Picasso, Michelangelo e de Liszt. Portanto o trabalho é um “processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade”, como afirma Kosick (1995, p. 180).

Sendo assim, a natureza se oferece à ação do homem e este, por ser carente e por pertencer às forças vitais desta, objetiva essa natureza. A dinâmica aqui se expressa e se satisfaz nos objetos concretos da realidade natural. Entretanto, nessa luta pela sobrevivência, o homem também se comporta como ser genérico, isto é, o homem universal que se constitui humanamente pelo mundo do trabalho. E o trabalho se apresenta como mediador, tanto para a constituição do homem como para a criação da história. A satisfação das necessidades implica na elaboração de bens de consumo e é este modo de produção que precede e determina as demais esferas de suas atividades. “O trabalho é, portanto, desde a sua origem, um processo

mediatizado simultaneamente pelo instrumento (sentido lato) e pela sociedade” (LEONTIEV, 1978, p. 74).

Através das categorias que somam na composição da identidade e que emergiram do material empírico, foi possível observar que há um jogo de igualdade e diferença e que entre elas há uma equivalência e, nesta equivalência, se estabelecem nexos e trocas possíveis. Destaca-se, também, que o pensamento funda-se na atividade humana e nas relações sociais produzidas por esta atividade. Foi através deste percurso que os homens passaram a identificar a importância da relação social para a efetivação das atividades de transformação e para as trocas. Tanto assim, que Marx (1978, p. 261) escreveu:

A dependência mútua e generalizada dos indivíduos reciprocamente indiferentes constitui o seu nexos social. Este nexos social se expressa no valor de troca e apenas neste a atividade própria ou o produto se transforma para cada indivíduo em atividade ou em produto para ele mesmo. O indivíduo deve produzir um produto universal... Por outra parte, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre a riqueza social, o possui enquanto é proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade (o indivíduo), leva consigo no bolso... .

Essa afirmação me conduz a entender que a construção social da identidade torna-se possível na medida em que o sujeito dispõe de um nexos universal, o poder de troca de tudo com tudo, troca universal, equivalência universal, identidade e/individualidade universais (CODO, 2002). Para Marx, o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social e é por seu intermédio que se instituem as mediações que vão elaborar a diferenciação do ser social em face de outros seres da natureza. As mediações são conquistadas pelo homem no processo histórico da sua autoconstrução, pelo trabalho, e são categorizadas como a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade; todas tornam-se “capacidades humano-genéricas,

sem as quais a práxis não se realiza com suas potencialidades emancipatórias” (BARROCO, 2001, p. 26).

O trabalho, deste modo, é visto como possibilidade, mas a sua organização também tornou-se um espaço de produção de desigualdades sociais. As relações de poder e contrapoder do modo de produção na sociedade capitalista madura, que se caracteriza pelo maior desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humano-genéricas, estampam, simultaneamente, a contradição em produzir o maior grau de alienação. Tudo isto incita conhecer as implicações do trabalho na construção social da identidade do transexual.

As atividades de trabalho entre os transexuais ligados ao PROTIG são diversificadas como qualquer outro grupo social. Porém, venho apontando possibilidades e impedimentos, que são processos particulares ligados à própria história da transexualidade num país formado por arquipélagos de desigualdades, direitos e privilégios, cujas pontes nem sempre dão acesso à maioria dos seus cidadãos, condições que acabam tendo repercussões na inserção destes cidadãos no mercado de trabalho.

Considero importante relembrar que 88,4% destes sujeitos corresponde a transexuais do tipo M-F, que têm identidade do gênero feminino, e que 78,3% estudou<sup>51</sup> menos de oito anos (LOBATO et al., 2005), o que os coloca numa situação de desvantagem em relação à população do sexo feminino em geral, bem como à população dos jovens e adultos brasileiros, onde 60% não completou os oito anos de estudo ou o ensino fundamental<sup>52</sup>. Esta ressalva se

---

<sup>51</sup> Apenas 45,5% das mulheres de 15 a 19 anos e 54,8% das de 20 a 24 anos atingiram o nível mínimo de 8 anos de estudo esperado para sua faixa etária. PNADs/IBGE (2005).

<sup>52</sup> O Ministério da Educação assim designou como ensino fundamental: fundamental para ter um mínimo de capacidade de leitura e de escrita, de raciocínio abstrato, de localização no tempo e no espaço. Fundamental para ter alguma compreensão e para fazer parte plenamente da sociedade em que vive, para ter um trabalho decente, para ter um mínimo de autoestima. No Brasil como um todo, são mais de 60% os adultos que não têm o ensino fundamental (URANI et al., 2004).

faz necessária, considerando a questão da transversalidade do trabalho dos transexuais com o trabalho feminino, sobrepondo-se nas suas implicações.

O panorama da condição de trabalho é considerado a partir de 122 sujeitos, sendo que seis entre eles concluíram o curso superior, cinco eram professores da rede pública do estado e um ainda não estava trabalhando. Estes, junto com mais dois funcionários públicos e dois que trabalham no comércio, são os que têm vínculo empregatício. Entre os mais jovens, alguns que concluíram o ensino médio, mesmo tendo realizado a troca do nome de registro para o nome adotado, aguardam pela cirurgia para, posteriormente, procurar uma forma de trabalho. A justificativa para isso é o desejo de não se exporem às diferentes manifestações de preconceito, bem como preservar no anonimato a condição de transexualidade.

Há três profissões que se salientaram quanto à frequência no grupo e por isso considero importante destacá-las. A primeira delas é a profissão de cabeleireira e manicure (13%). A escolha foi justificada pela possibilidade de trabalhar num ambiente onde há maior aceitação quanto à diversidade sexual, sobretudo pela observação quanto à inserção dos homossexuais nesta atividade: *“eu escolhi ser cabeleireira porque é mais fácil, elas já aceitam os homossexuais”*. Entrevista 133.

Entre as cabeleireiras, 50 % tornou-se proprietária de salão, o que lhes possibilitou, para as que estão no mercado há mais anos, a aquisição de casa própria e carro, bem como assumir um papel de referência para as suas famílias. As que trabalhavam como funcionárias em geral ingressaram quando ainda se vestiam com roupas que as identificavam com o sexo anatômico, e em geral eram confundidas como *“gays”* e já no espaço de trabalho iam

efetivando o *cross dressing*. Este dado, fornecido por elas, tem a intenção de revelar que este não é um território livre de preconceitos para a transexual.<sup>53</sup>

O setor de prestação de serviços, conforme dados do IBGE (2005), absorve 56,6% da ocupação da mão-de-obra feminina, além do que as atividades ligadas ao embelezamento e à manutenção da juventude têm crescido muito, graças aos padrões culturais de exigência para com os modelos sociais do corpo, submetidos às novas coerções estéticas, tanto para as mulheres quanto para os homens. É também uma área em que através da educação profissionalizante é possível qualificar a mão-de-obra daqueles que não tiveram condições de continuar estudando. Entre os transexuais isto é uma realidade, como disse uma jovem cabeleireira de 18 anos, que nos fins-de-semana também trabalhava com telemensagens:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*A escola é uma parte ruim, todo o mundo é infantil, os amigos também. É muito ruim. Eu tenho uma tese: até os 12 anos tu demoras para entender, tu ficas lutando por uma coisa que nem tu sabes o que é. É infeliz. Dos 12 aos 15 anos tu tentas mudar. Achas que é uma coisa errada, nem tudo que é bom para os outros é bom para a gente. Depois dos 15 anos a gente sabe que não vai mudar. Ai, segue a vida. Entrevista 133*

A fala da jovem lembra os versos de Adélia Prado (1991): [...] “Estou no começo do meu desespero/ Eu só vejo duas saídas: Ou viro Doida ou viro Santa?/ Como abrir a janela, se não for Doida? / Como fechá-la, se não for Santa?”

<sup>53</sup> A atividade de cabeleireiro originalmente era um espaço masculino, tendo iniciado com os barbeiros e até os anos quarenta a mulher não era reconhecida nesta profissão, conforme dados do Sinbel (2005), o que constituía uma discriminação.



Adélia Prado fez estes versos dando voz a uma mulher que aguarda pela chegada de um amor, mas o tempo passa e a dor já começa a deixar as marcas no seu corpo. Então se questiona quanto ao impasse da polaridade da sua escolha. A jovem cabeleireira também se encontrava numa encruzilhada, então o seguir a vida foi abandonar a escola e buscar contato com outras jovens nas mesmas condições, enquanto empreendia as transformações necessárias no seu corpo. Assim começou a trabalhar em salão e a fazer performances em telemensagens. Já fora convidada para ir trabalhar no exterior, mas não aceitara; todavia, não resistiu ao convite para tornar-se profissional do sexo. Abandonou os trabalhos anteriores e deixou de morar com a família. Quem sabe a resposta vem com os verso do Poema Começado no Fim, de Adélia Prado (1991): “Um corpo quer outro corpo./ Uma alma quer outra alma e seu corpo./ Este excesso de realidade me confunde.”

Na questão da transexualidade há um grande investimento na questão do corpo, chega próximo à unanimidade entre estas pessoas o sentimento de que têm as suas almas presas num corpo que não é o seu; mas, por outro lado, a alma também reivindica um corpo. Este forte investimento em questões pautadas pela dicotomia alma/corpo, mulher/ homem e masculino/feminino pode contribuir para escolhas profissionais onde o corpo e os seus atributos continuam sendo o objeto maior de atenção. Assim me parece ser com a escolha por trabalhar em atividades ligadas ao embelezamento ou à prostituição, esta última onde 25,3% dos sujeitos que fazem parte desta pesquisa exerce as suas atividades.

Falar sobre a prostituição<sup>54</sup> é uma tarefa difícil, na medida em que se tem o ponto certo na mistura das cores, a fim de não colorir com grandes matizes de preconceito nemtampouco descolorir a ponto de tornar primário um tema complexo. Não obstante, é o desafio da pesquisa; e o meu, em especial, é poder mostrar esta realidade sem perder o “país<sup>55</sup> da delicadeza”.

A prostituição remonta a tempos antigos, e assumiu diferentes valores ao longo da história, muito embora nem sempre haja referência a pagamento em dinheiro ou em outra forma pela prática sexual. Estas diferenças ensejam trazer quais os conceitos sobre a prostituição. Para Ângelo (1986), como qualquer outra mercadoria, a prostituta possui um valor de uso. Ela desenvolve sua atividade através de uma relação sexual, onde as carícias, os serviços, são comprados por um dos parceiros (cliente), da mesma forma que o proprietário dos meios de produção compra a força de trabalho dos operários.

Já Fonseca (1996), em seu estudo realizado com mulheres prostitutas de Porto Alegre no ano de 1994, considera que a prostituição, com seu *status* estigmatizado, alvo de repressão policial e censura pelo senso comum, não é uma profissão como qualquer outra. Para esta mesma autora, a noção de carreira (como modo de vida, profissão) serve para combater a idéia de miserabilidade que é apresentada por muitos estudos sobre prostituição, principalmente na literatura norte-americana. Nessa questão, a prostituta é vista como uma espécie de empresária que fez uma avaliação realista das oportunidades econômicas abertas a

---

<sup>54</sup> Agustín (2005) propõe o uso da expressão *mercado do sexo*, considerando que o termo prostituição também pode obscurecer a compreensão de que é um mercado e, portanto, desviar a atenção da demanda dos diversos desejos das pessoas que procuram serviços sexuais. O sexo comercial tem dado lugar a uma verdadeira indústria. A autora afirma que considerar os elementos que a integram conduz a perceber que a sociedade se depara, não com a prostituição, mas com uma diversidade de trabalhos sexuais. Concordo com a autora, mas usarei a expressão prostituição, considerando que vou me restringir especificamente ao trabalho desenvolvido pelo grupo pesquisado

<sup>55</sup> Referência ao título do DVD de Chico Buarque de Hollanda: “O país da delicadeza perdida.” BMG, 2003.

ela. No seu estudo, a autora identificou que a maioria das prostitutas entrevistadas se considerava uma *profissional*, contudo a idéia de carreira não era um dado típico desses sujeitos. Compartilho com a autora a idéia de que é uma profissão diferente das demais, e cheguei a esta consideração a partir de depoimentos como os que foram colhidos no grupo de discussão criado com a finalidade de debater sobre prostituição. Para revelar suas falas, as participantes serão identificadas por uma letra alfabética a fim de não confundir com o código por números que venho usando para designar os sujeitos que participaram das entrevistas de pesquisa. O grupo contou com:

A participante **A** tinha 27 anos, branca, olhos azuis, traços femininos bem definidos e nega ter feito plástica ou aplicação de silicone, embora tenha quadris bem arredondados. Estudou até a quinta série, tem companheiro há quatro anos e junto com ele tem uma caminhonete para serviços de transporte. Iniciou na prostituição na adolescência, convidada por uma “travesti” que tinha liderança, a “colocou na quadra” e foi sua protetora. Por ocasião das reuniões do grupo, costumava dizer que não trabalhava mais na prostituição, porque o marido a havia “retirado da quadra”. As companheiras, no entanto, diziam que ela ainda trabalhava e o marido era o seu segurança.

A participante **B** tinha 25 anos, negra, alta, fez o ensino fundamental, a mãe estava paraplégica por uma doença que não era bem entendida pela filha, o pai já morreu e não deixou pensão, a irmã ainda não conseguira emprego e ela, antes de ingressar na prostituição, costumava fazer trabalhos esporádicos em casas de banho e tosa de animais. Trabalhava numa casa que se destinava à prostituição de travestis e transexuais, direcionada a uma clientela com maior poder aquisitivo e, pelas suas características físicas, era uma das mais cotadas. Para dar conta das exigências, não fazia uso de hormônios, caracterizava-se por ser assertiva

em seus depoimentos e, séria, não esboçava nenhum sorriso. Com o dinheiro do seu trabalho, mantinha a mãe e a irmã.

A participante **C** estava com 35 anos, era branca, estudou até a sexta série, começou a se prostituir com 18 anos, quando então saiu de casa. Revelou que sempre teve o cuidado de “fazer o ponto” em bairro bem distante do em que sua família morava, a fim de que eles “não passassem vergonha”. A família toda sabia e não a discriminava. Havia feito aplicação de silicone líquido nas nádegas, faces e lábios e retirara a barba com eletrólise. Caracterizava-se por falar com franqueza sobre sua vida e pela capacidade de discernimento diante dos fatos.

A participante **D** tinha 20 anos, completou o ensino médio e vivia na casa com os familiares, constituídos pelo casal e dois filhos. Iniciou na prostituição com 17 anos, a família sabia do seu trabalho e a mãe considerava que era a única forma de ela “poder comprar as suas coisinhas”.

A participante **E** tinha 19 anos e estudou até a sétima série. Estava começando a trabalhar na prostituição, recebera algumas orientações de outras transexuais que lhe indicaram pessoas que lhe pagariam a hormonioterapia e as aplicações de silicone em troca da sua prestação de serviço. Já não morava mais com a família.

A participante **F**, de 18 anos, abandonara o ensino médio. Morava com a família e mais dois irmãos e contava com o apoio desta. Um dos temores do pai era quanto ao risco de prostituição presente entre as transexuais.

Quanto à motivação para a prostituição, assim se manifestaram:

Participante **A**: *É, [para] quem está na prostituição a coisa já não está fácil, não tem emprego. Tu vai procurar, aí não está fácil, aí tu pode ter curso disso ou daquilo. É que já está difícil o emprego pra pessoas normais, imagina pra transexual. E aí acaba **caindo** na prostituição mais cedo ou mais tarde [...]. Tu sabes a gente fica naquele mundo de **ilusão** de que a gente é **garotinha**, que não sei o quê, porque os homens te aceitam, porque os homens te olham, entendeu, e depois que **tu cai** na prostituição tu vê porque que eles te olham, tu vai entender porque que eles te namoram. Porque são esses maricas ridículos[...].*

Participante **B**: *Sabe, são esses maricas ridículos que se fazem de homem, porque procuram a gente porque querem aquela parte. Então tu fica assim, tem a **F** sabe, a gente também sente a falta de ter aquela inocência [ela está se referindo a uma jovem de 18 anos, que faz parte do grupo que manifestara esperança de encontrar um namorado, de ser amada, que para surpresa de todos mais tarde veio a participar do grupo de discussão]. Tu fica achando que eles estão te olhando, que tão achando que tu é uma mulher, mas não é nada disso. Então tu **cai** sabe, tu fica assim desnorteada. Na verdade eles estão te **catando** porque eles querem **outro fundamento**. Tu **cai né?**, tu fica assim desnorteada. Não tem o que fazer. Tu quer dinheiro seja pra tua família, seja pra ficar **mais bela** [...]. Tem, sim, aquelas que vão fazer plásticas, tu ganha dinheiro muito mais fácil. Não tem essa: ah, eu sou transexual eu não sei o que é isso. Mais cedo ou mais tarde, **tu cai** nisso, tu **acaba caindo**. [...] Digo assim 95%, mais cedo ou mais tarde, **vai cair**. [...] mas quando começou, naquela transformação, **cai**. Quem sabe, se tu tens uma boa estrutura familiar...*

As participantes concordam que a escolha para a prostituição é pela dificuldade de conseguir trabalho em outra atividade, porém elas tratam os seus clientes com o mesmo preconceito de que são vítimas. Este dado pode revelar a marca hegemônica do discurso sobre

a sexualidade. Falam também de um outro elemento que acompanhava as suas escolhas: a ilusão de que poderiam ser desejadas como mulheres, mas a confirmação de que o interesse despertado é pela identificação com o seu sexo biológico as decepciona e lhes deixa o gosto amargo do fel.

Lembro de Giddens, (2002) quando ele diz que o corpo não é só uma entidade física que se possui, mas que é um sistema de ação, um modo de práxis. E a sua imersão prática nas interações da vida cotidiana é uma parte essencial na construção da identidade e, com peculiaridade especial, na situação da prostituição entre os transexuais. Passa a ser um obstáculo na superação da contradição, afirmando então uma dicotomia na construção social de gênero. Há todo um esforço na construção de um corpo, uma voz, uma face que sejam identificadas como femininas, ao mesmo tempo em que o valor de troca no processo de trabalho está na parte do corpo que confirma a identidade do sexo masculino. Provavelmente aí esteja o ressentimento instalado contra os seus clientes. As suas falas são carregadas de hostilidade contra eles.

Vem à cena outro dado relacionado ao corpo: as transformações físicas exigem dinheiro para serem efetivadas, bem como informação de com quem, onde e como fazê-las e estes dados são transmitidos, na sua maioria, pelas transexuais ou travestis que já se prostituíam há mais tempo. Este dado aponta também para o sentido de pertencimento a um grupo que pode ser despertado a partir da convivência com as companheiras da *quadra*. É um dos momentos de encontro com os iguais, com quem, na maioria dos casos até então, não haviam tido a oportunidade de compartilhar. É o território para a celebração dos rituais de passagem, onde comemoram o crescimento do seio que surge após o rito da aplicação do hormônio e/ou do silicone, onde tomam contato com credices como: se aplicar diretamente

no seio, os resultados serão mais efetivos; o orgasmo e a bebida alcoólica diminuem a eficácia dos hormônios. São apresentadas para as diferentes tribos e as respectivas características de cada uma, como as *lazinhas*, o equivalente das *patricinhas*, e as *traveção*, aquelas que exageram nas formas e no uso do silicone, bem como iniciam o uso da gíria profissional.

Coincide justo com a adolescência, etapa do desenvolvimento em que o grupo passa a ser mais um espaço muito significativo na construção da identidade. Na fala dos sujeitos da pesquisa, as pessoas que empresariam os seus trabalhos, chamadas de *cafetinas*, assumem a liderança nos cuidados, tanto na proteção física como na aparência, mas tudo isso tem um alto custo, tanto financeiro quanto de obediência às *leis* do lugar, entre elas os pagamentos de multas e pedágios.

Outra expressão freqüente entre as participantes é “cair”, “tu acabas caindo”, para representar o ingresso nesta atividade. Este é um dado que diferencia, em muito, o sentimento na linha de chegada de outros tipos de trabalho. Enquanto para os outros trabalhos a expressão usada é de ter alcançado, ter chegado lá, para este grupo é cair ou ir caindo, o que sugere que há um movimento quase inevitável. Nem a pedra no caminho conseguiu evitar. Há uma conotação pejorativa e determinista, é como se nesta situação as pessoas estivessem privadas das suas capacidades de escolhas, bem como da restrita possibilidade de contar com a família, lembrando André Gide citado por Goulet (2003, p. 195) quando escreveu:

Eu nunca sou apenas aquilo que creio ser – e isto varia o tempo todo, de forma que, muitas vezes, se eu não estivesse lá para aproximá-los, meu ser da manhã não reconheceria o da noite. Não há nada diferente de mim do que eu mesmo [...]. Meu coração só bate por simpatia; vivo apenas por outrem; **por procuração**, poderia dizer por núpcias, e é quando saio de mim mesmo para me tornar qualquer um que sinto viver mais intensamente que nunca.

Entendendo identidade como uma permanente construção social, a identidade **por procuração** torna-se uma realidade, ainda que seja transitória, ou simultânea à identidade com autonomia. Como Sawaia (2004, p. 123) diz que os conflitos sociais não se limitam unicamente à luta pelo direito às diferenças, tais como étnicas, raciais e de gêneros, “mas por estarem atravessados pela idéia de ‘identidade de etiquetas’- defensivas ou agressivas ou usadas a serviço da luta pelo poder, representadas nas idéias dicotomizadas e de exclusão das alteridades.”

O primeiro conjunto de narrativas revelou o entendimento dos sujeitos da pesquisa a respeito das implicações da realidade social que as conduziu a este tipo de trabalho. Isto enseja, então, ouvi-las sobre o que é prostituição:

A participante **E** diz: *Prostituta é quem cobra, quem faz esquina*. A participante **C** considera que: *prostituição é quem se vende né?, faz programa pelo dinheiro, quem faz sexo por dinheiro. Tem gente que se prostitui, que sai até de graça, mas aí a pessoa está se prostituindo também, porque sai com várias pessoas, isso também é prostituição*. **B** discorda: *acho que isso aí não!* **C**: *É sim, ela só não está cobrando*. **B**: *Fazer uma coisa por prazer é outra coisa*. **C**: *Sair com vários, fazer uma coisa nojenta é prostituição também*. **B** concorda que *por mais belo que o cara seja [...], sabe, por mais que tu goste do cara, é uma coisa nojenta, o cara está te achando uma puta né?, ele pensa: claro, eu tô pagando. É mais ou menos quando tu compra um tênis, tu exige o que tu quer né?, sabe, não é a mesma coisa?* A participante **C** insistia na sua posição: *Eu acho que é prostituição quem transa com vários [...]* *Lógico, isso é discriminação (refere-se a quem diz que sem paga não há prostituição)*. *A gente que cobra é prostituta, quem não cobra e anda de um lado pra outro é pior*. **A** concorda com a colega: *Tem gente que é vulgar, é pior*. **E** completa: *Eu concordo. Às vezes tu estás*



*querendo cobrar porque tu estás precisando daquele dinheiro, porque tu tens que pagar tua conta [...], tem pessoas que se prostituem pra ajudar a família, como eu conheço pessoas que de dia fazem curso de advogado, médico e tal e de noite se prostituem pra pagar os cursos. Pessoas que tu jamais diria que se prostituem. Todas citam exemplos de mulheres que se prostituem: B: Eu conheço gente formada que faz. C: Eu conheço uma que é professora, que dá aula e tudo e se prostitui... C trouxe uma diferença na conceituação, afirmando que: tem uma diferença entre puta e prostituta, né?*

O conceito de prostituição é entendido como a prática de relações sexuais mediante acordo de pagamento, porém uma das participantes estende o conceito para um determinado tipo de comportamento sexual que envolve muitas trocas de parceiro. A confusão entre promiscuidade sexual e prostituição é freqüente na população em geral e nela há uma conotação moralista. No depoimento em questão, havia na forma de julgamento moral uma defesa do trabalho que a prostituta fazia. Outro dado marcante é quanto à questão econômica, como a que determina a prática da prostituição até mesmo para aquelas que conseguiram chegar a um outro patamar de escolaridade. Convém lembrar que “a prostituição configura, juridicamente, uma exceção ao princípio geral de que o corpo humano é um bem fora do comércio” (FABREGAS-MARTINEZ, 2000, s/p).

O trabalhador é o agente social que maneja os instrumentos de trabalho com a finalidade de transformar uma determinada matéria-prima, um objeto em um bem ou serviço final. Trabalhadores são todos que pessoalmente operam instrumentos ou equipamentos que modificam diretamente objetos naturais, objetos sociais, signos ou interesses sociais. Na evolução do trabalho humano encontramos a força de trabalho, a energia que modifica a matéria-prima (o objeto) transformada em mercadoria. Suas utilidades passam a ser

organizadas de acordo com as necessidades e desejos dos seus compradores (BRAVERMAN, 1981).

As falas dos sujeitos da pesquisa abrem as comportas da questão social: discriminação, êxodo escolar, baixa escolaridade, falta de acesso a programas de saúde na infância e na adolescência, enfraquecimento da rede social, falta de acesso a programas de capacitação profissional, tudo isso representado pela ausência imediata de recursos financeiros para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência. Todo este feixe de implicações aparece no discurso daquelas pessoas: a motivação para a prostituição está na necessidade de um trabalho remunerado e no fato de que para exercê-lo não é preciso qualquer treinamento, este último um decisivo fator facilitador.

A exploração comercial nas relações de trabalho é, de certa maneira, semelhante aos regimes de escravidão, comum em outras atividades, porém guarda algumas particularidades, como revelado pela participante **A** ao se referir à pessoa que a introduziu no espaço de trabalho e que lhe dava proteção.

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Ela veio da Europa com dinheiro e já tinha uma casa de massagem onde trabalhavam rapazes pra ela, rapazes de programa. Ai ela fez sociedade com uma travesti da rua e alugou um apartamento e começou a botar travesti [...]. Ela descia numa moto com uma corrente amarrada na cintura e dava nas bichas. Ela aterrorizava, cortava. Então ela criou o mundo dela. E ela enchia o carro de homens e mandava quebrar a pau os que não pagavam ela. Ela dava multa nas bichas. Então, quando tu morava na casa dela tu era respeitadíssima também né?, porque ninguém podia te fazer nada. Ela foi uma pessoa muito boa. Me instruiu, até, em muitas coisas da noite. Ela foi uma que quis me levar pra Itália; eu não quis ir. Participante A.*

A desigualdade passa a se reproduzir em efeito cascata, mesmo em sociedades que cultivam os valores democráticos e igualitários. As pessoas são levadas a aceitar a injustiça, a adotar ou tolerar, frente àqueles que são ou não seus pares, práticas de discriminação que as excluem. O depoimento da participante aqui designada como A ilustra que há certa naturalização das manifestações de exclusão e exploração, as quais se estendem ao nível familiar como ocorria com ela quando suas irmãs escaldavam os copos que ela usava porque a consideravam “suja” em função do seu trabalho. Nada, porém, que os resultados financeiros do seu trabalho, quando chegava a ganhar o equivalente a um ou dois salários mínimos por noite, não tenham conseguido modificar.

O discurso dos sujeitos que participaram do grupo de discussão indica, todavia, que o trabalho que realizam está afastado de outros sentidos além do de ganhar dinheiro, bem como não vislumbram outras possibilidades de valorização, quer com a possibilidade de se estabelecerem laços duradouros, quer com a de ascensão financeira:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Namorar na noite? Não dá, só michê, na noite pode ter certeza, é michê. Pode até rezar amor, é mentira. Geralmente eles pedem dinheiro no mesmo dia. Prefiro sair com cliente de graça a namorar michê. Todo marido de guria de programa é michê, elas até largam deles, mas ficam sustentando. Eu nunca tive namorado, quando caí na noite já sabia que homem não prestava.*  
Participante D.

*Eu já tive clientes que quiseram casar comigo, de me levar pra França, mas aí eu disse: pra que, entendeu, se é pra ficar comendo [...] o resto da vida, entendeu? (todas riem).* Participante B.

*De noite tu é linda e maravilhosa, de dia te tratam feito um cachorro como qualquer outro.*  
Participante A.

As falas remetem ao que Giddens (1993) diz sobre a questão do sexo transformado em mercadoria, em que há uma concentração de baixa emoção e alta intensidade, bem como a dissolução da intimidade.

Referi anteriormente o desafio que seria tratar do tema da prostituição sem cometer excessos, nem tampouco ser indelicada num tema tão delicado. Penso, todavia, que a precaução também está relacionada ao viés romanesco, ainda que sutil, que se preserva ao falar das práticas sexuais. Esta é a realidade que elas vivem, por isso a importância das suas falas. Não sei qual seria o resultado se criássemos um grupo de discussão para tratar das questões dos trabalhadores da indústria do amianto, ou das minas subterrâneas, ou das indústrias de tênis na China, se seria diferente quando eles se referissem às condições e às relações de trabalho. As subcategorias como desigualdade, preconceito, exploração e violência provavelmente seriam as mesmas ou muito próximas, embora com outras representações.

As doenças sexualmente transmissíveis são uma das interfaces desta questão, contribuindo certamente para a prevalência de 17.6% HIV-positivo entre as candidatas à cirurgia, enquanto na população em geral este índice é de 0,65% (LOBATO et al., 2005); é equivalente ao que ocorre entre os mineiros, aonde a morte prematura chega através da silicose. Daí a relevância da categoria trabalho na construção da identidade, considerando que é uma das vias de criar a resistência necessária à transformação e à metamorfose.

As histórias relatadas pelas transexuais que trabalham em prostituição me fizeram lembrar dos versos de Frorbela Espanca (1999): Teus olhos, borboletas de oiro, ardentes/  
**Borboletas** de sol, **de asas magoadas**,/ Poisam nos meus, suaves e cansadas,/ Como em dois lírios roxos e dolentes. As borboletas, estimuladas pelos raios de sol, abrem suas asas

mostrando o seu colorido e atraem as suas parceiras. Por outro lado, o excesso de luminosidade pode funcionar como uma armadilha, queimando as suas asas. As falas mostram que as borboletas da pesquisa têm suas asas magoadas pela contextualização das suas condições de trabalho. O convite é para que elas pousem nos olhos tristes e aflitos da sociedade

Ainda sobre trabalho, lembro que, para Marx, um serviço é o efeito útil de um valor de uso, seja, ele é uma mercadoria ou um trabalho. Assim, ele considera que um trabalhador que presta serviços apresenta como resultado final um objeto tangível e vendável, ou seja, uma mercadoria. Mas nem sempre esses efeitos tornam-se um objeto. Por isso, tal tipo de trabalho deve ser oferecido diretamente ao consumidor, visto que produção e consumo são simultâneos. Nesse caso, os efeitos do trabalho não servem para constituir uma mercadoria, mas os próprios efeitos transformam-se em mercadoria (BRAVERMAN, 1981).

Nesse sentido, a trabalhadora da prostituição é o agente social que, através de recursos internos e externos, presta determinados serviços a clientes, ou seja, seu trabalho é caracterizado como *prestação de serviço*, como são as cabeleireiras.

Um outro tipo de trabalho muito comum entre as transexuais são os ligados à prática das religiões afro-brasileiras, como pais e mães-de-santo. Muitos começaram a freqüentar a religião através da família, outros a buscaram individualmente.

Encontrei Lima (2005) que diz que os pais e mães-de-santo são reconhecidos como detentores de um monopólio de bens sagrados e que suas autoridades são inquestionáveis no âmbito mítico-ritual. Os seus perfis de lideranças são desenvolvidos na dinâmica concreta dos seus terreiros, pela sua capacidade de manter a estabilidade, garantir o contínuo recrutamento

e evitar a deserção dos membros e da clientela. Deste modo, entre os sujeitos da pesquisa, além dos pais e mães-de-santo, há também muitos iniciados<sup>56</sup>. Eu já havia feito esta constatação ao entrevistar o primeiro companheiro de uma das candidatas à cirurgia, quando ele narrou que os dois se haviam conhecido no terreiro onde ela era a mãe-de-santo. Busquei, então, questioná-lo se lá não havia tanto preconceito, considerando a significativa preferência por esta religião, ao que ele respondeu: *nas religiões afro existe preconceito como em qualquer lugar; a diferença é que a religião não proíbe o homossexualismo, diferente das outras que se manifestam contrárias a isso. Entrevista 37.*

Este dado foi confirmado por Mott (2005), que justifica a presença de gays e lésbicas no candomblé por ser uma religião que não interfere na vida sexual dos seus adeptos, além do que há orixás que têm vida sexual bastante irregular, conforme os padrões oficiais da cultura sexual: veja-se Iemanjá, que casou com o irmão e teve um filho do seu próprio filho. Faz referência, também, a que há orixás que mudam de sexo, como Logum-Edé e Oxumaré, que metade do ano são homens e outra metade, mulheres.

Há outros entendimentos igualmente, como os de pessoas que identificam na possibilidade do uso de adereços e da roupa feminina a preferência pela religião. Este dado também vem ao encontro da posição de Mott, mencionando a existência de estudos que sugerem que muitos homossexuais procuram o candomblé como forma de exteriorizar a sua feminilidade reprimida, sobretudo quando participam da confecção das roupas e acessórios. A esse propósito, lembro de um dos sujeitos da pesquisa quando disse:

---

<sup>56</sup> Iniciados são os denominados “filhos-de-santo”, que passam pelos rituais de iniciação e têm obrigações religiosas a serem cumpridas (SILVA, 1995, p. 122).

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*Eu, desde pequena, me interessava por roupa, sempre costurei as minhas. Hoje costuro outro tipo de roupa, a de Axé (roupa para candomblé). É uma bata com sobre-saia e bombachas, faço trunfas e paios (faixa em diagonal), também. Faço com muito carinho, e as pessoas admiram muito o meu trabalho. Entrevista 147.*

O fato de algumas das divindades cultuadas serem consideradas detentoras de dois sexos, o masculino e o feminino, de certa forma concorre como um recurso que vem a facilitar a aceitação da transexualidade por parte da família, como mostram os depoimentos:

**Fragmento de  
narrativas dos  
sujeitos**

*A reação da minha mãe foi ótima, surpreendente, ela já sabia. Nós somos de religião, ela foi no nosso pai-de-santo e ele jogou os búzios e disse que o filho seria homossexual. Ela sabia que o filho não seria homossexual, mas que seria um filho diferente. Hoje eu sou babalorixá (pai-de-santo) e quando eu fizer a cirurgia vou ser Yalorixá. Eu e o meu marido nos conhecemos na religião. Entrevista 147.*

*Comecei a receber o espírito com 10 anos, achavam que era coisa de cabeça. O meu pai mandava a minha mãe me levar na psicóloga. Ela ia numa casa espírita, e eles avisaram que eu ia ser uma pessoa diferente, que ela não se assustasse [...]. O espírito que chegou em mim foi a pomba gira e ela não chega em homem homem. Ela me levou numa casa e disseram: - teu filho não é louco, foi a pomba gira que chegou [...]. O nome dela é 'Rainha das Sete Encruzilhadas' [...]. Nunca sofri preconceito na família. Com 11 anos meu pai me deu uma casa como terreira... Desde lá tenho os meus clientes e dá um bom dinheiro. Eu conheci o meu marido lá. Entrevista 81.*

A religião afro, para os transexuais, tem a representação de jurisprudência, a autorização já foi dada para entidades como Logum-Edé e Oxumaré, que seriam transexuais, ou Iansã, que é considerada mulher macho, veste calça e usa cavanhaque; logo, para as outras

peessoas também torna-se possível. Assim, contribui para isso a idéia de que não foi culpa da família, nem da própria pessoa, mas muito pelo contrário: ela foi escolhida.

Entendo que o trabalho com a religião é uma das formas de resistência e superação na história dos transexuais. Concorre para tanto, além dos aspectos da organização e da liderança que os pais e mães-de-santo exercem, o fato de que é um espaço onde os outros saberes são igualmente possíveis e valorizados. Como diz Lima (2005), a transmissão do saber no candomblé obedece à lógica da palavra falada, “boca ouvida”, nos momentos específicos a cada filho-de-santo. A palavra é, por si só, detentora de força de Axé. A oralidade constitui um universo concreto e revelador das principais proposições históricas de um terreiro, capaz de explicar a organização de um mundo e da realidade.

Os pais e mães-de-santo, bem como a própria religião afro, além de um tipo particular e ao mesmo tempo universal de conhecimento, detêm a manutenção da tradição religiosa, mas ressignificada pelas ações e mediatizadas pelas redes de relações que se estabelecem dentro e fora do espaço do terreiro. Como bem ressalva Lima (2005) através de Hobsbawm (2001), toda tradição é uma invenção, que surgiu em algum lugar do passado podendo ser alterada em algum lugar no futuro.

Deste modo, o sincretismo religioso do brasileiro é um fractal no sincretismo da religião afro-brasileira, reproduzindo a possibilidade da diversidade, ao mesmo tempo em que representa os nexos da identidade com a diferença e a igualdade, mas carregando no movimento de síntese uma nova identidade enquanto preserva parte das anteriores, como mostram os versos cantados por Clara Nunes: Na terra dos Orixás/ O amor se dividia/ Entre um deus que era de paz/ E outro deus que combatia/ Como a luta só termina/ Quando existe um vencedor/ Iansã virou rainha/ Da coroa de Xangô.



Trazendo ao cenário as três profissões que predominam entre os candidatos à cirurgia de redesignação sexual, pretendi também mostrar que o trabalho é uma das travessias para alcançar a autonomia. Assim, estou me dirigindo para o encerramento e penso que as respostas para as quais me lancei, nesta jornada, estão imbricadas no interior do corpo desta tese. Uma delas, que embora faça parte da mesma tessitura, quero destacar, por ter sido o arremesso inicial que possibilitou a criação do programa ao qual estou vinculada e que me autorizou a conhecer este universo, que me era tão pouco conhecido, e fruir da humanidade deste grupo de pessoas: a cirurgia de redesignação sexual e a repercussão da alteração do corpo na construção da identidade, a qual considero como um dos elementos que vêm compor a identidade com autonomia, como pode ser reiterado pela fala de um dos sujeitos:

*Antes da cirurgia eu sentia muita vergonha de mim, embora soubesse que eu pertencia ao sexo oposto, mas eu não me sentia a tal [...] Hoje eu, além de possuir uma genitália feminina, consigo agora ter uma harmonia, com o que eu penso, com o que eu sempre me senti. Hoje eu me enxergo e o meu interior é como se fosse o meu exterior. [...] Eu sabia que no fundo não era uma mulher e até mesmo no ato sexual que, se rolasse, se pintasse um desejo, [...] eu sabia que não poderia ir ou se eu fosse ia ser vergonhoso pra mim, [...] eu me sentia, tipo assim, **enganando**, porque muitas vezes eu tinha muito medo de revelar e assustar, entendeu?*

*[...] Eu nunca vou me sentir completamente uma mulher pelo fato também de não poder gerar, o fato de eu não menstruar, entendeu? Eu, como disse, trabalho num salão de beleza. Então, sempre rolam aqueles assuntos entre clientes. [...] Aí, então eu vejo que aquele universo não me pertence, entendeu. Então eu vejo que eu sou uma mulher, me sinto uma mulher, mas que não pertence ao universo feminino, que isso não vai sair de mim nunca, que por mais feminina que hoje eu esteja, por mais associada à minha mente, eu me sinto, assim **em dois lugares: eu me sinto mulher, mas eu não me sinto feminina**. [...] Não é que eu não me sinta mulher, eu não me sinto fêmea e a feminilidade em mim não vai brotar. [...] E o que diferencia o homem da mulher não é só a genitália. [...] Eu acho que é a parte realmente da **procriação**. Vamos dizer assim, que eu poderia procriar enquanto macho. Só que eu não era um macho, eu era uma mulher. Meu Deus!*

*[...] Eu fiquei mais livre quando aprendi a ler, eu dizia, onde estava escrito isso [referindo-se as proibições que recebia]. E aí eu perguntava, mas onde diz que a boneca é feita para menina? Carrinho é feito para menino, que a roupa cor de rosa é para a menina e azul é para o menino? Eu queria esse manual. **Eu queria tipo um manual do ser humano**. [...] E eu queria estas explicações, queria ver onde que tava, porque eu lembro que eu sempre via como funcionava a TV, como funcionava o rádio e eu queria saber como a gente funcionava **também, saber onde e porque eu tava errada. Queria saber onde estava o meu erro. O defeito meu de fabricação**, vamos dizer assim. Eu sempre me sentia uma menina, eu sempre, sempre me senti. Só que eu via, me olhava no espelho, sabia que não era. Agora eu me olho no espelho e sou. Entrevista 88.*

**Fragmento de narrativas dos sujeitos**

A narrativa da jovem revela que a realidade patrocinou-lhe uma consciência muito apurada, que desde muito cedo lhe permitiu dialogar com as contradições que faziam parte do seu cotidiano, buscando então superá-las através das mediações que ela provocava junto à família. Era tão ricamente desafiadora, que não aceitava as proibições para se alienar das atividades representadas no brincar com as bonecas. Se a sociedade de consumo soube criar manuais para que as pessoas soubessem operar com os equipamentos, haveria também de ter manuais que habilitassem os sujeitos nas suas relações. Era como se ela estivesse sugerindo uma Constituição, uma Carta Magna, só que em vez do ordenamento jurídico do país seria o ordenamento democrático e afetivo das relações humanas, baseado no respeito à diferença e na igualdade com equidade. A defesa pelos seus direitos, por outro lado, possibilitou-lhe desenhar a sua história com a consciência dos limites e das possibilidades do seu corpo. Por isso a cirurgia não só lhe trouxe a harmonização do seu corpo como, principalmente, deu-lhe a autonomia para não sentir que estava enganando os demais. A narrativa também concorre, sobretudo, para reiterar porque, na construção social da identidade do transexual, de tudo fica um pouco.

## AMENAS INFERÊNCIAS

A escolha deste título para o momento de desfecho da tese de doutorado em Serviço Social é intencional. Nela não há o propósito de minimizar o comprometimento da autoria e sim o de ressaltar a delicadeza e o comprometimento que inspira um tema tão complexo e relativamente tão pouco explorado, do qual me propus tratar. Acrescente-se a isso a tênue linha que separa as perguntas das respostas, dos pressupostos e das afirmações, e a permanente vigilância na busca da construção de uma identidade profissional que não seja formatada com base em verdades absolutas.

Sendo assim, conhecer a realidade dos transexuais possibilitou aproximar-me de histórias de inconformidade, vergonha do próprio corpo, preconceito, discriminação, submissão, exclusão e, ao mesmo tempo, de capacidade de resistência, de persistência e de luta pelos seus direitos. Paralelamente, as histórias das famílias revelavam perplexidade, inconformidade, violência e preconceito, simultaneamente com resignação, aceitação, superação, acolhimento e parceria.

Gostaria de destacar que até este momento entendo o transexualismo como tendo uma base biológica para a sua determinação, considerando que os primeiros sinais se evidenciam numa idade ainda muito precoce. Nas histórias narradas pelos sujeitos e pelas suas famílias,

não foi possível identificar presença de uma intencionalidade na construção de gênero diferente do sexo anatômico. Os dados da pesquisa apontam para que, ao contrário, um número significativo destes sujeitos reprimem a convicção quanto à incompatibilidade entre sexo e gênero, chegando inclusive a efetivar tentativas de namoro e até de casamento, como alternativa para responder às expectativas heteronormativas da família e da sociedade. Estas pessoas são aquelas que a literatura especializada designa como transexuais tardios e, entre os vinculados ao PROTIG, eles apresentam maior inserção no mercado de trabalho. Este achado está relacionado à menor exposição à hostilidade e ao preconceito, tendo em vista que há maior discriminação a partir do *cross dressing*, tanto no âmbito familiar e escolar como no profissional, tendo sido o tempo necessário para amedrontar um maior patrimônio relacional que os fortalece para mediações junto à realidade social.

Considerando ainda a possibilidade de uma base biológica para o desencadeamento da transexualidade, justifico também a escolha do título para esta etapa da tese. É como uma amena inferência que destaco que os sintomas e transtornos com base biológica não vêm acompanhados forçosamente de uma ideologia patologizante, mas sim de uma preocupação em entender a multidimensionalidade dos fenômenos humanos.

Entre todo o material coletado junto às famílias, não localizei evidência de que, pela sua constituição, história e relações, tenham elas tido papel decisivo para o desencadeamento do fenômeno. Todavia, a forma como a transexualidade é sentida, vista e enfrentada está intimamente relacionada à configuração de como o sujeito vai operacionalizar a construção da sua identidade. Para tanto, destaco que é através da família que os indivíduos efetivam as primeiras apropriações dos produtos sócio-culturais, entre elas a socialização primária,

produtos estes que lançam as sementes do convívio democrático com a igualdade e a diferença, elementos decisivos para a transformação.

Pleiteando a importância do movimento dialético para a construção da identidade, os dados da pesquisa apontam para a necessidade de maior intercâmbio entre os papéis atribuídos aos gêneros feminino e masculino. A grande diferença na capacidade de acolhimento e de continência, por parte do gênero feminino, em relação às diferenças e sobretudo em relação às pessoas com transexualismo, evidencia a cristalização de papéis, freando o movimento de superação das contradições.

A cristalização dos papéis tem como repercussão o rígido controle sobre as atribuições destinadas a cada gênero, controle este que implica na construção social do gênero. A pesquisa mostrou que o ato de brincar é um dos primeiros sinais na direção da construção do gênero. A sanção aos brinquedos escolhidos pelas crianças implica na privação do exercício progressivo no uso da instrumentalidade, necessária para a transformação material e simbólica da natureza, transformação esta que representa o trabalho no sentido mais amplo do termo, ao mesmo tempo em que cerceia a liberdade de vivenciar as relações sociais de troca e de pertencimento. A constante e precoce interdição do brincar, como recurso de formatação na construção de gênero, vai difratar as cores da baixa escolaridade e o reduzido espectro das profissões exercidas pelos pesquisados, sobretudo pela insatisfação com o trabalho na prostituição. Isto implica no delineamento dos fractais que reproduzem identidades invisíveis e por procuração, marcadas pela particularidade e afastadas da totalidade, bem como também reproduzem fendas que vão craquelando as relações familiares e sociais.

A construção da identidade, de um modo geral, vai contar com algumas categorias que são comuns a todas as pessoas, porém, dependendo da configuração das suas histórias, estas

vão passar pelo prisma da realidade social, a qual vai ter uma diferente composição. Assim, o corpo vai compor, de forma peculiar, a identidade do transexual. Nesta tese, o corpo do transexual está representado na metáfora do Cavalo de Tróia. As implicações do corpo na identidade do transexual não se constituem apenas no aprisionamento da alma; esta desarmonia acaba aprisionando a vida destes sujeitos, representada na humilhação a que são submetidos por se sentirem em dívida com as demais pessoas, por transmitirem uma imagem que não corresponde à sua biologia.

A realidade, todavia, abre espaços para a resistência e para a transformação e os fractais, assim como reproduzem as desigualdades, também vão multiplicando as resistências através da superação das contradições pela inclusão. As resistências são representadas no gesto simples da vida cotidiana, que é o de garantir a permanência do filho na escola, e no gesto dos pais que sozinhos procuram os serviços especializados para entender o que está ocorrendo. E no gesto corajoso da transexual que denuncia a sua frustração em ser identificada pelo sexo ao qual não se sente pertencer, ao mesmo tempo em que por isso mesmo é desejada. Este é o espaço da contradição que vem junto com a inconformidade, e nesta tensão é possível estabelecer mediações para a transformação.

Neste momento de amenas inferências, ousou afirmar que o movimento da transformação pode vir, ainda que transitoriamente, pelo respeito ao desejo do outro. As amenas inferências se dão na proporção da realidade e compreendem os atos mais singelos em direção ao humano genérico. O humano genérico compreende diferentes formas de sentido e desejo, desde que não vá de encontro à humanidade.

Considero a identidade como um processo de, e em construção (processo de construção = metodologia, tecnologia de construção; processo em construção = processo em

elaboração). Nenhuma das categorias que fundamentaram a análise desta tese, nem as que brotaram do material empírico assume um plano ou um patamar diferente, a não ser como recurso da pesquisa. E como tal, a categoria trabalho ilumina, de forma especial, tipos de identidades que se evidenciaram nesta pesquisa e que denominei de identidade invisível, identidade por procuração e identidade com autonomia.

Perguntei-me, desta feita, do que vale um nome? Quando é um nome e quando é uma etiqueta? Respondo que a etiqueta pode ficar congelada como um rótulo e/ou como uma marca. Não foi assim que pensei. Pensei como um nome que mantém a semelhança que possibilita identificar do que estou falando, mas ao mesmo tempo com abertura para a diferença. Tal como o nome Maria, no qual a sua referência me conduz à semelhança com o feminino, mas ao mesmo tempo em que me conduz às diferenças de qual Maria eu falo.

Entendendo assim, localizei durante a elaboração desta tese que a realidade social se projeta na consciência do sujeito, e como um fractal vai se reproduzindo nos demais elementos que vão compor sua identidade. Na física, a ausência de luz resulta na cor negra, do mesmo modo que a realidade social, quando reúne vários elementos na composição das histórias dos transexuais, provoca a falta de luz sobre eles, tornando-os invisíveis. Então, quando eles se mimetizam com esta escura realidade, suas **identidades** tornam-se **invisíveis**, como tão bem disse Ellison a respeito da invisibilidade que ele viveu na condição de homem negro, “sou um homem invisível”, e que tomei como empréstimo para nominar este tipo de identidade.

É o próprio Ellison (1990) que, a partir da sua experiência de invisibilidade, ressalta que às vezes pode parecer vantajoso esta posição, embora muito desgastante. Ele refere que, tal como num pesadelo, as pessoas acabam se ressentindo e devolvem os empurrões que

recebem. Esta analogia me reporta à experiência das transexuais da pesquisa que trabalham na prostituição e que ficam tão ressentidas por não se sentirem vistas e desejadas como mulheres, que devolvem aos seus clientes os mesmos preconceitos e a hostilidade com que são tratadas.

Deste modo, pela ameaça da exclusão, as histórias dos transexuais trazem a marca de se constituírem sujeitos que durante um espaço de tempo têm identidades invisíveis aos diferentes grupos sociais em que estão inseridos, a começar pela família. A invisibilidade, no entanto, tem o custo de os fazer sentir e viver à margem, na clandestinidade, mesmo não sendo (mas estando) clandestinos. Assim, pela falta de desenvolvimento do sentimento de pertencimento, já que suas identidades são invisíveis, podem colocar-se ou serem colocados do “outro lado do rio”, lá onde se encontram aqueles que não desenvolveram a possibilidade de se reconhecerem como sujeitos de direito.

Do outro lado do rio é como se fosse um nicho para aqueles sujeitos que identifico como os de identidades invisíveis, que passam a reproduzir aquela que a sociedade lhes designou. É o lugar daqueles onde o preconceito e o estigma, por não serem supostamente iguais, colorem com muitos matizes a vulnerabilidade social representada pela frágil rede familiar, baixa escolaridade, falta de capacitação para o trabalho e maior exposição a doenças.

O trabalho da prostituição, tal como foi desvelado na fala dos sujeitos da pesquisa, está posto como uma determinação da sociedade. É como se lhes outorgassem a procuração para que se colocassem no outro lado do rio. Recebem e assinam a procuração, ao mesmo tempo em que dão a procuração de suas vidas para diferentes seguimentos. Neste intercâmbio, também adotam o que lhes foi determinado e por isso ostentam uma identidade por procuração.



Este dar e receber de procurações carrega a contradição e nesta fenda se abre o espaço da superação, na medida em que elas transportam parte da sociedade que também representam. A transformação não implica necessariamente em abandonar esta ou aquela atividade, mas em, através da mediação, romper a alienação e as cadeias de exclusão, recorrendo, assim, a um outro patamar de significação e de direitos de inclusão, chegando desta forma à identidade com autonomia.

A **identidade com autonomia** não está relacionada ao tipo de trabalho desenvolvido, nem a exclusivos mecanismos intrínsecos à pessoa nem a uma capacidade individual. Ela se constitui como decorrência de experiências coletivas, de relações democráticas, as quais possibilitam que os indivíduos assumam a autoria da sua vida. A identidade com autonomia é o equivalente ao selo que, apesar da sua simplicidade, tem o poder de validar a correspondência e seguir o seu caminho.

Assim vou retirando as pedras do caminho e me dirijo ao final, e preocupada que o meu estilo de escrever possa tornar *invisíveis* os achados desta tese, resolvi dar maior objetividade, trazendo-os de forma mais afirmativa. Deste modo, os dados coletados para esta tese apontam para:

- a relevância da cirurgia, a qual tem o sentido de um selo de autenticidade porque vem confirmar socialmente a sua identidade, à medida que compatibiliza sexo e gênero;
- a necessidade da intervenção multidisciplinar, pelo período mínimo de dois anos, considerando que a cirurgia de resignação sexual é importante, mas nem sempre o suficiente;

- a importância do brinquedo e do brincar como um processo de habilitação para o uso da instrumentalidade e de inserção social, não só para a construção do gênero, mas sobretudo para a constituição dos alicerces da construção da identidade dos sujeitos;
- que o cerceamento da possibilidade de brincar com as crianças do sexo oposto ao seu, mas do gênero ao qual se sente pertencer, estabelece o paradoxo da exclusão do sexo oposto, podendo repercutir na redução da rede de relações sociais, na convivência em grupos fechados e na prática da prostituição;
- que o emprego do nome de registro pela família implica na privação de um direito do(a) transexual em mudar o nome, direito este reconhecido legalmente, considerando que aquele uso o(a) coloca numa situação de constrangimento. O descaso desta atitude da família repercute no padrão do respeito à igualdade e às diferenças;
- a relevância da mudança do nome próprio, considerando que a existência do ser individual é inseparável da existência social;
- que os transexuais do tipo masculino-feminino estão expostos a manifestações de preconceito e violência, enquanto com os do tipo feminino-masculino o preconceito não se manifesta na mesma intensidade e não os tornou vítimas de violência física;
- que a prática da prostituição é uma área de tensão para as transexuais, considerando a necessidade financeira e que a valorização vem pelo sexo anatômico;

- os transexuais que vêm de famílias cuja construção das suas histórias desenvolve a consciência do respeito aos direitos seus e dos demais, são aqueles que revelam maior capacidade de resistência e enfrentamento;
- que o transexualismo não se limita a ter a alma presa num corpo que não lhe pertence; é uma prisão que limita de forma ampla o pleno desenvolvimento das demais potencialidades dos sujeitos;
- **a identidade individual é indissociável da identidade social, por isso a identidade está dialeticamente em processo de transformação.**

Isto posto, retomo um fragmento do corpo deste trabalho, que foi o ponto de partida para a fundamentação desta tese, que se constituiu a partir de Leontiev (1978), onde ele afirma que a consciência é o reflexo da realidade, difratada pelo prisma das significações. Fiz, pois, a analogia de que assim como o ar úmido serve de prisma para o sol projetar as diferentes cores do arco-íris, como seria a constituição do prisma que iria difratar a realidade e produzir as diferentes tonalidades de consciência, que por sua vez vão projetar diferentes identidades?

Esta imagem me levou a que, assim como a luz branca do sol é composta pelas cores primárias, a consciência e a identidade estão caleidoscopicamente transformando-se em múltiplas cores, estão em permanente modificação dialética, onde a cor primária vai se transformando em múltiplas tonalidades. Então, a realidade se difrata pelo prisma - que é constituído pela contradição, alienação, cotidiano, história, totalidade e mediação. Conseqüentemente, infiro que:

*A* realidade se filtra na consciência e esta a difrata nas diferentes categorias que produzem a identidade. A identidade, então, carrega no seu ventre o movimento dialético em que as categorias que concorrem para a sua construção - família, gênero, nome próprio, preconceito e trabalho - são transformadas pelo processo histórico-social e têm a linguagem como fio condutor. Neste processo de transformação, as categorias retornam recodificadas, possibilitando a construção de diferentes tipos de identidade: a identidade invisível, a identidade por procuração e a identidade com autonomia. A identidade é o estuário da realidade.

*Daí, de tudo fica um pouco...*

## REFERÊNCIAS

ACKERMAN, N. **Diagnóstico y Tratamiento de las Relaciones Familiares:** psicodinamismo de la vida familiar. Buenos Aires: Paidós, 1971.

ADELMAN, M. Paradoxos da identidade a Política de orientação Sexual no Século XX. **Sociologia Política**, Curitiba, n. 14, 2000.

AGIER, M. Distúrbios Identitários em tempos de Globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001.

AGUSTÍN, L. **Trabajar en la indústria del sexo, y otros tópicos migratórios.** Donosti: Tercera Prensa, 2005.

ALBUQUERQUE, F.J.B.; VASCONCELOS, T.C.; COELHO, J.A.P.M. Análise Psicossocial do assentamento e seu entorno. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, n. 17, 2004.

ALMEIDA, A.S. Transexuais: Anjos ou Demônios. **Revista Terapia Sexual – Clínica, Pesquisa e Aspectos Psicossociais**, São Paulo: Iglu, v.II, 1999.

AMERICA ON LINE – AOL. **Michaelis** - Dicionário de Sinônimos e Contextos da Língua Portuguesa, v. 1.0, 2001.

ANDAHAZI, F. **O anatomista.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

ANDRADE, C.D. **Antologia Poética.** 12. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.

ÂNGELO, Assis et al. **A prostituição em debate:** Depoimentos, Análises e Procura de Soluções. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARAÚJO, L.B. **A Questão do Método em Marx e Lukács**: o desafio da reprodução ideal de um processo. Trabalho apresentado no GT Trabalho e Educação, 25ª Reunião Anual. Brasília, 2002.

ARIÉS, p. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARIÉS, p. ; BÉJIN, A. (orgs.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRUDA, Â. (org.). **Psicologia Social, Representando a Alteridade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ASHCAR, F. **Carlos Drumond de Andrade**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

ATHAYDE, A.V.L. Transexualismo masculino. **Arquivos Brasileiro de Endocrinologia e Metabologia**, São Paulo, v. 45, n. 4, 2001.

AZEVEDO JUNIOR, J.H. **Travesti**: O Homem Borboleta, Uma compreensão fenomenológica sobre o travestismo. Recife: PUCRS/FAFIRE, 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Psicologia, 2002.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. O preconceito e discriminação como manifestação de violência. **Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 10, jan. 2002.

BAPTISTA, M.T.D.S. O Estudo de Identidades individuais e Coletivas na Constituição da História da psicologia. **Memorandum**, v. 2, 2002. Disponível em: [www.fafich.ufmg.br](http://www.fafich.ufmg.br). Acesso em: 06/05/05.

BARBOSA, S.R.C.S. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. VII, n. 1, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTHES, R. et al. **Masculino, feminino, neutro**: ensaios de semiótica narrativa. Porto Alegre: Globo, 1976.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BEAUCHAMP, T.L.; CHILDRESS, J.F. **Princípios da Ética Biomédica**. São Paulo: Loyola, 2002.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Rua de mão única**. Obras escolhidas II. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

BENTO, B. Transexuais, corpos e próteses. **Labrys**, Brasília, ano 11, v. 21, 2003.

BERENSTEIN, I. **Família e doença mental**. São Paulo: Escuta, 1988.

BERGER, p. I.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERMAN, M. **Tudo que é Sólido desmancha no Ar**: a aventura da modernidade. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

BERRY, N. **O Sentimento de identidade**. São Paulo: Escuta, 1991.

BION, W.R. **Experiências com grupos**. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C.D. (org.). **Teoria da comunicação**: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980.

BOCK, A.M.B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: A adolescência em questão. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, abril, 2004.

BOSCO, F.; BOSCO, J. **Na Esquina**. Rio de Janeiro: Epic/Sony. 2000. CD.

BOWER, H. The gender identity disorder in the DSM-IV classification: a critical evaluation. **Journal of Psychiatry**: Australian and New Zeland, 2001.

BRAIN, C. Biological Contributions to Atypical Gender Identity development. In: DI CEGLIE, D. (ed.); FREEDMAN, D. **A stranger in My Own Body**. London: (s.ed.), 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **O papel da educação**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 20/05/05.

\_\_\_\_\_. In: **8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/relatórios>. Acesso em 20/05/2005.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista** – A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRESSER, p. ; WILHEIM, S. (org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BROWN, p. **Pecados Safados**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1995.

BRUNS, M.A.T.; PINTO, M.J.C. **Vivência Transexual**: o corpo desvela seu drama. Campinas: Átomo, (s\d.).

BUARQUE, C. **O País da Delicadeza Perdida**. Rio de Janeiro, BMG, 2003. DVD.

BUTLHER, J.P. **Problema de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALVINO, Í. **As Cidades Invisíveis**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARIDADE, A. **Sexualidade**: corpo e metáfora. São Paulo: Iglu, 1997.

CARTOLA. **Preciso me Encontrar**. Composição: Candeias. Rio de Janeiro: BGM, 2002. Trilha Sonora do Filme Cidade de Deus. CD.

CARVALHO, J.M. **A Formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Sílvia. **As virtudes do pecado**: narrativas de mulheres a “Fazer a vida” no cento da cidade. Dissertação de mestrado para mestre em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2000.

CASTEL, P-H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.2.



CECCARELLI, p. R. Transexualismo e Identidade Sexuada. In: VIVIANI, A.L. **Temas da Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Experimento, 1998.

CHAUI, M. A Filosofia como vocação para a liberdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, n. 49, 2003.

CHAVES, A.M. Os fenômenos psicológicos como objeto de estudo transdisciplinar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13. n. 1, 2000.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CIAMPA, A.C. **A Estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_. Identidade. In: LANE, S.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia social**: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CLOTET, J. Una introducción al tema de la ética. **Psico**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1986.

CODO, W. Identidade e Economia (I): Espelhamento, pertencimento, individualidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, n. 3, 2002.

COHEN-KETTENIS, p. T. et al. Cognitive Ability and Cerebral Lateralisation in Transsexuals. **Journal Psychoneuroendocrinology**, Stanford, v. 23, n. 6, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 1.482/97** do Conselho Federal de Medicina – CFM. Disponível em: [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br). Acesso em: 02/06/97.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução 196**. Disponível em: [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br). Acesso em: 02/03/99.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Calábria, 2000.

COOLEY, C.H. **Human Nature and the Social Order**. Nova York: Schocken Books 1964.

COSTA, J.F. **A Face e o Verso**: estudo sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

COSTA, M.C. **Possibilidade da dialética marxiana na sociedade capitalista**. São Luiz: Faculdade de Filosofia do Maranhão. Disponível em: [www.cynthia\\_m\\_lima.sites.uol.com.br/dialetica](http://www.cynthia_m_lima.sites.uol.com.br/dialetica). Acesso em: 28/05/05.

COSTA, R.P. **Os 11 Sexos**. São Paulo: Gente, 1994.

COUTINHO, C.N. Pluralismo: Dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, Cortez, v. 4, 1991.

COUTO, B.R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

D'AMARAL, M.T. Esboço Inicial de uma genealogia da transdisciplinaridade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 108, 1992.

DAIX, p. **Picasso Criador**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

DI CEGLIE, D. (ed.); FREEDMAN, D. **A Stranger in my own body**, Atypical Gender Identity Development and Mental Health. Londres: Kernac Books, 1998.

DOMINGUES, J.M. Desenvolvimento, Modernidade e Subjetividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasília, v. 14, n. 40, 1999.

DORER, K.J. **A Homossexualidade na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

DREXLER, J. **Al Otro lado del rio**. São Paulo: Warner, 2005. CD.

DUARTE, M.B.B. (org.). **Mosaico de identidades, interpretações contemporâneas das ciências humanas e a temática da identidade**. Curitiba: Juruá, 2004.

DUARTE, N. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: A dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXI, n. 71, jul. 2000.

\_\_\_\_\_. Formação do Indivíduo, Consciência e Alienação: O Ser Humano na Psicologia de A.N. Leontiev. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, abr. 2004.

DUMONT, L. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DUPUIS-LABBÉ, D. (org.). **Picasso na Oca**. São Paulo: Brasil Connects Cultura & Ecologia, 2004.

DUTRA, M.S.C. A tutela do transexual no ordenamento pátrio. **Revista Fundação da Escola Superior do Ministério Público**, Brasília, Ano II, v. 21, 2003.

ELIADE, M. **Mito e Realidade**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELLISON, R. **O Homem Invisível**. São Paulo: Marco Zero, 1970.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ERICKSON, E.H. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

ESPANCA, F. **A mensageira das violetas**: antologia. Seleção e edição de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 1999. L&PM Pocket.

FABREGAS-MARTINEZ, A.I. **Na batalha**: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição. Porto Alegre: Da Casa, 2000.

FAGUNDES JUNIOR, C.E.U. **O Beijo da história**, Picasso como emblema da contemporaneidade. São Paulo: Editora 34, 1996.

FARINA, Roberto. **Transexualismo**. Do homem à mulher normal através dos estados de insexualidade e das parafilias. São Paulo: Novalunar, 1982.

FAURE-OPPENHEIMER, A. **La elección de sexo**: A propósito de las teorías de R.J. Stoller. Madrid: Akal, 1986.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, M.S. Experiência Homossexual e Juventude – Perspectiva Novas para uma Análise. In: RIOS, L.F.A.; PARKER, R. (org.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

FERREIRA, N.T. **Cidadania uma questão para educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FONSECA, C.L.W. A dupla carreira da mulher prostituta. **Revista de Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 7-34, 1996.

FORMIGA, N.S.; GOLVEIA, V.V.; SANTOS, M.N. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, 2002.

FRANCHETTI, p. Entrevista sobre o centenário de Carlos Drummond de Andrade. A dialética iluminada de Drummond. **Jornal da Unicamp**, Campinas, Ano XVII, n. 194, 2002.

FROMM, E. **A psicanálise da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GARDER, J. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

GENRO, A.F. **Marxismo, filosofia profana**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

GENTILLI, R.M.L. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 57, 1997.

\_\_\_\_\_. **Representações e práticas**: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras, 1998.

GIANNOTTI, J.A. **Trabalho e Reflexão, ensaios para uma dialética da sociabilidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociologia**. Ensaios, interpretações e réplicas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

GOLDIM, J. **Disciplina de Bioética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: [www.bioetica.org.br](http://www.bioetica.org.br). Acesso em: 02/07/05.

GOMES, R.; MINAYO, M.C.S.; FONTOURA, H.A. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 2, 1999.

GONDIM, S. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, Campinas, v. VII, n. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, UFRN, n. 7, 2002.

GOULET, A. Gide em Pauta. **ALEA**, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2003.

GREEN, R. Transtorno de Identidade de Gênero. In: KAPLAN, H.; SADOK, B.J. **Tratado de Psiquiatria**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999. v. 1.

GUARESCHI, N.M.F. et al. As relações Raciais na Construção das Identidades. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, 2002.

\_\_\_\_\_. et al. O cotidiano de meninos e meninas de favela: problematizando as Políticas de identidade. In: GUARESCHI, N.M.F.; BRUSCHI, M.E. (orgs.). **Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUARESCHI, N.M.F.; BRUSCHI, M.E. (orgs.). **Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUARESCHI, p. **Psicologia Social Crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança**. 56. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HALL, S. **A Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1997.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T.; HALL, S.; WOORDWARD, K. **A Identidade e a Diferença: perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Codificação/decodificação. In: HALL, S.; SOVIK, L. (org.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1983.

HARRY BENJAMIN INTERNATIONAL GENDER DYSPHORIA ASSOCIATION - HBIGDA. **A date to be determines in 2005, Scientific Chairs**: Walter Meyer and Stan Monstrey Webpage. Disponível em: [www.hbigda.org](http://www.hbigda.org). Acesso em: 20/04/05.

HELLER, A. A concepção de família no estado de bem estar social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano VIII, n. 24, ago. 1987.

\_\_\_\_\_. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HENNIGEN, I. **A paternidade na mídia contemporânea**: discursos e modos de subjetivação. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias** (Primeira Parte). 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1990.

HOBSBAWM, E.J. **Era dos extremos**: o breve século XX - 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IMBER-BLACK, E. (e cols.). **Segredos na família e na terapia de família**. Porto Alegre: Artes Médica, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 03/05/05.

ITABORAÍ, N.R. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 20, n. 2, jul/dez. 2003.

JACQUES, M.G.C. Um Método Dialético de Análise de Conteúdo. **Psico**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 1993.

\_\_\_\_\_. Identidades. In: STREY, M.N. et al. **Psicologia social contemporânea**: livro texto. Petrópolis: Vozes, 1998.

JAFFÉ, L.C.H. **Pablo Picasso**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

JAMES, A. The contribution of social anthropology to the understanding of atypical gender identity in childhood. In: DI CEGLIE, D. (ed.); FREEDMAN, D. **A Stranger in my own body**, Atypical Gender Identity Development and Mental Health. Londres: Kernac Books, 1998.

**JOANA D’Arc**. Luc Besson. EUA: Columbia Pictures/Sony Entertainment, 1999. 1 fita de vídeo VHS-NTSC (155 min.) color.

KAPLAN, H.; SADOK, B.J. **Tratado de Psiquiatria**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999. v. 1-2.

KONDER, L.A.M.C. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KRUIJVER, F.P. et al. Mele-to-Female Transsexuals have female Neuron Numbers in a Limbic Nucleus. **Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, Amsterdã, 2000.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**. São Paulo: Ed. USP, 1977.

LACERDA, M. Granada, nova Meca transexual. **Caros Amigos**, São Paulo, ano VIII, n. 90, 2004.

LANE, S.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAURENTI, C.; BARROS, M.N.F. Identidade: Questões Conceituais e Contextuais. **PSI – Revista de Psicologia Social e Institucional**, Londrina, v. 2, n. 1, 2000.

LENIN, V.I. Una gran iniciativa. **Obras completas**. Moscou: Progreso, 1957. tomo II.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

\_\_\_\_\_. **La identidad**: seminario interdisciplinario. Barcelona: Petrel, 1981.

LIMA, F. **Candomblé**: na encruzilhada da tradição e da modernidade. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/fabrica/welcome.htm>. Acesso em: 29/07/2005.

LINS, D.; GADELHA, S. (org.). **Nietzsche e Deleuze, que pode o corpo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LIPPA, R.A. Gender-Related Traits in Transsexuals and Nontranssexuals. **Archives of Sexual Behavior**, New York, v. 30, n. 6, 2001.

LOBATO, M.I. et al. Aspectos da Abordagem Psiquiátrica ao Transexualismo (CID-X)/ Transtorno de Identidade de Gênero (DSM-IV). **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 23, n. 2, p. 106-10, 2001.

\_\_\_\_\_. et al. Transexualismo: Uma Revisão. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 50, n. 11-12, p. 379-88, 2001.

\_\_\_\_\_. et al. **Study performed at the Gender Identity Disorder/Transsexualism Program** – PROTIG, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Porto Alegre (RS), Brazil, 2005. Artigo no prelo de uma revista internacional de Psiquiatria.

LOPES, J.R. Da concepção de sujeito aos modos de subjetivação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 41, 1996.

\_\_\_\_\_. Registros teórico-históricos do conceito de identidade. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 2, 1996.

\_\_\_\_\_. Os Caminhos da Identidade nas Ciências Sociais e suas Metamorfoses na Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 14, 2002.

LOPES, L.P.M. (org.). **Discursos de Identidades**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação**, Uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOWY, M. **Ideologias e Ciências Social**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

MALDONATO, M. **A Subversão do ser**. Identidade, mundo, tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação. Peirópolis: Fundação, 2001.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS. **DSM-IV**. Traduzido por Dayse Batista. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MARCADER, p. **La ilusión transexual**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1994.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social Identidade e alienação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINELLI, M.L.; RODRIGUES, M.L.; MUCHAIL, S.T. (org.). **O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, L.M. **A análise sócio-histórica do processo de personalização de professores**. Marília: UESP, 2001. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2001.

\_\_\_\_\_. A Natureza Sócio-Histórica da Personalidade. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 21, n. 62, 2004.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MAZZIERO, J.B. Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos – São Paulo 1870/1920. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

MEAD, M. **Adolescência y cultura em Samoa**. Buenos Aires: Paidós, 1973.



MENDES, J.M.R. **O Verso e o anverso de uma história**: o acidente e a morte no trabalho. São Paulo: PUCSP, 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Verso e o anverso de uma História**: o acidente e a morte no trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MENDONÇA, D. O que é, afinal, identidade no contexto democrático? In: DUARTE, M.B.D.; MEDEIROS, J.L. (orgs.). **Mosaico de identidades**: interpretações contemporâneas das ciências humanas e a temática da identidade. Curitiba: Juruá, 2004.

MICHEL-JONES, F. A noção de pessoa. In: AUGÉ, M. **A construção do mundo**: religião, representações, ideologia. Lisboa: Edições 70, 1978.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social**: Teoria e Criatividade. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Desafio do Conhecimento**, Pesquisa Qualitativa em Saúde. 5. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1998.

**MINHA Vida Cor de Rosa**. Alain Berliner. Bélgica: Carole Scotta, 1997. 1 Fita de vídeo VHS-NTSC (98 min.) color.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Site construído e mantido pelo MP/RS**. Disponível em: [www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br). Acesso em: 04/05/05.

MONEY, J.; CLARKE, F.; MAZUR, T. Families of Seven Mele-to-Female Transsexuals After 5-7 Years: Sociological Sexology. **Archives of Sexual Behavior**, New York, v. 4, n. 2, 1975.

MONEY, J.; TUCKER, p. **Os papéis sexuais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MONSTREY, S. et al. Surgical Therapy in Transsexual Patients: a Multi-Disciplinary Approach. **Acta chir**, Belgium, 2001.

MORAES, V. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1967.

MORENO, C. **Um rio que vem da Grécia**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

MOTT, L. **Homossexualidade e Candomblé**. Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/luizmottbr>. Acesso em: 29/07/2005.

MOURTHÉ, G. **Transexualismo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

NED, N. **Tudo Passará**. Disponível em: <http://nelson-ned.lettras.terra.com.br/letras>. Acesso em 25/06/2005.

NEDER, R.T. Figuras do espaço público contemporâneo - Associações Civas, Fundações e ONG's no Brasil. **Primeira Versão**, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, n. 70, 1997.

NEGRIA, B. **Política de Saúde no Brasil nos anos 90**: Avanços e Limites. Brasília: MS, 2002. Série B – Textos básicos.

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano XVII, n. 50, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NIEMEYER, O. **Meu sócia e eu**. Rio de Janeiro: Revan/Ed. UFRJ, 1992.

\_\_\_\_\_. **Conversa de Arquiteto**. Rio de Janeiro: Revan/Ed. UFRJ, 1993.

\_\_\_\_\_. **As curvas do tempo**. Rio de Janeiro: Revan/Ed. URFJ, 1998.

**NORMAL**. Jane Anderson. Hbo films; EUA, 2003. 1 filme (113 min.) color.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

OLIVEIRA, R.C. Os (Des)Caminhos Da Identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2000.

PALMA, A.; MATTOS, U. Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. VIII, 2001.

PARKER, R.G. **Corpos, prazeres e paixões**: cultura no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.

\_\_\_\_\_. et al. (orgs.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

PECHENY, M. Identidades Discretas. In: PARKER, R.G. et al. (orgs.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C.P. **Problemas atuais de bioética**. 3. ed. São Paulo: Loiola, 1996.

PICAZIO, C. **Sexo Secreto**, temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

PINA-CABRAL, J. **O Limiar dos afectos**: algumas considerações sobre nomeação e a constituição social da Pessoa. Texto apresentado em aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Campinas - UNICAMP. Disponível em: [www.ceao.ufba.br/fabrica/welcome](http://www.ceao.ufba.br/fabrica/welcome). Acesso em: 06/05/05.

PINTO, A.L.T.; WINDT, M.; CÉSPEDES, L. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Orientações para apresentação de citações em documentos segundo NBR 10520**. Disponível em: [www.pucrs.br/biblioteca/citacoes](http://www.pucrs.br/biblioteca/citacoes). Acesso em 20/08/05.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PORTELLA, E. Prefácio. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 108, 1992.

POSTER, M. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRADO, A. **Poesia Reunida**. Rio de Janeiro: Siciliano, 1991.

PRATES, J. Planejamento da Pesquisa Social. **Revista Temporalis**, Porto Alegre, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, ano 4, n. 7, jan/jun. 2004.

QUESNEL, A. **A Grécia**: mitos e lendas. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

QUINODOZ, D. Uma paciente transexual em psicanálise. **Revista da Sociedade Psicanalítica**, Buenos Aires, 1997.

QUINTANA, M. **Ruas dos cataventos & outros poemas**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

RAMSEY, G. **Transexuais perguntas e respostas**. São Paulo: Summus, 1998.

REIS, J.R.T. Família, Emoção e Ideologia. In: LANE, S.; CODO, W. (orgs.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAFFIOTTI, H. Conceituando o gênero. In: SAFFIOTTI, H.; MUNHOZ, V. (orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1985.

SALOMON, D.V. **A Maravilhosa incerteza, pensar, pesquisar e criar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANT'ANNA, D.B. (org.). **Políticas do corpo**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANT'ANNA, A.R. **Intervalo Amoroso & Outros Poemas Escolhidos**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

SANT'ANNA, A.R. **Vestígios**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SANTOS, J.A.F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, 2004.

SANTOS, M.S. Sobre a Autonomia das Novas Identidades Coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998.

SANTOS, V. **Dicionário Essencial da Língua Portuguesa**. Porto Alegre: Rígel, 2001.

SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, Ed. UFRGS, v. 20, 1995.

SEFFNER, F. **Derivas da Masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito de masculinidade bissexual**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SENA JÚNIOR, C.Z. A Dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

SENNET, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SETUBAL, A.A. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. In: PROGRAMA DE ESTUDO Pós-Graduado em Serviço Social. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um desafio instigante**. São Paulo: Núcleo De Pesquisa Sobre Identidade – NEPI/PUCSP, 1994.

SEVERINO, A.J. et al. Subsídios Para Uma Reflexão Sobre Novos Caminhos Da Interdisciplinaridade. In: MARTINS DE SÁ, J.L. **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à pratica interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. O poder da verdade e a verdade do saber. In: MARTINELLI, M.L.; ON M.L.R.; MUCHAIL, S.T. (orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SHAKESPEARE, W. **Tragédias: Romeu e Julieta, Hamlet, Macbeth**. São Paulo: Martins Fontes, 1954.

SINBEL – Sindicato dos Cabeleireiros. Disponível em: [www.sinbel.com.br](http://www.sinbel.com.br). Acesso em: 21/12/2005.

SINGLY, F. O Nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C.; SINGLY, F.; VICCELLI, V. **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SILVA, C.C.B. **O lugar do jogo e do brinquedo nas escolas especiais de educação infantil**. São Paulo: 2003. Tese (Doutorado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, H.R.S. **Travesti a invenção do feminino**, etnografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

SILVA, p. L.B. Serviço de Saúde: o dilema do SUS na nova década. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 17, 2003.

SILVA, T.T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.). **O que é, afinal, estudos culturais**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, T.T.; HALL, S.; WOORDWARD, K. **A Identidade e a diferença**: perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, V. **Orixás da Metrôpole**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVEIRA, E.M.C. **O Mosaico que compõe o sentir e o agir da família frente à AIDS**. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

SILVEIRA, J.F.O. **O transexualismo na Justiça**. Porto Alegre: Síntese, 1995.

SIQUEIRA, M.J.T. A Constituição da Identidade Masculina: Alguns Pontos para Discussão. **Revista Psicologia**, São Paulo, USP, v. 8, n. 1, 1997.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA. **Transexualismo**. Disponível em: [www.sbbioetica.org.br](http://www.sbbioetica.org.br). Acesso em 02/05/2005.

SOUZA, V.S. **Associações de usuários e familiares frente à implantação da política de saúde mental no município do Rio de Janeiro (1991-1997)**. Rio de Janeiro: FENSP, 1999.

Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Fundação Escola Nacional de Saúde Pública, 1999.

SOUZA, W.S. Associações civis em saúde mental no Rio de Janeiro: democratizando os espaços sociais. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, Ano 17, v. 4, 2001.

SPENCE, D. **Picasso**: quebrando as regras. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

SPINK, M.J.; FREZZA, R.M. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINCK, M.J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A.; LOBO, E. Controle social e políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 366-78, out/dez. 1992.

STOLLER, R.J. **A experiência transexual**. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

STREY, M.N. et al. **Psicologia social contemporânea**: livro texto. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. et al. **Gênero por escrito**: saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

\_\_\_\_\_. et al. **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.

SUTTON, A.; WITTAKER, J. Intersex disorder in childhood and adolescence: gender identity, gender holesex assignment and general mental health. In: DI CEGLIE, D. (ed.); FREEDMAN, D. **A Stranger in my own body**, Atypical Gender Identity Development and Mental Health. Londres: Kernac Books, 1998.

SWAAB, D.F. Sexual differentiation of the human brain: relevance for gender identity, transsexualism and sexual orientation. **Gynecol Endocrinol**, Amsterdam, n. 19, 2004.

SWAAB, D.F.; GOOREN, L.J.G.; HOFMAN, M.A. Brain research, gender, and sexual orientation. **Journal Homos**, v. 28, n. 3-4, p. 283-301, 1995.

SZANIAWSKI, E. **Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

TAVARES, M.C.; FIORE, J.L. (org.). **Poder e dinheiro**: Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

TORREGROSA, J. R. Sobre la identidad personal como identidad social. **In Perspectivas y contextos de la psicología social**. Barcelona/ Europea: Editorial Hispano, 1983.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

URANI, A. (Org.). **Reformas no Brasil** – balanços e agendas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

URBAN, p. ; PIMENTEL, H. **Fractais da história**: a humanidade no caleidoscópio. São Paulo: Madras, 2003.

VARELA, D. Disponível em: [www.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2408200226.htm](http://www.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2408200226.htm). Acesso em: 02/05/05.

VASCONCELOS, A.M. **A prática do serviço social**: cotidiano, formação e alternativas da saúde. São Paulo: Cortez, 2002.

VAZQUEZ, A.S. **Filosofia da Praxis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VERDE, J.B.; GRAZIOTTINI, A. **Transexualismo** – o enigma da identidade. São Paulo: Paulus, 1997.

VICTORIA, C.G.; KNAUTH, D.R.; HASSEN, M.N. **Pesquisa qualitativa em saúde**, uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VIEIRA, T.R. Adequação de Sexo do Transexual: Aspectos Psicológicos, Médicos e Jurídicos. **Revista Psicologia**: Teoria e Prática, São Paulo, 2000.

VIEIRA, T.R. Transexuais: adequação de sexo. **Jurídica Consulex**, São Paulo, ano III, n. 31, 1999.

\_\_\_\_\_. Aspectos psicológicos, médicos e jurídicos do transexualismo. **Revista Psicólogo Informação**, Maringá, Instituto Metodista de Maringá, ano 4, n. 4, 2000.

VILLAÇA, A. A dialética iluminada de Drummond. **Jornal da Unicamp**, Campinas, ano XVII, n. 194, 2002. Entrevista sobre o centenário de Carlos Drummond de Andrade.

VON KOSS, M. **Feminino + Masculino**, Uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOSTKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução Maria da Penha Villalobos. 5. ed. São Paulo: Ícone/ Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WAJSKOP, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.

WEITZMAN, E.L.; SHAMOIAN, C.A.; GOLOSOW, N. Family Dynamics in Male Transsexualism. **Psychosomatic Medicine** – Journal of the American Psychosomatic Society, EUA, v. 33, n. 4, 1971.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (org.); HAAL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Identity and Difference**. London: Sage Publications, 2002.

ZIMERMAN, D.E.; OSÓRIO, L.C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



## *Apêndices*

---

# *Apêndice A*

---

## **ROTEIRO NORTEADOR PARA ENTREVISTA COM A FAMÍLIA**

Entrevista de Pesquisa

Tipo: Entrevista de profundidade

Critério: Familiar que maior tempo conviveu com o sujeito candidato à cirurgia

1. Dados de identificação do entrevistado
  - Grau de Parentesco
2. Constituição familiar (da família de origem)
  - Nome; id; esc.; prof.; est. civil; renda; n.º filhos
3. O que sabe sobre esta entrevista?
4. Desde quando percebeu alguma diferença no seu familiar?
5. Quais foram?
6. Como reagiu?
7. Quem identificou essa diferença?
8. Qual atitude foi tomada?
9. Como reagiu?
10. O que fez?
11. Como hoje a família enfrenta esta situação?
12. Como foi a troca de roupa?
13. Os irmãos aceitavam?
14. Sofreu discriminação?
15. Como a (o) chamam?
16. Como foi na escola?
17. Deixou de estudar em função do transexualismo?
18. Como foi para trabalhar?
19. O que sabe sobre transexualismo?
20. O paciente saiu de casa em função da transexualidade?
21. Sabe a diferença entre Transexualismo transvestismo e homossexualidade?
22. O que sabe sobre o tratamento?
23. O que sabe sobre a cirurgia?
24. Aceita o procedimento?
25. Tem planos em participar do tratamento?
26. O que sabe sobre o PROTIG?

# *Apêndice B*

---

## **ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA COM O CANDIDATO AO INGRESSO NO PROTIG**

Entrevista de Pesquisa

Tipo: Entrevista de profundidade

Data:

1. Dados de identificação do entrevistado
  - nome de registro:
  - nome adotado:
  - idade, escolaridade, naturalidade, procedência, cor, profissão
2. Constituição familiar (da família de origem)
  - Nome; id; esc.; prof.; est. civil; renda; n.º filhos
3. O que sabe sobre esta entrevista?
4. Porque e para quem procurou o serviço?
5. Porque fez agora?
6. Como ficou sabendo deste serviço?
7. Desde quando percebeu que tinha alguma diferença?
8. O que fazia?
9. Como se sentia?
10. Do que gostava de brincar?
11. Procurou alguém para conversar? Quem?
12. A família percebia alguma diferença?
13. Como reagiam?
14. E a troca de roupas, quando começou, como fazia, de quem usava?
15. E o nome?
16. De que forma é chamado?
17. Como foi para a família este momento?
18. Quando começou a tomar hormônio?
19. Quem orientou?
20. Precisou sair de casa para assumir a identidade que sentia ter?
21. E o nome, quem escolheu? Como foi para a família?
22. Para quem, dentro da família, foi mais difícil aceitar?
23. Sofreu algum tipo de preconceito?
24. Sofreu manifestações de violência física ou verbal?
25. E para trabalhar, como foi?
26. Sofreu discriminação?
27. E o namoro?
28. Vida sexual?

## *Anexos*

---

## *Anexo A*

---

### **RESOLUÇÃO Nº 1.482/97 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM**

O Conselho Federal de Medicina, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958 e,

CONSIDERANDO a competência normativa conferida pelo artigo 2º da Resolução CFM nº 1.246/88, combinado ao artigo 2º da Lei nº 3.268/57, que tratam, respectivamente, da expedição de resoluções que complementem o Código de Ética Médica e do zelo pertinente à fiscalização e disciplina do ato médico;

CONSIDERANDO ser o paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenotipo e tendência à auto mutilação e ou auto-extermínio;

CONSIDERANDO que a cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e caracteres sexuais secundários não constitui crime de mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal, visto que tem o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico;

CONSIDERANDO a viabilidade técnica para as cirurgias de neocolpovulvoplastia e ou neofaloplastia;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 199 da Constituição Federal, parágrafo quarto, que trata da remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como o fato de que a transformação da genitália constitui a etapa mais importante no tratamento de transexualismo;

CONSIDERANDO que o artigo 42 do Código de Ética Médica veda os procedimentos médicos proibidos em lei, e não há lei que defina a transformação terapêutica da genitália *in anima nobili* como crime;

CONSIDERANDO que o espírito de licitude ética pretendido visa fomentar o aperfeiçoamento de novas técnicas, bem como estimular a pesquisa cirúrgica de transformação da genitália e aprimorar os critérios de seleção;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CNS nº 196/96;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária de 10 de setembro de 1997,

RESOLVE:

1. Autorizar, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo;

2. A definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- desconforto com o sexo anatômico natural;
- desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- ausência de outros transtornos mentais.

3. A seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social, obedecendo aos critérios abaixo definidos, após dois anos de acompanhamento conjunto:

- diagnóstico médico de transexualismo;
- maior de 21 (vinte e um) anos;
- ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia;

4. As cirurgias só poderão ser praticadas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados à pesquisa.

5. Consentimento livre e esclarecido, de acordo com a Resolução CNS nº 196/96;

6. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1997.

WALDIR PAIVA MESQUITA  
Presidente

EDSON DE OLIVEIRA ANDRADE  
2º Secretário  
Publicada no D.O.U. de 19.09.97 Página 20.944

# *Anexo B*

---

## **TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Faculdade de Medicina – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Serviço de Psiquiatria – Hospital de Clínicas de Porto Alegre  
Ambulatório de Transtornos de Identidade de Gênero

O Transtorno de Identidade de Gênero é uma condição que pode acometer um indivíduo, causando uma sensação de inadequação ao seu próprio sexo biológico ou anatômico, podendo levar a uma dificuldade de ajustamento, aceitação ou funcionamento social, limitando a qualidade de vida de seus portadores.

Trata-se de uma entidade ainda em fase de entendimento, o que causa uma relativa dificuldade de manejo por parte do Sistema de Saúde que, em poucos locais, está em condições de prestar um auxílio adequado aos pacientes.

No intuito de promover um local para o auxílio e o acompanhamento médico dos indivíduos portadores desta condição foi criado o Ambulatório de Transtornos de Identidade de Gênero, do Serviço de Psiquiatria do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o qual, visa ao acompanhamento multidisciplinar dos seus pacientes, valendo-se do auxílio e da consultoria de várias especialidades, as quais poderão ser necessárias para a avaliação global do paciente, além da Psiquiatria, entre elas, por exemplo, Endocrinologia, Psicologia, Assistência Social, Ginecologia, Cirurgia, Urologia e Genética, para citar algumas possíveis interações clínicas.

Além de promover o atendimento dos pacientes com Transtorno de Identidade de Gênero, o ambulatório é, também, um espaço para o contínuo aprendizado e pesquisa sobre esta condição, baseando-se em dados do exame clínico, anamnese, e exames laboratoriais dos pacientes que concordam em colaborar com a pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado a respeito da pesquisa que se está desenvolvendo nesta instituição com relação ao Estudo Descritivo de Pacientes Portadores de Transtorno de Identidade de Gênero e de suas finalidades, com o qual aceito colaborar voluntariamente, através do preenchimento de um questionário, cuja origem das informações será mantida ao abrigo do sigilo médico.

A Dra. Maria Inês Rodrigues Lobato é a responsável pela pesquisa.

Porto Alegre, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ .

De acordo,

x \_\_\_\_\_ (paciente)

x \_\_\_\_\_ (responsável pelo paciente, se menor de 21 anos).